

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

BÁRBARA JÚLIA MENEZELLO LEITÃO

**A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura
na Era Vargas e Regime Militar:
uma reflexão**

São Paulo
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

BÁRBARA JÚLIA MENEZELLO LEITÃO

**A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e
censura na Era Vargas e Regime Militar:
uma reflexão**

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes
da Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Doutora em Ciência da Comunicação.

Área de Concentração: Teoria e Pesquisa em
Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Victor Aquino Gomes Correa

São Paulo
2010

Bárbara Júlia Menezello Leitão

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Leitão, Bárbara Júlia.

A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão / Bárbara Júlia Leitão ; orientador Victor Aquino Gomes Correa. - São Paulo, 2010. 228 f. : il.

Tese (Doutorado)--Universidade de São Paulo, 2010.

1.Biblioteca pública - 2. Brasil - 3. Cultura - 4. Censura - 5. Democracia - 6. Políticas públicas - 7. Bibliotecário. I. Correa, Victor Aquino Gomes, Victor. II. Título. Título III. A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão.

CDD 027.40931

Autor: Bárbara Júlia Menezello Leitão

Título: A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Comunicação.

Área de Concentração: Teoria e Pesquisa em Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Victor Aquino Gomes Correa

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Peter e Lilia, por tudo.

Lara Júlia, “minha filha predileta”, por ter sempre acreditado.

Mário Sérgio, companheiro e amigo de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Professor Victor Aquino Gomes Correa por ter acreditado no meu sonho.

Professor Paulo Nassar por todo o apoio, sugestões e ter me escutado.

Professora Cristina Costa pela longa caminhada e por termos transformado em realidade o Arquivo Miroel Silveira.

Professor Miroel Silveira, *in memoriam*, o interesse por investigar sobre a censura em bibliotecas.

Professores Luis Augusto Milanesi e Mauro Wilton de Sousa, respectivamente, Diretores da Escola de Comunicações e Artes, por terem permitido minhas ausências e apoiado para a realização desta tese.

Professoras Margarida Maria Krohling Kunsch e Maria Immacolata Vassallo de Lopes, por não terem me permitido desistir.

Professoras Bárbara Heller e Fátima Tálamo pelas orientações na qualificação.

Eliane Miraglia pelo reencontro depois de tantos anos, a revisão com todos os seus altos e baixos e principalmente por toda a força e vontade de vencer.

Aos colegas do Arquivo Nacional (Brasília), Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação pelo atendimento e na colaboração ao acesso aos documentos.

Analucia, pelos projetos que “idealizamos”.

Andrea, Jacqueline, Ferdinando pelo apoio no momento da qualificação.

Ivete e Rosa pelas orientações e terem possibilitado um novo caminho.

Silvia, *teacher*, pela tradução.

A todos os amigos, por tudo que tiveram que suportar e pelo apoio em todos os momentos.

Do curioso e grande expurgo que o padre-cura e o barbeiro fizeram na livraria do nosso engenhoso fidalgo

O qual ainda dormia¹. Pediu à sobrinha a chave do quarto em que estavam os livros ocasionadores do prejuízo; e ela a deu de muito boa vontade. Entraram todos, e com eles a ama; e acharam mais de cem grossos e grandes volumes, bem encadernados, e outros pequenos. A ama, assim que deu com os olhos neles, saiu muito à pressa do aposento e voltou logo com uma tigela de água benta e um hissope e disse:

– Tome Vossa Mercê, senhor licenciado, regue esta casa toda com água benta, não ande por aí algum encantador, dos muitos que moram por estes livros, e nos encante a nós, em troca do que nós lhes queremos fazer a eles desterrando-os do mundo.

Riu-se da simplicidade da ama o licenciado, e disse para o barbeiro que lhe fosse dando os livros um a um, para ver de que tratavam, pois alguns poderia haver que não merecessem castigo de fogo.

– Nada, nada – disse a sobrinha –; não se deve perdoar a nenhum, todos concorreram para o mal. O melhor será atirá-los todos juntos pelas janelas ao pátio, empilhá-los em meda, e pegar-lhes fogo; e senão, carregaremos com eles para o quintal e ali se fará a fogueira e o fumo não incomodará.

[...]

Naquela noite incendiou e destruiu a ama quantos livros havia no pátio e em toda a casa; e alguns arderiam que merecessem ser guardados perpétuos arquivos. Mas não quis assim a moíña e a pressa do seletor, cumpriu-se o rifão que diz que às vezes o justo paga pelo pecador.

*D. Quixote
Miguel de Cervantes*

¹ Também o começo deste capítulo deve ser lido como se não houvesse epígrafe, e assim terá sentido lógico e gramatical.

Leitão, Bárbara Júlia Menezello. A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes.

RESUMO

Esta pesquisa histórica tem como objetivo recuperar e reinterpretar dados sobre a relação estabelecida entre o poder oficial e a constituição da biblioteca pública no Brasil, especialmente durante os regimes de exceção: a Era Vargas e o Regime Militar. Entretanto, para contextualizar esse objeto, tivemos que estender essa linha do tempo para o passado, e recuperar as origens da prática censória à liberdade de expressão do pensamento, e para o futuro, em razão da tendência à reedição de ciclos, políticas e decisões oficiais cada vez mais sofisticadas para fazer frente às manifestações sociais que reivindicam práticas democráticas justas e igualitárias. Por meio de uma análise qualitativa, pudemos recuperar a gênese da formação do bibliotecário e da Biblioteconomia como área de atuação técnica e científica no Brasil. Destacamos também a importância da biblioteca pública como espaço para a preservação e acesso à diversidade de pensamento e acesso ao conhecimento plural e libertário. Explicitamos ainda a necessidade de desenvolvimento do potencial político tanto do profissional quanto desse campo do conhecimento – que ainda deverá se tornar manifesto – como alternativa nesta trajetória de contínua transformação e evolução na prestação de um serviço de utilidade pública e emancipação social.

Palavras-chave: biblioteca pública, Brasil, cultura, censura, democracia, políticas públicas, bibliotecário.

Leitão, Bárbara Júlia Menezello. The relationship between public libraries, librarians and censorship in Vargas and the Military Regime: a reflection. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes.

ABSTRACT

This historical research has the objective to recover and reinterpret data about the relation established between the official power and the constitution of the public library in Brazil, especially during the regime of exception regime: Vargas Era and Military Regime. However, in order to contextualize this object, we had to extend this timeline to the past, and reclaim the origins of the censorship practice to freedom of thought, and to the future, due to the tendency of official reprint cycles, every time more sophisticated to be able to cope with the social manifestations that have claimed for democratic, fair and equalitarian practices. Through a qualitative analysis, we could recover the genesis of the training of librarians and Librarianship as an area of technical and scientific activities in Brazil. We also highlight the importance of the public library as a space for preservation and access to diversity of thought and access to knowledge plural and libertarian. We explain the need for developing the political potential of both the professional and this field of knowledge - which is yet to become clear - as an alternative course of this ongoing transformation and evolution in providing service of public utility and social emancipation.

Keywords: Public libraries – Brazil, culture, censorship, democracy, public policy, librarian.

LISTA DE SIGLAS

AMS	Arquivo Miroel Silveira
AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AI	Ato Institucional
BN	Biblioteca Nacional
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CRDF	Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DDP-SP	Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ECA	Escola de Comunicações e Artes
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
INL	Instituto Nacional do Livro
JCI	Junta Coordenadora de Informações
NA	Arquivo Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SNI	Serviço Nacional de Informação
SNT	Serviço Nacional de Teatro
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	United Educational Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fachada da Biblioteca Demonstrativa de Brasília, idealizada na década de 70 - deveria servir modelo para as Bibliotecas Públicas	25
Figura 2	Fachada da Biblioteca Mario de Andrade em reforma desde 2007 – São Paulo, 2007	38
Figura 3	Fachada da Biblioteca Pública de Itanhaém, 2007	68
Figura 4	Fachada da Biblioteca de São Luis do Paraitinga, a bibliotecária e a autora, 2004	91
Figura 5	Fachada do Espaço Cultural Plínio Salgado, São Bento de Sapucaí, 2007	146
Figura 6	Arquivo Miroel Silveira. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2008	162
Figura 7	Restauro dos processos censórios	172
Figura 8	Biblioteca de Paranapiacaba - São Paulo, 2009	185
Figura 9	Biblioteca de São Paulo - São Paulo, 2010	193

Observação: as imagens selecionadas para esta pesquisa integram o acervo pessoal da pesquisadora, que produz e coleciona fotos de bibliotecas públicas de diferentes localidades do Brasil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Características técnicas do acervo	55
Quadro 2	Selecionador – Censor	157
Quadro 3	Descrição do documento	172
Quadro 4	Peças teatrais vetadas pela Censura	175
Quadro 5	Categorias de Censura	182
Quadro 6	Textos encenados – Textos impressos	188

SUMÁRIO

Introdução	15
É proibido proibir	15
Da realidade à ficção	18
Da ficção à realidade	19
Uma bibliotecária nos quartéis da censura	22
CAPÍTULO 1	25
1 A importância das fontes como subsídio ao processo analítico	26
1.1 Acervos de fontes primárias	26
1.2 Reconhecimento às fontes secundárias que constituem nosso quadro teórico de referência	28
1.3 Livros: objetos de transgressão	31
1.4 Censura: exercício de poder	34
1.5 Liberdade de expressão é contrapartida à censura	35
1.6 As transformações possíveis	36
CAPÍTULO 2	38
2 Arbitrariedade das interdições ao conhecimento como estratégia de poder	39
2.1 Difusão das técnicas de registro	39
2.2 O poder de controle e censura da Igreja	44
2.2.1 Repressão aos hereges	45
2.3 O poder de controle e censura do Estado	47
2.4 As revoluções pela representação do povo no poder	48
2.4.1 Liberdade para manifestar a expressão	50
2.4.2 Serviços públicos: uma conquista social	51
2.5 Guerras mundiais: censura e arbitrariedade na formação de bibliotecas	55
2.5.1 Primeira Guerra Mundial: os movimentos nacionalistas e a política de alianças	56
2.5.2 Segunda Guerra Mundial e as estratégias geopolíticas do poder	56
2.6 A censura ao conhecimento adotada pelos líderes mundiais	59
2.6.1 Espanha • Francisco Franco (1936 – 1947)	60
2.6.2 Itália • Benito Mussolini (1922 – 1943)	61

2.6.3 Portugal • Antônio de Oliveira Salazar (1928 – 1968)	62
2.7 Estados Unidos censuram, apesar da primeira emenda	63
2.8 Fogueiras e mortes no século XX	64
2.9 Caminho que se deixa de herança	65
CAPÍTULO 3	68
3 A censura no Brasil: método português frente à resistência do conhecimento	69
3.1 Origem portuguesa da censura	69
3.1.1 Ações censórias ultramarinas	70
3.2 Acervos brasileiros: resistência ao esquecimento e à negligência	72
3.3 Transferência da Corte para a Colônia	77
3.4 Instalação da Imprensa Régia no Brasil	78
3.5 Biblioteca na Bahia: a iniciativa privada se antecipa ao Imperador	79
3.6 Real Biblioteca: travessia transatlântica e instalação precária	80
3.7 Biblioteca Nacional: modelo europeu	81
3.8 Novos ventos anunciam ideais libertários	82
3.9 Primeiro Reinado: a censura exercida pela Polícia	83
3.10 Período Regencial e o Golpe da Maioridade	83
3.11 Segundo Reinado: controle de conflitos internos e externos	84
3.12 República e a burocratização da censura	84
3.12.1 A manutenção do quadro crítico	85
3.13 Gabinetes de leitura em São Paulo: ideias para uma biblioteca pública	86
3.14 Biblioteconomia: o primeiro curso na América Latina	89
3.15 As duas faces da mesma moeda	89
CAPÍTULO 4	91
4 A censura no Brasil durante os regimes de exceção	92
4.1 Cultura despojada de direitos	93
4.2 Primeira e Segunda Guerras: expansão e retração do mercado livreiro no Brasil	94
4.3 Tendências estrangeiras: nas bibliotecas, a luta pela vida	94
4.3.1 São Paulo adota modelo norteamericano	96
4.3.2 Departamento de Cultura: o município à frente das bibliotecas	98
4.3.3 Governo federal desmobiliza Departamento de Cultura	99
4.3.4 Transferência e privatização da Escola de Biblioteconomia	100
4.3.5 Modelo norteamericano chega ao Rio de Janeiro	101

4.4 Censura na gênese dos órgãos públicos	101
4.4.1 Gustavo Capanema: políticas para o acesso controlado ao conhecimento	104
4.4.2 Instituto Cayru: a origem do Instituto Nacional do Livro (INL)	104
4.4.3 INL: quando o projeto se transforma em realidade	107
4.4.4 Obras publicadas pelo INL	108
4.4.5 Os reflexos do INL nas bibliotecas públicas	109
4.5 As ações dos aparelhos de controle do Estado	111
4.5.1 DIP e DOPS unidos na censura aos livros	112
4.5.2 Os critérios de censura do DIP	114
4.6 Transição de governos não altera cenário da censura	115
4.7 Regime Militar: ações em nome da segurança nacional	117
4.7.1 Atos Institucionais (AI) e Serviço Nacional de Informação (SNI)	118
4.7.2 O ano que não terminou	119
4.7.3 Militares se apropriam e reeditam o INL	120
4.8 Bibliotecários se reaproximam da Europa	123
4.8.1 Legislação específica e reconhecimento da profissão	123
4.8.2 INL: incentivo para autores e bibliotecas	125
4.8.3 INL: quando Crispino passou a usar saias	127
4.9 Arquivo Nacional – Documentação além do Decreto Lei nº 1077	129
4.9.1 Expurgo legalizado	130
4.9.2 Bibliotecas: sem ordens expressas	131
4.10 A censura pela perspectiva dos bibliotecários	133
4.11 A censura por diferentes percepções	135
4.12 Crispinos em ação: as editoras frente à censura do Estado	136
4.13 Fogueira e exílio: destino dos livros e autores censurados	141
4.14 Apesar de você, amanhã há de ser outro dia	144
CAPÍTULO 5	146
5 Bibliotecário: liberdade profissional combinada à padronização técnica	147
5.1 Seleção: além da escolha	150
5.2 Velhos caricatos, mulheres autoritárias, ratos, corujas e outros bichos	151
5.2.1 Uma deselegância discreta, além das aparências	152
5.2.2 Potencial para ações mais expressivas	153
5.3 O tempo que transforma	155
5.4 Achados e perdidos: processos além da seleção	158
5.5 A censura em muitos formatos	159

CAPÍTULO 6	162
6 Metodologia de pesquisa: Crispino à frente da seleção técnica	163
6.1 Características da pesquisa histórica	164
6.1.1 Vozes caladas no silêncio dos arquivos	165
6.2 Sistema de hipóteses	165
6.2.1 Hipótese central	166
6.2.2 Hipóteses secundárias	166
6.3 Objetivo geral	166
6.3.1 Objetivos específicos	166
6.4 Miroel Silveira – um conhecedor da censura	167
6.5 Arquivo Miroel Silveira (AMS) – mais do que uma inspiração	168
6.6 Presença e contribuição da bibliotecária para o Arquivo Miroel Silveira	170
6.7 Morfologia dos processos da Divisão de Diversões Públicas (DDP)	171
6.8 Amostragem	173
6.9 Arbitrariedade da censura	179
6.10 Tributo de Crispino às fontes	182
CAPÍTULO 7	185
7 Considerações finais: como é difícil, pai, abrir a porta	186
Essa palavra presa na garganta	186
7.1 Bibliotecas: alvo indireto	188
7.2 Sem política, sem cultura de utilização	189
7.3 Criatividade: a força da semente	190
7.4 São Paulo, mais uma vez, sai na frente	192
7.5 Crispino no país das maravilhas	193
Dom Quixote de La Mancha, o cavaleiro dos sonhos impossíveis	194
Referências	196
Anexo 1 – Decreto-Lei nº 1077	204
Anexo 2 – Roteiro para entrevista com bibliotecários	207
Anexo 3 – Relação de Processos de Censura ao Teatro (peças com livro)	208

INTRODUÇÃO

É PROIBIDO PROIBIR!

Quem hoje transita livremente por espaços públicos como bibliotecas, centros culturais, teatros e conservatórios, em qualquer lugar do mundo, nem sempre tem ideia da luta histórica que – desde os tempos mais remotos e até os dias de hoje – ocorre para que esses espaços possam ser utilizados.

O exercício do poder está na origem do ser humano que busca encontrar modos de dominação. Muitas vezes, a expressão dessa luta assume formas cruéis: tortura, morte, censura, fogueira, silêncio, esquecimento. Báez¹ diz que:

Ao destruir, o homem reivindica o ritual de permanência, purificação e consagração; ao destruir, atualiza uma conduta movida a partir do mais profundo de sua personalidade, em busca de restituir um arquétipo de equilíbrio, poder ou transcendência.

O homem, assim, se mantém em permanente contato com um paradoxo: a preservação e a destruição. Todo o saber – independentemente do tipo de suporte – é protegido, valorizado mas, quando representa ameaça ao poder, destruído. O poder se sustenta à força, impedindo e criando obstáculos, controlando o saber para as gerações futuras, procurando aniquilar a memória; *“destruir é assumir o ato simbólico da morte a partir da negação daquilo que é representado”*².

Documentos da passagem e marcas que rememoram a trajetória da evolução humana revelam muitas semelhanças e convergências entre a caverna primitiva e uma biblioteca. Na intimidade desses espaços reservados estão reunidos e preservados registros das principais histórias da ancestral batalha humana pelo poder sobre todas as coisas – do homem sobre a natureza e a matéria; do homem sobre o homem e seus símbolos: as idéias, o conhecimento.

Para entender esse embate, aprendemos a fragmentar a história, mas ela é única, independentemente de sua forma de representação – científica ou artística, oficial ou marginal. E seus atores também, apesar de mudarem de nomes com a

¹ BÁEZ, F. **História universal da destruição de livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438p. p.23.

² Idem, p. 26.

passagem do tempo: criador e criatura, caçador e caça, dominantes e dominados, opressor e oprimido, burguês e operário, torturador e torturado, mocinho e bandido, integrado e apocalíptico, líder e colaborador.

Mas, como se trata de um embate, o contraponto desta história é a caverna e a biblioteca terem armazenado, preservado e mantido vivas as sementes de uma utopia atávica que mobiliza o homem: o desejo de liberdade, a volta ao Éden, de onde foi expulso por cobiçar o poder do conhecimento e não cumprir a ordem da autoridade absoluta: Deus.

Esta história não acabou. Ela se transformou, evoluiu e agora está presente no paraíso do mercado de consumo, nas autorias privadas, nas patentes proprietárias que integram o mundo material e o ciberespaço da informação digital, no conhecimento de códigos genéticos que sustentam a performance dialética das relações sociais. Cerebral – porém nem sempre inteligente – a relação de força e poder ainda não transcendeu o âmbito individual.

Apesar de reconhecermos e temermos a força coletiva, todos nós – qualquer que seja nosso espaço na linha do tempo – perpetuamos, como nossos ancestrais, o mesmo combate, materializado em relações sociais das esferas públicas e privadas, individuais e coletivas. Como ponto de reflexão, nem mesmo toda a revolução tecnológica foi capaz de minimizar o paradoxo presente na necessidade de preservar, disseminar e deter o saber.

Com o desenvolvimento da comunicação elétrica, iniciada com o telégrafo, no século XIX, surgiu uma percepção de mudança iminente e imediata. Os debates na mídia na segunda metade do século XX estimularam a reavaliação tanto da invenção da impressão gráfica quanto de todas as tecnologias que foram tratadas no princípio como maravilhas. Geralmente aceita-se que as mudanças na mídia tiveram importantes conseqüências culturais e sociais³.

Porém, o autor deixa como contraponto o questionamento: toda essa evolução favorece a democracia ou ditadura? São fatores que aniquilam ou permitem novos tipos de comunidade? Da mesma forma a leitura e a visão permitem uma abertura para o mundo ou um isolamento em um local particular?

Essas questões, pela perspectiva de Castells⁴, têm resposta na própria utilização da tecnologia e na evolução dos modos de comunicar:

³ BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 241p, p.21.

⁴ CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre... Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 243p, p.10.

A comunicação consciente (linguagem humana) é o que faz a especificidade biológica da espécie humana. Como nossa prática é baseada na comunicação, e a Internet transforma o modo como nos comunicamos, nossas vidas são profundamente afetadas por essa nova tecnologia de comunicação. Por outro lado ao usá-la de muitas maneiras, nós transformamos a própria Internet. Um novo padrão sociotécnico emerge dessa interação.

Essa tese parte da investigação da censura nas bibliotecas públicas e se propõe a analisar o impacto desta ação oficial nas práticas dos bibliotecários e nos hábitos dos usuários desses espaços, entendidos como dedicados à preservação dos registros do conhecimento e da memória, das diversidades, das contradições humanas. Por abrigarem patrimônios simbólicos inestimáveis, são também alvos estratégicos de ações de destruição, especialmente quando o poder está em jogo.

Como guardiões de registros seminais, os bibliotecários desempenham papéis simultaneamente técnico e político, nos processos de triagem, recuperação e armazenamento de acervos e, principalmente, no relacionamento e interface com o usuário da biblioteca. E é nessa atuação que o bibliotecário demonstra o seu compromisso ideológico – seja com o poder, seja com a liberdade.

Da mesma forma, o usuário – dependendo do nível de consciência sobre a informação e o poder que um acervo compartilha – pode atuar tanto a favor da defesa, preservação e ampliação desse espaço comum, quanto reforçar ações disfuncionais de isolamento, desintegração e até mesmo destruição.

A análise que apresentamos aqui associa a interpretação de um repertório teórico – selecionado principalmente nos campos da Comunicação, da Ciência da Informação e da Comunicação Social – a registros de diferentes acervos - para expor a relação entre a prática e a evolução da Biblioteconomia e da censura, construída a partir de um estudo de caso sobre o Arquivo Miroel Silveira (AMS), uma coleção especial de documentos sob custódia da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Miroel Silveira foi professor da ECA e responsável por resgatar os processos de censura prévia ao teatro paulista, testemunho da prática burocrática do Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo, no período de 1928 a 1968.

Da realidade à ficção

Para ilustrar a dialética política e ideológica que envolve os bibliotecários, elaboramos como recurso referencial uma resenha sobre o conto *Um general na biblioteca*⁵, escrito por Ítalo Calvino aos 20 anos de idade, quando já havia assumido o compromisso de lutar contra o fascismo italiano, e em 1943 – portanto, durante a Segunda Guerra Mundial - concebeu essa história comum a todos os povos.

Antecipamos aqui que o personagem responsável pela condução dessa história é o bibliotecário Crispino. A ele também atribuímos muito da inspiração e parte do direcionamento poético de nossa pesquisa.

Na bela nação da Pandúria, o Governo decidiu restringir e regulamentar o que a população podia ou não ler. Para isso, destacou um grupo militar de todas as patentes para avaliar os livros da biblioteca nacional e elaborar uma relação das obras permitidas.

A primeira decisão do general – oficial com a mais importante patente e responsável pela missão - foi interditar o acesso da população àquele espaço público. Para isso, afixou na fachada da biblioteca nacional a mensagem: **PROIBIDA A ENTRADA DEVIDO A GRANDES MANOBRAS**.

Os usuários – que usavam capotes, cachecóis e bonés para enfrentar o frio e a neve para ir à biblioteca todas as manhãs – tiveram que voltar para casa cheios de perplexidade e dúvida: grandes manobras na biblioteca significavam desordem, tiros?

Enquanto isso, o general avançava em sua missão de reconhecimento daquele território. Depois de mapear e esquadrinhar cada área do saber, determinou a invasão: cada tenente deveria ler e produzir relatórios de avaliação, que seriam imediatamente transmitidos ao governo. Apesar de toda a racionalidade estratégica do plano, os militares tiveram que recorrer ao apoio do bibliotecário Crispino – um guia naquelas trincheiras desconhecidas.

Conforme Crispino passou a selecionar a amostra e apresentar os diferentes autores, os militares também tiveram acesso a um mundo novo de visões distintas e opiniões controversas. O general, ao perceber a complexidade daquela avaliação e preocupado em apresentar resultados, acabou autorizando os soldados a participarem da leitura e emissão de pareceres. Aos poucos, até mesmo os analfabetos foram incluídos na operação, com o apoio de um soldado alfabetizado que fazia a leitura das obras em voz alta.

Dessa forma, tem início uma troca de saberes que se sobrepõe à produção de relatórios para o governo, cada vez mais esparsa e suspeita. Números e registros frios eram acompanhados de “alguma comunicação extraordinária: a solicitação de óculos para ler de perto, pois um tenente quebrara os seus, a notícia que uma mula tinha comido um códice raro de Cícero que não estava no lugar certo”.

O governo reagiu autoritariamente. O general e seus soldados foram julgados por insubordinação e incompetência no cumprimento da missão. Por se tratar de uma situação inusitada para a qual as punições não estavam previstas, o governo também não teve respaldo

⁵ CALVINO, I. **Um general na biblioteca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

para emitir uma sentença mais rigorosa. Por isso, determinou o afastamento dos réus. Calvino encerra o conto: “[Os militares] Vestidos à paisana, encapotados dentro de sobretudos acolchoados para não congelarem, frequentemente eram vistos entrando na biblioteca, onde espera por eles o senhor Crispino e seus livros”⁶.

Com este conto, Calvino procura demonstrar metaforica e alegoricamente a complexidade e a arbitrariedade dos processos de estabelecimento de critérios, de juízo de valor e a paradoxal relação de alternância de poder na prática da censura. Sem sabedoria suficiente para executar sua missão censória, o general e sua tropa se rendem ao bibliotecário Crispino e, principalmente, à diversidade de interpretações do mundo, cuja amostra se encontra na biblioteca pública. Calvino se baseou na realidade dos métodos dos regimes ditatoriais de censura e repressão ao conhecimento no século XX, vivenciou Mussolini no seu país, acompanhou de perto a ascensão de Franco e Hitler, para construir uma obra ficcional.

Da ficção à realidade

Esta pesquisa percorre o caminho inverso ao de Calvino, mas se inspira na atitude do bibliotecário Crispino que, para nós, representa a postura profissional ideal. Sem julgamentos, sem obstrução da busca, da missão de seus usuários (os militares), o bibliotecário apresenta o microcosmo que está sintetizado em cada biblioteca – suas possibilidades, convergências, diversidades.

Esta tese, portanto, tratará da realidade, notadamente a censura no processo de constituição das bibliotecas públicas e a formação do bibliotecário no mundo e, mais especificamente no Brasil, durante dois regimes de exceção: o Estado Novo (1937-1945) e Regime Militar (1964 – 1985).

Para isso, preparamos uma estrutura de análise descritiva e comparativa porque procuramos caracterizar a censura a bibliotecas em países como Portugal, Espanha e Itália. Também governados por ditadores, os regimes instituídos nesses países serviam de modelo para os governantes brasileiros. Daí buscamos levantar as similaridades e os distanciamentos nas decisões sobre as bibliotecas públicas.

⁶ Resenha elaborada pela pesquisadora.

Desenvolvemos também um trabalho de análise interpretativa. Como a documentação nem sempre explicita as decisões oficiais sobre as bibliotecas ou se omitem sobre as políticas de implantação e desenvolvimento de bibliotecas no país, procuramos interpretar os documentos em relação aos fatos históricos que atestam costumes e práticas sociais adotados em nosso país.

Essas análises têm uma abordagem essencialmente qualitativa, que se adapta ao propósito de englobar correntes diversas, colocando em comum e em interação momentos históricos sobrepostos, interdependentes e que influenciam integralmente este estudo, descrevendo cenários da sociedade contemporânea e suas instituições.

Reconhecemos que nosso trabalho é constituído por continuidades e descontinuidades. A intensidade da prática da censura é instável. Essa volatilidade se relaciona e oscila, como reflexo imediato das condições do cenário político. Assim, em cenários de maior estabilidade social, a censura tende a ser menos rígida. Há mais margem de tolerância nos processos de negociação de poder. Em contrapartida, em cenários de instabilidade e descontrole social, quando a luta pelo poder se acirra, há uma tendência em maior controle das ideias, para facilitar a uniformização da ação de controle e legitimidade da autoridade oficial.

Esta tese está estruturada em sete capítulos. E parte de um quadro teórico de referência, apresentado no **Capítulo 1**, com autores como Peter Burke, Fernando Baéz, Julian Petley, Carlo Ginzburg, Rubens Borba de Moraes, Luís Augusto Milanesi, entre outros que respaldam nossa pesquisa e nossa análise pelas perspectivas da história, cultura e censura; da Ciência da Informação e Comunicação.

Também caracterizamos três acervos que nos forneceram os registros documentais para localizar nossa pesquisa no cenário nacional: o Centro de Pesquisa em Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, o Arquivo Nacional e o Arquivo Miroel Silveira.

Realizada essa contextualização, no **Capítulo 2**, traçamos um panorama cronológico geral, com início em 4000 a.C., quando a escrita como suporte rompe com a tradição oral de preservação do conhecimento e da memória. Essa linha histórica é desenvolvida até 1970 d.C., passando pela formação e administração dos acervos, as atribuições dos copistas. O exercício tradicional da censura pelo poder

instituído. As lutas e resistências sociais pela democratização do poder e do saber. A formação da biblioteca pública.

Como desdobramento e reflexo de uma rede complexa de fatos, no **Capítulo 3** estruturamos um painel específico da história do Brasil, por meio de duas histórias importantes e secundárias: a história do livro e o desenvolvimento das bibliotecas e da Biblioteconomia no país.

A partir dessa base, caracterizamos, no **Capítulo 4**, os dois regimes de exceção que foram relevantes para a história da censura no Brasil: 1) A Era Vargas (1937-1945), que cria o Instituto Nacional do Livro, em 1937, e mantém a prática da censura descentralizada em unidades estaduais; e 2) o regime militar (1964-1985), que centraliza a prática da censura em Brasília, quando descreveremos o papel do Arquivo Nacional.

Aproveitamos para ilustrar esses momentos históricos relatando as relações da censura oficial com três importantes editoras nacionais: **José Olympio** – pelo ideal de seu fundador, que vivenciou os períodos estudados; **Civilização Brasileira** – também pela motivação de seu fundador e por ter lidado com a censura no regime militar – e a **Martins Fontes**, por editar obras de autores proibidos pelo Estado.

Também apresentamos entrevista com dois bibliotecários – Antônio Agenor Briquet de Lemos e Gilda Verri – ambos em exercício da profissão durante o regime militar. Briquet foi o primeiro na iniciativa de apresentar um trabalho no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em 1979, tratando da censura às bibliotecas. Gilda Verri atuou em bibliotecas técnicas científicas, e nos permite entender o tema por um outro viés.

Essas experiências são importantes porque representam os diversos aspectos envolvidos na evolução do perfil do bibliotecário, que apresentamos no **Capítulo 5**. Muitos estereótipos fazem parte do imaginário da sociedade sobre esse profissional. “Rato que habita as estantes”, autoridade que impõe regras e condições de acesso aos livros, coruja – símbolo da sabedoria, o bibliotecário direta ou indiretamente sempre está em relação com as decisões oficiais.

Por isso, relacionamos os diversos paradoxos presentes no exercício da profissão, o embate entre a formação de um acervo que atenda às necessidades de seus usuários e aquilo que pode ser considerado “perigoso”, por imposição do governo, da comunidade ou por seu próprio julgamento; e como esse profissional

facilita ou impede o acesso à informação e ao conhecimento, de acordo com a utilização de técnicas, como as de seleção de acervos e recuperação da informação.

A pesquisa histórica se estrutura ainda sobre o Arquivo Miroel Silveira – acervo formado pelos processos de censura prévia ao teatro, praticada pelo Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo (DDP-SP) entre 1930 e 1968. Essa fonte documental – que deu início e mobilizou todas as nossas investigações – é discutida no **Capítulo 6**. Caracterizamos os documentos, relacionamos as diversas pesquisas desenvolvidas, às quais pretendemos associar nossa contribuição, demonstrando a diferença da atuação da censura em relação a registros orais e registros impressos.

A discussão da ausência de políticas para as bibliotecas públicas no Brasil é tratada no **Capítulo 7**, que também destaca a repetição de modelos por diferentes governos. A mecanização e pasteurização de acervos públicos por meio de distribuição de pacotes prontos, definindo aquilo que os usuários devem ler. Em contrapartida, a resposta da sociedade, com iniciativas de comunidades que se expressam e se mobilizam, independentemente do poder público, para suprir suas necessidades de informação e conhecimento.

Também pontuamos nossas considerações finais, tratando da importância dos processos de formação técnica como respaldo para a implementação de melhorias na formação dos acervos e atendimento à comunidade e, principalmente, a contribuição dos bibliotecários para criação e evolução das políticas específicas para a biblioteca pública brasileira.

Uma bibliotecária nos quartéis da censura

Como bibliotecária, esta pesquisadora teve oportunidade de conhecer e atuar em diversos tipos de bibliotecas, experiência profissional que contribuiu muito para a leitura crítica que se desenvolveu gradativamente, como reflexo das diferentes práticas que existem e são possíveis neste ambiente onde a relação entre conhecimento, pessoas e livros é tão forte e significativa.

Em 1984 a carreira técnica teve início em uma biblioteca escolar, que ficava no subsolo do Liceu Eduardo Prado em conjunto com o Instituto Luzwell. Instalada

em frente à cozinha, era um local visto pelos alunos como isolado, que muitas vezes era destinado ao “castigo”, por exemplo, um aluno não fez uma determinada tarefa, ou teve um ato de indisciplina.

Como profissional da área, a missão foi romper gradativamente com esse paradigma disfuncional e essa imagem distorcida, cativando os alunos que, no horário do intervalo, buscavam a biblioteca como espaço de lazer. Foi uma experiência gratificante poder estimular naqueles jovens uma consciência e uma percepção de que biblioteca pode ser um local agradável e com muitas possibilidades de se aproximar do conhecimento.

Em 1985, a evolução profissional foi alavancada pela participação da pesquisadora na organização da coleção que daria origem à biblioteca Sérgio Buarque de Holanda. O acervo foi adquirido pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e, hoje, integra o setor de Coleções Especiais, dentro da Biblioteca Central. Foi uma vivência especial, pois a coleção de Sérgio Buarque de Holanda é rica e bastante diversificada.

Ainda na UNICAMP, em 1988 contribuímos com a estruturação do Centro de Memória que, embora esteja vinculado à Universidade, tem como objetivos a preservação e a divulgação da história de Campinas. Junto ao Centro de Memória, participamos de cursos de especialização em Arquivos (1989), uma vez que esse aprimoramento profissional é uma oportunidade de acesso a documentos do acervo do Arquivo Histórico.

Em 1996, passamos a desenvolver nosso trabalho junto à Universidade de São Paulo, onde atuamos por dez anos, como diretora da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA). Esse período foi marcado principalmente pelas transformações tecnológicas e reestruturação física do espaço da Biblioteca da ECA.

Como atividades integrantes de nossa experiência profissional, ministramos diversos cursos de extensão para bibliotecários, procurando valorizar tanto o espaço da biblioteca, como analisar a imagem do bibliotecário, em relação às expectativas dos usuários e também como resultado da atuação técnica do profissional. Com isso, quisemos colocar em pauta a reflexão sobre a importância da atitude de rever, reconstruir e valorizar esse papel social.

Em 2001, iniciamos o curso de mestrado na Escola de comunicações e Artes da USP, onde analisamos a utilização dos grupos de foco como ferramenta de

relacionamento e investigação das expectativas dos usuários de biblioteca. A dissertação foi publicada em 2005, pela Editora Interciência.

Ainda atuamos, em 2001, na implantação do curso Técnico de Biblioteconomia criado no SENAC, com intuito de suprir uma carência do mercado, para aqueles que atuam sem formação específica como equipe de apoio no segmento de bibliotecas.

Como docente, no período de 2001 a 2007, assumimos a responsabilidade de ministrar a disciplina de Comunicação Empresarial para o curso de Administração de Empresas nas Faculdades Integradas Tereza Martan.

Com essas trajetórias profissional e acadêmica, reunimos um repertório técnico e teórico que nos permitiu selecionar os acervos e documentos responsáveis por um capítulo tão delicado na história das bibliotecas públicas no Brasil. A censura, as políticas públicas para o desenvolvimento das bibliotecas o papel político do bibliotecário ainda são temas tratados como tabu.

No campo da Ciência da Informação, são privilegiados temas que dizem respeito ao desenvolvimento técnico. As questões humanas são discutidas e estudadas para o aprimoramento da relação usuário e biblioteca. Na literatura da área, uma gama enorme de trabalhos pode ser encontrada. Entretanto, com nossa pesquisa, buscamos um questionamento delicado entre o denominado “poder” do bibliotecário quanto ao acesso à informação, como também, no caso do Brasil, o processo evolutivo e a visão do Estado em relação às bibliotecas públicas.

Entendemos que as bibliotecas são principalmente equipamentos culturais que devem permitir a inserção do cidadão e, dessa forma, transmutar efetivamente a percepção e aproximar o público das bibliotecas, influenciando inclusive visões de mundo.

Um homem passou a vida construindo uma cosmologia, na qual entram queijo e vermes, pigmeus e muçulmanos; reparti-la é também um modo de igualar-se aos poderosos. Poderão matá-lo depois, porém ele terá, falando, a sua glória. Essa paixão de pensar, essa paixão de falar é rara e preciosa; quem sabe não nos ensinará a prezar mais o que é refletir, o que é dizer.

Renato Janine Ribeiro



Figura 1 - Fachada da Biblioteca Demonstrativa de Brasília, idealizada na década de 70 - deveria servir modelo para as Bibliotecas Públicas - 2008

1 A IMPORTÂNCIA DAS FONTES COMO SUBSÍDIO AO PROCESSO ANALÍTICO

O bibliotecário Crispino, personagem de Ítalo Calvino no conto *Um general na biblioteca*, nos mostra que as bibliotecas são espaços que privilegiam a diversidade, pois organizam e acumulam o saber, dentro de suas especificidades, com uma visão ampla, contemplando incontáveis linhas de pensamento. É por isso que toda iniciativa de estudá-las tem uma gama imensa de possibilidades. O pesquisador se vê, então, diante de inúmeros caminhos e, necessariamente, de antemão, é obrigado a proceder tecnicamente como um bibliotecário selecionando, priorizando, recortando as fontes que mais se aproximem de seu foco investigativo.

Como profissional de Biblioteconomia, com esta tese, tivemos o privilégio de trabalhar e conhecer importantes acervos de fontes primárias – documentos originais que testemunham, sem intermediações, momentos históricos singulares e preservam a memória de práticas e decisões que determinaram a nossa história e a nossa cultura.

As bibliotecas me criaram, disse Bradbury. Não acredito em colégios e universidades. Acredito em bibliotecas porque a maioria dos estudantes não tem dinheiro. Quando me formei no colégio durante a depressão (dos anos 1930), não tínhamos dinheiro. Eu não pude ir à faculdade, então fui à biblioteca três dias por semana durante dez anos⁷.

1.1 ACERVOS DE FONTES PRIMÁRIAS

Assim, apresentamos abaixo os arquivos históricos que visitamos, onde pudemos acessar as fontes primárias, que estruturaram essa tese: o Arquivo da Fundação Getúlio Vargas que nos permitiu elaborar um cenário tanto da proposta de disseminação dos ideais de Getúlio Vargas por meio dos livros, como das estratégias para o desenvolvimento das bibliotecas públicas no país; o Arquivo Nacional em Brasília, onde visualizamos como foi o trabalho da censura em relação

⁷ Depoimento de Ray Bradbury à jornalista Jennifer Steinhauer do *New York Times*, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 13/07/2009. Ray Bradbury é autor de *Fahrenheit 451*, entre outras obras.

aos livros; e aquele que originou esta pesquisa, o Arquivo Miroel Silveira, com o qual estudamos as peças teatrais, impressas como livros.

Fundação Getúlio Vargas: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Criado em 1973, no Rio de Janeiro, abriga conjuntos documentais relevantes para a história recente do Brasil, possui o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país. Promove o desenvolvimento de pesquisas e oferece cursos de graduação e pós-graduação. Disponibiliza, gratuitamente por seu portal, um sistema de consulta para mais de um milhão de documentos manuscritos, impressos, fotográficos e fílmicos. Entre estes estão, por exemplo, os arquivos dos presidentes da República Getúlio Vargas, Café Filho, João Goulart, Ernesto Geisel e Tancredo Neves; dos ministros Gustavo Capanema, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, Azeredo da Silveira, Marcílio Marques Moreira e Luís Felipe Lampreia; dos educadores Anísio Teixeira e Lourenço Filho e dos deputados Ulisses Guimarães e Lysâneas Maciel. O CPDOC possui um conjunto de mil entrevistas de história oral, totalizando quatro mil horas de gravação, programa que se originou em 1975.

Arquivo Nacional: criado em 1838, o Arquivo Nacional, sediado no Rio de Janeiro, conserva em seu acervo cinco séculos de história do Brasil. São mais de 500 metros lineares de documentos desde o Brasil Colônia aos dias de hoje.

Parte da história contemporânea encontra-se sob a Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (CRDF). Com a extinção da censura em 1988, o público passou a ter acesso ao acervo da Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal. Os documentos referem-se ao exame de peças teatrais, filmes, letras de música, livros, enfim todo material analisado pelos censores a partir de 1960.

Arquivo Miroel Silveira (AMS): pertence ao Arquivo do Estado de São Paulo mas, temporariamente, está sob a custódia da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. O acervo tem esse nome porque Miroel Silveira – professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – foi o responsável por impedir que esses documentos fossem incinerados, quando as instâncias burocráticas de censura oficial foram desativadas, em 1988.

O Arquivo Miroel Silveira é composto por 6.137 processos de censura prévia ao teatro praticada pelo Serviço de Censura da Divisão de Diversões Públicas do

Estado de São Paulo (DDP-SP), durante os períodos ditatoriais – a Era Vargas (1930 – 1945) e o início do regime militar (1964 – 1970).

O acervo do Arquivo Miroel Silveira (AMS) oferece um conteúdo valiosíssimo em autenticidade, formado por fontes primárias e originais de informação que se constitui em um rico patrimônio de caráter documental, que preserva e resguarda um registro eloquente da memória cultural e histórica de São Paulo, no início do século XX, marcado pela grande confluência de imigrantes que se refugiavam no país, em busca de qualidade de vida e riqueza. Em troca, esses povos traziam seus costumes, suas crenças, suas referências culturais e simbólicas.

O Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) está trabalhando para digitalizar e disponibilizar todos os processos de censura do Arquivo Miroel Silveira on-line (www.eca.usp.br/ams).

1.2 RECONHECIMENTO ÀS FONTES SECUNDÁRIAS QUE CONSTITUEM O QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

Nesta tese, a análise e a interpretação documental têm um caráter marcadamente autoral, evidentemente fundamentados por trabalhos de importantes e reconhecidos estudiosos que nos precederam, desenvolvendo métodos de pesquisas que utilizamos como apoio para os desdobramentos que apresentamos aqui. Esses pesquisadores compõem nosso quadro teórico de referência.

Peter Burke (1937), historiador britânico, professor na área de história cultural no Emmanuel College, da Cambridge University, onde exerceu, além da docência, as funções de bibliotecário e arquivista. É indiscutível a importância de seu trabalho para o estudo da era moderna, por ressaltar a relevância da história social e cultural e buscar uma reflexão sobre as diversas formas da escrita e da leitura, especialmente em obras como *História social do conhecimento*, ou *Uma história social da mídia*, esse último escrito em parceria com Asa Briggs.

Julian Petley⁸, professor na área de cinema e televisão na Universidade de Brunel, Inglaterra. Editor principal do *Journal of British Cinema and Television*, e integrante do conselho editorial do *British Journalism Review*. Suas temáticas de pesquisa envolvem cinema, televisão e imprensa, com ênfase nos assuntos pertinentes às políticas de regulamentação e de liberdade de expressão.

Seu interesse pelos gêneros marginalizados de cinema, como por exemplo, os filmes de horror, levou o pesquisador a se envolver com o tema da censura. Atualmente, Petley estuda a evolução das medidas de controle da internet e como esse controle estabelece diversas formas de vigilância em seus usuários. Para nossa tese, utilizamos especificamente a obra *Censoring the Word*.

Carlo Ginzburg (1939): é historiador e antropólogo italiano, conhecido como um dos pioneiros no estudo da micro-história. Estudou na *Scuola Normale Superiore* de Pisa, e em seguida no *Warburg Institute* de Londres; ensinou história moderna na Universidade de Bolonha, Harvard, Yale, Princeton. Por duas décadas, assumiu na Universidade da Califórnia a cadeira de História do Renascimento Italiano. Desde 2006, ele ocupa a cadeira de história cultural européia na *Scuola Normale Superiore* de Pisa. A obra de Ginzburg selecionada para esta tese foi *O queijo e os vermes* que, como cita o próprio autor, “pretende ser uma história, bem como o escrito histórico. Dirige-se, portanto, ao leitor comum e ao especialista”⁹. Estão entre suas obras *História noturna*, *Mitos emblemas e sinais*, *Nenhuma ilha é uma ilha*.

Identificamos um processo paralelo entre a metodologia de Ginzburg que reconstrói parte da história da censura da Inquisição a partir de documentos localizados no arquivo da Cúria Episcopal da Udine (Itália) e a metodologia que utilizamos a partir dos documentos do Arquivo Miroel Silveira, que nos remete à reconstrução da história da censura às bibliotecas.

Fernando Báez (1970): é filósofo venezuelano, fez seu mestrado na área de Educação e, no doutorado, voltou-se para o campo da Biblioteconomia, construindo um importante estudo da história da destruição de livros e, por conseguinte bibliotecas. Em 2002 publicou o ensaio *La ortodoxia de los herejes*, obra que mostra a construção da censura na América Latina. Foi consultor da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO. Trabalha atualmente

⁸ Data de nascimento não localizada.

⁹ Prefácio à edição inglesa, 2008. p.10.

para o desenvolvimento e preservação da memória em diversos países. Realizou um estudo sobre a devastação cultural do Iraque após a invasão norte-americana. Seu livro *História universal da destruição de livros*, traduzido para 12 idiomas, foi uma das obras que nos incentivou a pesquisar sobre a questão das bibliotecas públicas e censura.

Rubens Borba de Moraes (1899 - 1986): fundador do primeiro curso de biblioteconomia do Brasil aberto ao público paulistano. Fundou a primeira associação profissional de bibliotecários, escreveu diversos livros sobre problemas específicos de bibliotecas e de pesquisa, principalmente a elaboração bibliografias. Responsável pela concepção da Biblioteca Pública de São Paulo, conhecida como biblioteca Mário de Andrade. Destacou-se pela idealização de políticas para o desenvolvimento de bibliotecas públicas no país.

Sua obra *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial* foi o primeiro trabalho condensado e devidamente sistematizado sobre este tema. Como bibliógrafo, publicou *Bibliographia brasiliana* e *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Como bibliófilo: *O bibliófilo aprendiz*, um guia para aqueles que desejam se iniciar na coleção de obras raras.

Alberto Manguel (1948): argentino, naturalizou-se canadense em 1985, ensaísta, organizador de antologias, tradutor, editor e romancista. Atualmente, mora na França, com seus 30.000 livros.

Manguel, na sua juventude trabalhava, após a escola, na livraria anglo-germânica *Pygmalion*, em Buenos Aires, onde teve a oportunidade de conhecer Jorge Luís Borges, um dos clientes habituais, que nesta época já estava cego e, por isso, dependia de pessoas que pudessem ler para ele. Foi assim que Alberto Manguel conquistou essa atribuição de leitor entre 1964 e 1968. Junto ao mestre, pode lapidar sua paixão pelos textos e os livros. Entre suas obras estacam-se: *Dicionário de lugares imaginários; A biblioteca à noite; Uma história da leitura*.

Laurence Hallewell¹⁰: pesquisador inglês defendeu sua tese de doutorado na Universidade de Essex, tratando do desenvolvimento do livro e da indústria livreira no Brasil. O trabalho, publicado pela Edusp em 1985, com o título *O Livro no Brasil: sua história*, é considerado até hoje o estudo mais completo sobre a formação e

¹⁰ Data de nascimento não localizada.

estruturação da indústria livreira no país. A segunda edição devidamente ampliada e revisada foi publicada em 2005, pela própria Edusp.

Edson Nery da Fonseca (1921): professor emérito da Universidade de Brasília, onde criou e dirigiu o curso de Biblioteconomia, foi o responsável pela implantação da Biblioteca Central na capital federal. Sua obra *Introdução à Biblioteconomia* é fundamental para pesquisadores interessados no tema, como também é a base para profissionais da informação novatos ou experientes.

Luís Augusto Milanesi¹¹: é bibliotecário pela Universidade de São Paulo (USP), onde também se titulou mestre e doutor na área de Ciências da Comunicação. Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia. Atua no campo da informação pública e da ação cultural. Autor de vários livros, entre os quais *A casa da invenção* e *Biblioteca*. Fundou e dirigiu o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

Maria Cristina Castilho Costa¹²: doutora em ciências sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e livre docente em ciências da comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC) da ECA/USP e autora de obras importantes como *Censura em cena – teatro e censura no Brasil; Teatro, comunicação e censura; Arte – resistências e rupturas*, entre outras.

O resultado da soma das informações provenientes dessas fontes primárias e secundárias é o que apresentaremos a seguir e que constitui a base para a fundamentação de nossa pesquisa sobre a evolução das bibliotecas e sua relação com a censura.

1.3 LIVROS: OBJETOS DA TRANSGRESSÃO

No âmbito do Arquivo Miroel Silveira (AMS), todas as linhas de pesquisa que foram e estão sendo desenvolvidas abordam a censura em diversas vertentes, o que

¹¹ Data de nascimento não localizada.

¹² Data de nascimento não localizada.

conduz à reflexão sobre a importância da biblioteca na preservação da memória para as gerações futuras, não somente na organização de informações, mas, principalmente, como apoio ao desenvolvimento e questionamento às mais diversas linhas de pensamento. Como afirma Báez:

Deve-se entender que o patrimônio cultural existe na medida em que o cultural constitui o patrimônio mais representativo de cada povo. Em si mesmo, o patrimônio tem capacidade de promover um sentimento de afirmação e pertencimento, pode sustentar ou estimular a consciência de identidade de um povo em seu território; é como uma carteira de identidade que permite preservar ações culturais propícias à integração¹³.

A partir de nosso trabalho investigativo junto ao acervo do Arquivo Miroel Silveira, pudemos perceber a atuação incessante dos órgãos censórios criados pelo Estado, em suas instâncias federais e estaduais, assim como pudemos testemunhar as dificuldades impostas pela censura à criação e difusão cultural no país. Por isso, ampliamos essa perspectiva até então restrita ao Arquivo Miroel Silveira e passamos a considerar as seguintes indagações:

- Teria havido processo semelhante de censura prévia para a publicação de livros?
- As bibliotecas teriam sido submetidas a censores que buscavam títulos para tirá-los de circulação?
- As muitas peças apresentadas à censura se constituíam em livros impressos, os censores teriam direito de modificá-los em nome da moralidade ou de qualquer outra justificativa?

Para uma pesquisadora e profissional sensibilizada pelas experiências já relatadas, essas perguntas exigiam respostas. Por isso, consideramos oportuno refletir o que teria acontecido com os livros que se encontram nos processos do Arquivo Miroel Silveira, estender os estudos sobre a censura para novos campos do saber e para outras fontes de expressão e informação.

Assim surgia essa proposta de pesquisa, desenvolvida sob a forma de doutorado, que trata das bibliotecas em suas relações com o Estado e os poderes instituídos. No processo de encontrar respostas para o questionamento original, outras hipóteses e dúvidas surgiram:

¹³ BÁEZ, F. **História universal da destruição de livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 24.

- As bibliotecas públicas, no Brasil, teriam sido um instrumento de poder, como foram as espanholas, italianas e portuguesas, durante o período dos regimes totalitários do século XX?

Lembramos que, como país colonizado, o Brasil, por obediência à Corte sempre praticou a censura com base no modelo português. A Independência e a República mantiveram essa prática e, portanto, a tradição histórica. O Estado Novo foi um período em que os grandes ditadores serviram de inspiração às práticas adotadas por Getúlio Vargas. Por isso, a constituição do Arquivo Miroel Silveira neste período determina a investigação de possíveis convergências entre a prática da censura no eixo latino e o Brasil.

- No Brasil, as bibliotecas públicas teriam sofrido intervenção direta do Estado na constituição e manutenção de seus acervos?

- Como a biblioteca, mais especificamente a pública, foi vista pelo Estado republicano brasileiro, principalmente durante os períodos de exceção?

- A censura, como um recurso utilizado desde que o homem instituiu formas de dominação e poder, teria alcançado nossas bibliotecas da mesma forma como aponta Calvino no texto introdutório deste trabalho?

Esta pesquisa busca responder essas questões, situando-as no Brasil, nos períodos ditatoriais do século XX: o Estado Novo de Getúlio Vargas e no Regime Militar. Nesse sentido, nosso trabalho visa as bibliotecas e seus livros. Mas colocará foco também naquele que faz com que tanto um como o outro tenham vida: os leitores - denominados dessa forma, ou chamados de usuários, clientes, consulentes. A importância dos leitores já foi enfatizada por inúmeros autores, entre os quais Alberto Manguel que afirma:

Ler as letras de uma página é apenas um dos seus disfarces. O astrônomo lendo um mapa de estrelas que não existem mais; o arquiteto japonês lendo a terra sobre a qual será erguida uma casa, de modo a protegê-la das forças malignas; [...] o agricultor lendo o tempo no céu – todos compartilham com os leitores de livros a arte de decifrar e traduzir signos¹⁴.

O autor ainda diz que cabe ao leitor a decifração do objeto, lugar ou acontecimento, que lhe confere uma legibilidade. Por isso, entendemos que cabe

¹⁴ MANGUEL, A. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006. p.19.

ao leitor a liberdade de decidir o que deve ou não ler. Quando trata dos leitores, Alberto Manguel¹⁵ demonstra o prazer da leitura com vários exemplos, dos quais selecionamos:

Junto a uma longa fileira de prateleiras grosseiramente talhadas, um monge coreano puxa uma das 80 mil tabuinhas de madeira da *Tripitaka coreana*, obra com sete séculos de idade, e segura-a diante de si, lendo com uma atenção silenciosa.

[...] Cego, Jorge Luis Borges, aperta os olhos para melhor escutar as palavras de um leitor que não se vê.

E as bibliotecas são o espaço ideal para abrigar, preservar, oferecer e manter acesso adequado para o conhecimento humano. Nela deve caber, senão literalmente, um pouco de todo conhecimento, com suas diferentes visões, opiniões e modos de ver.

1.4 CENSURA: EXERCÍCIO DE PODER

Segundo o dicionário Houaiss, censura pode ser definida como: análise, feita por censor, de trabalhos artísticos, informativos etc, geralmente com base em critérios morais ou políticos, para julgar a conveniência de sua liberação à exibição pública, publicação ou divulgação; autoridade ou função de censor exame crítico de trabalhos artísticos; crítica, juízo.

É uma atitude, portanto, que visa interferir na divulgação das idéias de um autor, às vezes impedindo a publicação, outras vezes, a circulação e venda dos livros, outras ainda a guarda em bibliotecas privadas ou públicas, proibindo o acesso dos leitores. Assim, a censura resulta em um jogo de forças entre o poder político e o poder abstrato das palavras, das idéias e dos textos escritos.

Entretanto gostaríamos de esclarecer que, em nosso trabalho, quando tratamos da censura, estamos analisando aquela imposta pelos governos estabelecidos. A censura, porém, não é ação exclusiva do Estado, seja ele monárquico ou republicano. A caça aos livros não é privilégio de um determinado regime político. No entanto, a censura promovida pelo Estado, como aquela descrita por Calvino em seu conto, é a que mais resistência desperta, pois intimida, emudece e é exercida em nome da defesa dos cidadãos. Sobre isso nos fala Gonzalez:

¹⁵ MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p 15-17.

A censura estatal é uma parte obscura do medo de quem opta por falar. É certo que outras formas de medo levam à mudez, à rigidez dos corpos; ao apagamento de zonas inteiras da memória. Porém quando a censura elege colocar-se nas vestimentas da linguagem regulamentadora do Estado, escreve uma página única do poder que depois por acaso é esquecida¹⁶.

Nesse cenário, a censura não atua sozinha. Para toda censura haverá um movimento de diálogo e oposição, com mecanismos necessariamente libertários e transgressores, demonstrando que, nesse embate dialético, duas forças poderosas são diferentes faces da mesma moeda. O poder de dominar e o poder de libertar ideias e pessoas são formas de comportamento oponentes na batalha ancestral que se desencadeia através dos tempos.

1.5 LIBERDADE DE EXPRESSÃO É CONTRAPARTIDA À CENSURA

A liberdade de expressão é o instrumento que faz frente à censura ao conhecimento. Petley¹⁷ considera que a liberdade de expressão é um dos pilares da democracia. Sua primeira manifestação formal se deu na França revolucionária, em 1789, quando foi promulgada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Naquele mesmo ano, a Constituição norte-americana a ratifica, quando o governo estabelece a Primeira Emenda. Mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial e a derrota dos governos nazifascistas, esse mesmo princípio é renovado com o estabelecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, e a difusão do artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Para um contexto ideal de exercício democrático, teremos uma definição de biblioteca que, de acordo com Knuth, tem sua sustentação e se justifica na liberdade. “A liberdade do intelecto – o direito inegável de pensar, escrever e ler – é a raiz da estruturação das bibliotecas ocidentais”¹⁸.

Entretanto, na história real, que inclui o jogo entre uma proposta de acesso amplo à informação e o cerceamento por meio de mecanismos do poder, devemos refletir sobre as políticas públicas que prescrevem como as bibliotecas devem

¹⁶ GONZALEZ apud INVERNIZZI, H.; GOCIOL, J. **Un golpe a los libros**: represión a la cultura durante la última dictadura militar. 2ª ed. Buenos Aires: UEDEBA, 2003. p.17.

¹⁷ PETLEY, J. **Censoring the word**. London: Seagull books, 2007. 112p.

¹⁸ KNUTH, R. **Libricide**: the regime-sponsored destruction of books and libraries in the twentieth century. Westport: Praeger, 2003. p.34.

funcionar em um país e em uma época determinada – o que devem guardar e para quem devem expor seus acervos. Isso é o que pensava Foucault:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade¹⁹.

Na mesma direção, afirma Burke:

Todos os Estados foram sociedades da informação, pois a geração do poder de Estado pressupõe a reprodução reflexivamente monitorada do sistema, envolvendo a coleta, armazenamento e controle regulares da informação, aplicadas a fins administrativos²⁰.

O que pretendemos, estimulados por esses autores e essas idéias, é refletir como as bibliotecas foram atingidas pela censura no Brasil nos dois períodos ditatoriais que permearam o século XX, da mesma forma como foram atingidos os leitores, os autores e o público em geral. Nosso objetivo é analisar as medidas que foram tomadas no sentido de coibir e limitar o acesso à informação, determinando o que deveria ou não ser lido pela população. Queremos saber como agiram os Crispinos, ou os bibliotecários, que conviveram ou sobreviveram a situações de autoritarismo no Brasil.

1.6 AS TRANSFORMAÇÕES POSSÍVEIS

O conto de Calvino mostra que Crispino, exercendo seu papel, foi responsável por novos hábitos, novas ordens, novos comportamentos. Nosso papel aqui, como pesquisadora e bibliotecária, é oferecer acesso aos resultados de uma investigação particular, que combina algumas versões sobre a história das bibliotecas no Brasil em um período de exercício de censura.

Sabemos que este trabalho tem potencial para provocar transformações. Mas, entendemos também que - independentemente de qualquer proporção que possa ter - essa transformação será consequência e de total responsabilidade do leitor que,

¹⁹ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009.p. 8-9.

²⁰ BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro, Zahar, 2003. p.111.

como vimos e acreditamos, tem o poder e a liberdade para atribuir a este texto, mais do que legibilidade, legitimidade.

Atribuição das próprias dúvidas à tentação demoníaca refletia a atitude relativamente cautelosa de Menocchio no início do processo. E de fato, logo depois expôs a dupla fundamentação de seu pensamento: “A base deste meu pensamento estava no fato de tantos homens terem vindo ao mundo e nenhum ter nascido de mulher virgem; e, como eu tinha lido que a gloriosa Virgem se casara com são José, achava que Jesus Cristo fosse seu filho; além disso, li histórias em que são José chamava Nosso Senhor Jesus Cristo de filhinho. Li isso num livro que se chamava *Il Fioretto della Bibbia*”. Este foi um exemplo escolhido ao acaso. Mais de uma vez Menocchio indicou este ou aquele livro como fonte (não exclusiva, no caso) das suas “opiniões”. Mas o que é que Menocchio leu?

Infelizmente não temos a lista completa de seus livros. No momento da prisão o vigário-geral mandou que revistassem sua casa. Foram encontrados alguns volumes, mas não eram livros suspeitos ou proibidos e, portanto, não foram inventariados.

O queijo e os vermes



Figura 2 - Fachada da Biblioteca Mario de Andrade em reforma desde 2007- São Paulo, 2010

2 ARBITRARIEDADE DAS INTERDIÇÕES AO CONHECIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE PODER

O processo de produção do texto escrito é caracterizado por uma relação dialética e paradoxal. Temos, como condição natural de evolução humana, o desenvolvimento de tecnologias de comunicação que possibilitaram o registro, a preservação e a transmissão do conhecimento. Em contrapartida, também observamos formas diferentes de censura e controle do acesso à informação, como parte do exercício de poder e dominação social.

O contexto em que essa relação e esse embate pelo poder se estabelecem é complexo e envolve, simultaneamente, entre outros, os vieses histórico, político, econômico, social e geográfico. Por isso, elaboramos um painel cronológico referencial (com datas aproximadas), selecionando os episódios que consideramos emblemáticos no processo de produção e os mecanismos de censura aos textos escritos.

É importante esclarecer que, como se trata de um período de tempo muito longo para ser analisado por diferentes vieses, adotamos a perspectiva cronológica, mas lembramos que a amplitude e a diversidade dos aspectos analisados nos obrigaram a algumas sobreposições em função das comparações entre as práticas de diferentes países e povos. Buscamos reproduzir o método do general, na definição tática, e a estratégia do bibliotecário Crispino para lembrar que não existem verdades absolutas, mas uma diversidade de saberes que se articulam e complementam.

2.1 DIFUSÃO DAS TÉCNICAS DE REGISTRO

Desde a caverna, a trajetória do homem é marcada pelo desenvolvimento técnico, responsável pelas grandes transformações e evoluções da humanidade. Aqui, vamos tratar de alguns desses sistemas. Depois dos pictogramas registrados nas paredes, o homem inventou a fala que, por muito tempo, foi o suporte mais

adequado para o conhecimento do mundo, o relacionamento do homem com seus iguais e, principalmente, a instauração da tradição de transmissão do conhecimento. A oralidade se inicia com grunhidos, uivos e gradativamente se transforma em sílabas, palavras, frases com sentidos que identificam as coisas do mundo e o outro.

Para que a tradição oral pudesse superar os limites de um suporte tão volátil, o homem passou a associá-la a outra técnica: a memorização, uma arte cuja origem é atribuída principalmente aos gregos, mas que também foi praticada pelos romanos e assimilada por toda a Europa²¹.

Essa arte busca a memorização por meio de uma técnica de imprimir “lugares” e “imagens” na memória. Tem sido classificada como “mnemotécnica”, ramo da atividade humana que parece ser pouco considerado nos tempos atuais²².

Uma memória bem treinada era fundamental em uma sociedade cujos registros não dispunham de outro suporte para preservar e disseminar a informação. Apesar de vulnerável e sujeita a distorções, a memória foi uma prática comum entre homens ilustres da história mundial. Platão é um deles. Mas, vamos destacar aqui o poeta grego Simônides²³ (556 a.C – 468 a.C.), considerado o pai da arte da memória.

Segundo a história²⁴, durante um jantar, Simônides incluiu em seu poema uma homenagem aos deuses Castor e Pólux. Contrariado, o anfitrião Scopas, quis pagar somente metade do combinado ao poeta que, se retirou do local, antes do fim da festa. Mais tarde, Simônides foi avisado que o teto da casa de Scopas havia desmoronado, matado e desfigurado todos os que estavam lá. Mas, graças à sua memória, Simônides conseguiu identificar os corpos, utilizando uma técnica de associação de pessoas, lugares e objetos.

Como técnica, a arte da memória perdeu status e foi substituída por outras formas de preservação e transmissão do conhecimento. Entretanto, em momentos de crise, ela ainda é de grande valia.

A invenção da escrita – praticamente concomitante à organização das sociedades mais complexas e resultado da necessidade de organização, administração e controle das atividades econômicas – determina a superação da

²¹ YATES, F. **A arte da memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

²² Idem.

²³ Primeiro poeta a ser remunerado por suas poesias. A Antiguidade atribui a Simônides a definição: “A pintura é uma poesia silenciosa e a poesia é uma pintura que fala”.

²⁴ A história é contada por Cícero, na obra *De oratore*. Marco Túlio Cícero (106 aC – 42 aC) foi filósofo, orador, escritor, advogado e político romano.

oralidade. Existem discussões sobre a precisão da data, por isso alguns estudiosos consideram a escrita já na pré-história, como função mágica. Em 10.000 a.C., as civilizações localizadas na atual região da Escandinávia possuíam um sistema organizado de representações gráficas, mas ainda desprovido de recursos que permitissem transcrever o discurso.

Com base em uma análise de caracteres que compõem cada sistema, são identificados três principais tipos de escrita:

- Os pictogramas apareceram por volta de 3300 a.C. na Mesopotâmia, entre os sumérios.
- Os ideogramas decorrentes da multiplicação ao infinito de pictogramas.
- As escritas silábicas, nas quais os ideogramas representavam os sons sucessivos de cada palavra. “Essas escritas são as principais da Antiguidade pré-clássica, com os ideogramas cuneiformes e a escrita hieroglífica egípcia²⁵.”

Quando o homem chegou ao registro escrito da fala conquistou, como consequência, sistemas cada vez mais portáteis de preservação da informação – tábuas de madeira, argila e cera, pergaminho e papiro.

Coube aos fenícios (2000 a.C.) a elaboração de um princípio de escrita alfabética engenhosa e simples, disseminada e adotada por diversos povos como o hebreu, árabe, indiano e grego – este último, origem de todos os alfabetos do mundo ocidental.

A invenção da escrita alfabética pode ser considerada um momento de ruptura na história do conhecimento. Ela facilitou o processo de abstração, promoveu a disseminação da informação e sua conservação no tempo e no espaço.

Podemos atribuir também à escrita os primeiros movimentos de análise, reflexão e interpretação do mundo, criando as condições preliminares para a gradativa substituição da concepção divina e mística de mundo pela adoção de uma perspectiva humana e reacional.

Mas o acesso aos textos escritos pressupunha necessariamente o domínio dos códigos lingüísticos. Por esse motivo, durante muito tempo o texto escrito, o

²⁵ BARBIER, F. **A história do livro**. Paulistana: São Paulo, 2008.

monopólio do acesso às informações e o poder permaneceram nas mãos principalmente de sábios e sacerdotes.

Ainda que de forma restrita, enfatizamos que a escrita facilitou as condições para a troca de informações entre os povos, criando espaço para certa igualdade de expressão, não vinculada e independente de orientações oficiais.

Entretanto, desde o final do século II e início do século I a.C., a língua passou a ser percebida como forte elemento de identidade e unidade de povos. Dessa condição política, surgiu a necessidade de estruturar regras gerais, que oferecessem diretrizes de uso aos falantes.

Assim, o desenvolvimento da gramática como elemento organizador fundamental da escrita tem início em 200 a.C., e busca uma estratégia normativa para uniformizar a base de construção de textos escritos e restringir os usos particulares da língua. Nesse momento, passou-se de uma concepção de gramática como competência em matéria de textos a uma concepção de gramática como sistema de língua, isto é, como base para a organização do pensamento e do conhecimento.

Tendo chegado a esse ponto, a gramática antiga se apresenta como a racionalização de uma acumulação: autoridades lingüísticas, os textos são a diversidade materializada e manifestada em sua origem pela biblioteca, e a gramática, nascida dessa acumulação, se apresenta com o princípio racional que permite nos encontrarmos na diversidade e, por conseguinte, lê-la.²⁶

Se as regras gramaticais podem ser entendidas como uma via de acesso à diversidade de pensamento, é inegável que elas também criam barreiras, interditam o texto ao falante, que é obrigado a dominar um uso específico da língua para poder ler e ter acesso ao conhecimento. Nesse sentido, a escrita se associa à autoridade e controle.

Mesmo assim, as bibliotecas sempre exerceram um fascínio no imaginário humano. Na Antiguidade elas eram consideradas um conservatório da cultura e, especialmente, na Babilônia, Alexandre, o Grande, manteve em sua residência real, a Alexandria, uma biblioteca reconhecida como referência de seu poder político e cultural, um templo do saber que preservou e permitiu ao mundo conhecer textos de Aristóteles, Ésquilo, Sófocles, Eurípedes, entre outros.

²⁶ BARATIN, M. Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação. In BARATIN, M.; JACOB, C. (org). **O poder das bibliotecas** – a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

Em contrapartida, essas bibliotecas sempre foram alvo da destruição em situações de guerra ou estratégias de controle. Ptolomeu Epifânio (205 - 182), para arruinar a biblioteca de Pérgamo, proibiu a exportação de papiro egípcio. A decisão foi bem sucedida temporariamente, mas provocou uma reação inesperada: a criação do pergaminho, em 170²⁷.

E, durante muito tempo, o resguardo do conteúdo informacional dos textos, seja para fins de preservação da memória ou supremacia política foi responsabilidade de uma pessoa independente – denominada guardião, arquivista ou, mais tarde, bibliotecário. Poderiam ser monges, que também assumiram a função de copistas das obras, como tão bem retratou Umberto Eco, na obra *O Nome da Rosa*. Podemos citar ainda os “zeladores de arquivos” que, segundo Peter Burke, deveriam ser analfabetos, para resistir à tentação da leitura²⁸.

A relação entre escrita e poder pressupõe os sistemas de armazenamento e recuperação de informações. Por isso é que esse contexto também nos remete ao espaço das bibliotecas e daqueles que nelas atuavam. E todos os demais responsáveis que se envolveram em empreitadas heróicas para salvar os livros de ações políticas tiranas e vandalismos decorrentes de ocupações e dominações, preservando o conhecimento, a cultura e a memória de seus povos.

O processo manuscrito de produção do texto escrito é mantido até meados do século XV²⁹, quando o alemão Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg (1390 – 1468) cria a prensa com tipos móveis e reutilizáveis. O mecanismo permitiu a aceleração do processo de impressão e a reprodução de livros em escala bem como sua distribuição.

A prensa com tipos móveis também permite que o livro gradativamente deixe os redutos regulados principalmente pela Igreja para ocupar outros espaços, criando novas condições de acesso, interpretação e relação com o texto escrito e, claro, as inevitáveis reações por parte das instituições interessadas em manter o poder, restringindo o acesso às informações.

Por isso, a seguir, explicaremos os mecanismos censura desenvolvidos pela Igreja, no período da Inquisição e a posterior transição desse exercício do poder

²⁷ BARBIER, F. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008. p.42-43.

²⁸ BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.p. 128.

²⁹ De acordo com a versão histórica oficial e ocidental. Mas existem registros sobre outros processos de publicação. Na China e no Japão, era praticada a reprodução mecânica de textos. Esta abordagem é discutida por Roger Chartier em *As revoluções da leitura no Ocidente*.

para o Estado Nação, no início do século XVIII, período que precedeu dois grandes momentos históricos: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

2.2 O PODER DE CONTROLE E CENSURA DA IGREJA

A substituição do Império Romano pela Igreja Católica está associada à falência do poder imperial, resultado da desorganização administrativa, econômica e ao desgaste social decorrentes das invasões germânicas. Dessa forma, somente a Igreja Católica, com sede em Roma, manteve-se e consolidou-se como instituição na Europa.

Em razão de sua influência em diversos setores da vida medieval, a Igreja Católica também exerceu um importante papel político de unificação, diante da fragmentada sociedade feudal. A palavra *católico* tem origem grega e significa universal. Ela foi adotada desde o Concílio de Trento (1545 – 1563) para distinguir a Igreja Romana em relação às Igrejas da Reforma.

No exercício da censura, a Igreja Católica se destacou pela imposição de normas e regras sobre a palavra. Também atribuiu o valor de sagrado aos textos religiosos, que se fortaleceram, por terem sido inspirados e ditados por uma divindade, uma entidade superior.

Dessa forma, a censura – mais do que um ato de poder oficial – se sofisticou e se consolidou como um instrumento institucional, sustentado por rígidos mecanismos de controle e administração da informação.

No início do século XVI as edições continuavam a reeditar obras como Imitação de Cristo, Lenda dourada e as inúmeras Vidas de Santos, como também as produções dos padres da Igreja, particularmente, Santo Agostinho e São Bernardo³⁰.

Entretanto, depois de ter sido ordenado padre e excomungado da igreja, Martinho Lutero (1483 – 1546), em 1517, afixa nas portas de Wittenberg suas 95 teses que deram origem à eclosão da Reforma Protestante na Alemanha. Entendemos que esse foi o marco de uma revolução da imprensa, responsável pela

³⁰ FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. **O aparecimento do livro**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 509p.

rápida disseminação e propagação dos livros que continham as ideias do Protestantismo:

Talvez nunca um só livro, só por si, tenha convencido alguém. Mas, mesmo sem persuadir o leitor, o livro é, em todo o caso, a prova tangível de uma convicção, materializada pela sua posse; fornece igualmente argumentos àqueles que já estão convencidos, permitindo-lhes aprofundar e documentar a sua fé, dando-lhes elementos que os ajudarão a triunfar nas discussões e arregimentar os indecisos. É, sem dúvida, por todas estas razões que, no século XVI, desempenha um papel essencial no desenvolvimento do protestantismo.³¹

Impressiona a rapidez com que Lutero conseguiu divulgar sua fé. Foram feitas 800 edições de uma centena de seus textos, nos idiomas: latim, alemão e noutras línguas. Ao morrer, em 1546, haviam sido publicadas 3.700 edições de suas obras, excluídas desse número as traduções da Bíblia³².

Os textos considerados heréticos foram difundidos secretamente, por criticarem e se oporem à Igreja Católica. O edito de Nantes, de 1598, tratava do controle dos livros por teólogos e proibia a difusão de escritos considerados difamatórios.

[...] o século é assinalado com prisões, editos e ordenações sobre o mesmo assunto, e sinistramente iluminado pela chama de fogueiras que não consumiram apenas livros, mas também as pessoas que os imprimiam, vendiam, distribuíaam ou os possuíam³³.

2.2.1 Repressão aos hereges

O Índice de Livros Proibidos, de acordo com Peter Burke³⁴, foi o sistema de censura mais famoso e difundido da Idade Média. Era considerado um catálogo, ou melhor, como define o autor um “anticatálogo”, do que era permitido ou não ler. É exemplo da ação de censura o impedimento à leitura de livros, praticada pela Sagrada Congregação da Inquisição Romana. Peter Burke esclarece que existiam índices locais, porém os mais importantes eram os emitidos pela autoridade papal. A criação do Índice foi uma clara reação da Igreja Católica ao protestantismo e à imprensa.

³¹ Idem (grifo nosso).

³² LABARRE, A. **História do livro**. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1981.

³³ Idem.

³⁴ BURKE, P.; BRIGGS, A. **Uma história social da mídia**. 2ª. ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 56.

(O índice modelo, de 1564, começava com um conjunto de regras gerais proibindo três tipos principais de livros: os heréticos, os imorais e os de magia. Vinha então uma lista alfabética de autores e títulos divididos entre 'primeira classe' (todos os seus títulos proibidos) e os de 'segunda classe' casos em que a proibição só atingia algumas obras específicas³⁵.

Com proibição a mais de 550 autores, entre eles Boccaccio, Rabelais, Erasmo e Maquiavel, o Índice original tinha por objetivo erradicar da memória humana os nomes desses hereges. Mas a censura não se restringia à listagem e a exclusão de autores. De acordo com Petley:

Muitos livros foram queimados pela Igreja Católica Romana, que levaram ao estabelecimento de vários Índices. O mais famoso exemplo é o *Index Librorum Prohibitorum*, estabelecido pelo Papa Paulo IV³⁶.

Até 1948, o Índice foi reeditado e atualizado, antes de ser finalmente abandonado, em 1966. Depois de persistir por quatro séculos, esse mecanismo de censura conseguiu prejudicar a divulgação do conhecimento no mundo católico e ainda serviu de modelo para outras ações oficiais arbitrárias, como acrescenta Petley:

Nos tempos recentes, União Soviética, Alemanha Nazista, Ditadura Grega (1967 – 1974) e o regime de apartheid na África do Sul produziram listas semelhantes. Todas são formas potentes de censura e servem claramente como alerta a editores, livreiros e leitores que determinados textos são tabus e que ser encontrado com algum deles poderia resultar em formas severas de punição, incluindo a morte³⁷.

Os documentos e práticas da Inquisição foram detalhadamente analisados e descritos por Carlo Ginzburg no livro *O queijo e os vermes*, baseado no processo inquisitório de Domenico Scandella, um moleiro conhecido como Menocchio, condenado à fogueira pela Igreja por acreditar que o mundo tinha origem na putrefação.

Este livro narra a sua história. Graças a uma farta documentação, temos condições de saber quais eram as suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos, temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos. De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós³⁸.

A Igreja Católica, entretanto, não estava sozinha no exercício da censura e do controle ao texto escrito. Por volta de 1520, tem início a censura praticada pela

³⁵ BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p.130.

³⁶ PETLEY, J. **Censoring the word**. London: Seagull books, 2007. p.7.

³⁷ Idem. p.7.

³⁸ GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

Igreja Protestante que, além das obras católicas, estende as restrições aos livros reformistas radicais.

Se a censura protestante está virtualmente esquecida enquanto a católica ainda é lembrada, isso resulta provavelmente do fato de que os protestantes eram menos centralizados, para não dizer divididos, de modo que suas tentativas de suprimir certos tipos de livros eram necessariamente menos eficazes³⁹.

Com maior ou menor organização, o que podemos observar é que as Igrejas – sejam elas Católica ou Protestante – se encontram e se unificam na prática da censura, do controle, da regulação, da proibição, utilizando para isso métodos de castigo, de tortura, de estímulo à delação, de promoção do medo àqueles que ousassem conceber ideias e conhecimento que deixassem de reafirmar e consolidar o poder sagrado sobre a razão.

2.3 O PODER DE CONTROLE E CENSURA DO ESTADO

De maneira geral, podemos atribuir a transição do poder da Igreja para o Estado principalmente em razão de uma mudança na organização socioeconômica na Europa. O sistema de produção feudal – fechado, auto-suficiente, limitado ao consumo local – entrou em falência e deixou de proporcionar aos servos uma estrutura de sobrevivência. Gerou, com isso, um excedente de trabalhadores que, em busca de melhores condições de vida, começaram a migrar para as cidades.

Por volta do século XV, o Estado Nação passa a assumir o lugar da Igreja na regulação social. A descentralização do poder e dos senhores feudais é substituída por uma centralização monárquica, apoiada pela burguesia, estruturando formas de unificação dos povos.

O desenvolvimento do comércio, das cidades e das relações pré-capitalistas é decorrente dessa mudança. Há uma intensificação das atividades urbanas e a consolidação da burguesia que se alia aos monarcas – até então sem uma atuação política expressiva – e entram em confronto com a nobreza e a Igreja. A concentração urbana e o fortalecimento econômico favorecem a centralização da autoridade real, substituindo o poder local pelo nacional.

³⁹ BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.130.

Essa nova estrutura socioeconômica e sociopolítica foi prerrogativa para uma ruptura na visão teocêntrica imposta pela Igreja. A evolução, o progresso e o desenvolvimento estimularam o abandono das crenças religiosas e místicas. As respostas até então justificadas pela fé passaram a ser dadas pelo homem, pela razão, pelo intelecto.

Também fomentados pela burguesia, os princípios filosóficos que caracterizaram esse período foram o empirismo, a crítica à intolerância religiosa e a democracia. A consolidação dessa estrutura fez surgir naturalmente uma oposição ao poder absoluto dos monarcas e também do clero e da nobreza, principalmente, em relação às injustiças administrativas –como a concessão real de privilégios –, aos gastos desmedidos e aos excessos ostensivos do luxo, às condições tributárias extorsivas e restrições das práticas comerciais, ao controle dos tribunais e às condenações deliberadas à prisão e à morte, sem julgamento.

A história mostra ainda que a luta entre o conhecimento o poder, em suas diferentes formas de repressão, é contínuas e muitas vezes surpreendente.

Quis a ironia da história que essa alfabetização, na verdade inesperada e estreitamente ligada à nova religião, tivesse conseqüências radicais, e até mesmo revolucionárias, para a estabilidade social do Império⁴⁰.

2.4 AS REVOLUÇÕES PELA REPRESENTAÇÃO DO POVO NO PODER

O desenvolvimento da indústria editorial durante a segunda metade do século XVIII promoveu o aumento da multiplicação de livros e a criação de jornais diários, ou da imprensa como a conhecemos atualmente. Há, dessa forma, uma intensificação das relações entre o leitor e o texto e seus processos de elaboração, impressão, divulgação e armazenamento, que se tornaram cada vez mais complexos, conflituosos e públicos.

Mas demorou algum tempo ainda para que a idéia de um acervo como espaço democrático e acessível ao povo se instalasse, como reflexo inquestionável de duas importantes revoluções.

⁴⁰ CÂNFORA, L. **Livro e liberdade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Ateliê, 2003. p.85.

A Revolução Francesa (1789) contribuiu para disseminação de novas ideias e comportamentos com caráter liberal e democrático. Adotamos nessa pesquisa a perspectiva dos historiadores que entendem a Revolução Francesa como a apoteose de um movimento revolucionário global, que também chegou aos Estados Unidos, Inglaterra, Holanda, Bélgica, Itália, Alemanha, Suíça e demais países europeus.

Distinguem a França nesse movimento: uma identidade política própria na condução da revolução, a mobilização social na superação do Antigo Regime, a reação radical à concorrência desleal do comércio inglês – que introduz produtos industrializados mais baratos no mercado –, a preparação da França para o capitalismo industrial e a difusão dos ideais de igualdade, liberdade, fraternidade, emancipação e justiça social.

Se a França promoveu a exaltação de ideias, na Inglaterra a burguesia comercial deu origem à burguesia industrial e promoveu o avanço da tecnologia e dos processos de produção em série, encontrando as condições propícias para o desenvolvimento e expansão do capitalismo como sistema econômico, denominado Revolução Industrial (1780).

A substituição da manufatura pelos processos mecanizados foi consequência de investimentos da burguesia em alternativas que melhorassem, aumentassem e acelerassem a produção de mercadorias. A Inglaterra conquistou a dianteira desse movimento, por possuir grandes reservas de carvão - principal fonte de energia das máquinas a vapor - e ferro, matéria-prima utilizada nesse período. A mão-de-obra era abundante. E o mercado consumidor absorvia a produção.

Teares mecânicos, máquina a vapor (moinhos, bombas d'água, trens, barcos) e evolução dos transportes combinados revolucionaram as técnicas de produção. A máquina substitui as forças humana e animal, baixa os preços das mercadorias, mas gera, em contrapartida, milhares de desempregados, além de ambientes e condições de trabalho precárias e até desumanas para empregar homens, mulheres e crianças.

Os empregadores – proprietários dos meios de produção – exigiam jornadas de 18 horas diárias de trabalho e os empregados estavam sujeitos até mesmo a castigos físicos. Sem direitos trabalhistas e em total abandono em caso de desemprego, a situação dos operários era crítica.

Por isso, em muitas regiões da Europa, os trabalhadores começaram a se organizar para lutar por melhores condições de trabalho. Os operários de fábrica formaram as *trade unions* (associações sindicais) com o objetivo de negociar condições de trabalho mais adequadas e justas. Houve também movimentos grevistas radicais, com invasão de fábricas e quebra de máquinas, como forma de protesto.

2.4.1 Liberdade para manifestar a expressão

Das conquistas que tiveram início com esses movimentos revolucionários, a liberdade de expressão – seja ela individual ou da mídia – é considerada por Petley um dos pilares da democracia.

Pensadores como John Locke, Charles de Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau, Thomas Jefferson já haviam se manifestado em relação aos direitos civis quando, em 1789, o governo dos Estados Unidos outorgou a Primeira Emenda⁴¹ à Constituição, manifestando-se textualmente contra a limitação do direito de expressão.

No mesmo ano, a França divulga os Direitos do Homem e do Cidadão, reiterando a tendência política de democratização do uso da palavra e liberação da produção de discursos verbais e escritos do controle institucional.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, determinou a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em seu artigo 19, estende a todos os homens o direito à liberdade de expressão e opinião, sem interferências de quaisquer meios e fronteiras. Mas isso não significa que esse direito seja respeitado em qualquer circunstância. Petley é categórico e explica:

Entretanto, isso não garante que a liberdade de expressão é ou poderá ser absoluta. Particularmente em épocas de guerra, ela pode ser suprimida para preservar a segurança nacional, como também poucos irão defender a produção e distribuição de imagens que possuam registros de estupros ou

⁴¹ “O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade da palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir pacificamente e de dirigir ao Governo petições para a reparação de seus agravos”. Fonte: sítio oficial da Embaixada Norte-Americana no Brasil.

abusos infantis. Todos os países democráticos possuem leis que limitam a liberdade na mídia de uma maneira ou de outra⁴².

Encerramos a conceituação de liberdade de expressão com uma ideia concebida pelo ex-presidente norte-americano Thomas Jefferson para quem não adiantava a liberdade de publicação sem que as pessoas tivessem capacidade de ler e compreender o que estivesse escrito. Dessa forma, fica explícita a relação íntima entre liberdade de expressão e, principalmente, produção do texto escrito e acesso à educação.

2.4.2 Serviços públicos: uma conquista social

A valorização da ciência, a liberdade individual e a crença no progresso incentivaram o homem a inventar máquinas que pudessem multiplicar produtos, bens de consumo, e também ideias, bens simbólicos. Mas a mudança comportamental e cultural foi um processo gradativo, porque os mecanismos de controle do poder estavam definitivamente arraigados em todas as relações de domínio.

Alberto Manguel fala do temor dos donos de escravos nas colônias inglesas, principalmente nos Estados Unidos, quando era cogitada a alfabetização de escravos.

Aprender a ler, para os escravos, não era um passaporte imediato para a liberdade, mas uma maneira de ter acesso a um dos instrumentos poderosos de seus opressores: o livro. Os donos de escravos (tal como ditadores, tiranos, monarcas absolutos e outros detentores ilícitos do poder) acreditavam firmemente no poder da palavra escrita⁴³.

O poder da palavra escrita é mágico. O indivíduo que aprende a ler, mesmo que sejam poucas palavras pode se apaixonar pelo conhecimento, querer mais e passar a exigir seus direitos ao poder estabelecido. O filósofo espanhol Ortega y Gasset explica que:

O livro é, pois, o dizer exemplar que, por isso mesmo, traz em si essencialmente o requisito de ser escrito, fixado, pois ao ser escrito e fixado, é como se virtualmente uma voz anônima o estivesse dizendo sempre, assim como os moinhos de orações no Tibete incumbem ao vento orar perpetuamente. Este é o primeiro momento do livro como autêntica

⁴² PETLEY, J. **Censoring the word**. London: Seagull books, 2007. p.29.

⁴³ MANGUEL, A. **A biblioteca à noite**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p.313.

função vivente: que está em potência, dizendo sempre o que é preciso dizer⁴⁴.

Apesar dos temores dos detentores do poder, desde a segunda metade do século XVIII, o crescimento da produção de livros, a multiplicação e transformação dos jornais desencadearam as sociedades de leitura e livrarias de empréstimo. Era a hegemonia da palavra escrita e de maior alcance em seu projeto de igualdade, de informação acessível a todos, mesmo com as barreiras dos idiomas e de desigualdade de classes.

Circo, ópera, folhetos, almanaques e a Biblioteca Azul – que, na França, editava livros a preços populares e cuja produção se tornou elemento característico da cultura popular – foram responsáveis pela democratização de obras até então destinadas à elite, fazendo-as atingir todas as camadas da sociedade, chegando a segmentos mais amplos de público. Seus textos retratavam a ficção cômica, conhecimentos úteis e exercícios de devoção. Esse conjunto de bens simbólicos representava os primórdios do que viria a ser a cultura de massa.

Trata-se de uma produção simbólica voltada ao grande público que, submetido aos rigores do trabalho industrial e das ocupações subalternas, passa a usufruir, como um bem das horas de ócio e lazer – aquelas que se concentram entre as longas e difíceis jornadas de trabalho⁴⁵.

Burke⁴⁶ demonstra que a leitura crítica surge com a disseminação das obras impressas, pois os leitores podiam comparar diversas opiniões em livros diferentes. Entretanto o autor alerta para que essa mudança de hábito não seja superestimada, pois nem toda leitura era crítica. Também a leitura privada era considerada perigosa:

[...] agindo ou não como tranqüilizante, a atividade era vista como perigosa, especialmente quando praticada por grupos subordinados como mulheres e “gente comum”⁴⁷.

No século XIX, o aprimoramento da indústria cultural - baseada na organização empresarial, produção seriada, lucratividade e tecnicismo - marca também o início da comunicação de massa.

A emergência e o fortalecimento da burguesia, decorrentes tanto da Revolução Francesa quanto da Revolução Industrial, demandaram ao Estado a

⁴⁴ ORTEGA y GASSET, J. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006. p 51.

⁴⁵ COSTA, M. C. C. **Ficção, comunicação e mídias**. São Paulo, SENAC, 2001.

⁴⁶ BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

⁴⁷ Idem.

ampliação do sistema de educação e a formação de bibliotecas, ambos como espaços públicos, desencadeando o processo de democratização e naturalização do direito do cidadão ao acesso à informação, ao conhecimento e, portanto, à leitura⁴⁸.

Se por um lado, havia uma consciência da necessidade, benefício e utilidade evidentes da leitura, bem como um definitivo interesse comercial na produção de livros, por outro, houve divergência quanto às políticas públicas para a liberação desse acesso informacional em diferentes partes do mundo.

Na Inglaterra do século XIX, o economista Stanley Jevons (1835-1882) defendeu a existência das bibliotecas públicas sob o viés de sua utilidade social, mantidas por meio de recursos financeiros gerados pelo pagamento de impostos. Jevons sustenta que o investimento seria baixo e ofereceria boa leitura ao povo. A biblioteca seria ainda um meio econômico para tentar manter “homens exaustos e sem dinheiro entretidos em prazeres inocentes”, portanto, longe das prisões, tribunais e asilos⁴⁹.

Mas o tema não era unanimidade e causava polêmicas inclusive entre os contemporâneos de Jevons, que viam nas bibliotecas públicas uma ameaça à produtividade, pois o excesso de leitura de romances poderia afetar a disposição dos operários para o trabalho.

Outros, em defesa da manutenção do poder, manifestavam percepções preconceituosas, creditando perigo à ação dos livros junto a mulheres e crianças que, por não terem personalidades completamente formadas, poderiam ser influenciadas e desvirtuadas.

Nos Estados Unidos, a biblioteca pública contava com o apoio e defesa de idéias mais liberais, que a entendiam como espaço para a manutenção da democracia, por proporcionar apoio fundamental para a educação da população.

Segundo essa filosofia, a biblioteca pública era considerada um meio capaz de espalhar a educação, tratando a todos como iguais e colocando os recursos da nação ao alcance de todos, independentemente de capacidades individuais⁵⁰.

Entretanto, a empolgação e a vanguarda norte-americanas não devem ser entendidas equivocadamente. Devemos ter cautela para averiguar as formas de

⁴⁸ COSTA, M. C. C. **Ficção, comunicação e mídias**. São Paulo: SENAC, 2001.

⁴⁹ MUELLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.p.9.

⁵⁰ SHERA apud MUELLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.p.11.

censura praticadas mesmo que num contexto de promessa de acesso democrático à informação e domínio público.

A militância dos bibliotecários norte-americanos e de suas associações é um fato extremamente positivo e que revela, em si mesmo, que naquele país a censura tanto oficial como não-oficial existe⁵¹.

É nítido o conflito que existe entre pensar a biblioteca como espaço de difusão do conhecimento e, ao mesmo tempo, de perdição de leitores expostos a diferentes visões de mundo. A escrita, para ser viva, necessita de leitura que pode ou não trazer liberdade de opinião e pensamento, transformando-se potencialmente numa ameaça real ao poder. Alberto Manguel explica esse conflito:

Assim, nem todos os poderes do leitor são iluminadores. O mesmo ato que pode dar vida ao texto, extrair suas revelações, multiplicar seus significados, espelhar nele o passado, o presente e as possibilidades do futuro também pode destruir ou tentar destruir a página viva. Todo leitor também pode mentir, declarando obstinadamente que o texto serve a uma doutrina, a uma lei arbitrária, a uma vantagem particular, aos direitos dos donos de escravos ou à autoridade de tiranos⁵².

Entretanto, é preciso entender que essa insegurança se trata de um reflexo do exercício e manutenção do poder, seja pelo Estado ou pelo povo. E, nesse sentido, a biblioteca, principalmente a pública, constitui-se um espaço de embate político, ainda que alguns autores tentem atribuir-lhe um caráter de imparcialidade: “a liberdade do intelecto – o direito inegável de pensar, escrever e ler – é a raiz da estruturação das bibliotecas ocidentais”⁵³. De acordo com Leitão:

Com o passar do tempo, a biblioteca passou a ser também reconhecida como uma organização representativa para a comunidade na qual está inserida. Como tal combina uma série de características e atribuições. Entre elas, podemos citar: a garantia do acesso igualitário a informações; a preservação das tradições democráticas, quando impede qualquer forma de censura na constituição de seu acervo.⁵⁴ (grifo nosso)

A título de esclarecimento, existe uma categorização técnica das bibliotecas que é importante deixar, desde já, definida. Por se tratar de especificidades do campo da Ciência da Informação, optamos por elaborar um quadro que, apesar de simplificar, torna os conceitos mais didáticos.

⁵¹ LEMOS, A. A. B. de. Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras? In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 10., 1980, Curitiba. **Anais**. Curitiba, ABP, 1980. v.3, p. 1158-1161.

⁵² MANGUEL, A. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.322.

⁵³ KNUTH, R. **Libricide: the regime-sponsored destruction of books and libraries in the twentieth century**. Westport: Praeger, 2003.

⁵⁴ LEITÃO, B. J. M. **Avaliação quantitativa e qualitativa numa biblioteca universitária**. Rio de Janeiro: Intertexto/Interciencia, 2005. p.15.

CATEGORIA	ACESSO	MANTENEDOR	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO ACERVO
Pública	Jovens e adultos	Público	De acordo com a UNESCO, é a força viva para a educação, cultura e informação e agente essencial para a promoção de paz e bem-estar espiritual da humanidade. É o centro local de informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo o tipo de conhecimento. Deve estar aberta para todos, sem distinção. O acervo deve refletir tendências atuais e a evolução da sociedade, assim como a memória das conquistas e imaginação da humanidade. Coleções e serviços não podem ser objeto de censura ideológica, política ou religiosa, nem de pressões comerciais. A biblioteca pública deve por princípio ser gratuita. A definição da UNESCO, entretanto, atribui a responsabilidade do financiamento da biblioteca pública às autoridades locais e nacionais. Deve ser apoiada por uma legislação específica. Nesta categoria se incluem as bibliotecas circulantes e populares.
Infantil	Crianças	Público	Deve ser o suporte para o desenvolvimento criativo da criança. Não deveria estar dentro da escola. A criança deveria ter acesso primeiro à biblioteca infantil para depois utilizar a escolar. Segundo a UNESCO, a biblioteca pública é a responsável pela biblioteca infantil.
Escolar	Crianças e jovens	Público ou privado	Tem o objetivo específico de fornecer livros e material didático tanto a estudantes como professores. Ela oferece a infraestrutura bibliográfica e audiovisual ao ensino fundamental e médio. Deveria ser o braço de todo o desenvolvimento pedagógico da escola.
Especializada	Geral	Público ou privado	A designação faz referência tanto à especialização das coleções como à tipologia dos usuários. Exemplos: infantis, gibitecas, hemerotecas
Universitária	Alunos, professores, pesquisadores	Público ou privado	Fornecer infraestrutura bibliográfica e documental aos cursos, pesquisas e serviços mantidos pela Universidade.

Quadro 1 – Características técnicas do acervo

Esse quadro pretende demonstrar principalmente a diferença em relação ao público que as bibliotecas atendem. Além disso, destaca também a distinção das bibliotecas em relação às características técnicas de seus acervos, que devem ser estruturados para representar e respaldar adequadamente ao perfil de seus usuários.

2.5 GUERRAS MUNDIAIS: CENSURA E ARBITRARIEDADE NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECAS

A tomada da biblioteca de Crispino pelo general e seus soldados não é resultado aleatório da ficção de Ítalo Calvino, mas uma referência alegórica à experiência particular autor, extensiva tanto à sociedade europeia quanto às demais nações do planeta.

Depois de um período de prosperidade e grandes novidades tecnológicas – mudanças proporcionadas pela mecanização do trabalho, pelo desenvolvimento industrial, técnico e científico – tem início um clima de instabilidade mundial, decorrente da disputa político-econômica por novos mercados e pelas colônias,

principalmente africanas e asiáticas, consideradas fontes geradoras de matéria-prima.

Para entendermos o ambiente onde a censura às bibliotecas se manifesta no século XX, descreveremos alguns dos principais períodos históricos que caracterizam a radicalização da ação censória, especialmente praticada por ditadores em cenários críticos de oposição e luta entre governantes e a sociedade, quando se agravam os embates e a repressão da liberdade de expressão.

2.5.1 Primeira Guerra Mundial: os movimentos nacionalistas e a política de alianças

A guerra que deveria acabar com todas as guerras eclodiu em 1914 e se estendeu até 1918. Foi somente um ensaio trágico para o que o planeta assistiria 25 anos depois. Entre os efeitos da Primeira Guerra, interessam para esta pesquisa: os movimentos nacionalistas - instalados em países como Alemanha, Rússia e França, já no início do século XX. E ainda a política de alianças – depois da chamada paz armada – trégua instituída para a produção de armas e fortalecimento dos exércitos das principais potências mundiais – o clima de tensão internacional levou os países a firmarem alianças, somando forças para enfrentar as potências rivais. Alemanha, Império Austro-húngaro e Itália formam a Tríplice Aliança, enquanto a França, Inglaterra e Rússia formaram a Tríplice Entente à qual os Estados Unidos aderiram.

Até 1917, o Brasil se manteve neutro em relação à guerra. Mas, a ação indiscriminada e descontrolada da Alemanha contra a superior Inglaterra terminou atingindo e afundando um navio brasileiro, o Macau, em mares europeus. Assim, a reação do presidente Wenceslau Brás foi romper relações diplomáticas com Berlim e se aliar aos Estados Unidos na guerra contra os alemães.

A Primeira Guerra Mundial foi encerrada com vitória das nações lideradas pelos Estados Unidos, França, Inglaterra e Rússia e a assinatura do Tratado de Versalhes pela Alemanha derrotada, em 1919.

2.5.2 Segunda Guerra Mundial e as estratégias geopolíticas do poder

A condição rígida imposta à Alemanha pelo Tratado de Versalhes, a crise econômica dos Estados Unidos, em 1929, o fortalecimento dos movimentos nacionalistas são fatos que se somaram para o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Vamos tratar aqui de algumas políticas adotadas pelos países e aquilo que consideramos os principais resultados da guerra.

2.5.2.1 Política expansionista do Terceiro Reich

Depois de desrespeitar o Tratado de Versalhes, o Terceiro Reich de Adolf Hitler reorganizou as forças armadas para iniciar uma política de expansão territorial. Tomou a Áustria e a Tchecoslováquia. Em 1939, a Alemanha formou com a Itália e o Japão, o chamado Eixo. Assim, a Itália conquistou a Etiópia e a Albânia, enquanto o Japão tomou a Manchúria e outras regiões da China. As ações do Eixo se fortaleceram graças à omissão adotada pela Liga das Nações, incumbida de restabelecer a paz mundial, e da qual participavam França e Inglaterra.

A pouca resistência inicial favoreceu a expansão territorial projetada por Hitler, que se valeu do período em que países buscavam se reorganizar, depois de terem sofrido os efeitos da Primeira Guerra. Além disso, os governos fascistas europeus adotaram uma política de incremento à indústria bélica, para fazer frente à crise econômica que castigava países como Alemanha, Itália e Espanha.

2.5.2.2 A neutralidade temporária dos Estados Unidos

Na América, os Estados Unidos estavam, há algum tempo, enfrentando uma intensa série de crises internas. Protecionismos comerciais, créditos financeiros, aumento da produção industrial, saturação do mercado foram marcas consecutivas de um processo de quebra das bolsas norte-americanas e da instauração da crise

econômica em 1929, ano em que mais de 13 milhões de norte-americanos peregrinaram pelo país à procura de emprego.

Ocupados em priorizar soluções para o caos interno, os Estados Unidos terminaram adotando uma postura inicial de neutralidade política em relação à Europa, até a guerra começar. Em 1932, é firmado o pacto de boa vizinhança, que evita a intervenção militar norte-americana nos países da América Latina. Com o rompimento da Lei de Neutralidade, em 1938, o rearmamento volta a ser praticado pelos Estados Unidos, que passam a vender armas para países em guerra contra a Alemanha e o Japão. Em 1940, o presidente Franklin Roosevelt cria o Conselho de Defesa Nacional. No ano seguinte, o ataque aéreo japonês a Pearl Harbor define a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

2.5.2.3 Política de isolamento da URSS

Por implantar o regime comunista, desde 1917, a União Soviética terminou isolada nas relações e decisões sobre a guerra. Além disso, assinou um pacto de não-agressão (Ribbentrop-Molotov), assegurando tempo para ações armamentistas e evitando a iminente ameaça de agressão alemã. Tanto comunistas quanto nazistas sabiam da fragilidade do tratado. Em 1939 a Alemanha invadiu a Polônia e deu início à Segunda Guerra.

Com isso, os países se agruparam em dois grandes blocos rivais: Alemanha, Japão e Itália (Eixo) e França, Inglaterra, Estados Unidos e URSS (Aliados). Além das dezenas de milhões de mortes, de forma geral, podemos atribuir à Segunda Guerra Mundial responsabilidade por: desenvolver a indústria bélica; reorganizar o mapa político mundial; criar zonas de influência na Coreia e na Alemanha; instaurar um tribunal de julgamento para crimes nazistas; indenizar financeiramente a França, Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos; implementar a Organização das Nações Unidas (ONU); planejar a ajuda financeira norte-americana para recuperação econômica dos países da Europa (Plano Marshall); descolonizar a Ásia e a África; instaurar a Guerra Fria – conflito ideológico entre o capitalismo dos Estados Unidos e o comunismo da União Soviética.

Complementaremos, agora, este painel, pontuando e nos aproximando da ação política praticada por alguns ditadores europeus, com a intenção de mostrar a repressão e a intolerância do poder instituído e destituído de limites contra grupos civis – comunistas, anarquistas, judeus, ciganos, homossexuais – e contra qualquer informação, conhecimento ou ideologia considerados contrários aos regimes em vigor. Dessa forma, o que observamos aqui é uma reedição da tensão medieval em relação a princípios que subvertam a ordem e reivindiquem a distribuição do poder.

Foucault explica que o poder tem interesse em vigiar e estabelecer regras para controlar o saber e as diferentes formas de exclusão e intolerância, entendidas como a aplicação ferrenha da regra existente. Nessa linha, aponta para a existência de uma vontade de verdade associada ao sistema de exclusão, fundamental para entender como é disposto o saber em uma sociedade:

Ora esta vontade de verdade, tal como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre suporte institucional: ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, e claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente, sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certo modo, atribuído. Recordemos aqui, apenas a título simbólico, o velho princípio grego: a aritmética é tratada nas sociedades democráticas, porque ensina as relações de igualdade, mas a geometria apenas deve ser ensinada nas oligarquias, dado que demonstra as proporções de desigualdade⁵⁵.

Podemos dizer que, independentemente de apontarmos as sofisticações dos sistemas de exclusão e controle ligados às instituições públicas, como as bibliotecas, os regimes totalitários eram arbitrários, implantando medidas de profilaxia social, aniquilando tudo o que fosse considerado prejudicial ao engrandecimento da nação.

Muitos foram os regimes totalitários que utilizaram a censura como ferramenta no intuito de manter aquilo que era entendido como ordem, disciplina e paz na sociedade.

2.6 A CENSURA AO CONHECIMENTO ADOTADA PELOS LÍDERES MUNDIAIS

⁵⁵ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009.p. 8-9.

Na primeira metade do século XX, até mesmo países considerados democráticos praticaram medidas de censura ao conhecimento e, portanto, livros e bibliotecas. Os tempos de guerra impuseram – como estratégia de defesa – restrição à livre circulação de livros e ideias que variavam em amplitude e intensidade mas, efetivamente, eram generalizadas. Em *História Universal da destruição de livros*⁵⁶, Fernando Báez apresenta a ação dos governos europeus em relação à censura ao conhecimento.

2.6.1 Espanha • Francisco Franco (1936 – 1947)

Da Guerra Civil Espanhola, até o golpe militar que colocou o general Francisco Franco no poder contra os anarquistas, comunistas e a favor Adolf Hitler, a Espanha praticou a caça aos livros. Em outubro de 1934, as forças da ordem destruíram 257 bibliotecas populares nas Academias. Também foram incendiadas as bibliotecas particulares, mantidas em residências civis ou em sindicatos.

Como medida para reforçar a caçada às obras proibidas, o reitor da Universidade de Ovedo criou uma Comissão para a Depuração de Bibliotecas que, graças ao rigor e vigor de suas ações, fez com que desaparecessem centenas de textos:

Expropriam-se todos os livros definidos como pornográficos, revolucionários ou nocivos à moral pública. Parte dos escritos foi colocada numa seção que se denominou El Infierno⁵⁷, na Biblioteca Pública de Ovedo, reaberta somente em 1974.⁵⁸

Em 1937, a Biblioteca Nacional, em Madri, foi bombardeada, e somente graças à abnegação dos bibliotecários é que centenas de livros e manuscritos se

⁵⁶ BÁEZ, F. **História universal da destruição de livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438p.

⁵⁷ Interessante observar que o sentido de 'Inferno', bibliográfico e documentário foi delineado por bibliotecários da Biblioteca Nacional de Paris, em meados do século XIX, quando reuniam em área reservada de consulta restrita, as obras ilegais, eróticas, imorais e de caráter ofensivo ou 'repugnante', sórdido ou ultrajante, desse modo identificadas em determinada época que precedeu ao seu expurgo do conhecimento organizado. A esse respeito, ver o site da Biblioteca Nacional (www.bn.br).

⁵⁸ BÁEZ, F. **História universal da destruição de livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p.232.

salvaram. O autor complementa sua análise histórica, mostrando como a repressão ao conhecimento era tratada como medida de saúde pública:

[...] é um caso de Saúde Pública fazer desaparecer todas essas publicações e, para que não fique vestígio delas, a Junta de Defesa deliberou:

Primeiro: pelos governadores civis, prefeitos e delegados governamentais se procederá, urgente e rigorosamente, à expropriação e destruição de todas as obras de matriz socialista ou comunista que se acharem em bibliotecas ambulantes ou escolas [...]

Segundo: os inspetores de ensino inscritos nos Reitorados autorizarão, sob sua responsabilidade, o uso nas escolas unicamente de livros cujo conteúdo responda aos sagrados princípios da religião e moral cristã, e que exaltem, com seus exemplos, o patriotismo da infância⁵⁹.

Em 1937, a Delegacia de Estado para a Imprensa e Propaganda encarregou uma única repartição da censura sobre livros, folhetos e impressos. A partir de 1938, um decreto impôs normas para a depuração e instalação de seções de uso restrito nas bibliotecas espanholas.

Em 1939, em Barcelona, foram destruídas 72 toneladas de livros, procedentes de livrarias, editoras e bibliotecas públicas, ou particulares, e tudo por seus conteúdos comunistas. O grau de censura e destruição foi tão violento, que atualmente os governos tanto da Catalunha e do País Basco exigem ao Governo Central a devolução dos documentos originais confiscados pelas tropas de Franco.

2.6.2 Itália • Benito Mussolini (1922 – 1943)

Instaurou o fascismo italiano, que se mobilizou contra a esquerda revolucionária. Em 1935 aliou-se à Alemanha e, em 1936 estendeu aliança ao Japão. Em 1938, confiscou a biblioteca da comunidade judaica de Turim. Com isso, milhares de livros foram queimados em praça pública. Apesar de a maioria dos manifestantes ou seguidores do ditador ser analfabeta, muitos deles também eram estudantes.

Mas essa decisão só ilustra uma pequena parte do que aconteceu em toda a Itália. Segundo Báez⁶⁰, as estimativas mais otimistas apontam uma destruição de mais de dois milhões de livros e o desaparecimento de 39 mil manuscritos.

⁵⁹ Idem. p.238.

⁶⁰ BÁEZ, F. **História universal da destruição de livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro : Ediouro, 2006. p.254.

2.6.3 Portugal • Antônio de Oliveira Salazar (1928 – 1968)

Com um rígido regime político e econômico, Antônio de Oliveira Salazar conseguiu sanear as finanças portuguesas. Por isso, foi denominado 'salvador da pátria'. Em 1933 instituiu o Estado Novo e permaneceu no poder até 1968. Salazar se identificava com Francisco Franco e Benito Mussolini.

Carismático e personalista, Salazar imprime ao Estado Novo uma postura conservadora, de extrema direita e ultranacionalista, centrada em sua pessoa, uma figura taciturna e recolhida, mas de forte impacto sobre a população – que cansada das instabilidades políticas e econômicas das décadas anteriores, deixa-se seduzir pelo discurso moralista e centralizador do caudilho⁶¹.

Salazar contava com Antônio Ferro, um modernista de fachada admirador de Mussolini, que em 1933 foi nomeado diretor do Secretariado da Propaganda Nacional. Costa afirma que:

Antônio Ferro desenvolve a política do Espírito, concebida como a humanização do poder. Segundo sua proposta, era imprescindível manter a proximidade com o povo através de festividades e da estetização do poder⁶².

Salazar contribuiu para impor uma censura às bibliotecas com os seguintes processos:

- Os livros não eram catalogados. Assim, para o público, deixavam de existir.
- Os livros já catalogados sumiam da estante ou tinham as fichas retiradas do catálogo.
- O "Index dos livros proibidos" ficava em um catálogo interno da biblioteca pública de Braga, cujo acesso era permitido somente "a leitores com sólida formação moral ou devidamente credenciados"⁶³.

⁶¹ COSTA, M. C. C.. **A censura em cena**: teatro e censura no Brasil: Arquivo Miroel Silveira. São Paulo: Edusp, FAPESP, Imprensa Oficial, 2006. p.3.

⁶² Idem p.3.

⁶³ NUNES, H. B. **A censura nas bibliotecas**. Disponível em: nortebad.wordpress.com/2009/04/17. Acesso em: set.2009.

2.7 ESTADOS UNIDOS CENSURAM, APESAR DA PRIMEIRA EMENDA

A censura é um dos instrumentos para a profilaxia social, recurso daqueles que desejam o obscurantismo para perpetuar concepções de mundo e desigualdades existentes na sociedade⁶⁴. Mesmo nos regimes considerados democráticos encontramos formas sutis de controle da opinião pública, da publicação impressa e da livre expressão de ideias. De forma dissimulada esse controle se exerce sob outras justificativas.

Apesar de ser um país entendido como democrático, as práticas de censura ideológica nos Estados Unidos não são segredo, assim como os métodos norte-americanos de coerção. Assim, a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos não foi suficientemente forte para enfrentar a tensão política em tempos de guerra.

A obra *Ulisses*, do escritor irlandês James Joyce, foi censurada desde 1918, quando Ezra Pound publicou trechos do romance na *The Little Review*, revista editada por Margaret Anderson e Jane Heap, com o apoio de John Quinn, um advogado de Nova York interessado em arte e literatura experimentais contemporâneas. Depois de enfrentarem problemas com a censura, os editores foram condenados por publicarem obscenidades. Assim, foi interrompida publicação seriada do romance. A circulação do livro só foi permitida nos Estados Unidos em 1933.

[...] o processo que sofreu D. H. Lawrence, por causa de “*O amante de Lady Chatterley*”, e o de Joyce devido a “*Ulysses*”. O romance de Lawrence só veio a ser liberado na Inglaterra e nos Estados Unidos em 1959, numa sentença pronunciada a favor da Editora Penguin Books⁶⁵.

Durante a gestão do presidente Dwight David Eisenhower, teve destaque a atuação do senador Joseph McCarthy contra o que ele classificou como infiltração de comunistas na estrutura do Governo: houve uma caça aos livros considerados comunistas nas bibliotecas públicas. Os bibliotecários tiveram que jurar fidelidade à constituição norte-americana, submetendo-se a investigações sobre sua vida privada, convicções pessoais e declarar sua não participação em organizações

⁶⁴ SILVA, R. **Liberdade de informação**. Informação livre: da quantificação necessária à democracia. Lisboa: Polígono, 1981.

⁶⁵ SILVA, D. da. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. 2ª.ed. São Paulo: Manole, 2010.

consideradas de esquerda. A atuação da *American Library Association* foi fundamental para que os bibliotecários pudessem enfrentar esse momento⁶⁶.

2.8 FOGUEIRAS E MORTES NO SÉCULO XX

Na primeira metade do século XX, o mundo ocidental e oriental estava mergulhado numa conjuntura de extrema arbitrariedade e violenta prática – principalmente militar - da censura. Hitler, Mussolini, Salazar, Franco, Mao Tsé-Tung, Stalin estendiam os poderes de seus desmandos a seus subordinados, e ao povo, encarregados de executar as maiores atrocidades tanto a inimigos estrangeiros quanto a compatriotas considerados suspeitos de conspiração ideológica ou qualquer outro motivo que desse oportunidade para a ação de massacre.

Para manter o controle sobre as massas, ditadores como Hitler abusavam do marketing ideológico e da propaganda política - de forma sistemática, numa intensidade teatral, com produção cinematográfica. Por meio da repetição à exaustão de um discurso calculado e oratória impecável, o nazista e os demais ditadores levaram ao extremo a mitologia do arianismo. As campanhas políticas influenciavam e condicionavam crianças que, no delírio patriótico, entregavam os próprios familiares aos comandos militares⁶⁷.

Todos os ditadores também reconheceram o patrimônio cultural que os livros e as bibliotecas representavam. O passado era uma ameaça imediata ao presente e uma promessa, ainda que remota, de transformação do futuro. Daí a hostilidade manifestada por parte dos tiranos que determinavam a invasão e a incineração de bibliotecas e livros.

Sem dúvida, uma demonstração de força e de poder. Mas, principalmente, uma atitude ostensiva para transformar em cinzas a memória de um povo, o patrimônio cultural de uma civilização. Os ditadores, e Hitler em particular, por meio

⁶⁶ VERGUEIRO, W. de C. S. **Censura e seleção de materiais em bibliotecas**: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. *Ciência da Informação*, v.16, n.1, p. 21-26, jan./jun. 1987.

⁶⁷ TORQUATO, G. **Tratado de comunicação**: organizacional e política. São Paulo: Pioneira-Thompson Learning, 2002.

de mitologias, quiseram substituir referências históricas por uma nova marca, a do arianismo, e por novos valores: o progresso e o triunfo do trabalho produtivo, a unidade pelo nacionalismo ortodoxo e dominação psíquica das massas, por meio de técnicas fisiológicas.

A reação ao poder instituído necessitava mais do que força. Precisava de uma estratégia sutil como a de Crispino ou de medidas desesperadas de bibliotecários heróis, profissionais da área e usuários, dispostos a defender o acervo da humanidade porque – da mesma forma que os ditadores – sabiam do valor, da importância, do poder e da esperança de todas aquelas ideias e conhecimentos, materializados em papel e tinta.

2.9 CAMINHO QUE SE DEIXA DE HERANÇA

Procuramos, neste capítulo, reconstruir o método de Crispino buscando as referências históricas, políticas, econômicas, sociais e geográficas que deram base para a construção desse complexo panorama onde está inserida a gênese da interdição ao texto, avançando até os fundamentos da biblioteca pública, lembrando que, como citamos a p. 35, Foucault afirma:

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada e terrível materialidade⁶⁸.

Assim como Crispino, intencionalmente, deixaremos em aberto nossa reflexão sobre as políticas públicas que determinam como as bibliotecas devem funcionar em um país, em uma determinada época, o que devem guardar e para quem devem expor seus acervos - atuação reguladora explicada por Burke:

Desde o tempo dos antigos assírios, senão antes, os governos estiveram interessados em coletar e armazenar informações sobre os povos que controlavam. Como diz um sociólogo contemporâneo, 'todos os Estados foram 'sociedades da informação', pois a geração do poder de Estado pressupõe a reprodução reflexivamente monitorada do sistema, envolvendo

⁶⁸ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009.p. 8-9.

a coleta, armazenamento e controle regulares da informação, aplicadas a fins administrativos⁶⁹.

Como vimos até aqui, não existe uma resposta simplista para essa reflexão. O que existe é uma postura técnica e também política do bibliotecário para questionar e decidir sobre as formas de incorporação das políticas públicas em diferentes níveis práticos e éticos, vivenciando a dialética que lhe conferem dois diferentes papéis sociais: o de profissional e o de cidadão. Dessa forma, é possível pensar em transformação, como aquela que Crispino fez com que o general e seus soldados experimentassem.

Vamos encerrar esse capítulo com uma história que ilustra o processo de queima de livros e resgate da história pela arte da memória. Referimo-nos à obra de Ray Bradbury, *Fahrenheit 451*, publicado em 1953. Este livro foi datilografado em uma máquina alugada, na biblioteca da Universidade da Califórnia.

Bradbury nasceu em Waukegan, Illinois, em 1920. Com a conclusão do segundo grau, encerrou seus estudos formais, mas continuou como autodidata. Enquanto trabalhava como jornalista, definiu seu estilo de escrever mesclando ficção científica, terror e suspense. *Fahrenheit 451*, título da obra – que consagrou mundialmente o autor –, faz referência à temperatura (em graus Fahrenheit) em que os livros se queimam. Foi transformado em filme, dirigido por François Truffaut em 1966.

Em uma sociedade futura, controlada pelos meios de comunicação, especialmente a TV, os livros foram proscritos e deveriam ser queimados. Os bombeiros, designados para executar pela tarefa. A alienação social chegou ao ponto máximo e as pessoas só interagem como os personagens de diversas programações televisivas - que consideram sua "família".

O personagem central é um bombeiro, Guy Montag, que entende a sua tarefa de destruição dos livros como fundamental para a manutenção da ordem. Os bombeiros, habitualmente, eram informados dos locais onde os cidadãos guardavam seus livros, quer dizer, havia a delação.

Na cabeça impassível, o capacete simbólico com o número 451 e, nos olhos, a chama laranja antecipando o que viria a seguir, ele acionou o acendedor e a casa saltou numa fogueira faminta que manchou de vermelho, amarelo e negro o céu do crepúsculo. [...] Como na velha brincadeira, o que ele mais desejava era levar à fornalha um marshmallow na ponta de uma vareta, enquanto os livros morriam num estertor de pombos na varanda e no

⁶⁹ BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 110-111.

gramado de casa. Enquanto os livros se consumiam em redemoinhos de fagulhas e se dissolviam no vento escurecido pela fuligem.

Ao executar sua missão, Montag sente uma irresistível atração por ler aqueles livros que queimava e transgride a lei. Rebelde, Montag só tem como alternativa fugir da cidade, onde vivem pessoas que, como ele, guardam na memória um livro que escolheram e transmitem a história para outros, de tal forma que a memória não se perca.

Ora, existe uma cidade em Maryland, com apenas vinte e sete pessoas, e nenhuma bomba jamais atingirá aquela cidade, que são os ensaios completos de um homem chamado Bertrand Russel. [...] E quando a guerra terminar, algum dia, algum ano, os livros poderão ser escritos novamente, as pessoas convocadas uma a uma, para recitarem o que sabem, e os imprimiremos novamente até a próxima idade das Trevas, quando poderemos ter de começar tudo de novo.

Utilizamos mais esse fragmento ficcional para lembrar que os livros, ou o conhecimento, entendidos como patrimônio simbólico, sempre resistiram às formas mais agressivas de controle e destruição. E sempre representaram um recomeço, a esperança em um mundo melhor, onde as relações de poder sejam mais justas e humanas.

As autoridades civis e eclesiásticas proibiam conforme podiam os livros perniciosos. Mas os homens responsáveis eram os primeiros a dar o *mau exemplo*, tanto na Europa quanto na América.

O diabo na livraria do Cônego



Figura 3 - Fachada da Biblioteca Pública de Itanhaém, 2007

3 A CENSURA NO BRASIL: MÉTODO PORTUGUÊS FRENTE À RESISTÊNCIA DO CONHECIMENTO

3.1 ORIGEM PORTUGUESA DA CENSURA

Os Estados europeus sempre temeram e mantiveram sob controle as obras impressas. Portugal, entretanto destacou-se nesse sentido, por ter assumido a dianteira na criação de mecanismos de censura como prevenção, cooptação e repressão ao desenvolvimento intelectual, antecipando-se até mesmo à instalação da Inquisição e do Concílio de Trento.

Entre os países europeus, Portugal conquistou destaque pela precocidade na formação do Estado e também por suas competências náutica e comercial e pelos conhecimentos geográficos que garantiram riqueza e expansão ao império colonial luso.

Assim, Portugal censurava qualquer ideia que oferecesse risco à estabilidade do regime. Adotada como medida cautelar, a prática se fortaleceu quando o Estado português aprofundou suas relações com a Igreja que, entre outros aspectos, também contribuiu para legitimar o poder político português.

Em 1451, D. Afonso V determinou a queima de livros de Johannes Wiclef, Johanes Hus e Frei Gáudio e de outros autores⁷⁰. Em 1508, D. Manoel autorizou a contratação de operadores de prensas, para imprimirem documentos e livros, com restrições explícitas a judeus e mouros, a fim de evitar o risco de difusão de heresias, especialmente as protestantes. O êxito de D. Manuel com a adoção efetiva de medidas repressoras e profiláticas mereceu manifestação oficial do Papa Leão X e, mais do que isso, praticamente a totalidade do povo português ignorou e se manteve impermeável à Reforma proposta por Martinho Lutero⁷¹.

Assim, a censura praticada em Portugal tinha dupla origem – régia e episcopal – que favoreceu uma atuação cada vez mais organizada, com equipes

⁷⁰ BARROS, Moreno. Disponível em: <http://extralibris.org/2007/03/o-rol-dos-livros-defeso/>. Acesso em: ago.2008.

⁷¹ Idem.

estruturadas e dedicadas a várias formas de censura à liberdade das ideias, do conhecimento e da palavra.

Quando a Inquisição chegou a Portugal, em 1536, o processo de produção de livros e documentos impressos já conhecia uma rotina de censura. Em 1537, D. Manoel promulgou as Ordenações Manuelinas e instituiu o Desembargo do Paço, uma entidade de caráter consultivo para deliberação jurídica que, junto da Casa da Suplicação, davam suporte às decisões reais.

Dessa forma, somente depois de três anos, em 1539, com a nomeação do Cardeal Infante D. Henrique como Inquisidor Geral em Portugal, há uma estruturação, intensificação e fortalecimento da Inquisição como instituição eficiente de repressão e penalização à liberdade de expressão do pensamento. Nesse período, as obras de Gil Vicente foram o principal alvo do Inquisidor Geral.

Algranti⁷² demonstra que D. Sebastião, em 1576, criou o conhecido sistema tripartido de censura, no qual atuavam os representantes do poder civil, do Ordinário (bispo) e do Santo Ofício. Dessa forma o Estado português impunha um controle na disseminação tanto dos ideais políticos como religiosos que pudessem de alguma forma ameaçar sua estrutura.

D. Sebastião impedia a publicação de livros que não tivessem recebido a aprovação da Mesa do Desembargo do Paço – órgão do poder régio – mesmo que tivessem recebido as licenças do Santo Ofício e do Ordinário, isto é, dos censores da Igreja⁷³.

3.1.1 Ações censórias ultramarinas

O Estado português se estendia além dos limites de suas fronteiras e chegava às Colônias na África, Ásia e América. Burke⁷⁴ faz uma análise da obra de André João Antonil⁷⁵, datada de 1711, na qual são mencionadas medidas censórias reais – de caráter estratégico e econômico - para impedir o acesso de estrangeiros às informações sobre as rotas para as minas de ouro no Brasil.

⁷² ALGRANTI, L. M. **Livros de devoção, atos de censura**. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2004. 301p. p.133-34.

⁷³ Idem.

⁷⁴ BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 132.

⁷⁵ ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil, apud BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241p.

Em Portugal, antes mesmo da criação da Real Mesa Censória, no final do século XVIII, no que dizia respeito à censura, havia uma partilha de competências entre as autoridades inquisitorial, real e episcopal. Além disso, as universidades também vigiam a produção acadêmica.

Mas também é verdade que a instituição do Santo Ofício produziu a mais completa (e acessível) coleção de informações sobre censores, impressores, livreiros e público, e a respectiva concepção do livro no século XVII⁷⁶.

Dessa forma, os arquivos atestam e preservam a memória de como a burocracia estabelecida pelo Estado se processava. Desde 1540, estão preservados os processos movidos contra diferentes impressores pela Inquisição, como prática da vigilância preventiva sobre as obras impressas.

Outro ponto que reforça a importância dos arquivos é que a vigilância preventiva da Inquisição sobre as obras impressas, devidamente regulamentada desde 1540, encontra-se documentada nos processos movidos contra diferentes impressores.

“Mas essa imagem de uma censura hierarquizada, normalizada, criteriosa, funcional, tal como pretendia o Santo Ofício, é um esboço inacabado”⁷⁷. Apesar da rigidez, a censura portuguesa tinha vulnerabilidades. A fiscalização de navios estrangeiros, por exemplo, fugia ao controle das leis inquisitórias. Por isso, a carga de livros era dividida em diferentes lotes: os encomendados de forma regular pelos mercadores e livreiros e os enviados irregularmente por representantes de correntes ideológicas não oficiais. Afinal de contas, mesmo proibidas, as obras foram clandestinamente impressas e comercializadas.

Em 1768, para fortalecer o poder real, D. Maria I aprovou a proposta do Marquês de Pombal para instituir a Mesa Real Censória, que tratou da reforma do sistema de censura de livros que circulavam em Portugal e seus domínios. Porém, a partir de 1794, D. João revogou o antigo alvará e a censura voltou a ser exercida pelas três instâncias – a Inquisição, o Ordinário e a Mesa do Desembargo do Paço⁷⁸.

Junto do Tribunal do Santo Ofício, essas organizações garantiram ao Estado português uma aparelhagem muito bem-estruturada para a época, capaz de

⁷⁶ MARQUILHAS, R. Sobre a censura inquisitorial portuguesa no século XVII. In: ABREU, M. (org) **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: ALB: FAPESP: Mercado das Letras, 1999. p. 359-375.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ ALGRANTI, L. M. **Livros de devoção, atos de censura**. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2004. 301p. p.135.

controlar todas as publicações, inclusive as editadas por instituições católicas. Burke⁷⁹ enfatiza que Portugal, seguido por Espanha e França, possuíam os procedimentos mais rígidos da Europa, com amplitude que ultrapassava aquele território para atingir suas extensões além mar.

A institucionalização da censura em Portugal teve resultados nefastos que foram muito além da proibição e queima de livros e da intimidação de pensadores. A censura portuguesa contribuiu para formação de uma mentalidade conservadora, preconceituosa que deixou de acompanhar o progresso dos demais países europeus, notadamente a Inglaterra e a França. Com isso, criou obstáculos para a evolução cultural e comprometeu a autonomia econômica conquistada com a expansão ultramarina.

3.2 ACERVOS BRASILEIROS: RESISTÊNCIA AO ESQUECIMENTO E À NEGLIGÊNCIA

Para evitar que a população colonizada tivesse acesso a ideias libertárias e hereges, Portugal mantinha, para o Brasil, os mesmos critérios de controle sobre a circulação de livros praticados por diferentes instâncias na metrópole. Isso significa que o Brasil sempre dependeu dos processos de liberação praticados em Portugal por diferentes instâncias: a Inquisição, o Ordinário e a Mesa do Desembargo do Paço⁸⁰.

Os primeiros acervos de livros com registro no Brasil⁸¹ eram propriedades dos jesuítas, responsáveis pela implantação das primeiras escolas no país. Solicitados à coroa, os livros eram litúrgicos, breviários, obras teológicas, e didáticos para o ensino do latim. Clássicos latinos e portugueses também integravam essas

⁷⁹ BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241p.

⁸⁰ Mais tarde, com a transferência da Corte para o Brasil, em 1811, foram constituídas as Mesas do Paço nas capitanias de todos os domínios ultramarinos, incumbidas da resolução da maior parte dos negócios de graça e justiça, até então centralizados pelo Desembargo do Paço. Em decreto de 1833, as atribuições do Paço foram absorvidas pela jurisdição das Secretarias de Estado do Reino e dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça.

⁸¹ FONSECA, E. N. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979. 112p.

coleções. Por isso, para esta pesquisa, além de professores, no Brasil, os jesuítas também são considerados bibliotecários.

A população vinda da corte, degredados inclusive, era analfabeta. Mesmo em Portugal, não existia uma população majoritariamente letrada na época. Os padres, como exigência da formação, eram os que necessariamente detinham a habilidade de leitura e da escrita, que os fazia hábeis para a difusão das crenças. E entenderam os livros como instrumentos de propagação da fé⁸².

Ao ser chamado para depor no Tribunal da Inquisição, o orador, pregador e escritor português Padre Antonio Vieira (1608 – 1697) declarou ter exercido o ofício de bibliotecário em todos os colégios e que, graças a essa condição, visitou as melhores livrarias do mundo. Esse testemunho corrobora para assumirmos a prerrogativa de nomear os jesuítas como os primeiros bibliotecários no Brasil, entendendo-os como responsáveis pelo cumprimento de normas e preceitos para o armazenamento e a divulgação da informação.

No país, surgiram mais bibliotecas pertencentes a outras ordens missionárias, entre as quais destacam-se a Ordem dos beneditinos, que fundou a primeira abadia em Salvador (1584), a Ordem dos franciscanos (1585) e a Ordem das Carmelitas que, inclusive, possuía um curso de teologia (1596).

Entendemos que o Iluminismo – com seus princípios de valorização da reflexão, da substituição das concepções religiosas pela explicação racional dos fenômenos naturais, da utilização da observação e do experimento como instrumentos do intelecto para decifrar leis naturais – ampliou a perspectiva e abriu espaço para outras iniciativas. Por isso, as bibliotecas religiosas, inclusive de outras ordens que se instalaram no Brasil, passaram a dividir espaço com as bibliotecas particulares, afinal muitos dos livros que representavam o pensamento iluminista além de proibidos não eram compatíveis com as bibliotecas dos colégios e mosteiros.

Os livros eram adquiridos nos portos, muitas vezes, de maneira ilícita. Apesar das dificuldades e da ilegalidade, os resultados foram dignos de nota, como a história de Henry Koster, um dos mais importantes cronistas do nordeste brasileiro. Nascido em Portugal e filho de um comerciante inglês, Koster veio para o Brasil tratar de uma tuberculose. Em seus relatos, refere-se às bibliotecas de Recife e Maranhão como as mais desenvolvidas, encontradas em solo brasileiro.

⁸² MILANESI, L. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 262p.

O fato é que entrou no Brasil, em todas as épocas, muito livro proibido, o que confirma o que toda gente sabe (salvo os policiais de todos os tempos): a censura, a opressão ou o confisco nunca, em tempo algum, impediram a circulação de livros considerados nocivos. Haja vista o que aconteceu à *Encyclopedie*, de Diderot e d'Alembert. Proibida na França, foi vendida na própria França em quantidade tal que enriqueceu os impressores. Uma coleção chegou à Bahia, outra alcançou São João Del-Rei. Passaram incólumes pelas vistas da polícia de França, Portugal e Brasil⁸³.

Até que o primeiro livro fosse impresso no Brasil, as atividades gráficas eram exercidas apenas por uma oficina que, por volta de 1706, operava com a impressão de letras de câmbio e orações religiosas. Foi liquidada por determinação de uma carta régia. Para fortalecer ainda mais seu poder, de acordo com Algranti, Portugal:

[...] ocupava-se em dificultar o acesso dos colonos ao mundo das letras, tais como a proibição de tipografias na Colônia, a ausência de um sistema de ensino eficaz e o fato de não existirem universidades deste lado do Atlântico. Cabe lembrar ainda o fechamento de academias científicas que existiram no final do século XVIII no Rio de Janeiro, sob argumento de que nelas se discutiam idéias revolucionárias⁸⁴.

O primeiro texto impresso no Brasil foi produzido por um impressor chamado Antônio Izidoro da Fonseca, que trouxe para a Colônia uma máquina rudimentar de impressão. Fonseca conseguiu editar três obras. A primeira, de 1747, narra a visita de D. Antônio do Desterro ao Rio de Janeiro. Mas uma ordem régia de Portugal determinou que todo o material fosse confiscado pois:

[...] não achava conveniente que imprimam papéis no tempo presente aonde as despesas são maiores que no Reino, do qual podem sair impressos livros e papéis ao mesmo tempo em que dele devem ir as licenças da Inquisição do Conselho Ultramarino, sem as quais não se podem imprimir nem correrem as obras⁸⁵.

Dessa forma, nos 300 anos que separam o evento do descobrimento da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, não foram publicados livros e o pouco que se escrevia aqui era editado em Portugal.

Apesar do controle imperial e da tentativa de manter a Colônia isolada, havia um desenvolvimento artístico e cultural local e, nesse sentido, um intercâmbio com a metrópole. Entre os anos de 1772 e 1800, Coimbra – a mais respeitada universidade do império português - graduou 527 brasileiros, fato que colaborou para a formação

⁸³ MORAES, R. B. de. Livros e Bibliotecas no Brasil colonial. 2ª ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006. 259 p.

⁸⁴ ALGRANTI, L. M. **Livros de devoção, atos de censura**. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2004. 301p. p. 136.

⁸⁵ ABRAMO, M. O livro no Brasil: alguns dados sobre a sua historia e sua evolução. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 65, n. 3, p. 173-185, abr. 1971.

de uma elite intelectual no Brasil. O autor enfatiza que a existência dessa elite representava uma proeza em uma Colônia em que tudo se proibia e censurava⁸⁶.

Livros e jornais eram impedidos de circular livremente. O controle da metrópole sobre os conteúdos publicados era atuante, principalmente no que se relacionasse à expansão de ideais considerados revolucionários. Em 1798, Portugal emitiu uma recomendação severa para que D. Fernando José, governador da Bahia, intensificasse a vigilância sobre a circulação de livros, pois existia na corte uma crença de que os cidadãos baianos estariam contaminados pelos ideais da Revolução Francesa.

A despeito da incessante intervenção dos censores régios, zelosos em seus pareceres para preservar os bons costumes, a religião e a estabilidade do governo, antes como depois de 1808, as obras típicas da Ilustração francesa não deixaram, contudo, de infiltrar-se, *sous le manteau*, ou até com aprovação desses indivíduos esclarecidos, em ambas as margens do Atlântico⁸⁷.

O contrabando de livros podia ocorrer tanto por meio de pessoas que vinham do exterior, ou ainda pelo desaparecimento de livros nas Alfândegas. O desaparecimento era objeto de anúncio publicado em jornais, como a Gazeta do Rio de Janeiro que, em 1809 registrou: “perderam-se dois caixotes de livros, quando se desembarcavam os trastes da Fragata Minerva”⁸⁸.

Um fato curioso marca a atuação de dois censores régios no Brasil: José da Silva Lisboa (1756-1835) e Mariano José Pereira da Fonseca (1773-1848)⁸⁹ – respectivamente denominados Visconde de Cairu e Marquês de Maricá.

Apesar de quase sempre não autorizarem a importação de autores franceses aos livreiros franceses estabelecidos no Rio de Janeiro demonstravam em seus pareceres o conhecimento total do conteúdo das obras proibidas.

O Marquês de Maricá foi envolvido na Conjuração Carioca de 1794, processo contra intelectuais acusados de conspiração mas, como nada foi encontrado com a devassa realizada em 1794 e 1795, além de livros proibidos, os implicados foram libertados.

⁸⁶ GOMES, L. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão. São Paulo: Planeta, 2007. 414p.

⁸⁷ NEVES, L. M. B. Antídotos contra obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. in ABREU, M. (org) **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: ALB: FAPESP: Mercado das Letras, 1999. p. 377 a 394.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Em ambas as biografias não consta a função censória. O Marquês de Maricá foi Ministro da Fazenda e Visconde de Cairu responsável pela implantação de diversas medidas econômicas que colaboraram no desenvolvimento da economia brasileira.

José da Silva Lisboa, em contrapartida, escreveu um artigo em 1821, citando a *História da América* de Robertson, obra censurada e algumas vezes impedida de entrar no Brasil, por seu próprio parecer⁹⁰.

A prática dos censores – reiteradamente através dos tempos – é controversa, ambígua e contraditória⁹¹. Obras que foram proibidas por José da Silva Lisboa, como a *História da decadência do Império Romano*, de Gibbon, e *Cartas Persas*, de Montesquieu, foram liberadas por outro censor Francisco de Borja Garção que, em 1810, julgava caber permissão aos homens cultos para ler a História do Império Romano – em função dos cargos que ocupavam. Citamos Algranti, para reafirmar que a prática da censura aos livros no Brasil de D. João VI acabou prejudicando todos os envolvidos no processo.

Tudo se passava, porém, de uma forma um tanto confusa, com superposição de poderes e com uma morosidade que não só irritava, mas trazia prejuízos a quem tinha de se submeter às decisões dos órgãos censores⁹².

Apesar do controle oficial, as obras iluministas se infiltraram até mesmo em ambientes como os Seminários de Mariana e de Olinda, fazendo que se formassem padres com orientação liberal⁹³.

O diabo na livraria do Cônego é um ensaio que narra a estruturação de um acervo pelo Cônego Luís Vieira da Silva, considerado por alguns historiadores o mais instruído e eloquente de todos os conjurados mineiros.

A obra chama a atenção porque, na época, a capital da Colônia instalada no Rio de Janeiro tinha dificuldade para adquirir livros. Por isso, é muito louvável o trabalho do cônego que, em Minas Gerais, superou os entreves comerciais, geográficos e, mais, censórios e conseguiu montar um acervo de qualidade reconhecida.

Não se pode imaginar nada mais variado nem mais bem escolhido. Tanto em obra de formação ou de informação, como obras de edificação ou de recreio, assim como nas de agitação e propaganda de novas ideias, havia ali com que satisfazer ao mais exigente espírito livresco daquela época em que o gosto da leitura se espalhava por todas as partes⁹⁴.

⁹⁰ NEVES, L. M. B. Antídotos contra obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. in ABREU, M. (org) **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: ALB: FAPESP: Mercado das Letras, 1999. p. 377 a 394.

⁹¹ Idem.

⁹² ALGRANTI, L. M. **Livros de devoção, atos de censura**. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2004. 301p. p. 140.

⁹³ FONSECA, E. N. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979. p.83.

⁹⁴ FREIRO, E. **O diabo na livraria do cônego: como era Gonzaga?: e outros temas mineiros**. 2ª ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. p. 13-62.

Conhecer a diversidade do acervo do Cômego só foi possível devido ao seqüestro e registro de seus bens, pois tudo que era encontrado nas casas dos inconfidentes foi devidamente documentado.

Em *História da revolução de Pernambuco*, de 1817⁹⁵, Muniz Tavares explica que a revolta foi incitada pela difusão de livros e outras publicações trazidas pelos viajantes que contribuíram para a formação dos acervos das casas-grandes. No final do século XVIII, o estabelecimento das lojas maçônicas, foco de propagação do ideal francês, também contribuiu com o levante. Ainda segundo o autor, o Padre João Ribeiro mantinha em sua casa uma biblioteca aberta ao público.

O fato de o processo de impressão ser proibido no Brasil além de não impedir, ainda fez surgir alternativas para burlar a censura portuguesa. O *Correio Braziliense*, primeiro jornal brasileiro editado por Hipólito José da Costa, foi impresso em Londres de 1808 a 1822. De acordo com dados obtidos no site da Biblioteca Nacional:

[o jornal] não se ocupava de acontecimentos ou problemas internos da Inglaterra, mas destacava sempre uns e outros, quando, no plano internacional, diziam respeito a Portugal ou ao Brasil. Refletia nos seus comentários posição da burguesia inglesa que, no processo de autonomia da área americana de ocupação ibérica, era uma em relação a Espanha e outra em relação a Portugal, de cuja subordinação se esperava sempre soluções dos problemas de interesse britânico sem quebra da aliança⁹⁶.

3.3 TRANSFERÊNCIA DA CORTE PARA A COLÔNIA

O final do século XVIII e início do século XIX foi um período conturbado na Europa, com a eclosão dos movimentos libertários que se chocavam com as Monarquias Absolutas. Além disso, têm início nas Colônias os processos de independência e abolicionismo. Portugal não passou ileso a essa transição. E, para escapar às invasões das tropas napoleônicas, a Família Real decidiu se refugiar e se instalar no Brasil.

⁹⁵ Francisco de Muniz Tavares (1793-1876) foi um dos integrantes da Revolução e em 1840, relata em obra a sua experiência.

⁹⁶ Disponível em: www.bn.br. Acesso em jun.2008.

Assim, em 1808, tem início um processo de modernização da Colônia inspirado no modelo europeu. Para isso, D. João VI – já estabelecido no Rio de Janeiro – criou instituições de ensino e passou a promover o desenvolvimento dos setores cultural e científico, determinando a fundação do Museu Nacional de Belas Artes, da Imprensa Régia e da Biblioteca Nacional.

3.4 INSTALAÇÃO DA IMPRENSA RÉGIA NO BRASIL

As operações da Imprensa Régia tiveram início em 1808, com a produção de jornais. Em 1812, a Bahia, produziu *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura*, a primeira revista brasileira onde eram publicados:

[...] pedaços de autores clássicos portugueses – quer em prosa, quer em verso – cuja leitura tenda a formar gosto e pureza na linguagem, algumas anedotas e artigos que tenham relação com os estudos científicos propriamente ditos e que possam habilitar os leitores a fazer-lhes sentir a importância das novas descobertas filosóficas⁹⁷.

Assim, tem início uma época profícua para a imprensa. Até a Independência, diversas tipografias e livrarias foram abertas. Entretanto, apesar da impressão de várias obras de importância literária e científica, grande parte da produção era composta por editais e papéis de expediente, o que demonstra o foco dos negócios nas demandas geradas pela burocracia do Estado.

Apesar disso, D. João conservou a tensão entre a censura e a divulgação do pensamento, da crítica e da reflexão, porque o imperador também instituiu mecanismos de controle para toda a produção cultural Colonial.

A censura tem sido uma constante na vida brasileira em razão da condição colonial que marcou quatro séculos de nossa história. Os princípios contra-reformistas da Igreja Católica aliados à Monarquia Absoluta como forma de poder político – em Portugal e depois, no Brasil – e os objetivos civilizatórios da expansão europeia trataram sempre de controlar, aculturar e reprimir tudo aquilo que parecesse estranho, inadequado, libertário ou inconveniente aos olhos e interesse colonizadores⁹⁸.

D. João intensificou a censura oficial no Brasil em setembro de 1808. Os censores régios tinham a incumbência de examinar papéis e livros, para que nada

⁹⁷ Disponível em: www.bn.br. Acesso em: jun.2008.

⁹⁸ COSTA, M. C. C. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil: Arquivo Miroel Silveira. São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2006. p.27.

contrário à moral, aos bons costumes, à religião e ao governo chegassem ao público⁹⁹.

D. João VI implantou o processo censório em três etapas, a primeira, com a nomeação de censores para a tipografia régia; a segunda com o estabelecimento da função de censura do Desembargo do Paço, que originou os censores civis, e a terceira instituindo a Intendência da Policia do Rio de Janeiro. Três instancias subordinadas ao poder régio¹⁰⁰.

3.5 BIBLIOTECA NA BAHIA: A INICIATIVA PRIVADA SE ANTECIPA AO IMPERADOR

Para mantermo-nos fiéis aos fatos, registramos o surgimento, na Bahia, da primeira biblioteca pública, concebida de acordo com a ideologia da Ilustração. A iniciativa foi de um senhor de engenho, Pedro Romão Castello Branco, que idealizou o espaço com uma finalidade educativa, para promover a instrução do povo. Pedro Romão queria “remover o primeiro e maior obstáculo que se oferece à instrução pública, o qual consiste na falta de livros e notícias do estado das artes e das ciências na Europa”¹⁰¹.

A Biblioteca Pública de Salvador ocupou as antigas instalações da Biblioteca do Colégio dos Jesuítas. O governador da Bahia, Conde dos Arcos, informou e solicitou a D. João VI autorização para seu funcionamento. O documento do governador aprovando o projeto foi emitido no dia 30 de abril de 1811.

O plano de funcionamento da biblioteca revela uma notável preocupação com os periódicos e com a seleção, com a conveniente localização do edifício e com as qualificações do bibliotecário. Destacamos que em sua estruturação também foi pensado um fundo de manutenção, para a assinatura de periódicos estrangeiros e aquisição de livros e mapas. Consideramos esse fato arrojado, já que a proposta

⁹⁹ FAGUNDES, C. de L. C. **Censura e liberdade de expressão**. São Paulo: Ed. Do Autor, 1975. p. 28.

¹⁰⁰ ALGRANTI, L. M. **Livros de devoção, atos de censura**. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2004. 301p. p.139.

¹⁰¹ FONSECA, E. N. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979. p.23-24

das lideranças metropolitanas era manter o isolamento da Colônia adotando todas as restrições da censura portuguesa.

Podemos considerar a Biblioteca Pública de Salvador um marco histórico mais importante que o estabelecimento da Biblioteca Nacional pois, além de ter precedido a inauguração, teve sua estrutura pensada para funcionar como biblioteca.

3.6 REAL BIBLIOTECA: TRAVESSIA TRANSATLÂNTICA E INSTALAÇÃO PRECÁRIA

Ao embarcar para o Brasil, D. João também determinou a transferência da Real Biblioteca para a corte instalada na Colônia. Os 60 mil volumes foram, então, encaixotados às pressas, devido à iminente invasão francesa, mas permaneceram em Portugal, estocados no cais de Belém, por três anos e meio.

A primeira parte do acervo da Real Biblioteca chegou ao Brasil em 1809 e ficou acomodada no andar superior do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, no Rio de Janeiro¹⁰².

Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, arquivista responsável por acompanhar a transferência dos livros de Portugal para o Brasil, relata em correspondências para seu pai essa viagem e o período de dez anos que permaneceu aqui. Transcrevemos, a seguir, parte da carta em que Marrocos narra as condições da viagem:

De noite não posso dormir mais de uma hora, porque o resto fica-me para eu pensar nos lances presentes e futuros da minha vida. Ao oitavo dia de viagem já era corrupta e podre a água de ração, de maneira que se lançam fora os bichos para poder beber-se. Tem-se lançado ao mar muitos barris de carne salgada podre. Enfim, tudo aqui é uma desordem, pela falta de providências¹⁰³.

Apesar dos infortúnios e sofrimentos, tanto o arquivista como os livros sobreviveram às dificuldades e, no mesmo ano, a Real Biblioteca foi aberta ao

¹⁰² SCHWARZ, L. M. **A Real Biblioteca, o Brasil e Portugal**. Revista Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, n.62, 2006. p. 101.

¹⁰³ Idem. p.104.

público, porém de maneira limitada: “aos estudiosos que para isso obtinham, com facilidade, prévio consentimento régio”¹⁰⁴.

O Brasil, em 1814, estava apenas na retaguarda de processo iniciado na América durante o século XIX. Em 1800, os Estados Unidos tinham inaugurado a Library of Congress. E a Argentina, já em 1810, possuía a Biblioteca Del Congreso.

Além disso, o legado de D. João ao Brasil também significou a importação e a imposição de um modelo europeu, que repercutiu na formação das demais bibliotecas brasileiras, com acervos formados de acordo com uma perspectiva hierarquizada, de acordo com critérios de censura mais ou menos flexíveis, dependendo dos interesses de quem a administrasse.

3.7 BIBLIOTECA NACIONAL: MODELO EUROPEU

A Biblioteca Nacional, como vimos, tem origem por uma decisão de D. João VI, em 1808. Foi aberta à visitação pública em 1814, e permaneceu em instalações provisórias, inclusive no Cemitério da Ordem Terceira do Carmo até 1858, quando passou a ocupar um espaço adequado na Rua do Passeio Público, no Rio de Janeiro. Frei Camilo de Monserrate foi o responsável pela transferência do acervo.

Monserrate nasceu em Paris em 1718 e faleceu na Ilha do Governador, em 1870. Além de diretor da Biblioteca Nacional, organizou a biblioteca do Mosteiro Beneditino, foi paleógrafo do Arquivo Público e membro do Conselho de Instrução Pública.

Benjamim Franklin Ramiz Galvão sucedeu Monserrate na direção da Biblioteca Nacional. Por incumbência do governo brasileiro, Ramiz Galvão viajou à Europa, com objetivo de conhecer bibliotecas, verificar os métodos e procedimentos técnicos adotados naquele continente. Após seu retorno, elaborou um relatório e implantou uma reforma na Biblioteca Nacional em que foram previstos todos os processos, desde a compra até o empréstimo domiciliar, ainda que restrito aos livros de fácil aquisição.

¹⁰⁴ Ibidem.

Foram elaboradas inúmeras exposições, como também se conseguiu realizar os primeiros concursos públicos para contratação de bibliotecários - na época, chamados oficiais de biblioteca.

Ramiz Galvão foi o primeiro reitor da Universidade do Brasil. Historiador, educador, médico, também assumiu a responsabilidade de educar os filhos da Princesa Isabel. Morreu em 1938, aos 92 anos.

3.8 NOVOS VENTOS ANUNCIAM IDEAIS LIBERTÁRIOS

A Revolução de 1820¹⁰⁵, tanto o Brasil como Portugal, deu início a transformações marcadas por um período em que se estabeleceu a liberdade de imprensa.

Em Portugal, uma portaria de 21 de setembro do mesmo ano, deixou claro que era necessário se permitir a impressão de bons livros nacionais e estrangeiros, desde que observada uma “bem entendida liberdade civil”.

No Brasil, em 1821, a censura prévia aos textos escritos foi substituída pela censura sobre provas tipográficas. Na verdade, nada mudou, pois os profissionais gráficos se arriscariam imprimir uma obra proibida para depois arcar com os prejuízos de vê-la censurada¹⁰⁶.

A Constituição de 1824 estabeleceu: “todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos e publicá-los pela Imprensa, sem Dependência de censura”. Mas, o decreto também alertava as consequências para os transgressores passíveis de “responder pelos abusos que cometerem no exercício deste Direito, nos casos, e pela forma, que a Lei determinar”. Esse dispositivo foi regulamentado em 20 de setembro de 1830; três meses depois ele foi integrado ao Código Criminal, onde permaneceu até 1890¹⁰⁷.

O poder oficial, certamente contido pela estrutura social escravista, continuava a encarar a censura como o instrumento por excelência para

¹⁰⁵ A **Revolução do Porto**, também chamada **Revolução Liberal do Porto**, foi um movimento de cunho liberalista que, em 1820, acarretou consequências, tanto na História de Portugal quanto na do Brasil.

¹⁰⁶ NEVES, L. M.B. Antídoto contra obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In ABREU (org). **Leitura e história da leitura**. São Paulo: ALB: FAPESP: Mercado das Letras, 1999. p. 377-394.

¹⁰⁷ CAMPANHOLE apud NEVES, L. M.B. Antídoto contra obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In ABREU (org). **Leitura e história da leitura**. São Paulo: ALB: FAPESP: Mercado das Letras, 1999. p.377-394.

evitar a influência de idéias perigosas. [...] No fundo as idéias ainda não se tinham transformado em mercadorias comercializadas na *arena da política*, para decidir os conflitos de interesse dos setores dominantes¹⁰⁸.

3.9 PRIMEIRO REINADO: A CENSURA EXERCIDA PELA POLÍCIA

Apesar da promulgação da Independência, em 1822, o país continuou monárquico e, embora passasse a se preocupar com uma imagem de liberdade de pensamento e expressão, atribuiu à Intendência Geral de Polícia a responsabilidade sobre a censura estendendo, inclusive, a intervenção para espetáculos que já estivessem sendo encenados.

Em 1843 têm início as atividades Conservatório Dramático Brasileiro, com os objetivos de censurar as peças teatrais – tanto em forma de texto quanto de apresentações – e ainda defender “a Santa Religião, o respeito aos Poderes Políticos da Nação e as Autoridades Constituídas e, também, a castidade da língua”¹⁰⁹.

Além dos clérigos, como censores atuaram professores, magistrados e intelectuais como Manuel Araújo de Porto-Alegre, Machado de Assis e José de Alencar.

Tratava-se do que podemos chamar de *censura monárquica*, uma fiscalização realizada por designação do rei e em seu nome. Era ele pessoalmente que assinava as autorizações para apresentação pública ou suas proibições¹¹⁰.

3.10 PERÍODO REGENCIAL E O GOLPE DA MAIORIDADE

Foram chamados de Período Regencial, os nove anos que separaram a abdicação de D. Pedro I da coroação de D. Pedro II (de 1831 a 1840). Esse intervalo

¹⁰⁸ NEVES, L. M.B. Antídoto contra obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In ABREU (org). **Leitura e história da leitura**. São Paulo: ALB: FAPESP: Mercado das Letras, 1999. p.377-394

¹⁰⁹ MELLO e SOUZA, apud COSTA, M. C. C., org. **Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro**. São Paulo: FAPESP: Anna Blume, 2008. p.16

¹¹⁰ COSTA, M. C. C., org. **Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro**. São Paulo: FAPESP: Anna Blume, 2008. p. 27.

de tempo foi marcado pela instituição da Regência Trina Permanente, substituída pela Regência Una de Feijó (1835 a 1837) e concluída pela Regência Una de Araújo Lima (1837 a 1840) que promoveu a antecipação da maioria de Pedro II, para que fosse possível sua coroação, no chamado Golpe da Maioridade. Destacaram-se, além disso, as medidas de caráter jurídico e político com movimentos de descentralização e centralização do poder do Estado.

3.11 SEGUNDO REINADO: CONTROLE DE CONFLITOS INTERNOS E EXTERNOS

No Segundo Reinado (1840 a 1889), assumido aos 15 anos por D. Pedro II, houve a preservação das instituições monárquicas e, com elas, os mecanismos de controle, inclusive a censura.

Foi um período em que os problemas internos procuraram ser disfarçados, por envolverem escravidão, questões latifundiárias e a representatividade política real. Além disso, estavam presentes naquele contexto as negociações voltadas à política externa, principalmente as que envolvessem Portugal e Inglaterra.

3.12 REPÚBLICA E A BUROCRATIZAÇÃO DA CENSURA

Com o advento da Proclamação da República, em 1889, o Brasil passou a ser dirigido por um novo regime, em substituição ao monárquico. Entretanto, com um vínculo histórico, estabelecido desde a origem do país e fortalecido por meio de um sistema burocrático estatal, a censura é preservada.

Em 1897, encerram-se as atividades do Conservatório Dramático Brasileiro, que deixou marcas lamentáveis no processo de formação do teatro e da cultura nacionais, com os censores valorizando as produções estrangeiras em detrimento das nacionais e assumindo um papel paternalista em relação às recomendações das peças adequadas ao público.

O movimento de censura ao pensamento só foi se intensificando no Brasil, independentemente do regime que assumisse o poder. A gestão do presidente Artur Bernardes, entre 1922 e 1926, ficou conhecida pela repressão violenta aos opositores ao governo, com a perseguição ao anarquismo em 1923 e a penalização com quatro anos de prisão para quem escrevesse ou editasse material considerado subversivo. Bernardes estabeleceu o estado de sítio permanente, além de criar a Casa de Detenção de Clevelândia, em plena Amazônia, apontada como “o mais tétrico dos campos de concentração da época”¹¹¹.

Durante o governo de Washington Luís (1926-1930), havia a Censura das Casas de Diversões que tinha como competência: “[...] examinar os espetáculos públicos, impor-lhes restrições ou vetos, velar pelo cumprimento das relações trabalhistas entre artistas e empresários [...]”¹¹². Os livros só voltaram a ser foco da censura quando Getúlio Vargas assumiu o poder.

3.12.1 A manutenção do quadro crítico

Diversos autores relatam as dificuldades para a instalação própria à adequada instituição das bibliotecas. O desafio para naturalizá-las como hábito esbarrava nas condições impróprias de infraestrutura e desconforto para os usuários. Isso resultou que as bibliotecas demorassem a ser reconhecidas e legitimadas pelo público brasileiro do século XIX:

Embora integradas no cenário cultural oitocentista, as novas bases institucionais da leitura implantadas na cidade do Rio de Janeiro tiveram uma existência errática. Submetidos a sucessivos deslocamentos, as bibliotecas e os gabinetes de leitura ocuparam as mais distintas instalações, que incluíram desde as dependências de um hospital (Biblioteca Pública), os quartos de hotéis (British Subscription Library), até as residências particulares (Gesellschaft Germânia, Gabinete Português de Leitura, Bibliotheca Fluminense, Biblioteca Pública), quando não compartilharam seu edifício e seus funcionários com outras instituições (Biblioteca Municipal). Como se percebe, eles foram adaptados a espaços previamente forjados para outras utilizações, o que gerava, de tempos em tempos, queixumes generalizados por parte dos administradores e funcionários que se viam obrigados a encaixotar os livros e desmontar parte do mobiliário

¹¹¹ HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985, 693 p. p. 224.

¹¹² FAGUNDES, C. de L. C. **Censura e liberdade de expressão**. São Paulo: Ed. Do Autor, 1975. p.28.

para depois realizar a operação inversa, remodelando a biblioteca de acordo com as novas instalações. E nem sempre os leitores suportaram esses deslocamentos. Quando a Biblioteca Pública foi transferida de sua sede originária, na rua detrás do Carmo, para as proximidades do largo da Lapa, ou quando o Gabinete Português de Leitura saiu da rua da Quitanda para a rua dos Beneditinos, na década de 50, o resultado imediato foi uma brusca queda no movimento dos leitores¹¹³.

No período de 1890 a 1930, eram inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos demais Estados brasileiros onde – comparados ao Rio de Janeiro – havia ainda mais carência de bibliotecas estaduais e municipais:

As bibliotecas públicas criadas pelos governos, tanto estaduais quanto municipais foram pouquíssimas [...] Mesmo nas áreas mais desenvolvidas do país e detentoras do poder político, as administrações municipais praticamente não cuidaram em instalar bibliotecas [...] o alto índice de analfabetismo do país representava ausência de leitores para forçar a demanda de bibliotecas públicas. Reside também a falta de tradição de bibliotecas na cultura brasileira¹¹⁴.

As bibliotecas foram criadas pelo simples fato de que órgãos governamentais “deveriam criar bibliotecas”, porém não ofereciam condições de infraestrutura e manutenção¹¹⁵.

3.13 GABINETES DE LEITURA EM SÃO PAULO: IDEIAS PARA UMA BIBLIOTECA PÚBLICA

Na segunda metade do século XIX, São Paulo ainda era ainda uma província, com poucas ruas, livrarias e grande parte da população analfabeta. A principal característica da cultura nacional era o perfil ilustrado. Por isso, um dos pontos fortes na formação intelectual brasileira era a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, com uma estrutura formal e devidamente alicerçada no Império, em suas arcadas eram inibidas as discussões daquilo que pudesse ser considerado como “inovações intelectuais”. De acordo com Hallewell¹¹⁶, um dos motivos para a

¹¹³ SCHAPOCHNIK, N. **Um palácio de livros nos trópicos**: metáfora, projetos e concretizações. In: Congresso Anual em Ciência da Comunicação, 25., 2002, Salvador. Anais. Salvador: INTERCOM, 2002.

¹¹⁴ GOMES, S. de C. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1983. p.77.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985. p. 224.

instalação da Faculdade em São Paulo, apesar de não estar claramente definido, foi a esperança de que na cidade os insetos causariam menos danos aos livros.

Jovens vindos de diversas regiões do país deviam se acostumar a uma vida regrada como estabelecia as normas da Faculdade. Porém fora dela, para driblar o marasmo, passaram a criar as Sociedades Literárias, imprimindo jornais de oposição, fundando e participando de Lojas Maçônicas, introduzindo, por meio de práticas culturais diversas, uma revolução nos costumes, na política e na religião. Hallewell afirma que:

[...] os estudantes, idealizando o comportamento dos universitários a partir das lembranças de seus pais dos dias que haviam passado em Portugal, gradualmente começaram a dar animação à cidade e a transformá-la, com suas serenatas, namoros, bebedeiras e tagarelice sem fim, em uma Coimbra brasileira¹¹⁷.

Com ideais totalmente contrários ao Império escravocrata e católico, acreditavam na República, na Abolição, no livre arbítrio, na liberdade de religião e do ensino, reflexo de uma mudança ideológica, política e comportamental, verificada principalmente nos Estados Unidos, um país que também havia sido colonizado, mas por uma nação protestante, e que estava diretamente envolvido nas Revoluções Francesas e Industrial.

Foi assim que também criaram os gabinetes de leitura, com essência contestadora e com força de órgão subversivo, esses espaços podem ser considerados o berço das bibliotecas públicas e populares em São Paulo¹¹⁸.

[...] A Biblioteca da Faculdade de Direito e Gabinetes de Leitura relacionavam-se - adiantamos que ambos estavam intrinsecamente ligados, pois daquela casa de ensino, e quase em oposição a ela, nasceu o projeto de bibliotecas populares, concebido nos debates entre acadêmicos, que se queriam liberais, e implantados por essa mesma geração, quando, já bacharéis espalharam-se pelo interior da província paulista¹¹⁹.

Essa oposição foi benéfica para São Paulo, principalmente pela perspectiva da democratização do acesso ao conhecimento. Em relatos de antigos alunos da Faculdade São Francisco, é possível encontrar depoimentos como o de Firmo Albuquerque Diniz, que adotava o pseudônimo de Junios. Em 1882, ele caracterizava a biblioteca da Faculdade de Direito como desatualizada, pois aqueles

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ MARTINS, A. L. Gabinetes de leitura do império: casas esquecidas da censura? In ABREU, M. (org) **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: ALB: FAPESP: Mercado das Letras, 1999. p. 395-410.

¹¹⁹ Idem.

que buscavam informações sobre as ciências contemporâneas não encontravam nada.

É enorme a importância dos gabinetes de leitura em um país onde imprensa iniciou-se de forma tardia e, durante muito tempo, teve seus jornais impressos no exterior¹²⁰. O Brasil, a despeito das decisões oficiais de fachada, estava longe da modernização. O Estado praticava de forma cada vez mais organizada a censura e o controle ao conhecimento.

Apesar da concepção moderna e avançada para a época, os gabinetes de leitura, curiosamente, não despertaram a atenção e foram subestimados pelos homens do poder. Isso favoreceu uma irreversível transformação cultural.

Criava-se, efetivamente, uma teia de informações, de cooptação ideológica, traduzida não só pela existência de títulos de obras normalmente censurados, como pela troca de periódicos de caráter contestador, conforme a tônica do periodismo vigente, marcado então pela propaganda republicana. Acoplava-se-lhe uma escola de primeiras letras, responsável pela formação do público leitor¹²¹.

Além disso, os gabinetes permitiam a entrada de sócios ou não o que, para uma sociedade rígida, representava um espaço de respiro para o homem livre, independentemente do sistema. Os acervos traziam uma perspectiva diferenciada de leitura, pois permitam o acesso a livros laicos, contrastando com as poucas bibliotecas abertas ao público, cujas coleções reuniam livros religiosos e alguns na área de ciências naturais. Nos gabinetes também eram encontrados romances-folhetins – frequentemente proibidos por terem conteúdos considerados imorais – cuja leitura era popular especialmente entre as mulheres,

O que podemos perceber é que os gabinetes de leitura, seja no Rio de Janeiro ou em São Paulo, tiveram um papel importante para o desenvolvimento das bibliotecas públicas. São Paulo, entretanto, provavelmente pelo distanciamento geográfico do poder centralizado, favorecia uma predisposição ideológica que se concretizará em um modelo de biblioteca pública desenvolvido e efetivamente implantado pelos Estados Unidos.

¹²⁰ Correio Brasiliense, impresso por Hipólito José da Costa, em Londres e Novo Mundo, pelo bacharel José Carlos Rodrigues em Nova York.

¹²¹ MARTINS, A. L. Gabinetes de leitura do império: casas esquecidas da censura? In ABREU, M. (org) **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: ALB: FAPESP: Mercado das Letras, 1999. p. 395-410.

3.14 BIBLIOTECONOMIA: O PRIMEIRO CURSO NA AMÉRICA LATINA

Em 1910, a Biblioteca Nacional foi, mais uma vez, transferida para um novo prédio que, finalmente, oferecia condições para sua estruturação. Os documentos da época registram que não houve interrupção no atendimento ao público durante a reforma e seu acervo se constituía, de aproximadamente 300 mil livros e 270 mil manuscritos. O diretor responsável pela Biblioteca Nacional no período da mudança era Manoel Cícero Peregrino da Silva, que a administrou de 1900 a 1924.

Silva era formado em Direito. Foi bibliotecário, subsecretário e secretário do curso anexo à Faculdade de Direito do Recife. Exerceu também os cargos de professor e reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sua proposta para a Biblioteca Nacional foi desenvolver um espaço que não se restringisse a leituras e pesquisas. Por isso, ele promoveu a realização de conferências abertas ao público em geral. Além de propor e conduzir a reforma da Biblioteca Nacional, apoiou a criação do primeiro curso de Biblioteconomia em nível superior da América Latina, iniciado em 1915.

Como característica geral da idealização, até as primeiras décadas do século XX, podemos dizer que as bibliotecas sofreram forte influência dos modelos europeus. A estruturação das bibliotecas no Brasil, com matriz inspirada principalmente no modelo aristocrático francês, passou a enfrentar as primeiras críticas, já no final da década de 1920.

Depois de uma viagem aos Estados Unidos, Monteiro Lobato, em 1929, começou a chamar a atenção dos brasileiros para o formato das bibliotecas americanas, especialmente a Library of Congress e a seção infantil da biblioteca pública de Nova York. O interesse de Lobato, na verdade, era ver instalado no Brasil um modelo de biblioteca que pudesse responder melhor aos anseios da população.

3.15 AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Nossa intenção neste capítulo foi reconstruir o painel histórico da censura no Brasil, desde suas primeiras manifestações ainda em Portugal até a transição entre

o regime monárquico para o republicano, demonstrando como os mecanismos de legitimação da ação censória foram ficando cada vez mais absolutos, burocráticos e complexos para enfrentar as transformações propostas e pelas ideias libertárias que surgem em todo o mundo, especialmente na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos e que tiveram reflexos generalizados, inclusive no Brasil.

Por se tratar de um longo período tempo, sabemos esse painel não esgota todos os acontecimentos determinantes para o desencadeamento dos processos de produção e difusão de livros, estruturação de bibliotecas. Entretanto, procuramos selecionar acontecimentos e personagens mais relevantes para o desenvolvimento da Biblioteconomia como campo das Ciências Sociais, propiciando a consolidação da profissão de bibliotecário, que apresentaremos a seguir.

Reconhecemos e rendemos nossos tributos a homens como o Padre Antônio Vieira, o Cônego Luís Viera da Silva e o arquivista Luiz dos Santos Marrocos, responsável por acompanhar a travessia atlântica da Real Biblioteca para o Brasil. Frei Camilo de Monserrate, Benjamin Franklin Ramiz Galvão e Manoel Cícero Peregrino da Silva, que receberam a incumbência de instalar e operacionalizar a Biblioteca Nacional no país e Monteiro Lobato, por ter contribuído com as primeiras opiniões críticas ao setor. Em um terreno pouco favorável, esses homens tiveram a iniciativa de trilhar um caminho sem volta e sem fim.

Os militares tomaram posse da biblioteca numa chuvosa manhã de novembro. O general desceu do cavalo, baixo e gorducho, empertigado, com uma larga nuca raspada, o cenho franzido em cima do pincenê; de um automóvel desceram quatro tenentes, uns varapaus, de queixo levantado e pálpebras abaixadas, cada um com sua pasta na mão. Depois chegou um batalhão de soldados que acampou no antigo pátio, com mulas, bolas de feno, barracas, cozinhas, rádio de campanha e faixas coloridas de sinalização.

Um general na biblioteca



Figura 4 - Fachada da Biblioteca de São Luis do Paraitinga – a bibliotecária e a autora - 2004

4 A CENSURA NO BRASIL DURANTE OS REGIMES DE EXCEÇÃO

Nossa intenção, até aqui, foi mostrar um painel sobre o tratamento oficial da censura tendo como contexto diferentes momentos históricos, intenções políticas e econômicas locais e globais, porque nesse tecido – independentemente de distâncias ou condições lógicas – as atitudes censórias são indistintamente reproduzidas.

Reiteramos nossa ideia sobre a intensificação do embate pelo poder em situações de crise. Por isso, a partir de agora, relataremos a evolução histórica e a burocratização dos mecanismos de censura no Brasil, como reflexo e como instrumento de controle social utilizado por dois regimes de exceção: a Era Vargas (1930 a 1945) que se estabeleceu quando o mundo enfrentava a Segunda Guerra Mundial. E o Regime Militar (1964 a 1985), concomitante aos momentos mais críticos e decisivos da Guerra Fria.

Foi nessas condições que o governo brasileiro, no início do século XX, teve que se posicionar de forma estratégica e adotar uma organização política que favorecesse sua autonomia por meio do crescimento urbano, do desenvolvimento econômico e ainda controlasse as bases sobre as quais, mais tarde, a democracia terminou se estabelecendo no país, consolidando ainda mais a influência que a interdependência macropolítica exercia sobre as decisões e ações oficiais.

Esses dois períodos se destacam na história brasileira por tornarem a censura objeto de decisões políticas que impactaram na criação de infraestrutura e quadros funcionais específicos para o tratamento burocrático da censura. Apesar do aparato estrutural, a operacionalização da censura se efetivou de forma ambígua, contraditória e indiferente às demandas públicas contrárias às determinações oficiais. Um outro fato relevante: o papel do censor se transformou de funcionário público intelectualizado para autoridade policesca no exercício do autoritarismo gratuito: repressão, delação, impedimento da liberdade de expressão contrária aos ideais oficiais. Para essa transformação, colaboraram diferentes movimentos.

4.1 CULTURA DESPOJADA DE DIREITOS

A proliferação de livrarias no Brasil teve início já com a presença da corte portuguesa no país e principalmente no Rio de Janeiro, onde o grande percentual de livros comercializados até então era proveniente da França. Essa demanda fez com que os livreiros franceses manifestassem interesse e se estabelecessem na cidade. Entretanto, fora da área de influência da Corte, o desenvolvimento da impressão de materiais teve um ritmo mais lento.

É preciso lembrar que, enquanto a Europa vivia a Revolução Industrial, São Paulo, em 1855, era provinciana, tinha aproximadamente 15 mil habitantes, enquanto o Rio de Janeiro, 250 mil, dos quais 600 eram estudantes, que como vimos no capítulo anterior, a grande maioria da área de Direito. Assim, a cidade contava com três livrarias e três gráficas que, segundo Hallewell, não poderiam ser consideradas editoras pois ninguém, fora do Rio de Janeiro, imprimia livros, a não ser sob encomenda do autor¹²².

A transição do Império para a República foi um período fecundo em todas as áreas da cultura. Além dos livros, toda a produção de bens simbólicos – artística e intelectual – tinha no Estado seu principal mecenas. Foi, portanto, regular e nacionalista, dependente desse apoio oficial.

Assiste-se ao desenvolvimento artístico patrocinado e dependente do Estado, à criação de instituições de fomento e fiscalização da arte que propiciam o uso político e ideológico de suas manifestações¹²³.

No início do século XX, primeiros anos da República, o mercado continuava sob o domínio dos livreiros que haviam se estabelecido no país. Os principais livros editados versavam principalmente sobre Medicina, Direito e Literatura, como as três primeiras edições de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, para atender à população mais abastada e elitizada.

¹²² HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1985. p.226.

¹²³ COSTA, C. **Censura em cena: teatro e censura no Brasil**: Arquivo Miroel Silveira. São Paulo: Edusp, 2006. p.65.

4.2 PRIMEIRA E SEGUNDA GUERRAS: EXPANSÃO E RETRAÇÃO DO MERCADO LIVREIRO NO BRASIL

Após a Primeira Guerra Mundial, a indústria do livro experimentou uma fase de progresso. Projetos de alfabetização e educação da população foram o elemento propulsor do aumento da tiragem principalmente de livros didáticos. Porém devemos ressaltar que, apesar do desenvolvimento, os pontos de comércio de livros de varejo eram poucos, limitados a regiões mais abastadas do Rio de Janeiro e São Paulo. A maior parte dos negócios ainda estava baseada na importação de Portugal e da França¹²⁴.

Em 1919, Monteiro Lobato abriu sua própria editora e, já no ano seguinte, chegou a publicar uma média de quatro mil livros por mês. Como editor, introduziu inovações nos processos de distribuição, considerada crítica no Brasil. As dimensões geográficas do país e a falta de infraestrutura inviabilizavam a entrega dos livros em diversas regiões. Sua editora foi responsável pelo lançamento de muitos escritores: Léo Vaz, Ribeiro Couto, Paulo Setúbal, o historiador Oliveira Vianna. Também publicou, com tiragens limitadas, autores já conhecidos como: Oswald de Andrade, Lima Barreto, Francisca Julia, Menotti Del Picchia¹²⁵.

Lobato foi responsável por abrir caminhos para os demais editores. Suas propostas de lançar autores novos, pagar direitos autorais demonstram uma abordagem profissional da atividade. Consideramos a impressão de livros em cores uma forma inovadora de agregar valor e vida aos livros. Lobato investia muito em propaganda, pois entendia que livros deveriam ser vendidos na mesma proporção que sabão.

4.3 TENDÊNCIAS ESTRANGEIRAS: NAS BIBLIOTECAS, A LUTA PELA VIDA

¹²⁴ HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1985. 693p. p 236.

¹²⁵ Idem, p. 247.

Os modelos democráticos norte-americanos, desde meados do século XIX, ganharam projeção mundial, criando práticas que se estendiam ao acesso à informação. Nos Estados Unidos, além da formação das bibliotecas, podemos também observar o amadurecimento técnico e a transformação da Biblioteconomia em ciência.

Com uma visão diferenciada da europeia, a formação das bibliotecas nos Estados Unidos teve como princípio uma política humanitária como alternativa à postura aristocrática francesa. A criação das bibliotecas norte-americanas era iniciativa do próprio povo, consciente da necessidade e importância de se instruir.

As bibliotecas americanas surgiram, como as escolas, não doadas por uma elite ou por um governo benevolente, mas criadas pelo próprio povo, ávido de leituras, persuadido de que estava adquirindo um instrumento indispensável para a luta pela vida¹²⁶.

A idéia da verdadeira biblioteca pública norte-americana surgiu no começo do século XIX, com o movimento liderado por Horace Mann e Henry Barnard, educadores que viam na ampliação da rede de bibliotecas a condição necessária para a concretização de um projeto nacional de educação completo¹²⁷.

A influência norte-americana passou a ser crescentemente estimulada, inclusive, pelo fato de organismos daquele país, além de oferecerem apoio financeiro à formação de bibliotecas¹²⁸, ainda promoverem conferências em países como o Brasil, Argentina, Chile e Cuba.

Os preceitos norte-americanos deram tratamento e atribuíram status científico para os processos, atividades e rotinas da Biblioteconomia. Um passo importante nessa direção foi a estruturação do curso de pós-graduação na Universidade de Chicago¹²⁹.

O curso incluiu a *Library Science* no campo das Ciências Sociais, porque entendia as bibliotecas como unidade essencial de organização social. Integradas e articuladas, as bibliotecas norte-americanas se distinguem em sua essência por

¹²⁶ MORAES, R. B. de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. 64p.

¹²⁷ SHERA apud FONSECA, E. N. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979. p.55.

¹²⁸ Isso acontecia desde o final do século XIX. A Biblioteca Georges Alexander, fundada em São Paulo, em 1870, contou com um crescimento gradual do acervo. Além disso, foram promovidos treinamentos, cursos e intercâmbio entre Brasil e Estados Unidos, para o desenvolvimento técnico de bibliotecários.

¹²⁹ A Universidade teve sua designação como “Escola de Chicago” por apresentar um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizado entre 1915 e 1940 por professores e estudantes.

atuarem de forma orgânica com a sociedade, ao invés de imporem uma condição de edificação do indivíduo.

4.3.1 São Paulo adota modelo norte-americano

Apesar de o Rio de Janeiro ter tomado a dianteira na América Latina, promovendo a implantação do curso Superior de Biblioteconomia para a formação dos profissionais da Biblioteca Nacional, o Estado não inovou em relação ao modelo de estruturação de bibliotecas, mantendo a escola europeia como referência de atuação.

Por isso, o formato original do Curso de Biblioteconomia prevaleceu até 1922, quando foi inaugurado o Museu Histórico Nacional, demandando a formação de profissionais que pudessem atuar tanto na Biblioteca Nacional quanto naquele Museu. A formação conjunta não teve êxito. Assim, em 1931, o Ministério da Educação determinou que a Biblioteca Nacional reassumisse a condução dos trabalhos e, só mais tarde, em 1944, reestruturasse o curso para então adotar o modelo norte-americano.

Enquanto, no Rio de Janeiro, a Biblioteconomia estava diretamente ligada à Biblioteca Nacional, em São Paulo o campo se fortaleceu graças à biblioteca escolar George Alexander, localizada no Instituto Presbiteriano Mackenzie.

A escola, fundada em 1870, tinha como proposta pedagógica quebrar os paradigmas da época, incorporando ideias revolucionárias como, por exemplo, aceitar alunos filhos de abolicionistas, republicanos, protestantes, judeus e mulheres. No histórico da biblioteca Georges Alexander consta o seguinte registro:

A preocupação em criar espaço adequado para leitura existe desde 1886 no Instituto Presbiteriano Mackenzie, quando era ainda Mackenzie College, e contava com uma coleção de livros aqui deixada por missionários americanos que retornavam à sua pátria. Com o crescimento de seu acervo, inaugurou-se em 1918 uma pequena construção de dois cômodos abrigando em um o acervo de 2.000 volumes e o outro para acomodar os leitores. O projeto específico de um edifício para abrigar uma biblioteca era, no Brasil, ainda uma novidade. Os poucos exemplos existentes eram geralmente edifícios públicos, como a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Em 1923 apresentou-se o projeto de uma construção simples, mas que atendia à sua proposta e, em 1926, inaugurou-se a Biblioteca George

Alexander em homenagem ao Conselheiro do Mackenzie College, um importante educador desta Instituição, com um acervo de 7.000 volumes¹³⁰.

O maior diferencial apresentado pela Biblioteca Georges Alexander era o acesso livre dos usuários às estantes e, desde 1927, a liberação do acesso ao público em geral, além de sua forma inovadora de organização do acervo, que seguia as novas técnicas desenvolvidas nos Estados Unidos, aplicando no Brasil o modelo pragmático da moderna pedagogia norte-americana.

Nesse ambiente, influenciado pela moderna pedagogia americana, é implantado pela primeira vez no Brasil, o modelo pragmático de ensino de Biblioteconomia e de organização de biblioteca, que vinha em consonância com a modernidade de ensino adotado pelo Mackenzie¹³¹.

A importação do modelo veio em conjunto com treinamentos e intercâmbios profissionais. Uma bibliotecária norte-americana veio a São Paulo para ministrar um curso elementar de Biblioteconomia. Em contrapartida e ao mesmo tempo, Adelpha de Figueiredo, responsável pela Biblioteca Georges Alexander, obteve uma bolsa para ampliar seus conhecimentos nos Estados Unidos.

Ao retornar ao Brasil, Adelpha de Figueiredo deu início a um curso de curta duração, ministrado até 1936, quando Rubens Borba de Moraes implantou o Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo que viria a assumir, no cenário nacional, posição de destaque na formação em Biblioteconomia.

Rubens Borba de Moraes foi considerado “um dos cérebros mais privilegiados da terra do jaburu”¹³². Integrante da Semana de Arte Moderna de 1922, colaborador da revista Klaxon, entendia o movimento artístico de 1922 como uma nova ordem para a tomada de consciência sobre o problema político do Brasil. O ideal não se limitava a palavras:

Foi assim que, logo após a revolução de 24, fundamos uma sociedade com o objetivo de esclarecer a população sobre o voto de cabresto e as manipulações do Partido Republicano. Dessa sociedade, da qual participavam 12 pessoas – inclusive o Mário e o Oswald – nasceu o embrião do Partido Democrático, o início de um esforço conjunto para se repensar o Brasil a fundo.¹³³

¹³⁰ Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

¹³¹ CASTRO, C. A. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000. p.65.

¹³² **Humor e política na herança da semana**. Texto publicado na Folha de S. Paulo em 17 de fevereiro de 1982. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/semana2.htm>.

¹³³ Idem.

Interpretados como conspiradores na Revolução de 30 e desiludidos com as convergências e divergências políticas do grupo, esses jovens brasileiros decidiram reunir esforços para promover o desenvolvimento cultural do país.

Tivemos, então, a ideia de fundar a primeira Escola de Sociologia e Política do Brasil. O Roberto Simonsem entrou com o dinheiro e a repercussão política foi grandiosa. Posteriormente, criamos o Departamento de Cultura de São Paulo (hoje Secretaria Municipal). [...] O Prestes [...] obstruiu muitos dos nossos planos, entre os quais a instalação de bibliotecas nos bairros da cidade.¹³⁴

Por isso, contaremos um pouco sobre o que representou o Departamento de Cultura de São Paulo, tanto pela proposta de política cultural como pelo estabelecimento, estruturação e consolidação de um modelo mais avançado de biblioteca.

4.3.2 Departamento de Cultura: o município à frente das bibliotecas

Fábio Prado era um homem rico que pertencia à elite paulistana. Nasceu em 1887. Tinha uma educação refinada e uma orientação política liberal. De 1924 a 1938, período em que assumiu a prefeitura da cidade de São Paulo criou, em 1935, o Departamento de Cultura. Teve, para isso, o apoio do então governador do Estado, que considerou a proposta boa para a cidade, apesar de arrojada para a época.

No século XX, a primeira intervenção do Estado, notável pelo ineditismo e desdobramentos posteriores, foi a criação do Departamento de Cultura. Ele não surgiu pelo esforço de pedagogos e nem teve vínculos com forças religiosas, mas foi constituído pela ação de uma elite culta e obstinada que via na cultura uma forma de aperfeiçoamento da sociedade. Dentro dessa iniciativa, as bibliotecas ocuparam um espaço até então inédito para elas¹³⁵.

Paulo Duarte, nomeado para o gerenciamento do Departamento de Cultura, indicou Mário de Andrade para assumir a direção administrativa e, por sua vez, trouxe Rubens Borba de Moraes para a implantação da Divisão de Bibliotecas e estruturação do projeto para um sistema municipal multisserviços, composto por: bibliotecas públicas, infantis, circulantes, populares e outras que se criassem.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ MILANESI, L. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo, Brasiliense, 1989. p. 76-77.

Podemos observar que, como diretor da Divisão de Bibliotecas, Rubens Borba de Moraes manifestou a influência das bibliotecas norte-americanas, idealizando uma biblioteca para o povo, inclusive com a proposta de bibliotecas populares, destinadas à parcela da população sem condições de frequentar a biblioteca pública instalada no centro da cidade.

Por isso, em 1939¹³⁶, Mário de Andrade publicou um artigo, com a descrição do projeto para as bibliotecas municipais de São Paulo, enfatizando dois pontos: os acervos não poderiam ser constituídos por qualquer tipo de livro; o desenvolvimento do hábito de ler na população devia ser promovido desde a infância. O escritor, fascinado por todas as manifestações da cultura popular e pelos livros, explicava essa concepção:

Instituição mais importante, ainda, sob o ponto de vista popular, me parecem as bibliotecas infantis, de caráter proletário. [...] Mas não se trata de criar um órgão de desfastio, ou mesmo de leitura mais ou menos freqüente. O que importa não é o [...] lirismo da leitura, mas a criação de um hábito completamente novo em nosso povo. A criança é o que nos interessa mais¹³⁷.

Rubens Borba de Moraes foi ainda responsável pela implantação, em 1936, do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, que ganhou notoriedade nacional, abrindo suas portas à comunidade paulista e de outros Estados. Dessa forma, tornou-se, o primeiro Curso Superior de Biblioteconomia regular no Brasil.

4.3.3 Governo federal desmobiliza Departamento de Cultura

Ao assumir o poder, Getúlio Vargas determinou a desmontagem do Departamento de Cultura de São Paulo e o cancelamento do projeto de Biblioteca Municipal iniciado por Rubens Borba de Moraes.

Diante do Estado Novo, o Departamento de Cultura se enfraqueceu e perdeu influência. Paulo Duarte, por se opor ao regime, foi exilado. Mário de Andrade, demitido, e o que é pior, teve eu ideal de biblioteca municipal destruído.

¹³⁶ ANDRADE, M. **Bibliotecas populares**. Revista do Livro, Rio de Janeiro, v.2, n.5, p.7-8, 1957.

¹³⁷ Idem.

Apesar das condições adversas, o Departamento de Cultura de São Paulo resistiu, sobreviveu ao Estado Novo e se desdobrou, conseguindo tornar São Paulo a cidade possuidora do mais bem-articulado aparelho administrativo da área cultural¹³⁸.

4.3.4 Transferência e privatização da Escola de Biblioteconomia

Prestes Maia, que assumiu a prefeitura de São Paulo entre 1938 e 1945, além de cumprir, estendeu as ordens de Getúlio Vargas e fechou o Curso Superior de Biblioteconomia, em 1939, por entender que a subvenção não era atribuição do Departamento de Cultura.

Revoltado com a arbitrariedade da decisão do prefeito, Rubens Borba de Moraes – ao retornar de viagem aos Estados Unidos para aprimoramento técnico – decidiu não só reativar e como privatizar o curso.

Rubens Borba recorreu a seu amigo Ciro Berlinck, que mantinha relações familiares com os diretores da Escola Álvares Penteado. Conseguiu que ela abrigasse o curso, cedendo-lhe instalações. Dessa forma, a escola, agora como instituição particular, surgia anexa à Escola Livre de Sociologia e Política, sob a direção de Rubens Borba e com a colaboração dos professores do curso da prefeitura, que acompanharam a mudança¹³⁹.

Apesar de retratar uma forte ação do Estado Novo, ao mesmo tempo, a rápida e provisória transferência do curso para a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado teve um saldo positivo. Já no ano seguinte, em 1940, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) assumiu o Curso Superior de Biblioteconomia no momento de consolidação e expansão do modelo pragmático americano.

Em 1942, a ELSP ainda passou a receber subvenção da Rockefeller Foundation e oferecer bolsas de estudos para candidatos de outros Estados que, ao regressarem à sua terra natal, deveriam reorganizar as antigas e criar novas bibliotecas. A iniciativa foi determinante para desencadear uma expansão expressiva

¹³⁸ MILANESI, L. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo, Brasiliense, 1989. p.94.

¹³⁹ BANDEIRA, S. P. **O mestre dos livros**: Rubens Borba de Moraes. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007. p.42.

das bibliotecas, pois as bolsas permitiram principalmente a estruturação de diversas Escolas de Biblioteconomia pelo Brasil.

4.3.5 Modelo norte-americano chega ao Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, o modelo norte-americano de bibliotecas finalmente foi introduzido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)¹⁴⁰ que, em 1940, instituiu um Curso de Biblioteconomia com duração de seis meses, baseado nos resultados obtidos em São Paulo.

A iniciativa fez com que, mais tarde, em 1944, a Biblioteca Nacional reestruturasse seu currículo, adotando a nova orientação e incorporando a vertente norte-americana à administração e organização de bibliotecas.

Rubens Borba lamentava que o DASP não tivesse aproveitado a prerrogativa de órgão normalizador do serviço público e tivesse planejado o desenvolvimento das bibliotecas ministeriais. Reconhecia, no entanto, o esforço de levar os políticos do Estado Novo a respeitarem as bibliotecas e os bibliotecários¹⁴¹.

4.4 CENSURA NA GÊNESE DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

Quando iniciou seu governo, Getúlio Vargas encontrou um país marcado pela desigualdade e pela heterogeneidade. A população rural era majoritariamente analfabeta e a população urbana tinha expectativas, autonomia e dinheiro para conseguir acesso a informações sobre as transformações mundiais e as práticas políticas, especialmente em países como os Estados Unidos, pleno de ideias e consciência democráticas.

A substituição da República Velha pelo Estado Novo lançou as bases para uma nação industrializada, movida pela força da mão-de-obra imigrante, pelas

¹⁴⁰ Órgão previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, diretamente subordinado à Presidência da República, com o objetivo de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país, iniciada anos antes por Getúlio Vargas. Disponível em: CPDOC/FGV. Acesso em: mai.2009.

¹⁴¹ BANDEIRA, S. P. **O mestre dos livros**: Rubens Borba de Moraes. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007. p.43.

estradas de ferro, pela mudança do eixo econômico açucareiro do Nordeste para o cafeeiro do Sudeste. Getúlio Vargas tinha, portanto, a missão de implantar as mudanças que eliminariam os resíduos do Império com seus “violentos antagonismos entre cidade e campo, progresso e estagnação¹⁴², num período de incoerências políticas tanto interna quanto externa.

[...] de maneira geral, o que se assistiu foi a um período de ditadura, militarismo e forte centralização com o objetivo de implementar um projeto político de direita, que fez do populismo um dos mecanismos para obter o apoio da população. Vargas combateu ferrenhamente os comunistas e as forças que se opunham ao seu poder, especialmente políticos paulistas que tentaram se rebelar contra ele na Revolução Constitucionalista de 1932¹⁴³.

As tensões provocadas pela necessidade de impor controle às novas ideias democráticas sempre determinaram a intensidade e a extensão da censura e da limitação de conteúdos produzidos por instituições ligadas ao governo brasileiro. Por isso, o governo de Getúlio Vargas contribuiu para que a cultura de censura no país se tornasse ainda mais fortalecida e praticada por diferentes instâncias oficiais, aumentando ainda mais os obstáculos à impressão e circulação de livros.

As origens de uma sociedade baseada no autoritarismo e na exclusão dão a medida do peso e da extensão de uma cultura da censura – o esforço de delimitar o legal e o ilegal¹⁴⁴.

Getúlio Vargas, no papel de pai da cultura do Brasil, interferiu diretamente na produção livresca e na instituição das bibliotecas públicas.

Centralizado, populista, nacionalista, o Estado Novo deu especial atenção ao desenvolvimento das artes e das comunicações, levando ao auge a intervenção governamental nessas áreas¹⁴⁵.

É preciso lembrar que, nesse período, os meios de comunicação de massa – jornais, rádio e cinema – estavam em plena expansão e os governos de diferentes países faziam uso desses mecanismos para se legitimarem no poder.

Os estudos sobre a propaganda política durante o Estado Novo destacam dois temas obsessivos: a manipulação dos trabalhadores pelo regime e a transformação de Vargas em homem providencial, pai dos pobres. Manipulação e mitologia foram as chaves principais para a entrada no mundo criado pelo Estado Novo¹⁴⁶.

142 COSTA, M. C. C. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil: Arquivo Miroel Silveira. São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2006. p.94.

¹⁴³ Idem. p.6.

¹⁴⁴ KUSHNIR, B. **Cães de guarda**: jornalistas e censores. São Paulo: FAPESP, 2004. p.35.

¹⁴⁵ COSTA, M. C. C. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil: Arquivo Miroel Silveira. São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2006. p.95.

¹⁴⁶ SOUZA, J. I. de M. **O Estado contra os meios de comunicação**: 1889-1945. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2003. p.207.

Getúlio Vargas se inspirou em modelos de atuação de líderes mundiais da época – notadamente Salazar, Mussoline e Franco. Daí ter também assumido o papel de pai da cultura nacional. A intervenção oficial no campo da cultura tinha objetivos bastante claros: a intervenção governamental nos campos das artes e comunicações. A estratégia, para isso, foi incentivar o desenvolvimento dessas áreas de forma convergente e paralela à adoção de uma atuação centralizada, populista e nacionalista¹⁴⁷.

Descritos e aceitos pela análise funcional como mecanismos de ajuste, os meios de comunicação tornam-se suspeitos da violência simbólica e são encarados como meios de poder e dominação¹⁴⁸.

Ao implantar o Estado Novo, o presidente contava com assistência de Gustavo Capanema e Felinto Muller no controle às ideias, ao conhecimento e elaboração de estratégias que mantivessem as produções e manifestações culturais nacionais preservadas das influências consideradas nefastas. Vargas deu início ao uso e abuso de formas violentas de coerção e repressão para coibir e controlar a difusão de ideias e de críticas ao governo, assim como o acesso ao conhecimento e ao saber.

Felinto Muller foi nomeado chefe da Polícia Federal em 1935. Getúlio Vargas, em 4 de abril do mesmo ano, promulgou uma nova e draconiana Lei de Segurança Nacional que permaneceria em vigor até janeiro de 1953. Hallewell explica que:

Ela proibia toda a propaganda que defendesse a guerra, ou que ameaçasse ativamente a ordem social ou política. [...] A ação das autoridades nessa etapa estava quase toda voltada para os jornais, sendo os livros poucos atingidos¹⁴⁹.

No contexto global, o mundo enfrentava a Segunda Guerra Mundial, o que impunha a Getúlio Vargas uma tomada decisões com base e sustentada por uma orientação política externa. Foi com essa referência que o presidente da república criou duas instituições, utilizadas para fortalecer ainda mais os seus ideais e a propaganda política de seu governo: o Instituto Nacional do Livro (INL), que teve uma forte influência sobre o processo de difusão de livros no país e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cuja atribuição era manter sob controle os meios

¹⁴⁷ COSTA, M. C. C. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil: Arquivo Miroel Silveira. São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2006. 282p.

¹⁴⁸ MATTELARD, A.; MATTELARD, M. **História das teorias da comunicação**. 8ª.ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 73.

¹⁴⁹ HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1985. 693p. p.369.

de comunicação de massa e a produção artística e intelectual. Ambas utilizaram estratégias para determinar os processos de publicação, distribuição e circulação de livros no país.

4.4.1 Gustavo Capanema: políticas para o acesso controlado ao conhecimento

Durante a Segunda Guerra Mundial, o mercado livresco enfrentou um período de retração. A reforma ortográfica e uma transformação drástica no ensino secundário, determinadas por Getúlio Vargas, afetaram principalmente a produção de livros didáticos. Segundo Halleweel:

Em abril de 1942, o ministro Gustavo Capanema foi responsável por uma completa reviravolta no ensino secundário, que perduraria até 1961: a Reforma Capanema. Como tantas coisas, ao tempo do Estado Novo, moldadas na Itália de Mussolini, ela seguia de perto a Reforma Gentile daquele país, de vinte anos antes, enfatizando as disciplinas tradicionais e uma abordagem elitista¹⁵⁰.

O governo federal concedeu apenas quatro meses às editoras para publicarem versões atualizadas de todos os livros didáticos voltados para o nível secundário. Além dessa mudança, havia a escassez de matéria-prima e a indústria papelreira passou a montar cartéis, uma das estratégias de poder e controle, exercidas no governo Vargas.

Por isso, em 1937, quando Monteiro Lobato reivindicou um barateamento da importação de papel para as editoras, o direito não atingiu os livros e ficou restrito aos jornais e revistas, considerados instrumentos de cultura¹⁵¹, enquanto os livros eram categorizados como instrumentos de educação.

4.4.2 Instituto Cayru: a origem do Instituto Nacional do Livro (INL)

Pressionado com as demandas econômicas para capacitação e instrumentalização técnica da população para o mercado de trabalho e a

¹⁵⁰ HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985. p.289.

¹⁵¹ Arquivo de Gustavo Capanema FGV/CPDOC.

necessidade de propagar e fortalecer seus ideais políticos, Vargas deu início à estruturação de um sistema que pudesse servir oficialmente a seus propósitos. Cabe aqui lembrar que, a exemplo do que se observou entre os ditadores europeus, a repressão ao conhecimento era tratada como questão e pauta de saúde pública, demandando, portanto medidas de saneamento.

Recuperamos parte significativa dessa história por meio de uma visita realizada ao Arquivo Gustavo Capanema, em fevereiro de 2009, quando realizamos um levantamento importante no acervo de fontes primárias – documentos e registros oficiais – que permitiram uma análise interpretativa do conteúdo selecionado, demonstrando o pensamento e o posicionamento oficiais para a tomada de decisões de impacto para a liberdade de expressão, a orientação da cultura, do sistema educacional e desenvolvimento do país.

Na década de 1930, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde do primeiro governo de Getúlio Vargas, decidiu estabelecer uma comissão para elaborar um plano para a organização e a publicação de uma enciclopédia brasileira pela Biblioteca Nacional (BL), seguindo uma prática implantada primeiramente em Portugal, por Antônio Salazar, e na Itália, por Benito Mussolini.

Como a tarefa seria grande, a comissão julgou necessária a criação de um órgão responsável para a execução das diversas demandas envolvidas naquela produção. Assim, teve início o Instituto Cayru, precursor do Instituto Nacional do Livro (INL). Capanema buscou o apoio dos intelectuais brasileiros para a publicação da enciclopédia e foi auxiliado nessa tarefa pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete.

Inspirado na magnífica enciclopédia italiana TRECCANI¹⁵², então recentemente completada no governo Mussolini, e que já levava a empreendimento semelhante no Portugal de Salazar, Vargas sonhou com uma enciclopédia e um dicionário nacional semelhantes para o Brasil¹⁵³.

O mesmo ministro tinha planos mais amplos quando o Instituto Cayru foi descontinuado, em 1937. Capanema passou a se dedicar então ao projeto do Instituto Nacional do Livro (INL) para, além de cuidar dos interesses mais amplos do livro no Brasil, também conquistar a simpatia do povo:

¹⁵² Enciclopédia Italiana de ciência, letras e artes é mais conhecida como Enciclopédia Treccani, ou simplesmente Treccani. A primeira edição foi publicada entre 1925 e 1936. Tem 35 volumes, com 60 mil artigos e 50 milhões de palavras. Cada volume tem aproximadamente 1.015 páginas. Benito Mussolini incluiu um ensaio sobre A doutrina do Facismo na edição de 1932. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Enciclopedia_Italiana. Acesso em: fev.2010.

¹⁵³ HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985. p.313.

Quando o INL for realidade terão prazer em constatá-lo. Interessando-se pelas suas atuações preliminares, o povo terá simpatia por ele, desde o princípio¹⁵⁴.

A censura figura na gênese do Instituto Nacional do Livro (INL). Em carta ao presidente Getúlio Vargas, Gustavo Capanema já justificava a importância da do INL como instrumento de controle:

O livro não é só o companheiro amigo que instrui, que diverte, que consola. É ainda e sobretudo o grande semeador que, pelos séculos afora, vem transformando a face da Terra. É, portanto dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas¹⁵⁵. (grifo nosso)

Chamamos à atenção para a referência à *vigilância* sobre o livro. Consideramos que fica explícita a abertura dada para um discurso da intolerância, a partir do momento em que Capanema enfatizou o papel fundamental do livro e, ao mesmo tempo, alertou que o Estado não deveria permitir que ele se tornasse o *instrumento do mal*. Dessa forma, identificamos um direcionamento do que deveria ou não ser editado e, por extensão, divulgado nas bibliotecas. Observamos que, nessa questão da vigilância sobre o livro, o Estado estava realmente preocupado com o conteúdo e não com a estrutura das bibliotecas.

O Estado, tutor e paternalista, definia e distribuía a leitura 'culturalmente adequada' ao desenvolvimento dos indivíduos. O acervo das bibliotecas públicas, criado a partir da orientação estatal, sugeria ao leitor: leia estas obras escolhidas se deseja ser reconhecido como cidadão¹⁵⁶.

Gustavo Capanema, provavelmente por responder pela pasta da Saúde e Educação, transferiu para o INL as duas perspectivas de forma simultânea:

Como observa Alberto Torres, o caráter psíquico do brasileiro tem as melhores tendências, faltando-lhe só a diretriz prática, que o INL pode dar, em se valendo da atuação dos grandes pensadores sobre os ideais e ações populares. Integrando-se no objetivo educacional do Ministério da Educação e Saúde, o Instituto dará aos brasileiros leituras de suaves tendências espirituais, para a serenidade psíquica, o controle dos êxitos individuais, das energias aproveitadas, das utilidades conseguidas e dos ideais mais nobres¹⁵⁷. (grifo nosso)

¹⁵⁴ Arquivo de Gustavo Capanema FGV/CPDOC.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Z. C. P. de. **A biblioteca "fora do tempo":** políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994. 221p. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.46.1994.

¹⁵⁷ Arquivo de Gustavo Capanema FGV/CPDOC – grifo nosso.

4.4.3 INL: quando o projeto se transforma em realidade

Getúlio Vargas concretizou o sonho de Capanema quando determinou a criação do Instituto Nacional do Livro (INL)¹⁵⁸. O presidente nomeou como diretor seu conterrâneo Augusto Meyer, poeta gaúcho que, até 1954, se manteve na direção daquele instituto.

O organograma do INL era estabelecido em seções dedicadas principalmente às publicações e à organização das bibliotecas, de acordo com as funções que o Instituto assumia:

[...] a seção da Enciclopédia e do Dicionário e a Seção de Publicações, cujos primeiros chefes foram respectivamente o poeta Américo Facó e o sociólogo e historiador Sergio Buarque de Holanda, seções que ao lado de uma seção eminentemente técnica relativa à organização das bibliotecas públicas formavam o tripé do Instituto¹⁵⁹.

Além da enciclopédia brasileira, o INL herdou a tarefa de produzir uma bibliografia nacional atualizada, até então, atribuição sem êxito da Biblioteca Nacional. Assumiu ainda a responsabilidade de desenvolver as bibliotecas públicas. Podemos creditar a inclusão dessa atividade entre os objetivos do INL a Augusto Meyer, que conquistara uma influência significativa por ter sido diretor da biblioteca pública estadual de Porto Alegre.

As idéias de Augusto Meyer provavelmente foram baseadas nas propostas de Mário de Andrade¹⁶⁰ que, como vimos, havia dirigido a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura de São Paulo¹⁶¹. Segundo a autora, as abordagens de trabalho se distinguem porque enquanto o INL tinha uma proposta mais técnica de organização do universo da biblioteca pública, a Divisão de Bibliotecas privilegiava a concepção de utilizar a biblioteca para popularizar e democratizar o acesso à cultura, por meio de ações oficiais do Estado.

Dessa forma, foi estabelecido um vínculo estreito entre o funcionamento das bibliotecas no país e a atuação do INL. Como afirma Araújo, “[...] a compreensão da

¹⁵⁸ Decreto Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, R. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras**: academia brasileira dos rejeitados. 1997. 270p. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p.112.1997.

¹⁶⁰ OLIVEIRA, Z. C. P. de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994. 221p. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.53. 1994.

¹⁶¹ Até 1939, quando o Departamento de Cultura teve suas atividades descontinuadas, por decisão de Getúlio Vargas.

relação entre Estado autoritário e biblioteca pública, no Brasil, passa necessariamente pela análise da atuação social do INL¹⁶².

Em sua gestão, Augusto Meyer solicitou apoio para a publicação de uma revista do INL, que havia sido rejeitada pelo governo, pois Capanema entendia como prioridade daquele Instituto a nobre tarefa de publicar obras preciosas e organizar a Enciclopédia e o Dicionário nacionais.

Somente dois anos depois de Meyer ter deixado o INL, o número um da Revista do Livro foi publicado, em 1956, com o plano de trabalho para a edição da Enciclopédia Brasileira.

O escritor Mário de Andrade foi um dos intelectuais que, como consultor, efetivamente colaborou no desenvolvimento da Enciclopédia. Apesar de sua oposição ao Estado Novo, aceitou o convite, pois entendeu que a construção de uma obra voltada para o cidadão brasileiro deveria ser priorizada.

Essa foi uma forma paliativa para tentar compensar a perda não superada por Mário de Andrade quando, em 1939, foi destituído do cargo que ocupava por ocasião da desarticulação do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, determinada pelo próprio Vargas.

[...] a sua expulsão do Departamento de Cultura foi uma sentença de morte. Mário suicidou aos poucos, matou-se de dor, revolta e angústia. E esse suicídio, consciente ou inconsciente, apressou-se no Rio, num ambiente de abandono¹⁶³.

4.4.4 Obras publicadas pelo INL

O INL passou a cumprir as expectativas de Capanema quando publicou *Floriano: memórias e documentos*, que apresenta estudos históricos sobre a figura do Marechal Floriano Peixoto, com prefácio escrito pelo próprio ministro.

Obras como *História da Companhia de Jesus e Vida do venerável Padre Anchieta* foram publicadas pelo INL visando à valorização da Igreja Católica. *Memórias históricas do Rio de Janeiro* foi editado e impresso em dez volumes.

¹⁶² ARAÚJO, E. A. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2002. p.31.

¹⁶³ DUARTE, P. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Prefeitura do Município; HUCITEC, 1985. p.4.

O INL não publicava ficção. Aliás, em todo período Vargas, o único autor de ficção contemplado foi Manuel Antônio de Almeida, que teve sua biografia escrita por Marques Rebelo e uma reedição de *Memórias de um sargento de milícias*¹⁶⁴.

Para o INL, Capanema também idealizou o Plano Geral de Divulgação de Obras com a seguinte proposta:

O plano deve ser traçado e orientado, pelo Instituto, procurando atingir desde Academias de Letras, Secretarias de Estado, Prefeituras Municipais, até bibliotecas, colégios, universidades e associações¹⁶⁵. (grifo nosso)

Grifamos a expressão “até bibliotecas” pois, para nós, a palavra **até** demonstra como o Estado dá relevância a esse espaço cultural, mas somente para a divulgação de suas obras.

4.4.5 Os reflexos do INL nas bibliotecas

O INL desencadeou uma expectativa de ampliação da implantação e estruturação de bibliotecas pelo país. Mas o que de fato ocorreu foi uma dispersão de recursos e atuação oficial sem planejamento. Segundo Moraes, “não deixa de assustar essa avalanche desordenada, sem plano, sem método, dispersando esforços e dinheiro”¹⁶⁶.

No entanto, devemos atentar para a importância do INL como fator de ampliação de acesso a livros em regiões distantes do país e como provedor de acervo para as bibliotecas localizadas em regiões distantes:

Graças a essa instituição as bibliotecas perdidas no interior, longe dos grandes centros intelectuais, recebem metodicamente lotes de livros. Se não tivessem esse auxílio, o que seria dessas bibliotecas esquecidas das autoridades locais, sempre preocupadas com problemas que julgam mais urgentes?¹⁶⁷

Apesar da inegável importância do fato de as bibliotecas serem abastecidas, cabe refletirmos aqui sobre quais livros estavam sendo enviados e no critério de seleção que visasse atender aquele leitor.

¹⁶⁴ OITICICA, R. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras**: academia brasileira dos rejeitados. 1997. 270p. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.

¹⁶⁵ Arquivo de Gustavo Capanema FGV/CPDOC – grifo nosso.

¹⁶⁶ MORAES, R. B. de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. p.37.

¹⁶⁷ Idem p.38.

O INL foi instituído para montar um projeto atualizado de bibliografia nacional, atribuição até então assumida sem êxito pela Biblioteca Nacional. Também foi incumbido de desenvolver as bibliotecas públicas. Entretanto, na Era Vargas, a prioridade do interesse oficial se restringia à publicação de livros aprovados pela censura, especialmente os didáticos, estimulando o trabalho de editores e bibliotecas, contudo, sem desenvolver uma política pública para elas, o que necessariamente demandaria certa autonomia administrativa, portanto, a descentralização de um controle que o governo não tinha interesse em compartilhar.

Sem dúvida, o INL priorizou a propagação do livro, como contribuição ao fortalecimento dos ideais do governo de Getúlio Vargas, da mesma forma que nos regimes ditatoriais, como os de Salazar e Mussolini. As escolas, principais alvos dessa estratégia ideológica, eram entendidas como instituição responsável pela formação, desde a infância, do cidadão mais conveniente ao Estado.

Oliveira¹⁶⁸ explica que Augusto Meyer elaborou dois projetos visionários para a criação de bibliotecas. O primeiro deles previa a criação de 25 bibliotecas populares na cidade do Rio de Janeiro, cada uma para, no mínimo, 50 pessoas, que pagariam uma mensalidade de manutenção. Caberia ao INL fornecer os livros, o material de expediente técnico e administrativo e realizar inspeções periódicas para avaliar seu funcionamento. O segundo, baseado nas ideias defendidas pela Comissão de Bibliotecas populares da Argentina¹⁶⁹, previa a criação de bibliotecas regionais, entre 1940 e 1947, nas seguintes cidades: Recife, Salvador, Belém, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

A concepção dos serviços bibliotecários era avançada, pois colocava profissionais formados na direção geral, instituía serviço de empréstimo e bibliotecas circulantes para as localidades distantes. Sugeria, inclusive:

[...] conceitos de racionalização de recursos, descentralização de responsabilidade, coordenação de atividades, trabalho cooperativo e serviços de extensão, [porque] Augusto Meyer pretendia qualificar os serviços bibliotecários oferecidos à população brasileira¹⁷⁰.

¹⁶⁸ OLIVEIRA, Z. C. P. de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994. 221p. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.47. 1994.

¹⁶⁹ Além do argentino, o sistema suíço de bibliotecas também inspirou as propostas nacionais. Entretanto, é fundamental considerar as condições históricas, culturais e também geográficas que favoreciam o modelo naquele país. Contudo difícil de ser seguido no Brasil, dada a nossa amplitude territorial e o elevado número de brasileiros analfabetos.

¹⁷⁰ OLIVEIRA, Z. C. P. de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994. 221p. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.49. 1994.

Reconhecemos o pioneirismo de Augusto Meyer. Mas consideramos fundamental lembrar o desinteresse do governo em investir em bibliotecas por razões como: o analfabetismo praticamente generalizado do brasileiro; a falta de prática no desenvolvimento de projetos comunitários, a migração da população rural para os centros urbanos, a criação de leis trabalhistas.

Nesse contexto as bibliotecas não eram prioridade oficial, porque os pontos de disseminação de livros – como escolas, colégios, associações, grêmios, sindicatos – estavam em operação e facilitavam qualquer ação de utilização e controle oficiais.

[...] por se tratar de instituições já instaladas, a criação de uma pequena biblioteca depende exclusivamente de uma decisão administrativa e de algum mobiliário, havendo sempre um professor, diretor, associado ou aluno que se encarrega da função de bibliotecário¹⁷¹.

Assim, toda a intenção de desenvolver e modernizar o sistema de bibliotecas públicas, por meio dessas propostas inovadoras, não se concretizou. Entendemos inclusive que, por questões políticas, o INL entrou em conflito com o Departamento de Cultura de São Paulo, impedindo a implantação local das bibliotecas municipais, dentro de uma realidade mais brasileira.

As ações do INL se popularizaram por uma estratégia oficial de divulgação, elaborada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em canais como o programa de rádio *A Hora do Brasil*, ou em reportagens nos jornais *Manhã* e *Correio da Manhã*, mostrando que o INL estava cumprindo seu papel no setor da educação e da cultura popular.

Entretanto, para uma ampliação dos serviços e o atendimento pleno do Decreto-Lei nº 93¹⁷², faltavam “aparelhamento, verba, pessoal e aperfeiçoamento dos serviços”¹⁷³.

4.5 AS AÇÕES DOS APARELHOS DE CONTROLE DO ESTADO

¹⁷¹ Arquivo Gustavo Capanema FGV/CPDOC.

¹⁷² Decreto-Lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937.

¹⁷³ Arquivo Gustavo Capanema FGV/CPDOC.

O decreto-lei foi um dos instrumentos mais utilizados pela ditadura de Vargas e seus sucessores. Uma das maneiras de abordarmos os critérios que fortaleceram a censura cultural ditatorial é analisar esses documentos.

O Estado Novo já possuía como parte do seu aparelho regulador o Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) quando, em 1939, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), destinado ao desenvolvimento de ações de censura cultural¹⁷⁴. Rádio, música, cinema, educação, imprensa, enfim, as artes em geral e outras formas de manifestação cultural eram campos de interesse e ação do DIP que passou a ter atribuição de arbitrar sobre os meios de comunicação de massa e a produção artística. Ao DIP também foi delegada a censura a todas as publicações impressas. A organização do DIP estava articulada para atuar como interlocutor legítimo entre o Estado e a sociedade.

Vargas, assim como Salazar, sabia da importância do controle dos meios de comunicação – da imprensa e, especialmente, do rádio, um dos mais populares meios da época. Criou uma estrutura organizacional inédita para fazer uso daqueles meios, controlá-los e censurá-los¹⁷⁵.

O DIP pode ser considerado o órgão mais efetivo da Presidência da República. Em 1940, o DIP acumulava a atribuição de 53 serviços diferentes, entre os quais destacamos: censura prévia a jornais e diversões públicas, administração da Agência Nacional e do Conselho Nacional da Imprensa, promoção da cultura, incremento ao turismo no país. Por esse motivo, o DIP detinha o nível máximo de poder oficial, respondendo diretamente a Getúlio Vargas¹⁷⁶. O DIP foi extinto em 1945.

4.5.1 DIP e DOPS unidos na censura aos livros

Apesar de o DOPS ter alguma atuação, a censura aos livros em nível nacional ficou sob a responsabilidade do DIP que, além de duas ramificações locais,

¹⁷⁴ COSTA, M. C. C., org. **Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro**. São Paulo: FAPESP; Anna Blume, 2008. p. 18.

¹⁷⁵ COSTA, M. C. C. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil: Arquivo Miroel Silveira. São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2006. p.6.

¹⁷⁶ Idem.

estendia sua autoridade por meio dos DEIPs, órgãos representantes do DIP no âmbito estadual.

[..] as editoras ficavam entre dois fogos repressores: o DOPS e o DIP, ambos apoiados pela ação de suas sessões estaduais que garantiam a 'caça' aos livros proibidos¹⁷⁷.

O DIP aproveitou uma fragilidade de estruturação administrativa do INL e assumiu controle do poder de ser publicado ou importado, tarefa até então a cargo daquele instituto. Sob o comando do DIP, são publicadas obras como *História de um menino de São Borja*; *Getúlio Vargas para crianças* e *Getúlio Vargas estadista e sociólogo*.

A intensa vigilância sobre o que se publicava e, ao mesmo tempo, a publicação de obras enaltecidas do governo revelavam a estratégia oficial de ampliar seu poder por meio das escolas e bibliotecas públicas, que constituíam um caminho mais fácil e seguro para a implantação da ordem desejada.

Atribuía-se à educação a possibilidade de adestramento e submissão da sociedade à nova ordem política: do colégio elitista - formador da inteligência política dominante, os futuros líderes - às escolas profissionais - formadoras de mentes a serem dominadas. As mentes seriam forçadas no novo paradigma pedagógico, edificado nos conceitos de ordem, autoridade, tradição e nacionalismo¹⁷⁸.

Em dezembro de 1943, o Brasil possuía duas mil bibliotecas públicas que recebiam doações freqüentes do INL, apontadas como o único meio de viabilizar a existência da maioria delas¹⁷⁹. Entretanto, antes de chegarem às bibliotecas públicas, os livros eram selecionados.

Obras consideradas perigosas pelo regime foram excluídas de acervos de bibliotecas públicas - como se fez no Instituto de Educação do Rio de Janeiro -, recusadas pela rede pública de ensino ou proibidas de comercialização¹⁸⁰.

Além dos DEIPs, a estrutura do DIP contava ainda com duas áreas que, ao mesmo tempo, se contrapunham e complementavam:

¹⁷⁷ CARNEIRO, M. L. T. **Livros proibidos, idéias malditas**. 2ª ed. ampl. São Paulo: Ateliê; FAPESP, 2002. p.65.

¹⁷⁸ ALMEIDA, M. das G. A. A. de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p.62.

¹⁷⁹ VIDAL apud SOARES, G. P. **Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p.70.

¹⁸⁰ SOARES, G. P. **Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p.71.

Serviço de Exame e Interdição de Livros – para impedir a edição ou retirar obras de circulação.

Divisão de Divulgação – para apoiar a divulgação e impressão de obras.

A aprovação emitida pela Divisão de Divulgação era um meio seguro para a edição de obras:

Escrever e editar para o DIP transformou-se, durante o Estado Novo, num bom negócio. *Brasil Reportagens* circulou já no seu primeiro número com cinco mil exemplares, imprimindo-se, no sétimo, 31 mil, o que era uma marca invejável. O total de livros adquiridos para distribuição, em 1943 e 1944, atingia a cifra de 104 mil exemplares¹⁸¹.

Existem dados¹⁸² de que o DIP não restringia a distribuição de livros às 14 Bibliotecas da Unidade Nacional – implantadas em hospitais, casernas e sindicatos. Por isso, deduzimos que o DIP também implantou bibliotecas, talvez com o intuito de se fortalecer ainda mais e expor a falta de estruturação do INL.

4.5.2 Os critérios de censura do DIP

Houve uma depuração da produção e distribuição dos livros didáticos. O secretário geral da Educação no Distrito Federal, em 1939, realizou um expurgo de seis mil volumes das bibliotecas escolares, “pejadas de livros inconvenientes”, e propôs um concurso de livros infantis exaltadores de “almas nobres e corajosas, probas e patrióticas”¹⁸³.

A intervenção do DIP transformou em alvo parte da obra de Monteiro Lobato. A censura sofrida pelo autor em relação à sua obra *História do Mundo para crianças*, submetida à avaliação de viabilidade de distribuição às bibliotecas escolares de São Paulo foi analisada por Soares, que teve acesso ao documento original do censor¹⁸⁴, cujo parecer foi desfavorável.

¹⁸¹ SOUZA, J. I. de M. **O Estado contra os meios de comunicação: 1889-1945**. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2003. p.142.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ VIDAL apud SOARES, G. P. **Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p.61.

¹⁸⁴ Provavelmente de autoria de Lourenço Filho, nessa época atuante no governo federal, convidado por Gustavo Capanema, conduziu entre 1938 e 1948 a implantação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

O livro *História do Mundo* para crianças do Sr. Monteiro Lobato seria mais um passo para a resolução do problema da literatura infantil, não fosse a quantidade de frases, apreciações e alusões inconvenientes à formação mental das crianças [...] o A. esqueceu a faculdade facilmente sugestionável das crianças e a facilidade com que elas se impressionam com determinadas apreciações. Justo será pois que se ponham reparos em certas páginas do livro onde o A. avança demais em seus conceitos¹⁸⁵.

Monteiro Lobato teve obras infantis censuradas sob as mais diversas alegações. *Peter Pan - A História do Menino que não queria crescer, contada por Dona Benta* – foi cassado por todo o Estado de São Paulo a pedido do Tribunal de Segurança Nacional. O procurador Clovis Kruehl de Moraes emitiu parecer indicando que a obra causava um sentimento errôneo quanto ao governo do país¹⁸⁶.

Outro livro infantil interdito foi *Tarzan*. A censura aconteceu porque o autor utilizou o termo “companheiro” para referir-se ao herói das selvas. A escolha semântica foi entendida pelos censores como nítida associação aos ideais comunistas.

A lista dos livros proibidos incluía aqueles considerados de “doutrina exótica”:

Após a publicação do artigo 26 da lei nº 39 de 04 de abril de 1935, uma vigilância concentrada se fez sentir na busca aos livros ditos “de doutrina exótica”. (...) Os documentos produzidos pelas autoridades do DEOPS compõem, juntamente com o discurso da grande imprensa, uma narrativa articulada para explicar a realidade social brasileira a partir de um ou outro inimigo objetivo: comunistas, anarquistas, judeus, nazistas, etc¹⁸⁷.

A autora realiza um trabalho de investigação sobre a censura aos livros e bibliotecas por meio de documentos coletados no DOPS. No entanto, cita apenas duas bibliotecas que classificamos como sendo de caráter público: a Biblioteca da Sociedade Alemã de Vila Mariana, que teve seu acervo confiscado em 1943 e a pertencente ao Partido Comunista de Ribeirão Preto, com o arquivo confiscado em 1947. As demais são consideradas privadas, apesar de clandestinas.

4.6 TRANSIÇÃO DE GOVERNOS NÃO ALTERA CENÁRIO DA CENSURA

¹⁸⁵ SOARES, G. P. **Semear horizontes**: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p.72-73.

¹⁸⁶ CARNEIRO, M. L. T. **Livros proibidos, idéias malditas**. 2ª ed. Ampl. São Paulo: Ateliê, 2002, 204 p.

¹⁸⁷ Idem.

No período de 1946 a 1964, o governo brasileiro foi assumido por diferentes presidentes: Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Entretanto, não houve qualquer determinação oficial que promovesse alguma transformação favorável do cenário do direito à liberdade de expressão. Longe disso, as medidas tomadas somente mantiveram ou confundiram, sobrepondo novos mecanismos à estrutura burocrática de censura existente. Cabe lembrar que as bibliotecas e os serviços públicos definitivamente não foram prerrogativas nem foco de atenção para esses chefes de Estado.

O Serviço de Censura de Diversões Públicas foi implantado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra.

[...] é criado o Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública, com sede no Rio de Janeiro e sucursais nos diversos estados da federação, responsáveis pela censura em primeira instância da produção artística¹⁸⁸.

Com esta medida, o presidente quis distinguir a censura exercida em nome da moral e dos bons costumes da censura política feita pelo DIP durante o Estado Novo.

Os censores trabalharam com muito afinco, optando deliberadamente pelo veto, mesmo em casos de dúvida. No campo da arte, a censura foi intensa porque, no projeto civilizatório do Estado, a população brasileira era considerada despreparada e manipulável em todos os sentidos.

No período de 1956 a 1960, o governo progressista de Juscelino Kubitschek foi marcado pela divulgação de um Plano de Metas, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico do país, investindo prioritariamente em infraestrutura (rodovias, aeroportos e usinas hidrelétricas) e indústria.

Em 1960, JK também transferiu oficialmente o poder do sudeste para o centro-oeste, construindo e inaugurando Brasília. Com essas medidas, o presidente pretendia urbanizar e desenvolver a região central do país.

O perfil liberal de JK estimulou o aumento na produção gráfica, seguido por um inevitável declínio, em razão do disparo da inflação, em razão da dívida externa contraída para bancar a implantação do Plano de Metas.

Para se ter uma noção da percepção oficial sobre as bibliotecas, basta dizer que elas sequer constavam do projeto arquitetônico desenvolvido para Brasília.

¹⁸⁸ COSTA, M. C. C., org. **Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro**. São Paulo: FAPESP: Anna Blume, 2008. p. 20.

[...] conversando com o genial urbanista e arquiteto Lúcio Costa, perguntamos como se explica que tenha ele pensado, ao projetar Brasília, em detalhes tão importantes como o das bancas de jornal e até o das sombras propícias aos namorados, esquecendo-se, porém, de bibliotecas nas chamadas unidades de vizinhança. Sua resposta foi muito franca: esquecera-se das bibliotecas porque nunca as vira funcionar em nosso país!¹⁸⁹.

Com a inauguração de Brasília, paulatinamente os poderes foram transferidos para a capital federal. Entretanto, como a Constituição de 1946 não especificava se a censura seria exercida pelo Governo ou pelas unidades federativas, o Estado da Guanabara manteve processos censórios locais, paralelos e cumulativos aos federais.

Em 1961, os primeiros censores foram nomeados para exercer suas atividades junto ao Departamento de Polícia Federal. Com isso, houve uma confusão de poderes porque os órgãos estaduais não tinham mais a necessidade de exercer a censura¹⁹⁰.

Em meio a um conturbado período político Jânio Quadros assumiu o poder e, em seguida, foi sucedido por João Goulart, deposto por meio de um Golpe Militar, em 1964.

4.7 REGIME MILITAR: AÇÕES EM NOME DA SEGURANÇA NACIONAL

O Golpe Militar de 1964 fez com que a segurança nacional passasse a ter prioridade nas decisões oficiais. Por isso, os processos censórios ficaram ainda mais rígidos, colaborando com as ações que garantiam e legitimavam o poder e a autoridade absoluta do Estado.

Os anos de 1960 foram marcados por uma tendência às novas ideias e atuação política. A sociedade começou a reivindicar menos dogmatismos e a militar tanto local quanto internacionalmente. Os Estados Unidos emergiram como grande potência e centro político ocidental e passaram a atuar de forma prática em relação

¹⁸⁹ FONSECA, E. N. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979. p.51

¹⁹⁰ LOPES, Antônio Carlos. **Rua do Ouvidor, 110**. Disponível em: <http://www.duplipensar.net/artigos/2007s1/resenha-do-livro-rua-do-ouvidor-110-uma-historia-da-livraria-jose-olympio.html>. Acesso em jul.2008.

ao controle da violência e dos movimentos sociais, planejamento e administração urbanas e empresariais¹⁹¹.

Na América Latina, a independência das nações foi determinada pela intensificação de alianças e submissão à política externa. Foram muitos os desmandos, as mortes, os exílios políticos. Assim como foram incontáveis as medidas censórias do governo. Nesta tese, como referência, serão tratados os Atos Institucionais e o Serviço Nacional de Informação.

4.7.1 Atos Institucionais (AI) e Serviço Nacional de Informação (SNI)

Com a prerrogativa de ser único, o **Ato Institucional nº 1** foi originalmente oficializado sem número. Com isso, em 1964, o governo manifestou oficialmente repúdio às tendências democráticas e esquerdistas, além da repressão aos conflitos agrários e urbanos que pudessem representar risco ao poder militar. Ao todo foram 17 Atos Institucionais sancionados pelo governo militar.

Com base na implantação dos Atos Institucionais, iniciados pelo presidente Castello Branco, surgiu a proposta idealizada pelo general Golbery do Couto e Silva de se criar o **Serviço Nacional de Informação (SNI)**¹⁹², que absorveria e centralizaria o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI -1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI – 1959).

O SNI foi um dos serviços mais bem equipados do mundo e um dos órgãos da ditadura militar responsáveis pela associação entre controle do Estado e política cultural, numa relação de pleno autoritarismo.

A relação do Estado com a cultura passa a ser diretamente autoritária e ameaçadora, considerando-se intolerável qualquer ação cultural que não se enquadre nos critérios pré-estabelecidos, nos planos, programas e projetos estabelecidos pelo Estado, que se baseavam no binômio – desenvolvimento econômico e segurança nacional¹⁹³.

Com status de ministério, poder irrestrito de ação e formador de opinião oficial, o SNI tinha como atribuições o monitoramento de informações sobre as

¹⁹¹ COSTA, C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 3ª.ed. São Paulo: Moderna, 2005.

¹⁹² Lei nº 4341, de 13 de junho de 1964.

¹⁹³ BENTO apud ARAÚJO, E. A. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2002. p.44.

principais lideranças políticas, sindicais e empresariais do país; o controle das atividades da Igreja; a manipulação da imprensa – com inserção de propaganda institucional em todos os meios de comunicação; a infiltração de agentes em sindicatos, escolas, universidades, repartições públicas, entidades de classe e a execução de atividades de manipulação do pensamento, com a divulgação de notícias e contrainformação, visando à desestabilização psicológica e provocando pânico sobre ações subversivas de hipotéticos inimigos internos, criando sabotagens que justificassem a ação desses inimigos internos.

4.7.2 O ano que não terminou

No mundo inteiro, 1968 foi um ano emblemático, marcado por manifestações internacionais que reivindicavam um ideal utópico de liberdade, defendido por lutas armadas, rebeldias, movimentos estudantis, civis, operários, culturais. “A dimensão universal, a repercussão e o extraordinário significado dos eventos que agiram seus dias colocam 1968 em um patamar único em todo século XX”¹⁹⁴.

No Brasil, a situação política não foi diferente. Já em janeiro, o general Costa e Silva decidiu ampliar os poderes da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Também foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), incumbida da propaganda política do regime. Em fevereiro, têm início os movimentos e passeatas estudantis e, em março, as primeiras ações de repressão militar, que resultaram em agressão e mortes de civis. Em abril, os operários de Minas Gerais iniciaram um período de greve. No Rio de Janeiro, em junho, a Passeata do Cem Mil levou à sociedade às ruas, sem conflitos. Entretanto, no mês seguinte, em São Paulo, o Comando de Caça aos Comunistas invadiu o Teatro Ruth Escobar, espancou atores e destruiu os cenários da peça *Roda Viva*. O general Costa e Silva incumbiu, então, os ministros militares e o da Justiça de tomarem providências para coibir o “estado contra-revolucionário”¹⁹⁵.

As ações oficiais se tornaram ainda mais severas. Em outubro, a polícia desmobilizou o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna (SP) e

¹⁹⁴ ZAPPA, R.; SOTO, E. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

¹⁹⁵ Idem.

preendeu cerca de 800 estudantes e toda a direção nacional do movimento. Em dezembro, o **Ato Institucional nº 5 (AI 5)**¹⁹⁶ foi promulgado, proibindo manifestações de natureza política, vetando o direito ao *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional, isto é, crimes políticos. Concedeu ao presidente da república poderes para fechar o Congresso Nacional. Demitir, remover ou aposentar qualquer funcionário público, decretar estado de sítio, julgar crimes políticos por tribunais militares, entre outras ações.

[...] Não se leva, desta forma, em nenhum momento, o dado de realidade que marca a sociedade brasileira – a censura –, o discurso se situa em um plano puramente ideológico que busca resolver as contradições de um pensamento que se associa a uma política de Estado”¹⁹⁷.

O imaginário da união nacional foi forjado com uma posição de salvaguarda da tradição da memória, das instituições, de proteção contra ameaças externas. “Cultura brasileira significa neste sentido ‘segurança e defesa’ dos bens que integram o patrimônio histórico”¹⁹⁸.

4.7.3 Militares se apropriam e reeditam INL

A instauração do regime ditatorial militar - e também sua política em relação aos livros e bibliotecas – foi gradual. Gaspari apresenta um resumo dos momentos mais representativos para implantação e intensificação do poder governamental.

De 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974, o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair¹⁹⁹.

Entre 1967 e 1970 é possível observar que o governo federal não se preocupou com as bibliotecas como aparelhos culturais. Mas, a partir de 1970 as normas para a censura de livros são instauradas.

Na verdade, as ações militares se concentraram não nos prédios das bibliotecas já instalados, mas no desenvolvimento de uma política para a publicação

¹⁹⁶ O AI5 foi decretado em 13 de dezembro de 1968.

¹⁹⁷ ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 100.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ GASPARI, H. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.129.

de livros. Entretanto, não havia preocupação em relação à forma ou à possibilidade do público ter acesso a essa produção.

Observamos, então, uma discrepância entre as políticas destinadas à publicação de livros e aquelas de instalação e manutenção de bibliotecas. A simples distribuição de livros permitiu ao governo criar uma ilusão de política, uma impressão de que a informação estava oficialmente sendo disseminada.

Dessa forma, a distribuição passou a ser percebida como acesso democrático e irrestrito. Entretanto, mais uma vez, ressaltamos que a distribuição, indiretamente, propagava também os critérios de seleção e de exclusão definidos pelo governo.

A relação livro e biblioteca é desequilibrada: ao assumir este caráter, essa política se desenvolve de forma anômala, pois enquanto se produzem livros de alto valor literário e histórico, reproduz-se uma política arcaica de criação e instalação de bibliotecas públicas²⁰⁰.

Em relação à publicação de livros didáticos, grande propulsor da impressão livresca no país, as vendas foram ampliadas pelas editoras em razão do aumento do número de escolas e de estudantes. Mas, apesar de gozar de significativa representação, o governo já não era mais o principal pólo de difusão dos didáticos.

A participação direta dos governos (federal, estadual e municipal) na aquisição de livros era relativamente pequena. As editoras vendiam para os pais de alunos, por meio de livrarias²⁰¹.

Mostramos a importância do governo em comprar e disseminar livros em um artigo publicado na Revista do Livro do INL, em 1967, no qual Santos Morais afirma que:

A seção de bibliotecas é uma das mais importantes do Instituto Nacional do Livro, pois é através dela que o órgão distribui livros às bibliotecas do País. [...] Para se ter uma idéia do volume de remessas, basta registrar que no ano de 1967 foram entregues 172.039 volumes às bibliotecas brasileiras e 2.516 às estrangeiras, totalizando 174.555. Até 31 de dezembro de 1967 o total de livros doados pelo INL, através da Seção, era de 3.426.562²⁰².

A compra era feita de forma criteriosa, por meio de uma equipe composta de cinco membros: o diretor do Instituto, os chefes da Seção de Biblioteca e de Publicações, o diretor da Biblioteca Nacional e um escritor, preferencialmente, funcionário do INL.

²⁰⁰ ARAÚJO, E. A. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2002. p.47.

²⁰¹ LINDOSO, F. **O Brasil pode ser um país de leitores?**: política para cultura / política para o livro. São Paulo: Summus, 2004. p.92.

²⁰² MORAIS, S. **SB: livros para todo o Brasil**. Revista do Livro, v.10, n.31, p.169-181, 1967.

Preside a seleção dos livros um critério de absoluta equidade, de maneira a favorecer tanto quanto possível os editores na medida de interesses da cultura e das bibliotecas, sem preferências de qualquer espécie.

Entendemos que, por trabalhar no INL, o autor – além de tentar demonstrar que não havia uma censura estabelecida no momento de se adquirir livros – lista as editoras que forneciam habitualmente os livros: Civilização Brasileira, José Olympio, Cultrix, Agir.

Editoras menores também participavam do processo e, em alguns casos, até mesmo os próprios autores. Porém, por tudo que analisamos, dificilmente obras que não atendessem os critérios do governo seriam adquiridas por um órgão oficial. O governo militar promoveu, entretanto, uma pequena mudança na censura de livros infantis. Por isso, além dos clássicos, como Gulliver e Pinóquio, finalmente, foi concedida liberação às obras de Monteiro Lobato.

Em contrapartida, os livros para adultos deveriam ser analisados: “[...] sob o ponto de vista prático, redação popular, estilo simples e ameno”²⁰³. Ocorria uma seleção mais pormenorizada ainda para os sanatórios e hospitais – onde a seleção de livros era feita por médicos. Nas prisões e casas de correção, os diretores respondiam pelos acervos.

Todavia, a publicação de qualquer coisa que pudesse transgredir o limite da tolerância oficial – difícil de ser definido em termos explícitos – tornou-se arriscada, tanto financeiramente quanto pessoalmente.

Kushnir²⁰⁴ lembra que havia o denominado *terrorismo cultural*, tática militar de intimidação e perseguição. Jornais foram depredados. Atentados com explosão de bombas. Invasão e destruição de editoras, gráficas. Apreensão de tiragens.

Não encontramos relato de bibliotecas públicas incendiadas ou invadidas pelos militares. Entretanto, as bibliotecas universitárias não passaram ilesas. Em *O Controle Ideológico na USP*²⁰⁵, Paulo Duarte denuncia a invasão de duas bibliotecas: a do Professor Mario Schemberg, que foi depredada, e a da Faculdade de Filosofia de Rio Preto (atualmente pertencente à Universidade Estadual Paulista, UNESP) acusada de conter obras de Karl Marx.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ KUSHNIR, B. **Cães de guarda: jornalistas e censores...** São Paulo, FAPESP: Boitempo, 2004. p.41.

²⁰⁵ Publicada pela Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, Adusp, 2004.

4.8 BIBLIOTECÁRIOS SE REAPROXIMAM DA EUROPA

A partir da segunda metade do século XX, o país testemunhou uma expansão dos cursos de nível superior em todos os campos do conhecimento. Porém, comparada às demais, algumas áreas das Ciências Sociais, consideradas como novas profissões, eram procuradas como segunda ou terceira opções.

Para estudantes que não conseguiam entrar nos cursos mais cobiçados, ou para aqueles – geralmente mulheres – para quem a profissionalização não era uma preocupação fundamental, ou podiam de fato aspirar a uma carreira no magistério, as novas profissões sociais - jornalismo, administração, biblioteconomia, comunicações – eram em grande medida uma tentativa frustrada de corrigir esta situação. Elas abandonam de vez a pretensão intelectual das ciências sociais estabelecidas, mas não chegam a constituir um conteúdo consistente nem a possuir um profissional definido²⁰⁶.

A Segunda Guerra Mundial promoveu uma aproximação do Brasil a outros modelos científicos internacionais. Dessa forma, também os bibliotecários tiveram condições para visitar o método europeu de Biblioteconomia. O resultado desse contato foi a inserção do conceito de documentação, entendido como material bruto e objeto da Biblioteconomia. O intercâmbio não só valorizou como ainda se refletiu no aumento da procura pela formação superior na área.

4.8.1 Legislação específica e reconhecimento da profissão

Desde 1937, São Paulo já exigia formação específica de bibliotecários. Ao aprovar a Lei das Bibliotecas²⁰⁷, o município restringiu estritamente aos profissionais diplomados em curso Superior de Biblioteconomia a admissão em seus quadros funcionais. Para as bibliotecas de menor porte, a exigência era apenas do diploma de curso secundário.

²⁰⁶ SCHWARTZMAN, S. A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v.2, n.5, p. 47-66, out. 1987.

²⁰⁷ Lei Estadual nº 2839 de 5 de julho de 1937. Desenvolvida por iniciativa de Rubens Borba de Moraes e Mário de Andrade, Paulo Duarte e aprovada Fábio Prado, quando o Departamento de Cultura foi criado.

A Lei das Bibliotecas contribuiu para atribuir status oficial e fortalecer a profissão. Considerada moderna para a época, a legislação incentivou que as bibliotecas fossem administradas por equipes tecnicamente preparadas. Contudo, o Estado Novo fez com que a Lei das Bibliotecas permanecesse no papel. “A proposta era nova e, por isso, não cabia nos estreitos limites da nova situação política, dentro da qual cabia um DIP”²⁰⁸,

O Governo, em contrapartida e de forma própria, contribuiu para a estruturação e a expansão da Biblioteconomia como campo científico quando, em 1954, criou o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, com o objetivo de sistematizar políticas para a produção científica nacional e institucionalizá-la.

Esse fato é da maior relevância porque, após a Segunda Guerra Mundial, há um aumento da documentação da produção científica. Por isso todos os procedimentos técnicos de catalogação, armazenamento, recuperação e divulgação da informação – específicos da Biblioteconomia – tornam-se fundamentais para o desenvolvimento de todas as áreas científicas no país.

O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, em sua origem, já era integrado à Federação Internacional de Documentação.

Em 1958, finalmente teve início um movimento político pelo reconhecimento da profissão, com o envolvimento de bibliotecários e políticos como Rogê Ferreira, Almino Afonso e Aurélio Viana. Com isso, foi aberto caminho para a regulamentação, a criação de normas técnicas e para a ética dos profissionais da área.

A Lei nº 4084, promulgada em 1962, regulamentou a profissão de bibliotecário e, no ano seguinte, 1963, foi publicado o primeiro código de ética do bibliotecário, com a finalidade de estabelecer padrões de conduta no exercício profissional. O Conselho Federal de Biblioteconomia, órgão máximo em nível nacional para regulamentação da atividade profissional, foi fundado em 1965.

Durante toda a década de 1960, houve uma preocupação com a padronização do currículo mínimo da formação superior na área. Na década seguinte, surge o primeiro curso de pós-graduação em Biblioteconomia. Mas, de 1970 a 1995, ocorreu a paralisação do crescimento quantitativo das escolas de graduação e pós-graduação. Por isso, a busca pela maturidade teórica da área

²⁰⁸ MILANESI, L. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas populares. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.88.

aconteceu pela adoção de novas abordagens, tomadas de empréstimo de outros campos do saber²⁰⁹.

4.8.2 INL: incentivo para autores e bibliotecas

A proposta para reformulação do INL pelos militares surgiu de um diagnóstico relatando a situação da política cultural nacional, realizado pelos professores Afrânio Coutinho, Eduardo Portela, Umberto Peregrino e Américo Jacobina Lacombe, entre outros.

Aquele relatório, além de conferir ao INL “a execução de uma tarefa cultural de proporções gigantescas”, apresentava a situação da cultura no país como caótica, enfocando principalmente o livro e as bibliotecas²¹⁰.

Em sua nova configuração, o INL trabalharia para que houvesse uma melhora no setor cultural nacional. Suas atribuições seriam:

Fornecer aos autores incentivos econômicos para a publicação de obras, diminuição ou extinção dos ônus fiscais sobre a atividade cultural. Remodelar e ampliar bibliotecas públicas que se encontram em um estado deplorável, inclusive a Biblioteca Nacional, com recursos financeiros, aumento de pessoal, mecanização dos serviços bibliotecários. Como sugestão de emergência, a criação de Bibliotecas em todo país, no mínimo uma em cada município. Valorizar o livro brasileiro, incentivando a organização e publicação da enciclopédia brasileira e o dicionário de língua portuguesa²¹¹.

Para alcançar esses objetivos, foi determinada uma nova estrutura organizacional para o INL, com os seguintes setores: Bibliotecas, Enciclopédia e Dicionário, Editorial e Prêmios.

Nessas diretrizes, identifica-se uma reiteração das propostas do Governo Vargas, no momento da criação do Instituto, já que o INL não havia cumprido com a tarefa de elaborar a enciclopédia brasileira. A situação das bibliotecas permanecia caótica. Recuperou-se a ideia de instalação de uma biblioteca em cada município.

O relatório de 1967, entre outras impropriedades, caracterizava “bibliotecas nacionais” com o sentido de “bibliotecas do país”. Além disso:

²⁰⁹ CASTRO, C. A. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000. 287p.

²¹⁰ PEREIRA, A. **O INL no diagnóstico preliminar da cultura**. Revista do Livro, Rio de Janeiro, v.10, n.31, p.121-125, 1967.

²¹¹ Idem.

Adotava uma tipologia inadequada de bibliotecas, utilizada nos primeiros tempos do INL, para definir as funções públicas da instituição e categorizava biblioteca pública ora por sua vinculação administrativa, ora pelo tipo de público a que servia. Uma categorização que reforçava a imagem de biblioteca pública, como um serviço da burocracia estatal e não como um serviço de informação, prestado à comunidade em geral²¹².

O que nos chama a atenção, entretanto, é o fato de que não houve registro formal da participação de bibliotecários na elaboração do diagnóstico. Subordinado ao Ministério da Educação, o INL passou a atuar sob a direção do general e escritor Umberto Pelegrino, no período de 1967 a 1970.

Na atuação do INL se reconhece um padrão básico de incentivo à cultura, estratégica apoiada na distribuição de livros:

Assim, se, através das ações do INL, as bibliotecas públicas se multiplicaram por todos os Estados e muitos municípios no país; é igualmente verdade que esta multiplicação foi efetuada de forma desorganizada. Desta forma, o panorama é o de milhares de bibliotecas públicas com utilidade limitada, servindo a um público restrito (alfabetizados) e, dentre este, o público estudantil. O padrão básico de 1937 permanece em 1964 - distribuir livros a mancheias²¹³.

Entendemos que, mesmo dedicadas a uma população letrada, para serem entendidas como tal, as bibliotecas sempre dependeram de infraestrutura como, prédio adequado, e principalmente pessoal capacitado para atender ao público.

A partir de 1970, o INL passou a se dedicar, mais uma vez, à vigilância da edição de livros. A Portaria nº 35²¹⁴ estabeleceu o regime de coedição pelo qual o Estado praticamente renunciou à iniciativa editorial e passou a subsidiar o setor privado, reservando-se o poder de veto sobre o material publicado.

Apesar de mais evidente a intervenção do Estado nas coedições, a prática atingia todas as obras publicadas. O Estado recrutou intelectuais para executar o processo de seleção das publicações. Eram eles: Octávio de Faria (1908-1980), Adonias Aguiar Filho (1915-1990) e Marcos Konder Reis (1922-2001).

Esses profissionais formavam “uma comissão de leitura e seleção que indicava os aprovados e rejeitados do programa de coedições do INL, ad

²¹² OLIVEIRA, Z. C. P. de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994. 221p. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.89, 1994.

²¹³ ARAÚJO, E. A. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2002. p.52

²¹⁴ Portaria nº 35, de 11 de março de 1970.

referendum da sua diretora, que também levava em conta o parecer técnico-financeiro do Chefe de Seção de Publicações”²¹⁵.

Em 1970, tem início ainda um processo de representações burocráticas do INL nos municípios brasileiros. De 1970 a 1974 o INL – pela primeira vez em sua história – foi dirigido por uma bibliotecária, a escritora Maria Alice Barroso. Em 1972, a sede do INL foi transferida oficialmente para Brasília. No mesmo ano, a diretora lançou um projeto de implantação de bibliotecas na região da Rodovia Transamazônica.

4.8.3 INL: quando Crispino passou a usar saias

Uma das primeiras iniciativas de Maria Alice Barroso, à frente do INL, foi organizar o I Encontro de Responsáveis pela Execução do Programa de Bibliotecas no Brasil, em abril de 1973. No evento, foi apresentado um levantamento estatístico sobre a situação dos recursos destinados aos serviços bibliotecários no país, com o objetivo de determinar metas que poderiam ser alcançadas a partir daquele encontro. A diretora tinha planos abrangentes para o INL.

O INL, ao ser investido da atribuição de executor do Programa Nacional do Livro, para todo o território nacional, verificou não ser suficiente apenas desenvolver a produção editorial, distribuir livros e incentivar as autoridades governamentais dos três níveis a fortalecer e/ou implantar serviços bibliotecários²¹⁶.

Os números revelaram uma situação precária. As bibliotecas que contavam com pessoal capacitado somavam: 34 municipais, 12 estaduais e 36 universitárias. Para elas, o INL tinha distribuído 593.852 livros.

Durante o encontro, Maria Alice Barroso foi responsável por várias críticas em relação às políticas tanto das bibliotecas como dos livros. Entre as questões pontuadas pela diretora, selecionamos duas que mostram os grandes desafios que seriam enfrentados, ainda que se pretendesse somente estabelecer metas para um

²¹⁵ OITICICA, R. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras**: academia brasileira dos rejeitados. 1997. 270p. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.) p.147-148.1997.

²¹⁶ BARROSO, M. A. **Interdependência ou morte da biblioteconomia brasileira**. Revista de Biblioteconomia, Brasília, v.1, n.2, p. 109-120, jul./dez. 1973.

incremento das bibliotecas e livros. Primeira: propor ao Ministério da Educação e Cultura a realização de um concurso para premiar a melhor campanha publicitária que utilizasse os meios de comunicação de massa com o objetivo de incentivar o hábito de leitura. Segunda: incentivar os órgãos dos três níveis (federal, estadual e municipal) a atribuir importância a bibliotecas tanto quanto a escolas e postos de saúde.

Apesar de boas, as propostas não dispunham de estrutura, e mais: assumiam um posicionamento político não compartilhado pelo governo federal. Mesmo assim, o evento foi positivo pois, pela primeira vez, um grupo de bibliotecários se reuniu para discutir questões específicas relacionadas às bibliotecas públicas.

Além disso, foi apresentado um manifesto, propondo a inclusão da discussão sobre as políticas para bibliotecas públicas ao Comitê Organizador do VII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação que, naquele ano, tinha definido como tema principal do congresso o Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica. Assim, no evento, puderam ser aprovadas recomendações como:

- Preparação de pessoal técnico com habilitação em curso profissionalizante, para os locais onde não houvesse disponibilidade de bibliotecários;
- Incentivo à formação de redes de bibliotecas, em nível estadual, regional e nacional;
- Regulamentação das atividades específicas de auxiliares de biblioteca, pelo Conselho Federal de Biblioteconomia²¹⁷.

Em 1973, Maria Alice Barroso criou a capacitação para auxiliares de biblioteca. No mesmo ano, o governo lançou um novo decreto²¹⁸ pelo qual as atribuições do INL foram revistas. O documento trouxe mudanças funcionais e pouco significativas às operações do INL.

Entendemos que as sementes plantadas por Maria Alice Barroso finalmente encontraram condições propícias para germinar quando, em 1990, o governo lançou o Proler – Programa Nacional de Incentivo à Leitura. No mesmo ano, a Fundação Biblioteca Nacional incorporou o INL.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Decreto nº 72.614, de 15 de agosto de 1973.

4.9 ARQUIVO NACIONAL – DOCUMENTAÇÃO ALÉM DO DECRETO-LEI Nº 1077

Visitamos, em 2008, o Arquivo Nacional, em Brasília, para complementar a análise sobre os processos de censura de São Paulo. Nossa intenção era investigar os passos da censura aos livros e bibliotecas, quando os militares, em 1970, instituíram o **Decreto-Lei nº 1077**²¹⁹, atribuíram competência para proibir livros ao Ministro da Justiça e mantiveram o órgão responsável pela sinalização dos pontos considerados atentado à moral e aos bons costumes, como também pela indicação de trechos que poderiam ser considerados subversivos.

Considerando que esta norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

Considerando que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

Art. 1 – não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação;

Art. 2 – caberá ao Ministro da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior²²⁰.

Mas, a recepção do Decreto-Lei nº 1077 pela sociedade, além de não favorecer o governo, provocou ainda uma reação pública de proporções inesperadas.

A reação adversa de editores, escritores, intelectuais e associações da sociedade civil – entre elas a Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil e a Academia Brasileira de Letras – foi grande [...] ²²¹.

Diante da opinião pública, o governo reviu sua determinação e lançou a Portaria 11-B, liberando da avaliação algumas categorias de textos, desde que respeitassem os critérios oficiais.

A incisiva reação contra o estabelecimento da censura prévia para livros e publicações em geral levou o governo a recuar e a publicar uma nova Instrução para a Portaria 11-B: estão isentas de verificação prévia as

²¹⁹ Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970.

²²⁰ Idem.

²²¹ REIMÃO, S. O Departamento de Censura e Diversões Públicas e a censura a livros de autores brasileiros de 1970-1988. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Positivo, 2009. [recurso eletrônico].

publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes²²².

Os documentos federais desencadearam tanto polêmica quanto temor entre os editores, já que não era possível saber o que não entraria no processo de busca e apreensão. A própria amplitude do dispositivo legal dificultava aos editores antecipar a ação e determinar o que poderia ser ou não impresso.

A ação censória poderia ser tanto oficial – com os censores liberando ou restringindo até mesmo livros categorizados, por exemplo, como romance – ou por meio da população, que protestava contra a publicação de alguma obra, mesmo que ela tivesse sido liberada pelos censores. Nessa condição, podemos citar: *Dias de Clichy*, de Henry Miller; *O Machão*, de Harold Robbins; e *Último Tango em Paris*, de Robert Alley.

A censura prévia da publicação não era mais viável, diante do aumento da produção e do aquecimento dos negócios, alimentados por demandas crescentes do mercado livresco e, como vimos, pela própria política oficial de coedição.

A censura prévia para livros seria inexecutável. Uma matéria da revista *Visão* de 11 de março de 1974 salienta a impossibilidade técnica: só em 1971 foram lançados no Brasil 9.950 títulos novos, que exigiriam um número incalculável de censores. [...] A maioria da atividade de censura em relação a livros dava-se, na prática por denúncias²²³. (grifo nosso)

Por esses dados, podemos até mesmo interpretar esse quadro como uma saturação da prática da censura e seu efeito reverso.

Livros como *Zero*, de Ignácio Loyola Brandão, *Araceli, meu amor*, de José Louzeiro, *Em câmera lenta*, de Renato Tapajós, e o próprio *Feliz Ano Novo* continuaram a vender bem e ser lidos por um público sempre maior. Ao contrário do que poderia esperar a censura, o livro proibido adquire um charme adicional com a proibição. O estigma funciona ao contrário²²⁴. (grifo nosso)

4.9.1 Expurgo legalizado

²²² Idem.

²²³ Ibidem.

²²⁴ SILVA, D. da. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. 2ª.ed. São Paulo: Manole, 2010. p. 35.

Mesmo diante das reações e da inviabilidade operacional, o Decreto-Lei nº 1077 permitiu, além da censura, a emissão de ordens condenando à incineração obras consideradas pornográficas. Nesse caso específico, acompanhamos todo o trâmite burocrático: solicitação, autorização, expedição, o recebimento da ordem pela autoridade que deveria executar a queima e a determinação das condições do ato (**ANEXO 1**).

Tivemos a oportunidade de localizar no Arquivo Nacional peças teatrais que ganharam prêmios no concurso realizado pelo Serviço Nacional de Teatro (SNT) e foram impressas como livros. Entretanto, em razão de diferentes processos censórios, a encenação foi proibida. Todavia, não foi possível descobrir o que aconteceu com os exemplares impressos. De qualquer forma, localizamos telegrama do SNT, pedindo urgência na liberação dos livros para distribuição gratuita às bibliotecas.

A peça *Papa highirte*, de Oduvaldo Vianna Filho, somente foi liberada para encenação onze anos depois de ganhar o prêmio, em 1968, sem que o autor pudesse assistir à sua encenação. O texto humaniza um herói negativo, um ditador que, exilado e no fim da vida ainda alimenta a esperança de voltar ao poder.

O livro foi publicado pelo SNT, 1968. Entretanto, não foi possível confirmar se aquela instituição distribuiu os livros às bibliotecas ou se eles ficaram retidos e, somente após o término da censura, finalmente liberados. Localizamos exemplar da obra doado por professor, tradutor e diretor teatral Antônio Mercado Neto à Biblioteca da ECA em 1984.

4.9.2 Bibliotecas: sem ordens expressas

A única determinação específica às bibliotecas, documentada pelo Arquivo Nacional, foi a carta a Armando Falcão, então Ministro da Justiça, solicitando a retirada do livro *Dias de Clichy*. O pedido foi considerado, pois a apreensão do livro ocorreu em 1974. As demais obras proibidas não dispõem de nenhuma orientação para a retirada de acervos de bibliotecas.

Foram censuradas obras sobre temas políticos, impressas em Portugal, em 1974, abordando ou simplesmente aludindo ao comunismo. Assim como não foi

concedida autorização para a solicitação da tradução da obra *The Brazilian Communist Party*. O censor afirma:

Não vejo nenhuma razão nem conveniência em traduzir e editar este livro, na situação que o país atravessa. Esse tipo de leitura deve ser reservado, aos estudiosos da matéria e aos serviços de informação, pelo conteúdo e pela precisão dos dados quanto às esquerdas e seu comportamento na América Latina²²⁵.

4.10 A CENSURA PELA PERSPECTIVA DOS BIBLIOTECÁRIOS

Agora, apresentaremos duas entrevistas feitas com bibliotecários que vivenciaram profissionalmente este período histórico. A entrevista partiu de um roteiro de perguntas predefinido, com questões abertas para que os entrevistados fossem estimulados a falar com a maior liberdade sobre suas experiências e percepções (**ANEXO 2**). Para operacionalizar o trabalho, adotamos como a estratégia de abordagem dos entrevistados o contato presencial ou remoto, sempre com um convite da pesquisadora, antecipação da pauta e, mediante manifestação de concordância do entrevistado. O resultado será apresentado e analisado a seguir.

Antonio Agenor Briquet de Lemos – Brasília, 02/04/2008

Tivemos a oportunidade de realizar entrevista presencial com o Prof. Antônio Agenor Briquet de Lemos. Filho de tipógrafo, Briquet nasceu no Piauí, em 1943. Sua formação escolar e o início da carreira aconteceram no Rio de Janeiro. Mas foi em Brasília que se estabeleceu. Hoje é livreiro e editor.

O Prof. Briquet é um caso especialíssimo de vida dedicada ao mundo do livro. Aos 66 anos, é professor de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UnB). Sua charmosa livraria é especializada em livros de arte, arquitetura, fotografia e design e sua editora publica livros especializados nessas áreas.

O Prof. Antônio Agenor Briquet de Lemos despertou nossa atenção porque já em 1979, expôs a questão da censura às bibliotecas, no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba (PR). Na época, o relato causou polêmica. O Jornal O Estado de S. Paulo publicou uma matéria sobre a

²²⁵ Arquivo Nacional de Brasília. Documento da Seção de Censura Prévia.

questão levantada pelo Prof. Briquet de Lemos. Mas, como contraponto, os demais entrevistados afirmavam não ter conhecimento de nenhum tipo de censura.

Para esta pesquisa, o Prof. Briquet de Lemos reafirma que – na Ditadura Militar – os bibliotecários da Universidade de Brasília (UnB) tinham a preocupação de esconder livros que, em um outro momento, poderiam voltar a circular.

Eu vi depois nessa caixa-forte exemplares de outros livros que os próprios bibliotecários tinham retirado das estantes e guardaram: vamos preservar! Porque um dia a situação muda e isso pode estar de volta.

Sobre o tipo de intervenção censória, o Prof. Briquet de Lemos afirmou que houve invasão na biblioteca da UnB.

Isso aconteceu. O curioso é que depois dessa apresentação que eu fiz lá em Curitiba, os jornais entrevistaram a diretora na época, da UnB, [...], ela negou peremptoriamente.

Quanto à determinação legal para que obras fossem retiradas de circulação, o Prof. Briquet de Lemos lembra a ação da censura antes que as obras chegassem às bibliotecas.

Não, nada. O que havia, antes, era a censura prévia, que é outra história. É aquilo que eu mencionei, não sei se o jornal reproduziu. Eles chegavam: “eu sou censor, estou aqui, vocês têm que seguir o que eu mando!”. Mas então o livro nem chegava a ser publicado e se publicado fosse, seria recolhido do comércio.

Sobre a atuação de Maria Alice Barroso e as decisões por decreto, o Prof. Briquet de Lemos manifestou a seguinte percepção:

Eu me lembro de que ela lançou - acho que foi na gestão dela - uma série de livros, de ficção, romances, que eram para divulgar a literatura de países do Terceiro Mundo, países subdesenvolvidos. E me parece que logo no primeiro livro, ou no segundo, eu não consigo me lembrar do nome, tinha alguma coisa a ver com ‘sal’ no título [o livro se chama A estátua de sal, do autor tunisiano Albert Memmi]. Ela editou esse livro e teve problema. Alguém fez alguma denúncia de que o Instituto Nacional do Livro estaria editando uma literatura, subversiva. Talvez não fosse, mas de esquerda, algo assim. Eu acho até que essa coleção não teve vida longa. No próprio catálogo de publicações do INL, aparece essa série de livros, romances e tal. É lógico que ela tinha seus critérios para não perder os livros. É muito difícil. Porque aí você não tem a reclamação do cliente, do usuário, do leitor. Aí você tem o Estado, com todo seu aparato repressivo e respaldado por uma legislação, que não é evidentemente a dos nossos sonhos, mas enfim existe. Se existe uma pena de morte numa lei, é legal, posso discordar dela, mas é legal. É o mesmo caso da censura. O Estado chega a um determinado ponto em que cria esses mecanismos repressores que são protegidos por um manto de legalidade, não diria de legitimidade, mas de legalidade.

Diante desse depoimento sobre as limitações legais para a atuação profissional, especialmente em relação à preservação de acervos, lembramos que

muitas vezes, os riscos vão além da integridade técnica e comprometem a integridade pessoal, desmobilizando o poder de resistência e luta.

Aí vai estudar a Maria Alice Barroso. Seu primeiro romance era de uma romancista engajada. Estava ocupando um cargo importante como eu ocupei, num regime ditatorial, vai fazer o quê? Você vai dar murro em ponta da faca?.

Durante a entrevista, o Prof. Briquet de Lemos sugeriu ainda novos estudos e o aprofundamento do tema sobre a censura realizada pelo próprio bibliotecário.

Agora, na realidade o tema que veio disso tudo, que poderia ser um filão a ser explorado, analisado, mas que é muito difícil, é a censura pessoal que o bibliotecário faz, que se aplica muito mais ao campo da moral, dos chamados bons costumes.

[...] Agora, o mais sério, que é o que existe e a gente não vê, é essa história da censura dentro da seleção e da aquisição. Eu não compro, eu jogo fora, eu não ponho na estante, porque eu não gosto, porque é feio, porque é pornográfico, porque é isso e aquilo... Mas como é que eu vou provar, pois, se você for entrevistar as pessoas, é aquela velha história: "Eu não sou racista, mas minha filha não vai se casar com negro.

Outro ponto ressaltado foi a questão dos livros editados durante a existência do Instituto Nacional do Livro (INL), independente do regime a que estivesse vinculado. O Prof. Briquet de Lemos afirmou que realmente não havia uma preocupação com que tipo de usuário estaria usufruindo do material.

Se fosse assim por que é que, antes da ditadura, o Instituto Nacional do Livro fazia coisas totalmente ilegíveis para o chamado grande público? A Demanda do Santo Graal, um texto medieval destinado a estudiosos da história da língua portuguesa; a obra completa do Eitácio Pessoa, dezenas de volumes, que remetiam às bibliotecas. Isso foi feito antes de 64. Na realidade, a crítica a ser feita é sobre a ausência de uma política de bibliotecas. [...] A bibliografia de teatro do José Galante de Souza, maravilhosa, uma obra fantástica. Um calhamaço assim. Você chegava na biblioteca pública de Periperi, ou de Floriano, no Piauí, estava aquilo lá. Pra quê? Era uma desorientação muito grande!.

Gilda Verri – Recife, 31/10/2009

A Prof^a Gilda Verri concedeu a esta pesquisa entrevista por e-mail. A bibliotecária Gilda Verri, atualmente, é professora da Universidade Federal de Pernambuco e membro do Comitê de Memória da UNESCO.

Na década de 1970, exercia função de bibliotecária na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O trabalho tinha o objetivo de desenvolver institutos básicos de pesquisa em matemática, física, química e biologia e, em paralelo, firmar convênio para criar a pós-graduação em Economia e Sociologia em Pernambuco.

Em seu relato, a Prof^a Gilda Verri afirmou que a censura não assumia restrições ideológicas ou políticas. Alegava que a principal restrição a livros era em decorrência de motivos financeiros.

Não, as restrições alegadas eram financeiras, nunca ideológicas ou políticas. Mas os livros eram especializados, sempre. Nas livrarias não havia os marxistas, naturalmente.

Segundo ela, não houve censura ao material, pois os acervos organizados eram especializados.

Sempre trabalhando e fiscalizando coleções de áreas científicas isto [a censura] não aparecia. Os periódicos especializados e as assinaturas dos abstracts não eram censurados, os cortes eram financeiros.

A atividade da Prof^a Gilda Verri era específica. Daí sua percepção em relação à ação da censura ser baseada na perspectiva financeira.

Como eu não trabalhava em biblioteca, mas no departamento de Educação da SUDENE, minha função não era a seleção, mas a análise do plano de aplicação dos recursos financeiros [...]. Depois, minha função era a fiscalização sobre as compras. Raramente se falava sobre o uso do material ou censura.

Perguntamos se a Prof^a Gilda Verri soube de alguma biblioteca que tivesse tido algum tipo de censura a livros.

Não sei de nenhum caso de biblioteca revistada ou que tenha sido expurgado livro, aqui em Pernambuco. Poderei verificar. Sei que a censura se deu na fonte impressora.

4.11 A CENSURA POR DIFERENTES PERCEPÇÕES

A análise do conteúdo das entrevistas nos revela pontos de destaque nos dois relatos que corroboram com a hipótese de nossa pesquisa.

1. Algumas bibliotecas, especialmente as universitárias, tiveram que correr risco para preservar seus acervos da ação da censura.
2. Alguns profissionais correram risco de integridade profissional e pessoal ao contrariar a censura, criando alternativas para sua atuação.
3. A censura pode ser legal, mas não é legítima.
4. O Governo tinha interesse em desenvolver as áreas técnicas especializadas, incrementando seus acervos, disponibilizando recursos, investindo inclusive, para o desenvolvimento da pós-graduação. Entretanto,

alegava restrições financeiras quando se tratava de liberar subsídios para a compra de livros.

5. As áreas de Humanas eram mais visadas pela censura mas, de qualquer forma, houve um incremento e se fortaleceram com a ampliação das áreas científicas e tecnológicas.

6. Ausência de políticas específicas para as bibliotecas, o que manteve a estagnação do setor.

4.12 CRISPINOS EM AÇÃO: AS EDITORAS FRENTE À CENSURA DO ESTADO

Abordaremos o mesmo período histórico - Era Vargas e o Regime Militar – tomado agora pela perspectiva das editoras. Faremos uma exposição das condições enfrentadas pelos profissionais do mercado de livro, para demonstrar a complexidade e imposições desse delicado momento histórico.

As editoras – para cumprir com as determinações impostas pela censura – tinham que prever, na medida do possível, as obras que poderiam ser apreendidas depois de impressas, fato que acarretaria um enorme prejuízo comercial. O governo afirmava que livros técnicos, didáticos, científicos e romances não necessitavam passar pela censura, desde que não tratassem de sexo, erotismo, amor livre e obscenidade.

Apesar da censura prévia praticada por meio do Instituto Nacional do Livro (INL), o governo promoveu paralelamente uma política de coedições o que, paradoxalmente, também facilitou e incentivou a produção de livros pelas editoras.

O regime de coedições promoveu a publicação de 77 obras e mais 21 publicações institucionais. Sua ação, mais efetiva durante o período do milagre econômico, proporcionou a distribuição de 30 milhões de livros a escolas e bibliotecas públicas e universitárias de todo o país. Realmente esse processo de publicação e distribuição de livros oficiais fomentou a indústria livreira.

Celebrado o contrato, o INL comprava parte da tiragem, adiantando ao editor, mediante as últimas provas tipográficas, 40% do valor de investimento, complementados somente se a editora, por entrega da cota de exemplares do INL, estivesse em dia com o respectivo direito autoral.

Essa cota era então destinada à rede de bibliotecas públicas e a cota da editora ao circuito comercial²²⁶.

Toda essa massa editorial alimentou as bibliotecas até mesmo durante o período militar. Entretanto, cabe aqui lembrarmos que os acervos, principalmente das bibliotecas públicas, foi constituído a partir de uma ideologia determinada pelo Estado, reforçando a proposta de fomentar junto à população os alicerces para a constituição da Nação Ideal.

As obras proibidas para publicação e divulgação passavam por um processo censório com as seguintes características: no campo político-militar, o elogio ao comunismo e a crítica ao sistema; no campo da moral religiosa, o ateísmo e a pornografia; no campo estético, o realismo social e o vanguardismo, formal ou comportamental.

Mais forte no período militar, o regime de coedições fez com que o Estado fomentasse e, ao mesmo tempo, controlasse a produção da indústria livreira. Esse processo, sem dúvida, gerou para as bibliotecas públicas um aumento quantitativo considerável do acervo, possibilitando o desenvolvimento de uma política voltada à formação de leitores, baseada fundamentalmente nos ideais daquilo que era considerado “bom” para o cidadão.

Para nos aproximarmos ainda mais da história da repressão à impressão livresca no Brasil, selecionamos os casos documentados de três editoras que experimentaram e sobreviveram a todos os processos de mudanças políticas no Brasil, da Era Vargas à Ditadura Militar²²⁷.

Livraria José Olympio Editora

Fundador da Livraria José Olympio Editora, inaugurada em 3 de julho de 1934, José Olympio Pereira Filho mantinha contatos políticos muito bem estruturados, mas foi corajoso, por ter publicado autores esquerdistas como Graciliano Ramos e Jorge Amado. Olympio revolucionou o mercado editorial e o tratamento gráfico desde os anos trinta.

²²⁶ OITICICA, R. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras**: academia brasileira dos rejeitados. Tese (doutorado em Letras) – Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997. p.167.

²²⁷ HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985. 693p.

Chamado de louco, porque na década de 30, já produzia tiragens de 10.000 exemplares, quando a tiragem na época era de 2.000 exemplares, sua ousadia não se restringiu apenas nas tiragens, pagava os direitos autorais em dia e concedia adiantamentos²²⁸.

O editor continuou a imprimir suas obras mesmo quando seus autores foram presos. A atitude foi encarada como um desafio a Felinto Muller, chefe da polícia de Getúlio Vargas:

J.O. tinha a capacidade de articulação junto aos labirintos do poder. Editara obras de alguns escritores, que inclusive estavam na mira da ditadura getulista. Destaca-se neste período a coleção Documentos Brasileiros, obra que contribui significativamente na reflexão do pensamento brasileiro, de cunho social, antropológico e histórico esteve por quatro décadas no catálogo da editora²²⁹.

José Olympio também provocou o governo do Estado Novo integrando, nos quadros funcionais da editora, Jorge Amado, autor perseguido e de ideário comunista, que terminou assumindo o cargo de responsável pela propaganda da casa.

Não eram incomuns as situações em que o editor se viu cercado e cerceado pelo regime político: a polícia apreendia seus romances pós-modernistas, por seu pretense conteúdo comunista. Confiscava suas publicações políticas integralistas. Não definia um critério para a ação dos censores. Os cortes eram feitos porque os textos adotavam linguagem franca, ou o conteúdo abordava uma situação de erotismo: a política vigente não tinha tolerância para o teor dessas mensagens.

Durante o Regime Militar, José Olympio manteve sua produção editorial, porém, com praticamente 70 anos, o editor já não tinha mais fôlego para publicar jovens esquerdistas como havia feito trinta anos antes. Os vínculos que diziam existir entre José Olympio e os militares, principalmente no que se refere a Castelo Branco, eram de ordem pessoal e não políticos²³⁰.

A editora teve livros censurados também nesse período. O porta-voz da empresa, entrevistado em 1975, afirmou que livros de Dom Helder Câmara e Márcio Moreira Alves foram apreendidos pela polícia. Os dois autores eram contra o regime e cada um à sua maneira procurou lutar pelos direitos humanos.

²²⁸ LOPES, Antônio Carlos. **Rua do Ouvidor, 110**. Disponível em: <http://www.duplipensar.net/artigos/2007s1/resenha-do-livro-rua-do-ouvidor-110-uma-historia-da-livraria-jose-olympio.html>. Acesso em: jul.2008.

²²⁹ Idem.

²³⁰ HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985. 693p.

Livraria Martins Fontes Editora

No dia 5 de abril de 1937, José de Barros Martins deixou a função de escriturário do Banco do Brasil e abriu sua pequena livraria – pequena no espaço – porém grande nas ideias e propostas. De acordo com Hallewell:

O primeiro título da Martins, publicado em princípios de 1940, foi o *Direito Social Brasileiro*, de Antonio Ferreira Cesarino Júnior: assunto de atualidade, pois o regime Vargas produzira volumosa legislação em prol do bem-estar da classe trabalhadora industrial²³¹.

A proposta era publicar obras importantes sobre o Brasil, normalmente livros de valor mais alto, que não permitiam o acesso ao leitor comum. Com essa estratégia e sob a supervisão do bibliotecário Rubens Borba de Moraes, foi editada então a série *Biblioteca Histórica Brasileira*.

Em 1941, a Martins Fontes tentou publicar a obra *ABC de Castro Alves*, de Jorge Amado. Entretanto, como o autor era considerado proscrito, o editor teve que realizar um trabalho de convencimento junto ao censor, demonstrando que o livro era uma crítica literária, sem ameaça à ordem estabelecida. A editora conseguiu a liberação, porém a divulgação do livro foi proibida. Cabe ressaltar que, durante trinta e dois anos, a Martins Fontes foi editora exclusiva de Jorge Amado.

Lyras de Tomás Antônio Gonzaga, com o prefácio de Affonso Arinos de Melo Franco Sobrinho, foi publicada em 1943. Na obra aparece a seguinte citação “[...] e seus decassílabos de fogo, ainda hoje capazes de flagelar um governo incompetente e opressor”²³². A editora voltou a publicar a obra em 1966, ao que tudo indica, com um propósito provocador.

Em 1944, uma nova edição de *Urupês* foi lançada, mesmo em um momento em que Monteiro Lobato era considerado um símbolo do antigetulismo. Apesar de conseguir ficar livre de uma intervenção do governo, a Editora Martins Fontes também passou por situações delicadas durante o período Vargas. Foi molestada continuamente, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, quando a restrição ao suprimento de papel foi usada como artifício para inviabilizar o trabalho de impressão de livros pela editora.

²³¹ Idem. p 414.

²³² Ibidem. p. 417.

Editora Civilização Brasileira

Assim como a José Olympio – a Editora Civilização Brasileira nasceu do sonho de seu fundador. Ênio Silveira estudou em escolas públicas de São Paulo. Iniciou, mas não concluiu a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP).

Nessa época, foi trabalhar na Companhia Editora Nacional, onde conheceu Monteiro Lobato. Viveu um ano nos Estados Unidos, quando teve oportunidade de trabalhar na Editora Alfred A. Knopf, e cursar editoração na Universidade de Columbia.

Como Lobato, Ênio Silveira é um radical; mas, enquanto Lobato virtualmente abandonou a atividade editorial para dedicar-se a suas campanhas políticas, a política de Ênio Silveira encontrou expressão em seu trabalho editorial – a ponto de pôr em risco a própria existência de seu negócio durante os primeiros anos após a revolução de 1964²³³.

Em 1970, a Editora Civilização Brasileira foi responsável por 20% do mercado editorial brasileiro na área de ficção. Foi a promotora de autores nacionais como Fernando Sabino, Dalton Trevisan, Millôr Fernandes entre outros. Publicou traduções variadas de obras de literatura moderna produzida nos Estados Unidos, Itália, França, Alemanha e Rússia. O foco do negócio priorizou a edição de best-sellers, para manter a viabilidade econômica da produção.

Foram editados livros de Sociologia, Economia e Política, áreas com as quais Ênio Silveira se identificava e refletiam seus ideais de esquerda. Porém a grande provocação ao governo foi publicação de 28 títulos dos Cadernos do Povo Brasileiro, consumidos por militantes de diferentes vertentes da esquerda.

Os cadernos constituíam-se em folhetos populares cujo texto de capa dizia 'os grandes problemas de nosso país são estudados nessa série com clareza e sem qualquer sectarismo – seu objetivo principal é o de informar – somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se'²³⁴.

Em razão do golpe militar, em 1964, Ênio teve seus direitos políticos interditados e, por dez anos, permaneceram suspensos. Foi preso sete vezes e, por três vezes, julgado em Auditorias do Exército.

O sítio www.olobo.net descreve como Ênio da Silveira respondia aos questionamentos de um dos interrogatórios pelo qual passou:

²³³ Idem.

²³⁴ Ibidem.

Conta-se que, durante um daqueles tediosos interrogatórios, perguntaram-lhe por que teria separado a sociedade que mantinha com seu sogro, o proprietário, creio, da Companhia Editora Nacional para abrir sua própria editora, e ele teria respondido que fora por ‘uma questão de sexo’. O pobre e pouco culto – possivelmente cheio de preconceitos – oficial que conduzia o interrogatório, por certo farejando ali algum caso apimentado, solicitou que ele fosse mais claro. Ao que ele, fazendo jus a fama de possuir um senso de humor britânico, explicou, com toda a seriedade, que houvera uma ‘discordância sobre a publicação de um livro sobre sexo’. Um desejava publicar e o outro discordava²³⁵.

Em bilhete ao general Ernesto Geisel, o presidente Castello Branco reclamou da prisão de Ênio da Silveira; questionou os motivos da apreensão dos livros e pontuou como essa ação não traria uma imagem boa para o governo. Reproduzimos aqui o último parágrafo:

Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É um terror cultural²³⁶.

A editora sofreu atentado terrorista com explosivo, cassação de centenas de livros e proibição de qualquer tipo de transação financeira que envolvesse o editor e os bancos estatais²³⁷. Apesar da política de repressão, no período da ditadura militar, Ênio da Silveira testemunhou um crescimento fenomenal do comércio livreiro.

Jose Martins, José Olympio e Enio da Silveira formam o grupo de empresários empreendedores que se tornaram também propulsores da literatura nacional.

4.13 FOGUEIRA E EXÍLIO: DESTINO DOS LIVROS E AUTORES CENSURADOS

Apesar de crítica, a indústria livreira encontrava-se em uma situação de organização porém, como qualquer negócio, corria riscos. Por isso, a implantação de bibliotecas no país foi um incentivo à distribuição, saída para um barateamento do livro, aumento do consumo de papel e estímulo aos novos autores²³⁸.

²³⁵ GALVÃO, A.V. Disponível em: www.olobo.net.

²³⁶ GASPARI, H. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 417p.

²³⁷ PANIZZOLO, C. Ênio Silveira e a Companhia Editora Nacional: uma grande ofensiva cultural. In: COLE, 14., Campinas, 2008. **Anais...** Disponível em: www.alb.com.br/anais14/sem08/c08008.doc. Acesso em: jul.2009.

²³⁸ OLIVEIRA, Z. C. P. de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994. 221p. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.90.1994.

Mesmo com a repressão do governo Vargas, o comércio livreiro conseguiu progredir, pois os jornais começaram a dar destaque a críticas literárias e resenhas, artigos que corriam menor risco de enfrentar os processos censórios. Muitos autores passaram a escolher a ficção, uma forma de literatura menos visada e recurso para desviar da censura,

Mais do que o Rio de Janeiro, a censura foi mais intensa em alguns Estados, como São Paulo e Bahia. Em Salvador, em 1937, obras de Jorge Amado foram apreendidas em várias livrarias e publicamente queimadas por serem consideradas simpatizantes do comunismo.

Em seu livro *A vida de Luís Carlos Prestes*, o escritor baiano fez um inventário relatando o número de exemplares e o título de cada trabalho incinerado. A obra é uma biografia poética do líder comunista, publicada em 1942 em espanhol, editada na Argentina. Foi vendida clandestinamente no Brasil e representou um manifesto pela anistia dos considerados criminosos políticos da época. Quando o próprio Amado retornou de seu exílio, foi preso ao desembarcar em Porto Alegre e, de lá, enviado para o Rio. Não permaneceu, porém, na então capital federal: a polícia decidiu despachá-lo para Salvador, onde ficaria confinado. O veto à obra *A vida de Luís Carlos Prestes* durou até 1979, quando foi sancionada a Lei de Anistia.

O escritor Carlos Maul foi responsável por entregar diretamente a Gustavo Capanema, a obra *Lapa*, de Luís Martins, publicada em 1936. O livro descreve de forma realista a miséria e a dor presentes no bairro carioca da Lapa, local considerado boêmio e muitas vezes visto com romantismo. Seu trabalho foi considerado imoral e subversivo. Considerado agente comunista, o autor foi exposto às garras do Estado Novo. Exonerado do serviço público, teve prisão decretada. Sua obra foi apreendida e incinerada²³⁹.

Devemos ressaltar que até mesmo autores considerados moderados, como Gilberto Freyre, foram vistos como subversivos. *Casa Grande e Senzala* foi considerado pernicioso, anticatólico, antinacional. Por isso, o autor deveria ser submetido a um auto de fé cristão para salvar sua alma.

E a censura também partia da iniciativa civil. É de 1974, uma correspondência ao Ministro Armando Falcão, solicitando a interdição do livro *Dias de Clichy*, de Henry Miller. A solicitante afirma no documento que já havia conseguido a retirada

²³⁹ Disponível em: www.travessa.com.br. Acesso em: nov.2009.

do livro da biblioteca pública de seu município. O pedido foi acatado pelo secretário particular de Falcão que, endossou a recomendação da solicitante. Em 31 de julho de 1975, o Ministro Falcão determinou a censura e proibiu a circulação de Dias de Clichy, além da apreensão de todos os exemplares colocados à venda.

Henry Miller, apesar do reconhecimento junto à crítica especializada, foi censurado em vários países. *Trópico de Câncer*, publicado na França em 1934, ficou proibido nos Estados Unidos até 1961. No Brasil, Otto Maria Carpeaux foi um de seus principais divulgadores. Em, 1975, prefaciou *O mundo do sexo*, publicado pela Editora Pallas, do Rio de Janeiro.

No Brasil, Trópico de Câncer foi publicado em 1963, junto com Trópico de Capricórnio e ambos foram apreendidos três anos depois (em pleno regime militar) pela Polícia de Costumes, que os considerou inadequados à juventude auriverde. Semanas depois, as edições foram devolvidas à editora, com alguns milhares de exemplares a menos²⁴⁰.

Sobre os critérios para o exercício da censura, dizemos que todo o tipo de obra estava sujeito à intervenção, ainda que fosse livro direcionado ao público infantil.

Nem livros infantis escapavam. As obras de Monteiro Lobato foram arbitrariamente queimadas e *Aventuras de Tom Sawyer* foi julgado tão perigosamente subversivo que, não satisfeito em confiscar a edição, o governo prendeu Cecília Meireles por tê-lo traduzido²⁴¹.

Nos dois períodos analisados – Estado Novo e Regime Militar – os critérios para se realizar a censura se assemelham, são visados os temas que de alguma forma agridam a moral e os bons costumes e de acordo com o “inimigo estabelecido” os livros que tratem de política. Devemos enfatizar que, seja em relação aos livros ou a peças de teatro, a visão do censor irá prevalecer. Dessa forma, o que para um determinado censor não pode ser lido ou encenado para outro poderá ser liberado, mesmo que apresente restrições, como por exemplo, faixa etária.

Especificamente em relação aos livros, encontramos no Arquivo Nacional, em Brasília, uma correspondência de Moacyr Coelho, diretor geral do Departamento de Polícia Federal, ao Ministro Armando Falcão, datada de 31 de janeiro de 1977, respondendo a um abaixo-assinado solicitando o fim da censura:

²⁴⁰ COUTO, J.G. O pornógrafo Henry Miller está de volta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16.nov.1994. Ilustrada, p.5.

²⁴¹ HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985. p.370.

Quanto aos livros, convém esclarecer, de logo que este Departamento só manda verificar aqueles remetidos pelos órgãos descentralizados, em decorrência de solicitações recebidas, nas respectivas áreas, de pais, professores, livreiros ou autoridades locais, que ao perceberem inconveniências em algumas obras, no tocante à moral e os bons costumes, reclamam providências da autoridade, já que seria impossível programar a verificação de toda a produção literária posta em circulação no Brasil.

Informa, também, que de 219 obras indicadas apenas 74 mereceram a proibição e justifica que eram editados no país nove mil títulos. Dessa forma o número de obras proibidas não representa nem um por cento.

Outro exemplo: o técnico em censura, Carlos Alberto N. de Sousa, em 14 de dezembro de 1970, solicita a interdição da obra *O sótão e o rés do chão ou Soninha toda pura*, de José Ildemar Ferreira, no qual, apesar de outro censor tê-la liberada para maiores de 18 anos, considera que o texto está “completamente repleto de pornografias e diálogos picantes, e ainda com enredo contrário à decência e o decoro público”. Quatro dias depois, em 18 de dezembro do mesmo ano, passa por análise de outro censor que também sugere a interdição da obra.

4.14 APESAR DE VOCÊ, AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA

Compatível no mundo das ideias, o aumento da produção industrial de livros no Brasil, da Era de Vargas ao Regime Militar, foi impondo e principalmente expondo o povo a obras determinadas pelo Estado.

Percebemos interesses econômicos e políticos se sobrepondo aos públicos. Por isso, nunca foi prerrogativa do Estado desenvolver bibliotecas para atender a uma demanda da população, mas expandir a indústria livreira, dentro de uma perspectiva ideológica que reforçasse e concentrasse o poder oficial. Conforme matéria publicada no *Jornal do Brasil* em 5 de novembro de 1975:

Cento e sete livros, considerados ‘contrários aos princípios morais e aos bons costumes’ ou capazes de ‘incitar a subversão da ordem política e social’ já foram proibidos de circular no Brasil. Vinte mil exemplares foram apreendidos – mas não incinerados, como prevê a lei: tiveram seu papel reciclado para novo aproveitamento industrial²⁴².

De qualquer forma, as raízes da resistência a essa orientação oficial já estavam se alastrando, apesar do medo, apesar da opressão, apesar das prisões,

²⁴² *Jornal do Brasil*, 1975.

apesar das torturas, apesar dos exílios. As cinzas de papel e ideias incineradas fizeram surgir mais do que esperança. Abriram caminho para a expressão e interpretação da diversidade de fenômenos e abordagens de um mundo cada vez mais complexo e sistêmico.

Do pessoal da biblioteca ficou apenas um velhinho, o senhor Crispino, recrutado para explicar aos oficiais o lugar dos livros. Era um sujeito baixotinho, com a cabeça careca parecendo um ovo, e olhos como cabeças de alfinete atrás de óculos de hastes. [...] Com seu passo silencioso dentro das pantufas felpudas, o velho bibliotecário vinha se aproximando dele – E isso não é nada – dizia, leia aqui, ainda sobre os romanos, o que está escrito, também se poderá pôr isso no relatório, e isso, e mais isso – e lhe submetia uma pilha de volumes.

Um general na biblioteca



Figura 5 - Fachada do Espaço Cultural Plínio Salgado, São Bento de Sapucaí, 2007

5 BIBLIOTECÁRIO: LIBERDADE PROFISSIONAL COMBINADA À PADRONIZAÇÃO TÉCNICA

Como podemos ver, no Brasil, os acervos e a organização de bibliotecas surgiram em resposta a necessidades privadas ou a demandas de publicidade para os regimes políticos. Sua expansão esteve aliada ao desenvolvimento econômico de certas regiões, mas como resultado de ações pontuais, muitas vezes da iniciativa privada, de criar melhores condições de acesso à informação para a população.

Mesmo desorganizada, a luta pela liberdade de expressão e a resistência à censura sempre existiu. Jesuítas, viajantes, poetas, advogados, professores, latifundiários, bibliotecários, cientistas lutaram para burlar, fugir, superar, transcender a censura, garantindo que os livros, as ideias, o conhecimento fossem semeados e se multiplicassem em nosso território.

Apesar de válido, o processo foi falho porque não houve interesse estratégico do governo, nem reivindicação da população para que as carências educativas e culturais fossem supridas, mais relevantes ainda quando se trata de um país tão vasto e complexo como o Brasil.

Podemos deduzir que, por um lado, a população terceirizava ao Estado a responsabilidade de manter e implantar bibliotecas. Por outro, o Estado, em pleno exercício de suas funções reguladoras, não tinha interesse em incentivar o acesso das massas ao conhecimento e provocar qualquer risco de oposição ao poder instituído.

Mesmo seguindo modelos importados, a lentidão na associação entre educação e desenvolvimento foi crítica para o Brasil. O problema pode ser considerado mais grave ainda quando registramos que, durante muito tempo, as poucas bibliotecas que existiam no país contaram com profissionais muitas vezes sem qualificação nem preparo técnico e, nos demais casos, por idealistas. Esse fato dificultou e prolongou o adiamento de uma articulação e uma organização da categoria que, até então, sequer conseguia justificar a importância de se instalar uma biblioteca.

O crescimento da produção científica, observado nas décadas de 1950 e 1960, atraiu para bibliotecas, principalmente as universitárias, profissionais

formados em Biblioteconomia que buscavam campo de trabalho com melhores oportunidades. Com isso, cabe à área a convivência e a responsabilidade no processo de relegar as bibliotecas escolares e públicas a um segundo plano de importância.

Assim, a Biblioteconomia se beneficiou e evoluiu, e se enveredou teoricamente pelo campo das Ciências Sociais, mas com uma prática e uma técnica instalada junto ao leitor, chegando a toda a sociedade.

No conto de Ítalo Calvino, o bibliotecário Crispino consegue materializar o ideal do processo de seleção de obras, quando oferece ao general e seus soldados acesso à maior diversidade possível de linhas de pensamento, interpretações, conhecimento contrapondo e contrastando a amplitude da variedade de possibilidades de combinação de informação à reduzida e redutora missão militar.

Dedicaremos este capítulo à descrição da missão do bibliotecário, como profissional responsável por diversas atribuições, entre as quais ocupam posição de destaque os processos de seleção e recuperação de informações.

Durante o 2º Congresso Internacional de Bibliotecas e Bibliografia, realizado em 1935, em Madri, Ortega Y Gasset, mesmo sem ser profissional da área, dividiu a missão do bibliotecário em três períodos²⁴³:

- **Renascimento** – quando os livros eram procurados.
- **Século XIX** – quando ocorre o incremento da produção de livros e cabia ao bibliotecário a promoção da leitura e a busca de leitores.
- **Dias atuais** – o bibliotecário deveria atuar como filtro que se interpõe entre a torrente de livros e o homem.

E, já naquela ocasião, Ortega Y Gasset advertiu que sua classificação causaria polêmica e necessariamente dividiria os espectadores da conferência em dois grupos: um formado por quem julgasse suas palavras precursoras de uma nova era, outro composto por quem discordasse sobre as funções atribuídas ao bibliotecário.

Será demasiadamente utópico imaginar que em um futuro não muito longínquo vossa profissão será incumbida pela sociedade de regular a

²⁴³ FONSECA, E. N. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979. p.93-94.

produção do livro, a fim de evitar que se publiquem os que forem desnecessários e que, em compensação, não falem aqueles que são exigidos pelo conjunto de problemas vividos de cada época?²⁴⁴.

Sem dúvida, cabe ao bibliotecário executar um processo de filtragem e seleção de obras, contemplando a maior diversidade possível de temas e perspectivas de abordagem, entretanto isso não significa cercear ou delimitar o conteúdo a que um leitor deva ou não ter acesso.

Embora Ortega explicitamente descarte a hipótese de que a tarefa por ele proposta – ‘dificultar a edição de livros inúteis ou tolos e promover a de determinadas obras cuja ausência é prejudicial’ – teria caráter autoritário, é evidente que correria o risco de tornar-se odiosa censura ideológica e religiosa²⁴⁵.

Em sua atuação técnica, o bibliotecário segue uma série critérios de limitação da informação, intrinsecamente presentes no funcionamento de uma biblioteca e que são próprios e específicos do trabalho do bibliotecário.

Para que um livro tome parte em um acervo, ele deve ser submetido à seleção, primeira etapa do trabalho do bibliotecário, orientado pelas necessidades específicas de cada tipo de biblioteca, para atender seus usuários.

A perspectiva seletiva é necessária pois, independentemente do tamanho e da capacidade física, é impossível para uma biblioteca comportar todas as produções, ainda que seja de uma só localidade, período histórico, ou qualquer outro macro segmento do conhecimento. A biblioteca universal trata-se, portanto, de uma utopia limitada pela realidade. Chartier mostra essa impossibilidade:

A separação dos livros que são imprescindíveis de se possuir dos que podem (ou devem) ser negligenciados é um dos meios de disfarçar a impossível universalidade da biblioteca²⁴⁶.

Na tensão dialética entre a vontade de universalidade da biblioteca e a necessidade de seleção, alguns livros são negligenciados, pois até mesmo o essencial nem sempre é possível ser selecionado.

Em sua utopia (ou melhor, ucronia) de 1771, *L'an 2440*, Louis-Sebastien Mercier visita a Biblioteca do Rei e acha singular: [no lugar dessas quatro salas imensas, que encerravam milhares de volumes, só descobri um pequeno gabinete, onde se encontravam vários livros que pareceram nada mais do que volumosos]. Intrigado, Mercier pergunta ao bibliotecário o que aconteceu. Este responde que antes de queimar todos os livros

²⁴⁴ ORTEGA y GASSET, J. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006. p.44.

²⁴⁵ FONSECA, E. N. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979. p.94.

²⁴⁶ CHARTIER, R.. **A ordem dos livros**. Brasília: UnB, 1999. p.70.

considerados 'ou frívolos ou inúteis ou perigosos', os homens esclarecidos do século XXV salvaram o essencial que ocupa pouco lugar²⁴⁷.

A obra *L'an 2400* consta do livro *Os Best-sellers proibidos da França Revolucionária*²⁴⁸. Mesmo proibida, circulou clandestinamente. Em uma das listas publicadas pelo autor, este livro constava com 1.394 pedidos de encomendas por parte de livreiros. Darton faz o seguinte comentário sobre Mercier:

Sabia como observar o mundo ao seu redor e torná-lo vivo em anedotas e ensaios. Não há melhor autor para se consultar, se alguém deseja ter uma ideia de como Paris parecia, soava, cheirava e sentia em pleno turbilhão da Revolução²⁴⁹.

Pela obra de Mercier, podemos perceber como o processo de seleção é delicado e exige regras bem definidas. Uma ética profissional caracteriza o processo pela ideal imparcialidade, isenção de valores, julgamentos, preconceitos pessoais como critérios de seleção de obras.

5.1 SELEÇÃO: ALÉM DA ESCOLHA

Buonocore nos oferece uma perspectiva sobre o que a seleção de livros significa, atentando para a responsabilidade que se assume no processo:

Tarefa intelectual que compete ao bibliotecário e que tem por objetivo escolher ou eleger, separando por suas similaridades, os livros que considera mais adequados para sua biblioteca de acordo com sua especificidade. Esse trabalho comporta uma séria responsabilidade e deve subordinar-se às seguintes condições: a) valor real do livro; b) utilidade para os leitores; c) recursos que dispõe a biblioteca²⁵⁰.

Apesar do conceito não ser recente, continua atual. O autor enfatiza inclusive que deve haver um critério estabelecido para a seleção de livros. E dá relevância à questão do valor do livro, observando a relação entre custo e benefício.

Isso significa que, o processo seleção pressupõe um caráter também econômico: como gastar de forma adequada as verbas recebidas. Esse aspecto é particularmente relevante, quando tratamos do caso de bibliotecas públicas.

²⁴⁷ MERCIER apud CHARTIER, R. **A ordem dos livros**. Brasília: UnB, 1999. p.72.

²⁴⁸ DARTON, R. **The forbidden best-sellers of pre-revolutionary France**. New York: W. W. Norton, 1996. 440p.

²⁴⁹ Idem. p.118.

²⁵⁰ BUONOCORE, D. **Diccionario de bibliotecologia: términos relativos a La bibliologia...** Buenos Aires: 1976. 452p. p 383.

Em geral, na composição de um acervo, a atuação técnica do profissional de Biblioteconomia exige o enfrentamento de desafios de ordem ética, política arquitetônica e econômica.

Andrade e Vergueiro²⁵¹ reforçam a importância de um profissional capacitado para efetuar essas tarefas. A tarefa do bibliotecário não se resume à compra de livros, até porque as bibliotecas normalmente recebem doações de todos os tamanhos e procedências. Por esse motivo, sem critérios claros de seleção, fica impossível separar aquilo que interessa para a Instituição, assim como direcionar o que pode ser relevante para outras bibliotecas.

Quando utiliza uma biblioteca, em geral, escapa ao leitor a infinidade de processos para a constituição daquele acervo. Seleção, aquisição, catalogação estão entre as principais rotinas para manutenção de uma biblioteca.

Entendemos que, idealmente, a estruturação um acervo deve atender e suprir as necessidades de informação de sua comunidade. Ao mesmo tempo, reconhecemos que o bibliotecário, mesmo operando com cuidado e critério técnico para inserir no acervo o que há de melhor, como Crispino, terá de processar uma seleção de obras. Nesse sentido, o papel do bibliotecário se assemelha e se aproxima ao do censor, porém com critério ético de construir uma síntese perfeita e uma conciliação entre o acervo da biblioteca e as expectativas de seus leitores.

5.2 VELHOS CARICATOS, MULHERES AUTORITÁRIAS, RATOS, CORUJAS E OUTROS BICHOS

Xavier Placer²⁵² procurou caracterizar o bibliotecário perfeito. Para isso, reconstruiu a figura do bibliotecário antigo, atuando em bibliotecas consideradas mero depósitos de livros.

Nem é tão fácil assim surpreender, nos referidos desenhos, essa figura difícil, o bibliotecário antigo. [...] Explica-se esse interesse da literatura: o nosso personagem tinha aspectos pitorescos e até caricatos. Quem não conhece esse tipo clássico? Titularmente conservador. Pessoalmente, algo de animal: rato de biblioteca. Isto é, homenzinho de surrada indumentária, fundas rugas e melenas, maniacamente debruçada sobre in-folios, alheio ao mundo, estranho ao convívio humano²⁵³.

²⁵¹ ANDRADE, D. C. de; VERGUEIRO, W. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996, 118p.

²⁵² PLACER, X. O perfeito bibliotecário. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v.5, p. 207-210, mar. 1960.

²⁵³ Idem.

A imagem caricata e estereotipada apresentada por Placer perdura ainda hoje. Nas histórias em quadrinhos, filmes ou mesmo nas telenovelas, poderemos encontrar bibliotecários, ou melhor, bibliotecárias, principalmente, como mulheres austeras, que exigem silêncio, limitando o acesso, criando a mesma sensação da atuação de um censor.

A caracterização clássica do bibliotecário tem uma explicação histórica cuja origem remonta à Antiguidade, quando as escolas de estenografia deram início ao processo sistêmico de reprodução e difusão de textos escritos. O trabalho dos copistas era minucioso, exigia atenção e critério para reconhecer variações de interpretação ou leitura e garantir a integridade do documento original²⁵⁴. Essa atividade, em geral, era realizada por monges, que desenvolviam a disciplina como característica inerente à personalidade e ao papel religioso. Daí a sobriedade do comportamento assimilada por bibliotecários.

5.2.1 Uma deselegância discreta, além das aparências

Ao descrever sua experiência como usuário de biblioteca, Alberto Manguel também se rende à própria imaginação, alimentada por fatos reais.

Na biblioteca de meu Colégio Nacional de Buenos Aires, podíamos senti-la atrás das imponentes portas de madeira, na meia-luz acolhedora e sob os abajures verdes [...] a biblioteca me parecia um universo paralelo [...] Acima de tudo, a ausência [de livros considerados impróprios, perigosos e provocativos] espreitava nos buracos escuros que pontilhavam as incontáveis estantes [...] Mesmo assim, muitos títulos de aparência inocente burlavam os olhos severos do bibliotecário... certos livros se abriam espontaneamente: Romancero gitano de Lorca [...], os prêmios de Cortazar... Jamais soubemos como esses textos proibidos conseguiram penetrar em nossa biblioteca escrupulosa, e estimávamos quanto tempo passaria até que o bibliotecário descobrisse que, bem embaixo de seu nariz, geração após geração de alunos corruptíveis preenchiam as ausências nas prateleiras lendo fielmente esses livros escandalosos²⁵⁵.

A ingenuidade e a infantilidade do menino deram asas à imaginação do autor que, na euforia do vôo, muito provavelmente deixou de perceber que – como tantos

²⁵⁴ BARBIER, F. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.

²⁵⁵ MANGUEL, A. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.99-100.

outros através dos tempos – aquele bibliotecário, mais do que saber e conhecer, dissimulava, sem escândalo, sua permissão e consentimento à presença daqueles livros em sua biblioteca. E, certamente, se deliciava com os efeitos de sua própria rebeldia, quase sempre considerada imprópria aos padrões profissionais.

5.2.2 Potencial para ações mais expressivas

Desde o desenvolvimento das bibliotecas públicas nos Estados Unidos, a partir do século XIX, a profissão de bibliotecário ganhou uma perspectiva moderna marcada, principalmente, pelo espírito de democracia.

O modelo ideal permite o acesso livre a estantes abertas e o trabalho de profissionais especializados, prontos a atender os usuários da biblioteca. Mas, é preciso lembrar: ainda que liberal, o bibliotecário apresenta uma formação pessoal, um histórico de vida único, que o imbuí de valores e preconceitos.

Assim, mesmo a proposta democrática e de livre acesso esbarra nos limites de seleção e organização. Dúvidas são levantadas pelos próprios bibliotecários, sejam eles acadêmicos ou técnicos, em relação ao que seria interessante para constituir um acervo.

Melvill Dewey (1851 – 1931), bibliotecário da Columbia State University e diretor da Biblioteca Pública de Nova York, criador do sistema decimal de classificação para facilitar o armazenamento e a recuperação de livros por meio de fichas catalográficas – ao se apresentar durante o Congresso Internacional de Bibliotecários, realizado em Londres, em 1898 – já advertia que a biblioteca não poderia ser “um receptáculo passivo”, mas “uma força educacional agressiva na comunidade”, comparando a responsabilidade da biblioteca com das autoridades municipais: “Naturalmente nenhuma biblioteca tenciona circular livros perniciosos, mas também nenhuma cidade tenciona distribuir água contaminada”²⁵⁶.

Por essa perspectiva, Dewey concebia a “filtragem” como uma das principais tarefas do bibliotecário que, em seu trabalho, contribuía para o bem da Nação e do

²⁵⁶ MULLER, S. P. M. **Bibliotecas e sociedade**: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.

indivíduo. Entendemos que esse sentimento sobre os princípios de seleção, em circunstância alguma, podem ser distorcidos.

A informação deve ser assegurada de forma ampla para que possa atingir o maior número de pessoas. Segundo Burke, o poder das elites se relaciona ao conhecimento acumulado. Mas não cabe ao bibliotecário abusar de sua posição de poder, por deter conhecimento.

No início da era moderna, as elites freqüentemente identificavam o conhecimento com o conhecimento que detinham, e às vezes argumentavam, como o cardeal Richelieu em seu Testamento político, que o conhecimento não devia ser transmitido às pessoas do povo para evitar que ficassem descontentes com sua posição na vida²⁵⁷.

Essa polêmica sobre a prática do bibliotecário é reiterada por Asheim²⁵⁸ em interessante análise do processo de seleção operado pelo bibliotecário. Para o autor, entre si, os bibliotecários se sentem tranquilos em relação à sua posição de selecionadores. Não se vêem, portanto, como censores. Porém, para os “não bibliotecários”, existem controvérsias. E, para esclarecer seu ponto de vista, diz que algumas bibliotecas e livrarias – apresentadas na *Encyclopedia of Social Sciences* – censuram livros. A *Encyclopedia* afirma que nesses locais não podem circular livros, considerados principalmente escandalosos, difamatórios, quer dizer desagradáveis.

Malley²⁵⁹ reafirma essa questão, dizendo que poucos bibliotecários relacionam censura com seleção. Em geral, esses profissionais entendem que são operações diametralmente opostas, com funções totalmente diferenciadas.

Podemos especificar três formas²⁶⁰ de censura que envolvem o bibliotecário:

- **Censura por decreto:** estabelecida por lei.
- **Censura pessoal:** o bibliotecário decide que não irá adquirir o livro, por considerar impróprio por algum motivo, mesmo que o material esteja liberado perante a lei. Em seu julgamento, o profissional delibera se o livro pode ser ou não lido.
- **Censura da comunidade:** quando um segmento da sociedade não aceita a obra e efetua pressão para que ela seja retirada de circulação.

²⁵⁷ BURKE, P. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.21.

²⁵⁸ ASHEIM, L. **Not censorship but selection.** ALA OIF WEB, 2005. Acessado no sítio www.ala.org em 27/04/07.

²⁵⁹ MALLEY, I. **Censorship and libraries.** London: Library Association, 1990. 36p.

²⁶⁰ ASHEIM, L. **Not censorship but selection.** ALA OIF WEB, 2005. Disponível em: www.ala.org. Acesso em: abr.2007.

Malley mostra que no próprio código de ética da *Library Association* (Inglaterra), existe o termo “interests”, entendido como interesse, e que o autor considera um ponto para o fortalecimento da censura, já que passa ao bibliotecário um papel no qual ele assume uma posição de proteção dos “interesses” dos usuários, ao decidir o que considera melhor para eles. A postura ideal indicada para o bibliotecário deve ser atender à demanda desses usuários.

5.3 O TEMPO QUE TRANSFORMA

Por assumir um papel social, o bibliotecário não pode esquecer que sua responsabilidade é com a sociedade do passado, do presente e do futuro. Sua função é portanto, preservar o passado, cultivar o presente proporcionando escolhas para as próximas gerações. Como Crispino ensinou, o bibliotecário deve ter disponível uma diversidade de conhecimento capaz de provocar a mais variada gama de reflexões. Portanto, os processos de seleção do bibliotecário têm potencial para gerar transformações.

A imparcialidade e a neutralidade se perdem na prática do bibliotecário. Para Lee²⁶¹, os bibliotecários têm realmente sido associados a uma profissão progressista, liberal e humanista, com valores políticos de tolerância e racionalidade, prestadores de serviços que vão principalmente em direção a uma sociedade mais aberta e livre.

Não vamos assumir aqui a tarefa de resolver esse conflito profissional, mas pontuaremos, a título de ilustração, algumas decisões transformadoras que – para o bem e para o mal – mantêm sem resposta definitiva esta polêmica.

Favorecendo a ordem - em um artigo sobre a censura durante o regime do *apartheid* na África do Sul, Merret²⁶² demonstra que os bibliotecários colaboraram com o regime, atuando como agentes da censura. O governo impôs um decreto,

²⁶¹ LEE, E. Censorship and community standards. In: **Libraries in the age of mediocrity**. Jefferson: Mc Farland, 1998. p. 69-86.

²⁶² MERRET, C. Librarians in a police state. **Journal of Librarianship**, v.20, n.3, p.181-193, jul. 1988.

delimitando aquilo que poderia ser consultado em bibliotecas universitárias por estudantes de graduação e pesquisadores.

Nos Estados Unidos, desde a década de 1980, são registrados protestos em relação à liberdade de privacidade dos usuários de biblioteca. Diversos Estados norte-americanos não respeitam a Primeira Emenda e fornecem ao governo informações sobre as consultas feitas aos acervos. Em 1983, Swan escreveu um artigo predizendo:

[...] os esforços do governo federal em transformar os arquivos de circulação de materiais em 'listas suspeitas' constitui uma invasão irresponsável e inconstitucional dos direitos dos usuários de biblioteca e, se for permitida sua continuação, será um dano irreparável aos valores educacionais e sociais das bibliotecas desse país²⁶³.

Após o atentado de 11 de setembro de 2001, foi instituída uma regulamentação chamada de Patriotic Act. Com essa legislação, as bibliotecas passaram a ter o dever de fornecer ao Estado informações sobre quem e qual o material consultado.

Contrariando a ordem - ao narrar a destruição das bibliotecas judaicas pelos nazistas, Alberto Manguel²⁶⁴ destaca a ação do bibliotecário responsável pela Biblioteca Sholem Aleichem, que resolveu salvar as obras que pudesse. Mesmo acreditando que um dia não haveria mais leitores, dia após dia, ele e um colega levaram embora os livros que conseguiam carregar. Essa foi uma ação de resgate da memória em si mesma, mesmo não sabendo se esses livros seriam ou não encontrados.

Na França²⁶⁵, muitos bibliotecários perderam seus cargos quando se recusaram cumprir a determinação dos conselheiros da Frente Nacional exigindo a retirada dos livros de tendência de direita das bibliotecas públicas.

No início de sua função técnica na Biblioteca Pública de Braga, em 1974, Henrique Barreto Nunes, localizou livros proibidos e censurados durante a longa ditadura portuguesa, escondidos atrás de outros livros.

[...] a curiosidade impeliu-me a retirá-los e qual não foi o meu espanto quando vejo algumas edições da Delfos, até então consideradas pornográficas (e por isso disputadas e sub-repticiamente vendidas), bem

²⁶³ SWAN, J. C. **Public records and library privacy**. Library Journal, Sep. 1, p. 1645-1650, 1983.

²⁶⁴ MANGUEL, A. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.197.

²⁶⁵ BYRNE, A. "Information ethics for a new millennium". In: VAAGAN, R. W. (ed.) **The ethics of librarianship: an international survey**. Munchen: IFLA, 2002. p. 8-17.

como dezenas de livros de José Vilhena, um humorista incômodo e por vezes perseguido pela polícia política²⁶⁶.

Observamos aqui uma tendência de salvar o material proibido, tanto na postura dos bibliotecários como de todos aqueles que atuam em uma biblioteca. A esperança que move essas pessoas é o futuro, quando essas obras finalmente poderão conquistar liberdade. Nunes diz que sempre havia algum funcionário que “furava o esquema” e liberava aos leitores acesso às obras proibidas²⁶⁷.

Nos Estados Unidos, em 2001, algumas bibliotecas na Califórnia se recusaram a cumprir o Patriotic Act. Baseadas na defesa dos direitos humanos e das liberdades individuais, previstas em Constituição, enviaram as informações em papel fragmentado ao Governo.

De forma pontual, Asheim²⁶⁸ distingue um selecionador de um censor:

Selecionador	Censor
Pratica uma abordagem positiva de sua função, encontrando motivos para manter o material. Busca a liberdade de expressão, por isso, entenderá o livro em relação a seu contexto. Promove o incentivo à leitura. Assim, possibilitará o acesso a informação e, principalmente, confiará na inteligência e no discernimento do leitor.	Parte de uma premissa negativa e tentará encontrar aspectos que possam impedir a disponibilidade da obra. Entende que deve proteger o leitor dos efeitos que a leitura causará. O censor acredita só nele mesmo.

Quadro 2 – Selecionador – Censor

Cain²⁶⁹ afirma que o bibliotecário tem que estar atento para impedir a ação censória de qualquer natureza:

Muitos grupos, procurando banir livros das bibliotecas, afirmam que os bibliotecários são os seus maiores censores. E algumas vezes, estão certos, principalmente quando falhamos ao selecionar itens que são incompatíveis para nós, porém são de interesse dos nossos usuários²⁷⁰.

Assim, podemos considerar que a seleção irá a favor da liberdade de pensamento, minimizando limitações e permitindo a ampliação do conhecimento do leitor oferecendo, para isso, um acervo pleno de possibilidades e vertentes.

²⁶⁶ NUNES, H. B. **A censura nas bibliotecas**. Disponível em: nortebad.wordpress.com/2009/04/17. Acesso em: set.2009.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ ASHEIM, L. **Not censorship but selection**. ALA OIF WEB, 2005. Disponível em: www.ala.org. Acesso em abr.2007.

²⁶⁹ CAIN, C.C. **Librarians and censorship: the ethical imperative**. Louisiana libraries, 2006. Disponível em: www.laonline.org. Acesso em: set.2009.

²⁷⁰ Idem.

Junto à comunidade, a biblioteca deve atuar, por meio de sua equipe, para fomentar um processo claro de aquisição, seleção e descarte. O usuário deverá ter acesso às normas que regem essas ações. Além disso, ele também deve saber os motivos que impedem à biblioteca de possuir todos os materiais. Critérios definidos permitem ao usuário compreender o acervo que lhe serve.

5.4 ACHADOS E PERDIDOS: PROCESSOS ALÉM DA SELEÇÃO

Guimarães e Pinho²⁷¹ consideram a organização e representação do conhecimento como atividades nucleares da Ciência da Informação, dado o caráter mediador entre a produção e o uso do conhecimento registrado e socializado.

Para o bibliotecário, a recuperação da informação também é fundamental, afinal, um material adquirido só poderá ser localizado se o processo de busca for claro e preciso. Os autores realizaram um trabalho de pesquisa mostrando as questões éticas envolvidas na prática e ressaltam que:

[..] os problemas da tendenciosidade na representação do conhecimento são encontrados desde o momento da criação de instrumentos e ferramentas de representação, como também por parte de profissionais no momento de sua atuação profissional, seja ao classificar ou atribuir conceitos no momento da indexação²⁷².

Chartier explica que o significado que há em cada obra, varia de acordo com tempo:

As obras – mesmo as maiores ou, sobretudo as maiores – não têm sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam²⁷³.

Consideramos a recuperação da informação – ou organização e representação do conhecimento – importante porque, a operação indevida desse processo pelo bibliotecário pode ser entendida como ponto de censura em uma biblioteca.

²⁷¹ GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento. In: *ENANCIB*, 7., 2006, Marília. **Anais**. Marília: UNESP, 2006.

²⁷² Idem.

²⁷³ CHARTIER, R. **A ordem dos livros**. Brasília: UnB, 1999. p.9.

5.5 A CENSURA EM MUITOS FORMATOS

Cain²⁷⁴ estende essa possibilidade de ação censória nos processos técnicos, próprios da Biblioteconomia, para as atividades de:

- **etiquetagem** (*labeling* na expressão original) - o bibliotecário assinala as obras que considera imprópria, impondo uma segregação ao material e criando condição para que todo o acervo contenha uma etiqueta.
- **restrição ao acesso** - os livros são separados ou mesmo catalogados intencionalmente para não serem localizados.
- **Expurgo** - “qualquer supressão, excisão, alteração, edição ou obliteração de qualquer parte [...] dos recursos da biblioteca pela biblioteca, seus agentes ou instituição mantenedora”²⁷⁵. Representa uma forma de censura que viola não somente o direito do usuário, como também o do autor da obra.

Negar o direito de acesso ao conhecimento pelo usuário é uma questão delicada, mas contém um inegável exercício de autoritarismo e certa dose de violência. O resultado dessa atitude, em qualquer escala de sutileza, pode ser representado de forma extrema e dramática com uma situação real ocorrida na Bósnia, década de 1990. Durante a invasão sérvia em Sarajevo, a Biblioteca Nacional foi destruída.

O ataque durou menos que meia hora. O fogo continuava no dia seguinte. O sol foi obscurecido pela fumaça dos livros e, por toda a cidade, folhas de papel queimado, papéis frágeis cobertos de cinzas flutuavam como uma negra e suja neve. Pegando uma folha, você podia sentir o calor e, por um momento, ler um fragmento de um texto como um negativo (fotográfico) em negro e cinza, até que o calor se dissipasse e a página se transformasse em cinzas em sua mão²⁷⁶.

Para explicar a questão de uma forma objetiva, vale lembrar que sem uma clara política de desenvolvimento do acervo – democraticamente estabelecida, tento

²⁷⁴ CAIN, C.C. **Librarians and censorship**: the ethical imperative. Louisiana libraries, 2006. Disponível em: www.laonline.org. Acesso em: set.2009.

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ BAKARSIC apud KNUTH, R. **Libricide**: the regime-sponsored destruction of books and libraries in the twentieth century. Westport: Praeger, 2003. p.2.

como norteador a comunidade que serve – as propostas da UNESCO para as bibliotecas perdem a efetividade²⁷⁷. Assim, a interferência do bibliotecário na formação do acervo alinhada à orientação da UNESCO, deverá impedir que:

[...] o usuário de bibliotecas e outros centros de informação, que em princípio deveria com seu discernimento e intenção, decidir o que deseja ler fica, assim, sendo o último da linha a selecionar o que lhe é oferecido para leitura, ou seja, a informação disponibilizada já passou por acirrada seleção, às vezes tendenciosa²⁷⁸.

A atuação do bibliotecário é, antes da técnica, política. Por esse motivo, enfrentar limitações governamentais, associações civis e indivíduos que exigem a retirada do material do acervo são situações difíceis.

[...] muito mais difícil é conseguir refrear a tendência, inerente a todos os profissionais bibliotecários, de formar uma coleção de acordo com sua própria visão de mundo, não permitindo que dela façam parte obras que defendem pontos de vista que ele pessoalmente, como cidadão, considera perniciosos²⁷⁹.

Reconhecemos que mesmo não sendo unanimidade, diferente do autor, acreditamos que os bibliotecários comprometidos com seu ofício tentem insistentemente superar as limitações impostas pela prática e pela ética.

Reforçando a questão da profissão humanista, apresentamos uma citação do bibliotecário Raimundo Martins de Lima, presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), em 2006:

No campo de atuação do bibliotecário em particular, não se pode mais aceitar que esse profissional se defina, ou seja definido só como um técnico, quer pela pressão dos estereótipos herdados, quer pela ausência dessa discussão durante a sua formação, posto que todo profissional deve conhecer o valor social do seu trabalho e a razão do seu saber fazer, especialmente porque todo trabalho se faz com e para a sociedade²⁸⁰. (grifo nosso)

A questão que permeia a atuação do bibliotecário e sua relação com a censura é delicada, um ponto que merece outros estudos. De qualquer modo, as reflexões apresentadas demonstram como toda uma série de atividades não percebidas pelo usuário de biblioteca pode facilitar ou impedir o acesso às fontes informacionais.

²⁷⁷ DUMONT, L. M. M. Biblioteca pública e censura: implicações no processo de seleção de acervo. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 20., 2002, Fortaleza. **Anais...** Ceará: Associação dos Bibliotecários do Ceará, 2002. [recurso eletrônico].

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ VERGUEIRO, W. de C. S. **Censura e seleção de materiais em bibliotecas**: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. *Ciência da Informação*, v.16, n.1, p. 21-26, jan./jun. 1987.

²⁸⁰ CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA.. Comissão de Ética Profissional. **Bibliografia sobre ética**: Brasília: CFB, 2006. 47p.

Para o bibliotecário, a profissão pode ser um exercício de poder, se ele for partidário da censura, ou de liberdade, caso ele seja um partidário do conhecimento. No que se refere ao exercício da profissão no Brasil, em 11 de janeiro de 2002, o Conselho Federal de Biblioteconomia por meio da Resolução número 42, estabelece o Código de Ética do Bibliotecário.

A tensão dialógica só se define na prática. Por isso, o Crispino de Calvino e os muitos Crispinos que hoje atuam nas incontáveis bibliotecas do planeta, ainda que em medidas diferentes, compartilham o mesmo conflito, com uma boa vantagem para o Crispino da ficção que, por decisão do autor, passou por esse dilema apenas uma vez.

Na sua biblioteca havia livros perigosos e incendiários. O espírito da Revolta – o espírito de Satã – penetrava nela, cavilosamente escondido nas obras dos escritores e filósofos que discutiam o regime que convinha impor aos povos para fazê-los felizes, benignos e amigos das luzes. Voltaire escrevia a d’Alembert, em data de 15 de agosto de 1769: – “Adeus, meus respeitos ao Diabo, porque é ele quem governa o mundo”. Ora, o Diabo, o grande Doutor Herético, insinuara-se ali sob o seu melhor disfarce, a letra de imprensa, para perturbar e perder o bom do Cônego. E efetivamente o perdeu.

Que livros eram? É o que tentaremos saber, mediante o escrutínio que faremos na sua biblioteca.

O diabo na livraria do Cônego



Figura 6 - Arquivo Miroel Silveira. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2008

6 METODOLOGIA DE PESQUISA: CRISPINO À FRENTE DA SELEÇÃO TÉCNICA

Todo panorama histórico, político e técnico apresentado até aqui foi necessário para reconstituir a malha que sustenta nossa atuação como Bibliotecária, pesquisadora e cientista.

Procuramos mostrar que ação censória pode assumir muitas formas. As oficiais – objeto desta investigação – variam das mais sutis às mais explícitas e violentas. Já as técnicas podem ser involuntárias ou até obrigatórias, para atender a determinações superiores.

O fato é que as ações censórias à liberdade de expressão existem em diversos contextos: no âmbito do Estado, no âmbito civil, no âmbito familiar, no âmbito corporativo, no âmbito religioso. Entretanto, é o posicionamento do Estado – mais ou menos liberal, mais ou menos democrático – combinado ao contexto político, o principal determinante e parâmetro para as condutas pessoais.

Tínhamos, como proposta inicial, partir do Arquivo Miroel Silveira como fonte para desenvolver um estudo de caso, que Yin descreve como:

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos²⁸¹.

O autor esclarece ainda que o estudo caso pode sobrepor ou ser trabalhado conjuntamente com outras formas de pesquisa. Contudo, apesar de nossa intenção, não conseguimos executar uma das estratégias que determinam a técnica de estudo de caso: a denominada série sistemática de entrevistas.

Apesar dos esforços, o longo intervalo de tempo que separa a realização da tese da época investigada – observador e observado – foi um fator que impôs obstáculos concretos à realização de nossa proposta metodológica inicial.

As entrevistas que conseguimos realizar, quantitativamente, foram insuficientes para caracterizar e estruturar o estudo de caso. Frustrante, porém, entendemos que quando nos aventuramos a elaborar uma tese, esses

²⁸¹ YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p.32.

acontecimentos podem ocorrer e nos obrigam a redimensionar expectativas para concretizar o trabalho.

Aqui, conseguimos somente os depoimentos do professor Agenor Briquet e Gilda Verri, mas temos certeza que, qualitativamente, essas respostas contribuíram sobremaneira para as análises interpretativas que pudemos desenvolver e ainda para que mantivéssemos o foco no estudo das bibliotecas públicas. Gostaríamos de ressaltar que, se tivéssemos optado por estudar as bibliotecas universitárias, talvez tivéssemos encontrado um maior número de profissionais dispostos a conceder entrevistas.

6.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA HISTÓRICA

Dessa forma, como modelo metodológico, optamos por adotar a pesquisa histórica que, segundo Yin:

Representam a estratégia escolhida quando não existe controle ou acesso. Assim, a contribuição distintiva do método histórico está em lidar com o passado “morto” – isto é, quando nenhuma pessoa relevante ainda está viva para expor, mesmo em retrospectiva, o que aconteceu, e quando o pesquisador deve confiar, como fonte principal de evidências, em documentos primários, secundários, artefatos físicos e culturais²⁸².

Reconstruir o tempo e o espaço, partindo dos documentos e características específicas do Arquivo Miroel Silveira foi uma investigação que nos proporcionou um redimensionamento tanto da importância da biblioteca para a sociedade, quanto do papel do bibliotecário, como interlocutor e mediador entre o material armazenado (conhecimento) e os usuários (público).

A pesquisa histórica nos permitiu a reconstituição dos contextos macropolítico e social para perceber e entender diversas questões e escolhas que sustentaram e ainda integram a estrutura com que nos deparamos no cenário atual. Por isso, a pesquisa histórica, de acordo com Lakatos e Marconi:

Portanto, colocando-se os fenômenos, como por exemplo, as instituições no ambiente social em que nasceram, entre as suas condições “concomitantes”, torna-se mais fácil a sua análise e compreensão, no que diz respeito à gênese e ao desenvolvimento, assim como às sucessivas alterações, permitindo a comparação de sociedades diferentes: o método histórico preenche vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um

²⁸² YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p.27.

tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos²⁸³.

6.1.1 Vozes caladas no silêncio dos arquivos

Carlo Ginzburg ao se debruçar sobre os documentos do Arquivo da Cúria Episcopal para investigar o julgamento do moleiro Domenico Scandella (conhecido como Menocchio), condenado à morte pelo Santo Ofício em 1601²⁸⁴, conseguiu recuperar também parte de uma história de trocas culturais que se estabeleciam entre as classes sociais, cujas interpretações livres que desencadeavam incomodavam a Igreja, por representarem riscos ao poder monopolizado por poucos.

Dentro das devidas proporções, os documentos a que tivemos acesso na Fundação Getúlio Vargas e Arquivo Nacional de Brasília, além de todas as demais fontes secundárias, nos proporcionaram uma experiência semelhante à de Carlo Ginzburg. Em nosso caso, partimos dessas fontes para recuperar e entender a censura em relação às bibliotecas públicas e resgatamos as suas diferentes concepções e práticas oficiais, bem como suas conseqüências imponderáveis.

Nosso trabalho investigativo junto ao acervo do Arquivo Miroel Silveira revelou a atuação intensa dos órgãos censórios criados pelo Estado brasileiro, em suas instâncias federais e estaduais. Nossas leituras testemunharam as dificuldades impostas pela censura à criação e difusão cultural no país. Foi com base nesse contexto, que surgiram as hipóteses desta pesquisa.

6.2 SISTEMA DE HIPÓTESES

O sistema de hipóteses tem a função de estabelecer uma conexão entre a teoria e a investigação. Por isso, diante do contexto de trabalho em que estávamos mergulhados, estabelecemos:

²⁸³ LAKATOS, E.V.; Marconi, M. de A. **Metodologia científica**. 2ª. ed.rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991. 249p.

²⁸⁴ GINSBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

6.2.1 Hipótese central

A censura prévia às bibliotecas públicas poderia ter atuado de forma similar e gerado processos semelhantes aos da censura prévia praticada ao teatro.

6.2.2. Hipóteses secundárias

- Teria havido processo semelhante de censura prévia para a publicação de livros?
- Muitas peças apresentadas à censura foram publicadas em formato de livros impressos. Os censores tinham o direito de modificá-los em nome da moralidade ou qualquer outra justificativa?

6.3 OBJETIVO GERAL

Investigar se as bibliotecas públicas no Brasil teriam sido objeto de poder, como foram as espanholas, italianas e portuguesas, durante o período dos regimes totalitários do século XX, uma vez que era tradição o Brasil acompanhar as políticas praticadas por Portugal.

6.3.1 Objetivos específicos

- Descobrir se as bibliotecas públicas brasileiras sofreram intervenção direta do Estado na constituição e manutenção de seus acervos.
- Analisar a percepção do Estado Republicano Brasileiro em relação às bibliotecas públicas, principalmente nos períodos de exceção.

- Estabelecer pontos de aproximação e distanciamento entre os processos de censura prévia às diversões públicas (teatro) e a censura às bibliotecas públicas.

Como alicerce de nosso trabalho, apresentamos agora, a fonte histórica que nos levou a essa trajetória de pesquisa. Vamos descrever como o Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo, entre as décadas de 1930 e 1970, elaborava os processos de análise, liberação ou veto de peças teatrais. E, o que efetivamente interessa para esta tese: as incoerências das decisões técnicas de censura: a liberação do texto em formato de livro e o veto ao mesmo texto na versão encenada. Os processos que passaremos a descrever e analisar integram o Arquivo Miroel Silveira.

6.4 MIROEL SILVEIRA – UM CONHECEDOR DA CENSURA

Para nos aproximar dos documentos presentes no Arquivo Miroel Silveira é importante saber quem foi esse homem cujo gesto de preservar as provas de uma época tão singular de nossa história permite, agora, que tantos pesquisadores possam se debruçar, conhecer, restaurar e interpretar seus mecanismos para, principalmente, reconhecer a recuperação atualizada dessas práticas tão danosas à liberdade de expressão e aos direitos humanos.

Miroel Silveira foi jornalista, escritor, dramaturgo, ator, professor, programador, redator, consultor literário, correspondente e crítico teatral, membro de comissões julgadoras, pesquisador, teatrólogo, diretor, tradutor, adaptador de romances, roteirista, argumentista e autor de musicais. Em 1938, recebeu um prêmio da Academia Paulista de Letras, pelo livro de contos *Bonecos do Engonço*.

Com participação ativa na produção e na administração cultural de São Paulo, atuou como membro fundador do Conselho Municipal de Cultura nas cidades de Santos e São Paulo, foi diretor artístico da primeira Cia. Teatral Bibi Ferreira, Diretor do Suplemento Literário do Diário de Santos e Professor do então Departamento de

Teatro, Cinema, Rádio e TV (CTR) da Escola de Comunicações e Artes de Universidade de São Paulo (ECA-USP).

Durante sua tese de doutoramento, o professor Miroel Silveira conheceu e utilizou como fonte de pesquisa os processos de censura prévia ao teatro, praticada pelo Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo. Localizou aproximadamente 80 peças não publicadas, além de notícias veiculadas por órgãos de circulação especializada da época.

Orientado por Décio de Almeida Prado, Miroel Silveira escreveu a tese *A Comédia de Costumes – Período Ítalo Brasileiro: Subsídio para estudo da contribuição italiana ao nosso teatro*, descrevendo seu estudo sobre como a emigração italiana se organizou nas sociedades filodramáticas, precursoras deste movimento, e como ocorreu posteriormente sua diluição em meio ao teatro brasileiro.

Com o fim da censura, na década de 1980, Miroel Silveira trouxe para a Universidade de São Paulo o arquivo de documentos Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo, que hoje serve de base os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

6.5 ARQUIVO MIROEL SILVEIRA (AMS) – MAIS DO QUE UMA INSPIRAÇÃO

O Arquivo Miroel Silveira (AMS) pertence ao Arquivo do Estado, mas desde a morte do professor que lhe empresta o nome, está sob a custódia da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

O acervo do Arquivo Miroel Silveira (AMS) oferece um conteúdo valiosíssimo em autenticidade, formado por fontes primárias e originais de informação. Portanto, constitui-se em rico patrimônio de caráter documental, que preserva e resguarda a memória cultural e histórica das décadas de 1930 a 1970 .

São 6.206 processos de censura prévia ao teatro, produzidos durante os períodos ditatoriais – a Era Vargas (1930 – 1945) e o início da ditadura militar (1964 – 1970). Cada processo permite o estudo dos trâmites censórios e seus efeitos sobre a produção artística e cultural brasileira. De forma geral, um processo é

constituído por um requerimento de censura, solicitando avaliação da peça; uma peça de teatro completa, datilografada, mimeografada ou impressa; uma autorização da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais ou órgão similar; um Certificado de Censura.

A intervenção do censor – sempre arbitrária - poderia liberar integralmente uma peça, liberar com restrição de faixa etária e de lugar, liberar parcialmente com cortes ou vetar integralmente.

A coleção de peças do Arquivo Miroel Silveira é um registro eloqüente da memória de São Paulo, em uma época de confluência de imigrantes que se refugiavam no país, em busca de qualidade de vida e riqueza. Em troca, esses povos traziam seus costumes, suas crenças, suas referências culturais e simbólicas.

Essa diversidade está materializada nos idiomas das peças que integram o arquivo Miroel Silveira. Nem todas estão escritas em português, porque eram apresentadas para avaliação dos censures e, depois de liberadas, também encenadas no idioma original dos autores: italiano, alemão, espanhol, iídiche, lituano, armênio entre outros.

Desde que foi organizado e disponibilizado como fonte de pesquisa, o Arquivo Miroel Silveira deu origem às seguintes publicações:

1. ***A censura em cena: teatro e censura no Brasil***, de Maria Cristina Castilho Costa (2006)
2. ***Censura e Comunicação: o circo-teatro na produção cultural paulista de 1930 a 1970***, organizado por Maria Cristina Castilho Costa (2006)
3. ***Teatro, comunicação e censura – anais do Seminário Internacional A Censura em Cena Escola de Comunicações e da USP***, organizado por Maria Cristina Castilho Costa (2006)
4. ***Palavras proibidas – pressupostos e subentendidos da censura teatral***, de Mayra Rodrigues Gomes (2008)
5. ***Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro***, organizado por Maria Cristina Castilho Costa (2008)
6. ***Na cena paulista, o teatro amador, circuito alternativo e popular de cultura (1927 – 1945)***, organizado por Roseli Aparecida Fígaro (2009)

Além disso, foram defendidas as seguintes pesquisas:

1. **Arquivo Miroel Silveira: uma leitura dos processos da censura prévia ao teatro sob o prisma do gerenciamento de informações**, dissertação de mestrado de Maria Aparecida Laet.
2. **Mixórdia no picadeiro: circo, circo-teatro e circularidade cultural na São Paulo das décadas de 1930 a 1970**, tese de Walter de Souza.
3. **Corpo, comunicação e censura: um estudo a partir do Arquivo Miroel Silveira**. Pesquisa de pós-doutorado, com bolsa FAPESP. Ferdinando Crepalde Martins.

6.6 PRESENÇA E CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECÁRIA PARA O ARQUIVO MIROEL SILVEIRA

Em 1996, quando iniciamos nosso trabalho no Serviço de Biblioteca e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (SBD/ECA), deparamos com uma coleção de documentos primários que ficavam armazenados em uma sala, com acesso restrito.

Naquele momento, o material não estava disponível ao acesso público, porque necessitava de uma avaliação. Poucos pesquisadores sabiam da existência daquele acervo e utilizavam o material para pesquisas.

Com base em uma atualização técnica adquirida no Curso de Especialização em Arquivos, realizado na UNICAMP em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros da USP, identificamos naquela coleção de documentos gerados pelo Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo os processos burocráticos registrando os trâmites oficiais exigidos para que uma peça pudesse ser avaliada, liberada ou vetada à representação pública.

Estávamos, então, diante de uma coleção inteira de documentos que testemunhavam o exercício de censura pelo Estado. Como Crispino, nosso repertório técnico serviu como guia para propor, elaborar, desenvolver e implementar uma infraestrutura compatível com aquele patrimônio e que pudesse

propiciar condições adequadas para identificação, consulta, análise, catalogação e recuperação de informações daquele acervo.

Nossa intenção inicial era instrumentalizar adequadamente o ambiente para os usuários e pesquisadores pudessem encontrar as condições mínimas de conforto e segurança para desenvolver seus estudos. Por isso, buscamos outros profissionais que pudessem nos auxiliar na implementação desse trabalho. Em 2002, com a ajuda de outras bibliotecárias: Analucia Viviane dos Santos Recine e Paola de Marco Santos e, principalmente, da Prof^a Dr^a Maria Cristina Castilho Costa – então presidente da Comissão de Biblioteca nomeada pelo Prof. Dr. Waldenyr Caldas – aprovou um projeto para tratamento, catalogação e análise do acervo. Para isso, foi construída uma base de dados informatizada que permitiu a posterior disponibilização – ainda parcial – de documentos e informações sobre as peças para consulta pública online pela Internet.

A criação da Comissão de Biblioteca foi o primeiro passo para garantir a preservação dos documentos sob a guarda Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes e a continuidade da pesquisa e do trabalho que essa documentação exige para ser disponibilizada ao público e ser tornar uma legítima fonte de consulta e memória artística, histórica e cultural regional, nacional e internacional sobre temas como teatro, comunicação, censura, direitos humanos, liberdade de expressão, entre tantos outros.

O Arquivo Miroel Silveira possui documentos que cobrem os regimes da Velha República, o Estado Novo e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o período de redemocratização no pós-guerra, o desenvolvimentismo de Juscelino Kubistchek, o Golpe Militar, a promulgação do Ato Institucional nº 5 até 1970, quando a Polícia Federal foi incumbida e incorporou as atribuições de realizar os processos de censura, extinguindo esse serviço até então a cargo dos governos estaduais.

6.7 MORFOLOGIA DOS PROCESSOS DA DIVISÃO DE DIVERSÕES PÚBLICAS (DDP)

Em geral, cada um dos 6.206 processos do Arquivo Miroel Silveira contém:

Quantidade	Descrição do documento
1	Peça de teatro completa (manuscrita, datilografada, mimeografada ou reproduzida em papel carbono ou impressa em formato de livro)
1	Carta de apresentação ou formulário, solicitando a avaliação da obra
1	Requerimento para avaliação da peça pelo censor (emitida pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais ou órgão similar)
1	Certificado de censura
Diversos	Conforme o caso, pareceres, recortes de jornais e abaixo-assinados também compõem o processo de censura prévia.

Quadro 3 – Descrição do documento

Abaixo apresentamos fotos ilustrativas do processo de restauro de cada um dos processos censórios:



Figura 7 - Restauro dos processos censórios

Todo o acervo do Arquivo Miroel Silveira tem catalogação provisória (fast-cat). Até início de 2010, a catalogação completa contemplava 70% do acervo do Arquivo Miroel Silveira. Esse processo de organização está permitindo identificar produtores, mecenas, artistas que ajudaram a realizar a produção cultural paulista e contribuíram com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural nacional. Por transitarem entre os palcos, as telas de televisão e do cinema, estarem presentes nas transmissões radiofônicas e, principalmente, promoverem uma reflexão crítica sobre a sociedade e suas representações e bens simbólicos, esses protagonistas têm suas trajetórias contextualizadas nos âmbitos da Estética, da História, da Comunicação, da Sociologia e tantos outros campos do saber localizados no Brasil e também no mundo.

No Arquivo Miroel Silveira, todas as linhas de pesquisa que foram e estão sendo desenvolvidas, abordam a censura por diversas vertentes, o que nos aponta para a importância da biblioteca na preservação e criação de meios de acesso à memória pelas gerações futuras. A biblioteca e seus métodos de organização, tratamento, recuperação e disponibilização da informação contribui como apoio ao desenvolvimento e questionamento às mais diversas formas de produção do pensamento, do conhecimento e do saber.

Sendo assim, relembramos a hipótese da qual partiu e que conduziu nossa investigação, que foi encontrar a relação entre censura e as bibliotecas e livros, mostrando a ação do Estado em suas diversas formas de limitação ao acesso à informação. Entre os objetivos específicos buscamos entre os 6.206 processos do Arquivo Miroel Silveira aqueles cuja peça tivesse sido publicada em formato de livro e apresentada à análise da censura; e realizamos uma análise comparativa para levantar a ação do censor frente ao livro e frente à peça.

6.8 AMOSTRAGEM

No Arquivo Miroel Silveira, 90 dos 6.206 processos de liberação de peças teatrais para apresentação pública, no período de 1925 e 1972, possuem livros que foram vetados parcial ou integralmente.

Nº	DDP	Título	Autor
1	0007	Dom Juan de Pampilhosa	Eduardo Victorino
2	0010	Filhos da Canalha	Joaquim Nunes
3	0060	Um marido que é vítima das modas	Luiz D'Araújo Jr.
4	0080	O delegado do interior do Estado	A. M. G. D.
5	6079	O santo inquerito	Dias Gomes
6	0154	O poder do ouro	J. M. Dias Guimarães
7	0159	Que trindade	Belmiro Braga
8	0169	Nhô Manduca	Lima Penante
9	0181	Cautela com as mulheres	A. J. de Araújo Pinheiro
10	6045	Electra	Sófocles
11	0215	O casamento do Pindoba	João Pinho
12	0216	A morte civil	Paulo Giacometti
13	0204	Não me contes esse pedaço	Miguel Santos
14	0284	A herança dum marinheiro	Carcomo Lobo
15	0229	Compra-se um marido	José Wanderley
16	0238	Deus lhe pague	Joracy Camargo
17	0239	Coitado do Xavier	Baptista Júnior

18	0233	Casar sem saber com quem	Pedro Maria da Silva Costa
19	0281	Mulato	Samuel Carneiro Rodrigues Campelo
20	0304	A tocadora de harpa	Theobaldo Ciconi
21	0314	Pertinho do céu	José Wanderley Mário Lago
22	0266	O amigo terremoto	Renato Alvim Nelson de Abreu
23	0327	A felicidade chegou	Felipe Messina
24	0332	Que sogra!	José Vieira Pontes
25	0337	O ás do volante	Gastão Tojeiro
26	0294	O inimigo íntimo	Pacheco Filho
27	0301	Flores de sombra	Cláudio de Souza
28	0350	A dama das Camélias	Alexandre Dumas Filho
29	03355	O testa de ferro	R. Magalhães Júnior
30	0362	Ladrão da casa	Velloso da Costa
31	0387	Deus e a natureza	Arthur Rocha
32	0392	Simplício Pacato	Paulo de Magalhães
33	0455	O filho pródigo	José da Câmara Manoel
34	0407	Comi o meu amigo	F. Martins
35	0615	Mário e Maria	Sabatino Lopes
36	3104	Pecado dos pais	Ferreira Neto
37	3004	O Felisberto do café	Gastão Tojeiro
38	3073	Culpa e perdão	Pedro Carlos d'Alcântara Chaves
39	4359	Ângelus	Bibi Ferreira
40	1002	Sonhos de louca	Joaquim Manoel Valladão
41	4997	A beata Maria do Egito	Raquel de Queiroz
42	0641	Um capricho de Sua Majestade Divina	Bel Benedicto Peranovich
43	1018	O filho do montanhês	Antônio J. de Souza Rego
44	4560	Bonaventura	Charlotte Hastings
45	0654	Cenas da miséria	Henrique Macedo Júnior
46	0831	O expedicionário	Porphirio A. Santos
47	0844	Boa mamãe	Heitor Modesto
48	0911	Piperlin, o corretor de casamentos	Eduardo Garrido
49	0915	O advogado da honra	Salazar Guerreiro
50	0974	Amor louco	Antônio Augusto da Silva
51	1121	La piccola cioccolataia	Paul Cavault
52	1582	Gênio Galé	Manoel de Souza Dias
53	1755	A mulher do Padeiro	Renato Alvim Nelson de Abreu
54	1845	Le sexe faible	Edouard Bourdet
55	1938	El proceso Ferrer	Eduardo Borrás
56	1306	Aluga-se esta casa	Miguel Santos
57	1309	Apuros de um coronel	Teixeira Pinto
58	2308	O homem que nasceu duas vezes	Oduvaldo Vianna
59	2246	Os dominós	Arlindo Roberto Alves
60	2659	A ladra	Silvino Lopes
61	3168	O último Guilherme	Luiz Iglesias
62	3171	Sinhá	J. Sant'Anna
63	3179	La amour vient em jouant	Jean Bernard-Luc
64	1372	Sai da porta, Deolinda	Gastão Tojeiro
65	2475	Ladra: alta comédia em três atos	Silvino Lopes
66	2877	A cruz do juramento	Ernesto Cybrão
67	2484	Um julgamento no samouco	Sabino Corrêa Júnior
68	2470	A honra ultrajada	J. Vieira Pontes
69	3777	Um caso clínico	Dino Buzzati-Traverso
70	3877	Cidadão Zero	Gastão Pereira da Silva
71	4298	O novo Othelo	Joaquim Manoel de Macedo
72	4323	Otelo: o mouro de Veneza	William Shakespeare
73	3951	João, o corta-mar	Antônio Cândido de Oliveira

74	3956	Deu Freud contra	Silveira Sampaio
75	4514	Que trapalhada!	Aristides Abranches
76	4584	A falecida	Nelson Rodrigues
77	1424	Gaspar, o serralheiro	Baptista Machado
78	4706	Miss Julie	Johan A. Strindberg
79	4722	Pedro Mico: zumbi do Catacumba	Antônio Callado
80	4791	O grande demagogo	Mário Ottoboni
81	3415	Um dia a casa cai	Cleiber Andrade
82	3566	Sônia	Carlos Alberto Minuto
83	5733	Roleta Paulista	Pedro Bloch
84	5767	Liberdade, liberdade	Millôr Fernandes Flávio Rangel
85	3732	Morre um gato na China	Pedro Bloch
86	5788	O exclusivo	Ari Chen
87	5857	Júlio César	William Shakespeare
88	5893	Partage de midi	Paul Claudel
89	3647	Granfinos em apuros	Heloísa Helena Magalhães
90	5678	Opinião	Armando Costa, Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes e Augusto Boal

Quadro 4 – Peças teatrais vetadas pela Censura

Analizamos esses processos e encontramos tanto autores que seriam alvos óbvios da censura, como Antônio Callado, Antônio Cândido, Raquel de Queiroz, Pedro Bloch, Oduvaldo Vianna, Millor Fernandes, Flávio Rangel, entre outros, quanto ações censórias, no mínimo, curiosas para o período: Sófocles e Shakespeare. Essa relação encontra-se detalhada no **Anexo 3** desta tese.

Desse universo, chegamos a 40 processos, e concluímos que – por utilizarem um manual de orientação para a prática da censura – as justificativas e os procedimentos censórios se repetem na maioria dos processos. Por isso, selecionamos uma amostra de cinco livros para explicar a censura conduzida e aplicada pelo poder estadual. Lembramos que, após 1968, a censura passou a ser exercida pelo poder federal.

Descreveremos, a seguir, os processos de censura das peças: Filhos da Canalha, Compra-se um marido, O delegado do interior, Liberdade, liberdade e Opinião. Os documentos que registram o trâmite burocrático integram o Arquivo Miroel Silveira.

1. Filhos da Canalha (DDP 0010²⁸⁵)

A peça foi proibida para encenação em 1941 e em 1944. Entretanto, tanto o texto original, em prosa, quanto a adaptação teatral foram impressos, em 1943.

²⁸⁵ A identificação (DDP seguido de quatro dígitos) refere-se ao número do processo no AMS.

O veto, dessa forma, incidiu apenas sobre a encenação. Observamos que a temática do livro está totalmente em condições para ser censurado, uma vez que a ditadura Vargas mantinha total controle sobre os materiais considerados perigosos, impróprios ou que atentassem à moral e aos bons costumes.

A peça subverte a ordem estabelecida porque:

1. trata do amor de Angelina, filha do rico fazendeiro Henrique, que se apaixona pelo pobre artista Álvaro;
2. como pano de fundo, apresenta a relação do Padre José, interessado na criada da casa, Catarina.

O trecho que selecionamos, insinua as circunstâncias morais nas quais os personagens estão envolvidos:

Catarina - O que deseja Sr. Reverendo?

Padre José - Tu já o sabes, feiticeirazinha, quero ver-te e falar-te (rindo)
Eh! Eh! Eh!

Catarina - Sim? Então aqui me tem, toda inteirinha.”
(Filhos da Canalha, p. 2)

2. **Compra-se um marido** (DDP 229)

Encenada pela primeira vez em 1933, pela Companhia Procópio Ferreira, publicada em 1935, com edição da Sociedade Brasileira dos Autores Teatrais, a peça *Compra-se um marido* foi parcialmente vetada, em 1943. Seu processo apresenta diversas solicitações para ser encenada e mostra como a censura foi diferentemente percebida e praticada pelos censores, de acordo com a época.

Não identificamos uma preocupação com a obra impressa. O censor fez diversas marcações ao longo do texto, censurou falas inteiras, que caberiam perfeitamente para um veto ao livro.

O texto critica o hábito de se fazer do dinheiro o principal critério para se encontrar um marido. Fala de divórcio, coloca a família em questão, como também afirma que a mulher não necessita ser mãe.

3. **O delegado do interior** (DDP 0080)

A obra foi impressa em 1926. Porém, a emissão da solicitação de censura foi feita apenas em 1942 ao texto datilografado e não ao livro. Na assinatura da peça, constam apenas as iniciais do autor: A. M. D. G. Porém, em outro processo (DDP 0494) a autoria é atribuída a Jorge Coimbra.

Nesse processo, não podemos afirmar se o livro está na íntegra pois, na capa, constam riscados títulos de duas outras peças. Outra curiosidade é que o livro contém uma página a mais que o texto datilografado, o que sugere uma censura praticada apenas à encenação. Destacamos o trecho em que os personagens cantam:

“Que vida amofinada
Não leva um delegado:
Melhor é o inspetor
Pois vive sossegado.”

4. **Liberdade, liberdade** (DDP 5767)

A escolha de uma data cívica, Proclamação da Inconfidência Mineira, não foi um fato aleatório na estréia dessa peça de protesto. *Liberdade, liberdade* foi encenada pela primeira vez no dia 21 de abril de 1965, em um teatro improvisado no Rio de Janeiro. No elenco: Paulo Autran, Tereza Rachel, Nara Leão e Oduvaldo Vianna Filho. A direção de Flávio Rangel. Autoria de Millôr Fernandes. Foi uma produção conjunta do Teatro de Arena e Opinião. Durante a excursão, vários atores foram substituídos. Do elenco original, somente Paulo Autran permaneceu em toda a temporada da peça.

O sucesso do espetáculo teve repercussão nacional e internacional, que valeu até publicação do *New York Times*. Apesar da censura, depois do Rio de Janeiro, a peça excursionou pelo Brasil. Foi apresentada em teatros e universidades de cidades até então pouco visitadas por grupos teatrais do eixo Rio-São Paulo. De acordo com o sítio [www. pt.wikipedia.org](http://www.pt.wikipedia.org):

A excursão foi marcada por entusiasmo dos jovens universitários, repressão de autoridades locais e medo e desconfiança do grande público.²⁸⁶

O movimento causado pela encenação foi forte. Carros de polícia postaram-se ostensivamente diante dos teatros onde a peça é apresentada, ameaças de bomba acontecem. Nesse clima, o autor da peça, Millôr Fernandes, lamentou: “Triste

²⁸⁶ Acesso em set.2009.

país em que um cara como eu é perigoso”. Enquanto isso, mais do que incômoda, a situação para os governantes é intolerável.

O sucesso da peça incomoda os altos escalões do governo, tanto que o presidente Castello Branco, comunica a Arthtur da Costa e Silva que ‘as ameaças (da peça) são de aterrorizar a liberdade de opinião’.²⁸⁷

No caso de São Paulo, a peça foi censurada praticamente na íntegra. Apesar de valorizar a obra, em razão do período político, o censor adverte que, se os cortes recomendados não fossem efetuados, proibiria a encenação da peça. Os cortes são, por exemplo, a um trecho da poesia Navio Negroiro de Castro Alves, e a trechos do Romanceiro da Inconfidência, de Cecília Meireilles.

Em 1966, a Censura Federal efetivamente proibiu a encenação da peça em todo o território nacional.

Merecem destaque a coragem e a ousadia de Ênio Silveira em publicar *Liberdade, liberdade* pela Civilização Brasileira, em 1965. Concluímos que, por anteceder o Decreto-Lei nº 1077, o livro não entrou no processo de censura instaurado pelo governo militar em 1970. Também não localizamos documentos solicitando sua apreensão. Contudo, devemos registrar, o livro só voltou a ser editado em 1988, pela Editora LPM.

5. Opinião (DDP 5678)

Opinião tem autoria de Armando Costa, Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes e Augusto Boal. As músicas são de Zé Kéti e João do Vale. A peça foi encenada no Rio de Janeiro em 1964, com uma proposta inovadora, associando teatro e música. Contava com apresentações tanto dos sambistas do morro como com interpretações de Nara Leão.

Com o título, *Opinião: texto completo do show*, a peça foi publicada em 1965, pelas Edições do Val, do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, como empresário teatral, Augusto Boal solicitou início do processo de avaliação para liberação da peça, que seria apresentada no Teatro Ruth Escobar.

O censor, primeiramente, emitiu parecer favorável, aprovando a estreia para 12 de abril de 1965 e encenação até 1969. Entretanto, já no dia 13 de maio de 1965,

²⁸⁷ Idem.

o mesmo censor revogou a sentença, autorizando a encenação da peça somente com diversos cortes. Citamos trecho com a censura ao texto de Zé Kéti nas páginas 37, 38:

“[...] Leio todos os jornais da manhã e da tarde
 Para estar a par das novidades
 Foi o jornal que disse
 Que morrem 500 crianças por dia
 Eu digo o que leio, não digo o que vejo
 Porque o que vejo não posso dizer
 Eu acho que a infância precisa viver [...]”

E ao coro na página 82:

“Mas plantar pra dividir
 Não faço mais isso, não
 Podem me prender, podem me bater
 Que eu não mudo de opinião
 Deus dando a paisagem
 O resto é só ter coragem
 Carcará /// Pega, mata e come”

Em 1975, a peça foi remontada por Bibi Ferreira e apresentada, quando Augusto Boal estava no exílio.

6.9 ARBITRARIEDADE DA CENSURA

Descobrimos a presença do material do Arquivo Miroel Silveira, quando assumimos a direção do Serviço de Biblioteca e Documentação junto à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em 1996.

De imediato, tentamos entender os motivos que determinaram o incomum destino daquela documentação primária a uma biblioteca universitária. Por isso, conseguimos recuperar parte de uma história difícil, porém muito preciosa.

Além de uma fantástica experiência técnica de significado profissional e pessoal, a análise das peças do Arquivo Miroel Silveira (AMS) publicadas em livros foi uma oportunidade para confirmar que a censura é sempre arbitrária e nem sempre lógica – ainda que suas ações tenham diferentes justificativas, intencionalidades e intensidades.

Para entendermos a importância da censura, pela perspectiva daqueles e a apoiaram, selecionamos dois depoimentos. O primeiro, de Celso Vieira, durante o estabelecimento do Estado Novo.

A Censura não é um meio violento restritivo da liberdade. É, exclusivamente, um remédio profilático, preventivo, de que lança mão a autoridade pública, no legítimo exercício de sua defesa própria para evitar que, na maioria dos casos, até de boa fé, a imprensa honesta possa prejudicar as medidas de maior relevância para o restabelecimento da ordem ou para o refortalecimento das instituições feridas. É, assim legítima a Censura; e sua prática constitui dever precípua e máximo das autoridades constituídas²⁸⁸. (grifo nosso)

O segundo data de 1974 quando, durante a Ditadura Militar, Fagundes, censor concursado, explica os critérios lógicos para o exercício da censura:

A missão fundamental do governo é, então, a de organizar e orientar o povo, disciplinando as relações dos indivíduos entre si e com o Estado. Sua ação é orientada no sentido de proporcionar ao cidadão o máximo de liberdade possível, para que este possa exercer o direito inalienável de procurar a felicidade, mas é também, e, sobretudo, a obrigação de restringir essa liberdade sempre que a conduta individual seja perniciosa a outrem ou à sociedade. É aí que nasce, no campo do entretenimento coletivo, a necessidade de um órgão estatal, com a atribuição de exercer a censura. O artista não pode, a título de deleite intelectual ou de empreendimento financeiro, levar ao público mensagens que não coadunem com os interesses de ordem intelectual, moral e cívica da coletividade. O censor tem a obrigação funcional e social de vetar, total ou parcialmente, todo o espetáculo que pelo conteúdo de obscenidade, de violência, de doutrinação política exótica, de desrespeito tanto às instituições como a seus agentes, resulte em mensagem contrária à cultura e às aspirações nacionais²⁸⁹. (grifo nosso)

Apesar das explicações e justificativas, nossa dúvida persiste:

Por que os tratamentos distintos para as versões encenadas e impressas de um mesmo texto?

No Arquivo Miroel Silveira (AMS), percebemos muitas peças originais censuradas que, por fim, acabaram sendo editados e impressos como livros. Esse fato nos levou a outra indagação:

Como o DIP permitiu a impressão de uma peça previamente censurada?

Concluimos que esses textos, em formato de livro impresso, talvez, apresentassem risco menor para a sociedade. As obras citadas são edições simples que provavelmente não entrariam na lista dos mais lidos ou procurados, como uma obra mais disputada, como a de Jorge Amado. Contudo, quando lembramos que

²⁸⁸ Depoimento de Celso Vieira para o *Diário de São Paulo* de 11/02/1936. In: SOUZA, J. I. de M. O Estado contra os meios de comunicação: 1889-1945. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2003. p.99-100.

²⁸⁹ FAGUNDES, C. de L. C. **Censura e liberdade de expressão**. São Paulo: Ed. Do Autor, 1975. p.23-24.

Tarzan foi censurado por conter a palavra “companheiro”, fica difícil entender (se é que havia) uma lógica dos censores. Por isso, permitimo-nos imaginar que na megaestrutura burocrática do DIP, os setores não conversavam entre si.

Por ter sido escrita na década de 1970, não existe processo de censura prévia junto ao Arquivo Miroel Silveira a peça *O abajur lilás*, do polêmico dramaturgo Plínio Marcos. Entretanto, localizamos dados sobre esse processo que elucidam a arbitrariedade do exercício da censura oficial. Mas, principalmente, também explicam características próprias e inerentes ao texto impresso e ao texto encenado, e oferecem ainda interpretação possível e plausível à aparente incoerência do trabalho censório.

Quando a encenação da peça é vetada – já que o livro de Plínio Marcos não é uma prosa de ficção *tout court*, é um texto que se anuncia como teatro, vale dizer, com texto que não se constitui sozinho, necessitando de atores, vozes, palco, enfim, de encenação – a proibição busca conjurar certos poderes que o livro sozinho não tem. Mas quando a censura proíbe também o livro, que traz apenas o texto da peça, provavelmente o objetivo primordial não é impedir a leitura desse texto, objetivo evidente na proibição de um romance ou livro de contos, mas sim dificultar até mesmo as possibilidades de encenação, ou ainda antes, a deflagração de uma vontade de realização, já que o texto de teatro é incompleto quando apenas posto em livro²⁹⁰

Cabe ainda o depoimento próprio Plínio Marcos sobre como a peça *O abajur lilás* foi apresentada:

Uma noite [1975], entrei no Gigeto e o Samuel Wainer me apresentou o Américo Marques da Costa, que viria a ser uma das pessoas mais lúcidas e mais amigas que conheci. Ele queria botar grana numa peça minha. Meti a mão na sacola e tirei de lá *O abajur lilás*.
A peça *O Abajur Lilás* foi escrita em 1969, e no mesmo ano Paulo Goulart começou a produção do espetáculo, com ele mesmo dirigindo, e Nicete Bruno e Walderez de Barros no elenco.
Após uma consulta informal à Censura, veio a resposta negativa. Os ensaios foram interrompidos. E, em 1970, o texto foi proibido por cinco anos para todo o território nacional. Em 1975, portanto, o texto estaria liberado²⁹¹.

Há registros, entretanto, que indicam como 1980 a data de liberação de *O abajur lilás*²⁹².

Sabemos que, no Brasil, foram exercidos diversos os tipos de censura. Mas, em relação à produção cultural, existe uma peculiaridade que consideramos

²⁹⁰ SILVA, D. da. **Nos bastidores da censura**: sexualidade, literatura e repressão pós-64. 2ª.ed. São Paulo: Manole, 2010. p. 35.

²⁹¹ Disponível em: www.pliniomarcos.com. Acesso em: mai.2010.

²⁹² Disponível em: almanaque.folha.uol.com/Plinio_marcos. Acesso em: mai.2010.

interessante. Se partirmos do modelo proposto por Albin²⁹³, que apresenta uma estrutura baseada em degraus.

CATEGORIAS DE CENSURA – ALBIN		
Degrau	Suporte	Razões da censura
Primeiro	Livros	Representam o pensamento sistematizado e que poderiam incomodar o governo.
Segundo	Jornais e revistas	Inofensivos no Império, ganharam projeção e foram participantes na República, principalmente após a ditadura Vargas (1945).
Terceiro	Teatro	Mesmo sendo restrito, incomodava por suas sátiras, dramas, críticas e inconformismo.
Quarto	Música popular	A rebeldia começou a incomodar os governos a partir do século XX.
Quinto	Cinema	A partir dos anos 30 combina fala e imagem.
Sexto	Rádio e televisão	Consideradas as mídias de massa mais acessíveis e populares.

Quadro 5 – Categorias de Censura

Poderemos observar no quadro que nossas condições locais determinaram uma inversão na sequência de degraus, porque aqui a prática de censura priorizou as manifestações culturais principalmente dos terceiro e quarto degraus e somente depois deles, os livros (primeiro degrau).

6.10 TRIBUTO DE CRISPINO ÀS FONTES

[...] Via de regra, o administrador brasileiro (e não estou ofendendo ninguém, cito igualmente o óbvio) tem pelas bibliotecas um interesse de superfície e uma indiferença de fundo. Ora, as bibliotecas! São paragens mortas, que em vez de clientela política têm pilhas de objetos silenciosos, inertes, até incômodos – ocupam um espaço que seria muito mais útil se nele plantássemos um big edifício de renda, ou mesmo um estacionamento de carros. Nenhum administrador diz isso – porém muitos pensam²⁹⁴.

²⁹³ ALBIN, R. C. **Driblando a censura: de como o cutelo vil incidiu na cultura**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002. 282 p. p. 2.

²⁹⁴ ANDRADE, D. C. de. **Você e a biblioteca**. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 jul. 1979. [Extraído de Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v.13, n.3/4, p. 228-42, jul./dez. 1980].

Como bibliotecária, tivemos a oportunidade de trabalhar em diversas bibliotecas. Por isso, cabe aqui uma digressão importante. Coube a nós privilégio de trabalhar na biblioteca particular de Sérgio Buarque de Holanda, localizada na área de Coleções Especiais da Biblioteca Central (UNICAMP). O acervo é basicamente composto por:

- 8.513 livros
- 223 títulos de periódicos nas áreas de História, Literatura, Sociologia, Economia, Antropologia e Filosofia
- cerca de 600 obras raras dos séculos XVI ao XX
- 74 rolos de microfilmes que tratam das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos
- Cartas, fotos, blocos, cadernos de pesquisa

A biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda tem um valor tangível difícil de calcular. E um valor intangível maior ainda porque foi lá que, em 1985, consta um exemplar do livro *Tortura in Brasile*, de 1970, publicado em italiano pela Editora Cultura, em Firenze.

A obra tratava dos métodos de tortura utilizados pelo regime militar. Esse episódio despertou uma enorme curiosidade sobre como o Sérgio Buarque de Holanda teria conseguido aquele livro tão provocativo. O resgate dessa memória é muito significativo para nós que, naquele momento, sequer sonhávamos com o que viria acontecer conosco onze anos depois.

Como profissional, pesquisadora e pessoa compartilhamos da indignação de Carlos Drummond de Andrade pois, para nós, as bibliotecas jamais poderiam ser entendidas como paragens mortas, pilhas de objetos inertes. Diferente disso, de certa forma, os livros sempre nos incomodaram, sempre nos instigaram. Talvez só não soubéssemos – e talvez não saibamos nunca – o quanto e aonde eles podem levar.

[...] bibliotecas se multiplicam por aí, mas quem lhes dá continuidade, apoio e recursos? Vegetam, normalmente, à falta de pessoal especializado que as movimente, ou pelo abandono dos bons bibliotecários à sua própria sorte²⁹⁵.

Para finalizar nossa metodologia, queremos registrar o privilégio que tivemos ao acessar fontes tão ricas e diversificadas e que nos possibilitaram, além de

²⁹⁵ Idem.

restabelecer nesta pesquisa a tensão presente na essência da censura, rever os principais fios que se entrelaçam para formar o tecido histórico do desenvolvimento da Biblioteconomia no Brasil e de seus profissionais.

Queremos destacar que nossa visita ao Arquivo Nacional - em dois momentos: julho de 2007 e março de 2008 - que nos permitiu acessar importantes documentos sobre censura a livros, a partir de 1970. No Arquivo Gustavo Capanema FGV/CPDOC, visitado em fevereiro de 2009, tivemos acesso a documentos que nos permitiram fortalecer e respaldar todo o histórico do Instituto Nacional do Livro (INL). Também queremos agradecer aos professores entrevistados: Antônio Agenor Briquet de Lemos e Gilda Verri.

Como pesquisadora e bibliotecária, inspirada pela ficção de Ítalo Calvino, e inicialmente orientada pela experiência da Prof^a Dr^a Maria Cristina Castilho Costa, nesta pesquisa documental, tivemos oportunidade de rever toda a questão do posicionamento do bibliotecário em relação a suas práticas e rotinas técnicas específicas e próprias da Biblioteconomia.

Foi preso Luís Vieira, cônego da Cidade Mariana. Dizem que sua culpa se limita a terem-lhe achado um livrinho francês, relativo ao levante desta terra, no qual se diz que podiam os habitantes viver sobre si, sem dependência do comércio para o nosso reino, à imitação do que fizeram os Americanos aos Ingleses.

O diabo na livraria do Cônego



Figura 8 - Biblioteca de Paranapiacaba, São Paulo, 2009 - Os amigos também participam: Agda, amiga e colega de trabalho na ECA

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMO É DIFÍCIL, PAI, ABRIR A PORTA ESSA PALAVRA PRESA NA GARGANTA

Para realizar esta pesquisa tivemos que trilhar um caminho difícil, repisando muita dor e libertação que, ao mesmo tempo, nos sensibilizou, mobilizou e impulsionou. Ter a atitude de um Crispino ficcional como inspiração e as ações efetivas de tantos Crispinos reais fizeram valer cada passo do caminho, que iniciamos com a expectativa de chegar a uma resposta afirmativa para nossa indagação:

Como aconteceu em outros países, as bibliotecas brasileiras sofreram ações repressivas da ditadura de Getúlio Vargas e do regime militar?

Encerramos, entretanto, nossa pesquisa com nossa expectativa inicial completamente contrariada. Apesar de as bibliotecas universitárias terem sido invadidas, não houve bibliotecas públicas onde coubesse o cerceamento direto da informação. Os dois regimes de exceção analisados deixaram explícita uma preocupação oficial em criar bibliotecas públicas por meio de leis e normas que, em sua maioria, não saíram do papel. Essa negligência dispensou uma ação mais agressiva de destruição e expurgo desses espaços, como aquelas testemunhadas na Espanha, Itália e Portugal.

De qualquer forma, os ideais de construção da nação perfeita de Getúlio Vargas e a perspectiva do governo militar de preservar a nação de qualquer ameaça iminente foram igualmente cruéis para o exercício do conhecimento, a liberdade de expressão do conhecimento, seus autores, livros, bibliotecários e principalmente os leitores.

Tanto o descaso com uma política que determinasse a estruturação adequada de bibliotecas públicas, quanto o excesso de normas, leis, decretos e projetos atuando e cerceando conteúdos adequados ou não para serem publicados causaram danos difíceis de serem superados por toda a sociedade, pois:

- Comprometeram a formação de uma cultura de efetiva utilização de bibliotecas pela sociedade.
- Inibiram a formação quantitativa (técnica) e qualitativa (política) de bibliotecários.
- Propiciaram a utilização de espaço público para manifestações de ingerências políticas.

Em depoimento ao Jornal do Brasil, em 1986, a atriz Dina Sfat (1938-1989) explica sua percepção sobre a censura:

A censura nivelou por baixo. Mas a consequência mais grave da censura é que ela inibe as pessoas naquilo que elas têm de mais precioso, que é a sua criatividade. A censura não destrói apenas o fruto: destrói a semente. É impossível calcular o que foi liquidado em termos de seiva, de vida, de criação, neste país, em consequência da inibição provocada pela censura. O que já se perdeu por causa disso não há jeito de recuperar. O que se tem de fazer é tratar do futuro²⁹⁶. (grifo nosso)

Verificamos que os governos de Getúlio Vargas e militar assumiram um controle maior e mais agressivo em relação às diversões e às manifestações culturais públicas e de massa – teatro, música, rádio e televisão. Nossa pesquisa no Arquivo Miroel Silveira revelou censura ao formato de texto encenado no teatro em duas diferentes situações:

1. cortes ou proibição do texto encenado, mas aprovação para publicação sem cortes.
2. Liberação prévia da publicação integral do texto em livro e a posterior execução de cortes ou interdição do texto encenado.

É possível traçar um paralelo comparativo entre os critérios censórios adotados para os processos em âmbito estadual (Arquivo Miroel Silveira) e federal (Arquivo Nacional). A análise conjunta nos ajuda a resgatar a percepção de unidade do processo censório no país, uma vez que, também no Arquivo Nacional existe documentação sobre obras publicadas com o auxílio financeiro do governo que foram distribuídas para as bibliotecas públicas.

²⁹⁶ GILBERTO, A. **Dina Sfat**: retratos de uma guerreira. São Paulo: Imprensa Oficial: Fundação Padre Anchieta, 2005. p.42.

A censura, dessa forma, esteve focada para aquilo que pudesse realmente representar uma ameaça direta e imediata ao controle oficial. Por isso, entendemos que a estratégia oficial intensificou a censura sobre os textos encenados, considerando como distinções fundamentais:

Textos encenados	Textos impressos
Ameaça direta	Ameaça indireta
Acesso amplo	Acesso restrito (alfabetizados)
Público maior	Público menor
Encenação não exige espaço específico (pode ser feita a qualquer tempo, em praça pública ou locais improvisados)	Armazenamento e leitura exigem espaços específicos com infraestrutura e armazenamento próprios, horários definidos
Recepção da mensagem potencialmente emocional/visceral	Recepção da mensagem potencialmente racional/cerebral

Quadro 6 – Textos encenados – Textos impressos

Mas, como pudemos ver e comprovar, há documentação sobre os livros com teor político alheio ao poder vigente ou contrário à moral e aos bons costumes que foram alvo de censura, proibição, confisco, retirada de circulação, cassação e queima.

7.1 BIBLIOTECAS: ALVO INDIRETO

No que se refere às bibliotecas públicas, não localizamos documentação que comprove sanções específicas para delimitar ou definir o conteúdo de seus acervos. No Brasil, não foram emitidos documentos como índices, ou decretos confiscando material dos acervos públicos. Subordinadas ao regime oficial - nas esferas federal, estadual ou municipal - as bibliotecas, principalmente as públicas, foram também subestimadas pelas ditaduras brasileiras, diferentemente do que observamos em governos ditatoriais de outros países.

A facilidade de controle do espaço físico favorecia ações arbitrárias de intervenção nas bibliotecas, mas, ao mesmo tempo, repercutia negativamente para a imagem do governo junto ao público, como aconteceu com as bibliotecas universitárias. Dessa forma, por uma questão de praticidade, era mais racional e efetiva a tática de combinar estrategicamente as decisões de restringir verba para infraestrutura adequada e fechar o cerco aos livros.

Como decorrência indireta dessas decisões, as bibliotecas públicas brasileiras foram consideradas oficialmente monitoradas, já que integravam os instrumentos de controle cultural, eram formadas e mantidas por recursos públicos e interesse do Estado, seu grande agente de implantação e manutenção.

7.2 SEM POLÍTICA, SEM CULTURA DE UTILIZAÇÃO

O período entre 1934 a 1975 foi marcado por ações pontuais, mas que merecem registro, uma vez que contribuíram para a consolidação da Biblioteconomia no Brasil. Dessa forma, destacamos:

- O projeto de bibliotecas públicas idealizado pelo Departamento Cultura de São Paulo (antes da instauração do Estado Novo).
- As tentativas de Maria Alice Barroso para estimular o fortalecimento das bibliotecas públicas; alavancar o reconhecimento da profissão de técnico de biblioteconomia e ampliar a discussão sobre a importância da biblioteca no país.

Essas iniciativas tiveram em comum a promoção do espírito público no processo de atender à demanda e oferecer acesso à leitura a qualquer cidadão. Por isso, a soma desses esforços favoreceu também o aperfeiçoamento e a especialização dos profissionais que atuavam nas bibliotecas e estabeleceu um elo entre eles, possibilitando sua organização como categoria técnica.

Creditamos à falta de políticas para as bibliotecas o atraso na capacitação profissional e na formação de uma cultura de utilização desses espaços. Afinal, leis isoladas que determinem a instalação de uma biblioteca não garantem seu aproveitamento pelo público – analfabeto, alfabetizado funcional, ou alfabetizado.

O que garante acesso a uma biblioteca é a ação de pessoal especializado para promover, incentivar e manter sua utilização pelos usuários. Por isso, cabe à biblioteca instituir atividades como cursos, palestras, teatro, saraus, integrando e interagindo com a comunidade neste espaço que é público.

7.3 CRIATIVIDADE: A FORÇA DA SEMENTE

O Brasil ainda tem muita demanda pelo profissional de Biblioteconomia. Para dar suprir o desequilíbrio entre oferta e demanda por esse tipo especializado de mão-de-obra, ações isoladas da população dão prova contínua de que há muitos Crispinos – criativos, resistentes, mas nunca solitários porque descobriram jeitos inéditos de reunir em torno de si gente e livros. Por isso, registramos:

- Em Brasília, a biblioteca dentro de um açougue²⁹⁷.
- Em São Paulo, no bairro da Liberdade, no estacionamento da Igreja Nossa Senhora da Paz, a Carroça da Leitura propicia além do acesso ao livro aos filhos dos catadores de material reciclado, também entretenimento, pois o Palhaço das Histórias faz leituras para elas²⁹⁸.
 - Em Angra do Reis, a biblioteca navega nas praias da Ilha Grande como Provetá e do Abraão. Seu nome: Biblioteca Espumas Flutuantes, que permite o acesso à leitura a professores e alunos da rede municipal de ensino.²⁹⁹
 - Em Paiaíá, nos confins da Bahia, Mestre Alagoinha, contando com sua boa vontade, montou a maior biblioteca rural do mundo! São 50 mil livros e mil DVDs. A biblioteca é considerada um santuário local. Mestre Alagoinha é formado em chinês e historia pela USP e é doutor em desenvolvimento agrícola pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas o que impressiona aqui é ideal de compartilhar o saber com a população de sua cidade natal, onde metade é analfabeta³⁰⁰.
 - *Embarque na Leitura* é um projeto que reúne as iniciativas pública, privada uma Organização Não Governamental (ONG) numa ação conjunta de instalar bibliotecas nas estações do Metrô de São Paulo. As bibliotecas *Embarque na Leitura* têm apoio do Ministério da Cultura, execução e gerenciamento do Instituto Brasil Leitor. Seu objetivo é incentivar o hábito da leitura na população por meio da oferta de livros novos, best-sellers e clássicos da literatura. São cinco bibliotecas

²⁹⁷ Jornal O Estado de S. Paulo. Caderno 2, 09/12/2003.

²⁹⁸ Jornal O Estado de S. Paulo. Caderno Vida, 04/01/2009.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ O Estado de S. Paulo. 07/06/2009.

que contam com um acervo de mais de 17 mil títulos entre romances, histórias infantis, policiais, infanto-juvenis, de auto-ajuda³⁰¹.

Apresentamos esses casos com a intenção de demonstrar a demanda da população por bibliotecas e a persistência da carência de ações efetivas do poder público que, ainda hoje, deixa de elaborar políticas reais que atendam às necessidades e contemplem a realidade brasileira.

Queremos lembrar que, em 2008³⁰², constava entre as metas oficiais a instalação de uma biblioteca em cada município do país. Em 2009, a distribuição de kits com dois mil livros e televisor de 29 polegadas. Em 2010³⁰³, o censo das bibliotecas municipais revelou que 21% dos municípios brasileiros ainda não possuem bibliotecas. As bibliotecas em funcionamento revelam, entretanto, a carência a que o país está exposto: elas uma média de 2,67 bibliotecas para cada 100 mil habitantes do país.

Esperamos que as metas oficiais – que vão distribuir kits com dois mil livros e televisor de 29 polegadas – possam tornar as bibliotecas espaços de compartilhamento do conhecimento para a população.

Resta saber se os dois mil títulos do kit atendem às necessidades de cada região ou se fazem parte de uma lista pasteurizada e definida por alguma instância oficial. Só assim poderemos comprovar se o governo é organicamente democrático e está promovendo avanços efetivos no modelo de política pública para as bibliotecas.

Desejamos, sinceramente, que os objetivos de instituir “bibliotecas como centros culturais dinâmicos e interativos”³⁰⁴, sejam alcançados contemplando, além do espaço físico e acervo necessários, a constituição de um equipamento cultural, com pessoal qualificado, que atenda e organize as demandas, prestando o melhor serviço à sua comunidade.

³⁰¹ Disponível em: www.metro.sp.gov/servicos/biblioteca.

³⁰² LUCENA; M.; VENDRAMINI, T. “MinC anuncia metas ousadas para 2008”. Disponível em: www.brasilquele.com.br. Matéria publicada em 23.abr.2008. Acesso em: abr.2008.

³⁰³ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>. Acesso em: mai.2010.

³⁰⁴ Citação da Secretária de Articulação Institucional do MINC. Acesso em: abr.2009.

7.4 SÃO PAULO, MAIS UMA VEZ, SAI NA FRENTE

No dia 8 de fevereiro de 2010, o Secretário da Cultura João Sayad inaugurou a Biblioteca de São Paulo, surpreendendo Crispinos de todo o país ao propor um modelo que pretende multiplicar para demais localidades e espaços, porque – entre outras atividades – vai atuar como centro de atualização e treinamento para bibliotecários.

A Biblioteca de São Paulo, finalmente, materializa uma proposta que tanto Mário de Andrade quanto Rubens Borba de Moraes consideravam ideais para uma biblioteca: moderna, iluminada, espaçosa, confortável e, principalmente, com um acervo voltado ao usuário, incluindo aí aqueles portadores de necessidades especiais.

A diretora da Biblioteca de São Paulo – Magda Montenegro – promete que haverá uma programação de cursos e oficinas para que o espaço se estenda, além da literatura, às artes em geral, como o grafite. A infraestrutura facilita e favorece propostas para shows e saraus, porque possui, inclusive, um auditório³⁰⁵.

Instalada no Parque da Juventude, a Biblioteca de São Paulo ocupa agora o espaço que abrigou o complexo penitenciário do Carandiru. Tem fácil acesso por meio de transporte público (ônibus e metrô). O parque oferece ainda quadras poliesportivas, pista de skate, alamedas e bosque.

Na internet, a Biblioteca de São Paulo possui site, twitter e blog oficiais. Por esses canais virtuais, é possível acessar toda a programação e ainda registrar sugestões e críticas para o serviço de Ouvidoria.

Entendemos o valor desta iniciativa como adequada para uma metrópole como São Paulo. Mas honestamente esperamos que, além de cumprir suas funções, ela sirva para recolocar a biblioteca como pauta de políticas públicas e ações senão tão grandiosas, pelo menos singelas e efetivas como vimos em Paiaíá, e que realmente atendam aqueles que as procuram.

³⁰⁵ Revista da Folha de S. Paulo, 31/1/2010.



Figura 9 - Biblioteca de São Paulo, São Paulo, 2010

7.5 CRISPINO NO PAÍS DAS MARAVILHAS

A Colômbia oferece, hoje, um dos melhores modelos de biblioteca pública para ser estudado. Denominado “o país das bibliotecas”, apesar das dificuldades geográficas, políticas e econômicas, a Colômbia conseguiu implantar um sistema de bibliotecas públicas com apoio dos governos federal, estadual e municipal. Para incentivar a leitura, optou pela adoção de medidas simples e efetivas, como colocar livros no lombo dos burros para levar o material aos locais de difícil acesso além, é claro, de desenvolver espaços modernos com alta tecnologia.

O valor da proposta colombiana está em adotar ações de acordo com demandas específicas ao invés de impor indiscriminadamente um modelo único e padronizado, independentemente de características locais.

Como Crispino, reconhecemos que esta pesquisa é apenas uma pequena contribuição e ínfima parte do que ainda pode ser desenvolvido por pesquisadores das áreas de Ciência da Informação e Ciências da Comunicação.

Para aqueles que se aventurarem por esse território delicado e difícil de ser tratado, com leituras árduas e por diversas vezes triste, fica o recado: mais do que a censura, esse estudo permite tratar da liberdade e as suas possibilidades de representação e expressão, realmente, um privilégio!

DOM QUIXOTE DE LA MANCHA, O CAVALEIRO DOS SONHOS IMPOSSÍVEIS³⁰⁶

<p><i>Voltou a Ilha Delira o povo de alegria Nessa folia sou fidalgo, sou leitor Cavaleiro sonhador Meu mundo é de magia Vou cavalgar no rocinante Meu escudeiro é Sancho Pança Se Dulcinéia é meu amor Quem eu sou? Dom Quixote de la Mancha</i></p> <p><i>O gigante moinho me viu deu no pé O povo grita...olé Nesse feitiço tem castanhola A bateria hoje deita e rola</i></p>	<p><i>Vesti a fantasia, fui à luta Venci manadas, rebanhos Fiz de uma bacia meu elmo de glórias Meus livros se perderam pela história Enfim, fui vencido pelo Branca Lua Voltei pra casa esquecendo as aventuras O tempo ficou com meus ideais Quimeras são imortais</i></p> <p><i>A Ilha vem cantar Mais um sonho impossível... sonhar Quem é que não tem uma louca ilusão E um Quixote no seu coração</i></p>
---	---

O filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, em meados do século XX, se dedicou a análise das trocas culturais estabelecidas por meio dos signos. Para ele, a palavra – mais do que signo e veículo privilegiado da ideologia – é instrumento da consciência.

O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. [...] Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.

Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.) Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado³⁰⁷.

³⁰⁶ Samba enredo da União da Ilha no Carnaval de 2010. Compositores: Grassano; Gabriel Fraga; Márcio André Filho; João Bosco; Arlindo Neto; Gugu das Candongas; Marquinho do Banjo; Barbosão; Ito Melodia; Léo da Ilha.

³⁰⁷ BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 123.

Nesta tese, nossa discussão ideológica coloca na mesma fogueira os livros de D. Quixote e tantos outros autores que ousaram expressar suas ideias, como as do moleiro Menocchio. Tratamos dos decretos censórios, das ações de repressão ao teatro e as representações culturais, das resistências e alternativas às proibições oficiais.

Bakhtin se interessava pelo Carnaval como manifestação popular que permitia representar as alternâncias de papéis, possíveis na ficção, na festa, mas nem sempre possíveis na vida real.

No centro da cultura configurada por Bakhtin está o carnaval: mito e rito no qual confluem a exaltação da fertilidade e da abundância, a inversão brincalhona de todos os valores e hierarquias constituídas, o sentido cósmico do fluir destruidor e regenerador do tempo. Segundo Bakhtin, essa visão de mundo, elaborada no correr dos séculos pela cultura popular se contrapõe, sobretudo na Idade Média, ao dogmatismo e à seriedade das classes dominantes. [...] Portanto, temos, por um lado, dicotomia cultural, mas, por outro, circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica³⁰⁸.

Temos claro que nos processos de circularidade e troca cultural existem brechas que permitem a subversão da ordem. É nessas brechas que a liberdade de pensamento se manifesta e permite ampliar o conhecimento que temos do mundo. Sabemos que nossa atitude é uma pequena fração, nessa corrente subversivos, idealistas e Quixotes que, loucos, sonham e nunca abandonam a luta por um mundo melhor para todos.

³⁰⁸ GINSBURG, C. Prefácio à edição italiana, in **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REFERÊNCIAS³⁰⁹

ABRAMO, M. O livro no Brasil: alguns dados sobre a sua historia e sua evolução. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 65, n. 3, p. 173-185, abr. 1971.

ALBIN, R. C. **Driblando a censura**: de como o cutelo vil incidiu na cultura. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002. 282p.

ALMANAQUE FOLHA. Disponível em: almanaque.folha.uol.com/Plínio_marcos. Acesso em: mai.2010.

ALMEIDA, M. G. A. A. de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001. 317p.

ANDRADE, D.C. de; VERGUEIRO, W. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 118p.

ANDRADE, D. C. de. **Você e a biblioteca**. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 jul. 1979. [Extraído de Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v.13, n.3/4, p. 228-42, jul./dez. 1980.].

ANDRADE, M. **Bibliotecas populares**. Revista do Livro, Rio de Janeiro, v.2, n.5, p.7-8, 1957.

ARAÚJO, E. A. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2002. 99p.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. **O controle ideológico na USP**: 1964-1978. São Paulo: ADUSP, 2004. 116p.

ASHEIM, L. **Not censorship but selection**. ALA OIF WEB, 2005. Disponível em: www.ala.org. Acesso em: abr.2007.

BÁEZ, F. **História universal da destruição de livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438p.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 203 p.

BANDEIRA, S. P. **O mestre dos livros**: Rubens Borba de Moraes. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007. 129p.

BARATIN, M. Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (orgs.) **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

³⁰⁹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BARBIER, F. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008. 475p.

BARROS, M. Disponível em: <http://extralibris.org/2007/03/o-rol-dos-livros-defeso/>. Acesso em: fev.2008.

BARROSO, M. A. **O INL e o Ano Internacional do Livro**. Brasília: Educação, v.2, n.6, p.60-70, jul./dez, 1972.

_____. Interdependência ou morte da biblioteconomia brasileira. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v.1, n.2, p. 109-120, jul./dez. 1973.

BIBLIOTECA NACIONAL . Disponível em www.bn.br . Acesso em: jun.2008.

BRADBURY, R. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Globo, 2009. 256p.

BRASIL. Decreto nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153 § 8º, parte final, da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94893>. Acesso em: jun.2010.

BRUNO, E. S. Bibliotecas e livreiros na cidade de São Paulo. **Boletim Bibliográfico Mario de Andrade**, São Paulo, v.15, p.77-79, 1950.

BUONOCORE, D. **Diccionario de bibliotecologia**: términos relativos a la bibliologia... Buenos Aires: Marymar,1976. 452p.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241p.

BURKE, P.; BRIGGS, A. **Uma história social da mídia**: . 2ª. Ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BYRNE, A. Information ethics for a new millennium. In: VAAGAN, R. W. (ed.) **The ethics of librarianship**: an international survey. Munchen: IFLA, 2002. p. 8-17.

CAIN, C.C. **Librarians and censorship**: the ethical imperative. Louisiana libraries, 2006. Disponível em: www.liaonline.org. Acesso em: set.2009.

CALVINO, I. **Um general na biblioteca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.74-79.

CANFORA L. **Livro e liberdade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Ateliê, 2003. 104p.

CARNEIRO, M. L. T. **Livros proibidos, idéias malditas**. 2. ed. ampl. São Paulo: Ateliê; FAPESP, 2002. 204p.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 243p.

CASTRO, C. A. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica.** Brasília: Thesaurus, 2000. 287p.

CERVANTES, M. **Dom Quixote de la Mancha.** São Paulo: Nova Cultural, 2003.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros.** Brasília: UnB, 1999. 111p.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Comissão de Ética Profissional. **Bibliografia sobre ética.** Brasília: CFB, 2006. 47p.

COSTA, M. C. C. **Ficção, comunicação e mídias.** São Paulo: SENAC, 2001. 128p.

_____. **Censura em cena: teatro e censura no Brasil: Arquivo Miroel Silveira.** São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2006. 282p.

_____. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade.** 3. ed. São Paulo, Moderna, 2005. 416p.

_____. Travessias: afinidades eletivas da censura no Brasil e em Portugal na primeira metade do século XX. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Positivo, 2009 [recurso eletrônico].

COSTA, M. C. C., org. **Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro.** São Paulo: FAPESP: Anna Blume, 2008. p. 27.

COUTO, J. G. O pornógrafo Henry Miller está de volta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16. nov. 1994. Ilustrada, p. 5.

DARTON, R. **The forbidden best-sellers of pré-revolutionary_France.** New York: W. W. Norton, 1996. 440p.

DUARTE, P. **Mario de Andrade por ele mesmo.** São Paulo: Prefeitura do Município; HUCITEC, 1985. 370p.

DUMONT, L. M. M. Biblioteca pública e censura: implicações no processo de seleção de acervo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais...** Ceará: Associação dos Bibliotecários do Ceará, 2002. [recurso eletrônico]

O ENGENHEIRO, o bibliotecário e o sentido de um projeto cultural. **Revista da Biblioteca Mario de Andrade**, São Paulo, v.50, p. 54-59, jan./dez. 1992. [Depoimento de Rubens Borba de Moraes – palestra proferida em 27/10/81 na Biblioteca Mario de Andrade].

FAGUNDES, C. de L. C. **Censura e liberdade de expressão.** São Paulo: Ed. Do Autor, 1975.

FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. **O aparecimento do livro.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 509p.

FERREIRA, C. N. de C. Biblioteca pública é biblioteca escolar? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v.11, n.1/2, p. 9-16, jan./jun. 1978.

FONSECA, E. N. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979. 112p.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France... 19^a ed. São Paulo: Hucitec, 2009. 79 p.

FREIRO, E. **O diabo na livraria do cônego: como era Gonzaga?:** e outros temas mineiros. 2.ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. p. 13-62.

GASPARI, H. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 417p.

GILBERTO, A. **Dina Sfat**: retratos de uma guerreira. São Paulo: Imprensa Oficial: Fundação Padre Anchieta, 2005. 135p.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 255p.

GOMES, L. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão. São Paulo: Planeta, 2007. 414p.

GOMES, S. de C. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1983. 101p.

GUIMARÃES, J. A. C; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento. In: *ENANCIB*, 7., 2006, Marília. **Anais**. Marília: UNESP, 2006.

HARDMAN, F. F. O livreiro do sertão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 jun. 2009. Caderno Aliás.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985. 693p.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 986p.

Humor e política na herança da semana. **Folha de S. Paulo** 17 de fevereiro de 1982. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/semana2.htm>. Acesso em: mai.2010.

INVERNIZZI, H.; GOCIOL, J. **Un golpe a los libros**: represión a la cultura durante la última dictadura militar. 2. ed. Buenos Aires: EUDEBA, 2003. 409p.

KNUTH, R. **Libricide**: the regime-sponsored destruction of books and libraries in the twentieth century. Westport: Praeger, 2003. 277p.

KUSHNIR, B. **Cães de guarda**: jornalistas e censores. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

LABARRE, A. **História do livro**. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1981. 109p.

LAKATOS, M. A.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991. 249p.

LEE, E. Censorship and community standards. In: **Libraries in the age of mediocrity**. Jefferson: Mc Farland, 1998. p. 69-86.

LEITÃO, B. J M. **Avaliação quantitativa e qualitativa numa biblioteca universitária**. Rio de Janeiro: Intertexto/Interciencia, 2005. 148p.

LEMOS, A. A. B. de. Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras? In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 10., 1980, Curitiba. **Anais**. Curitiba, ABP, 1980. v.3, p. 1158-1161.

LINDOSO, F. **O Brasil pode ser um país de leitores?** : política para cultura/ política para o livro. São Paulo: Summus, 2004. 222p.

LIRA, R. M. Censura de livros: alcance e limitações da tesoura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 nov. 1975.

LOPES, Antônio Carlos. **Rua do Ouvidor, 110**. Disponível em: <http://www.duplipensar.net/artigos/2007s1/resenha-do-livro-rua-do-ouvidor-110-uma-historia-da-livraria-jose-olympio.html>. Acesso em: jul.2008.

LUCENA; M.; VENDRAMINI, T. **MinC anuncia metas ousadas para 2008**. Disponível em: www.brasilquele.com.br. Acesso em: abr.2008.

MALLEY, I. **Censorship and libraries**. London: Library Association, 1990. 36p.

MANGUEL, A. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 301p.

_____. **Uma história da leitura**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 405p.

MARQUILHAS, R. Sobre a censura inquisitorial portuguesa no século XVII. In: Abreu, M., org. **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: ALB: FAPESP: Mercado das Letras, 1999. p.359-375.

MARTINS, A. L. Gabinetes de leitura do império: casas esquecidas da censura? In: Abreu, M., org. **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: ALB: FAPESP: Mercado das Letras, 1999. p.395-410

MATTELART, A; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. 8.ed. São Paulo: Loyola, 2005. 227p.

MERRET, C. Librarians in a police state. **Journal of Librarianship**, v.20, n.3, p.181-193, jul. 1988.

MORAES, R. B. de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. 64p.

_____. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2ª ed. Brasília: Brique de Lemos Livros, 2006. 259p.

MORAIS, S. SB: livros para todo o Brasil. **Revista do Livro**, v.10, n.31, p.169-181, 1967.

MULLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon**. UFMG, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.

NEVES, L. M. B. Antídotos contras obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In: Abreu, M., org. **Leitura, historia e historia da leitura**. São Paulo: ALB: FAPESP: Mercado das Letras, 1999. p.377-394.

NUNES, H. B. **A censura nas bibliotecas**. Disponível em: em nortebad.wordpress.com/2009/04/17. Acesso em: set.2009.

OLIVEIRA, Z. C. P. de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994. 221p. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

OITICICA, R. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras**: academia brasileira dos rejeitados. 1997. 270p. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ORTEGA y GASSET, J. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Brique de Lemos Livros, 2006. 82p.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 148p.

PANIZZOLO, C. Ênio Silveira e a Companhia Editora Nacional: uma grande ofensiva cultural. In: COLE, 14., Campinas, 2008. **Anais...** Disponível em: www.alb.com.br/anais14/sem08/c08008.doc . Acesso em jul.2009.

PEREIRA, A. O INL no diagnóstico preliminar da cultura. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v.10, n.31, p.121-125, 1967.

PETLEY, J. **Censoring the Word**. London: Seagull books, 2007. 112p.

PLACER, X. O perfeito bibliotecário. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v.5, p. 207-210, mar. 1960.

A PRESENÇA DA CENSURA NAS BIBLIOTECAS. O Estado de São Paulo, São Paulo, 29 jul. 1979.

MARCOS, P. Disponível em www.pliniomarcos.com. Acesso em: mai.2010.

REIMÃO, S. O Departamento de Censura e Diversões Públicas e a censura a livros de autores brasileiros de 1970-1988. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., 2009, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Universidade Positivo, 2009. [recurso eletrônico].

SCHAPOCHNIK, N. Um palácio de livros nos trópicos: metáfora, projetos e concretizações. In: Congresso Anual em Ciência da Comunicação, 25., 2002, Salvador. **Anais**. Salvador: INTERCOM, 2002.

SCHWARZ, L. M. A Real Biblioteca, o Brasil e Portugal. **Revista Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, n.62, p. 96-111, 2006.

SCHWARTZMAN, S. A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v.2, n.5, p. 47-66, out. 1987.

SECRETARIA DA CULTURA. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>. Acesso em: mai.2010.

SILVA, D. da. **Nos bastidores da censura**: sexualidade, literatura e repressão pós-64. 2ª.ed. São Paulo: Manole, 2010. p. 35.

SILVA, R. **Liberdade de informação**: informação livre: da quantificação necessária à democracia. Lisboa: Polígono, 1981. 152p.

SOARES, G. P. **Semear horizontes**: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 504p.

SOUZA, J. I. de M. **O Estado contra os meios de comunicação**: 1889-1945. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2003. 229p.

STEINER, G. **O silêncio dos livros**. Lisboa: Gradiva, 2006. p. 7-50.

STEINHAEUER, J. Depoimento de Ray Bradburry. **Folha de São Paulo**, 13 jul. 2009. Caderno especial publicado às segundas-feiras: *New York Times*.

SWAN, J. C. Public records and library privacy. **Library Journal**, Sep. 1, p. 1645-1650, 1983.

TORQUATO, G. **Tratado de Comunicação**: organizacional e política. São Paulo: Pioneira-Thompson Learning, 2002.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. "Histórico". Disponível em <http://www.mackenzie.br/11249.html>. Acesso em: ago.2008.

VERGUEIRO, W. de C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, v.16, n.1, p. 21-26, jan./jun. 1987.

WEST, C. The secret garden of censorship: ourselves. **Library Journal** 108, Sep. 1,1983, p. 1651-1653.

YATES, F. A. **A arte da memória**. São Paulo: UNICAMP, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205p.

ZAPPA, R.; SOTO, E. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 308p.

ANEXO 1

DECRETO LEI Nº 1077

DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970

Dispõe sobre a execução do artigo 153 § 8º, parte final, da República Federativa do Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição e

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;

CONSIDERANDO que o emprêgo desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juizes de Direito, para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º deste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

ANEXO 2

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM BIBLIOTECÁRIOS

1. Fale um pouco sobre a sua vida profissional.

2. Você percebeu algum tipo de restrição ao acervo de bibliotecas em geral (algo como caça aos livros)?

3. Você percebeu se houve restrição no momento da aquisição do material?

4. No CBBB de Curitiba em 1979, o Prof. Briquet de Lemos apresentou um polêmico trabalho sobre censura às bibliotecas que foi documentado em jornal da época.
Alguns bibliotecários, entretanto, negaram a que enfrentaram a censura. A Diretora do Sistema de Bibliotecas da USP (na época era ainda Biblioteca Central) afirma que a maior censura era econômica. Qual a sua opinião sobre isso?

5. Na literatura e também na entrevista com o Prof. Briquet está registrado que muitos bibliotecários e a equipe da biblioteca tentaram salvar os livros proibidos. Você teria alguma experiência ou história para contar em relação a isso?

ANEXO 3

RELAÇÃO DE PROCESSOS DE CENSURA AO TEATRO (PEÇAS COM LIVRO)

Base de dados do Arquivo Miroel Silveira

1. DDP0007 - DOM JUAN DE PAMPILHOSA

Autor: Eduardo Victorino

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira - Edição: 1.ed. 41p. impresso

Série: Coleção Bibliotheca Dramatica Popular

Censura: cortes nas folhas: 2, 3 e 6 do primeiro ato, 17, 18 e 24, do segundo ato, e 28, 29, 34, 35 e 36, do terceiro ato.

Censor: Luiz Viegas

Data da censura: 11/04/1942

2. DDP0010 - OS FILHOS DA CANALHA

Autor: Joaquim Nunes

Publicação: São Paulo, Nova edição - 38p. impresso

Série: Bibliotheca Dramatica Popular

Censura: o processo contém justificativas do censor para o veto da peça, com alegações de que o texto se opunha à moral e aos bons costumes daquela sociedade.

Censor: Luiz Viegas

Data da censura: 18/02/1944

3. DDP0060 - UM MARIDO QUE É VÍTIMA DAS MODAS

Autor: Luiz D'Araújo Jr

Publicação: São Paulo, C. Teixeira e C. editores - Edição: 6 ed. 16p. impresso

Censura: cortes de folhas, 13 e 14

Censor: Hermínio Duarte

Data da censura: 08/06/1942

4. DDP0080 - O DELEGADO DO INTERIOR DO ESTADO

Autor: A M D G

Publicação: São Paulo, Escola Prof. Lyceu Coração de Jesus - 6p. cópia carbono; acompanha material impresso.

Censura: cortes das folhas 1, 4 e 6

Censor: Jason Barbosa de Moura

Data da censura: 25/06/1942

5. DDP6079 - O SANTO INQUÉRITO

Autor: Dias Gomes

Publicação: Civilização Brasileira

Censores: Edgar Façanha (delegado chefe do SDP do Rio de Janeiro) e Beatriz Balo (chefe do serviço de censura do Rio de Janeiro)

Data da censura: dezembro de 1967

6. DDP0154 - O PODER DO OURO

Autor: J. M. Dias Guimarães

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira e Cia, S.D

Edição: 5ªed. 96p. impresso - Série: Coleção Bibliotheca Dramatica Popular, n. 12

Censura: cortes nas folhas 27 e 43;

Censores: Oswaldo Piedade, José Américo César Cabral, Manoel de Oliveira Moreira, Giuliano Amar

Datas da censura: 28/10/1942; 20/04/1943; 19/08/19491; 10/01/1950

7. DDP0159 - QUE TRINDADE

Autor: Belmiro Braga

Publicação: São Paulo, C Teixeira e Cia., 1926. 18p - Série: Coleção Bibliotheca Dramática Popular n.113

Censura: cortes das folhas 8, 9 e 16

Censores: Antônio Pedroso de Carvalho e Manoel de Oliveira Moreira

Data da censura: 11/11/1942

8. DDP0169 - NHO MANDUCA

Autor: Lima Penante

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, 1939. 5.ed. 12p. impresso - Série: Coleção Bibliotheca Dramática Popular, n. 53

Censura: corte na folha 7

Censores: Luiz Viegas, José Américo César Cabral, Nestório Lips, Manoel de Oliveira Moreira

Datas de censura: 19/11/1942; 10/09/1943; 17/03/1944; 26/04/1944; 23/10/1944; 03/06/1946; 24/06/1954; 05/07/1954; 23/07/1954.

9. DDP0181 - CAUTELA COM AS MULHERES

Autor: A. J. de Araújo Pinheiro

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, Nova edição, Vieira Pontes. 23p. impresso - Série: Coleção Biblioteca Popular n. 60

Censura: cortes nas folhas 5, 6, 11, 12, 13, e 19

Censores: Oswaldo Piedade Trindade, Oswaldo Mariano, Álvaro Adamo, Manoel de Oliveira Moreira

Datas de censura: 10/12/1942; 19/09/1944; 12/12/1944; 13/10/1945; 15/02/1946; 20/12/1946; 29/11/1949

10. DDP6045 – ELECTRA

Autor: Sófocles

Tradução poética, introdução e notas de Mário da Gama Kury

Publicação: Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965 - Edição: 2.ed. 71p. impresso.

Série: Coleção Universitária de Teatro série I, v 7

Nota: O texto foi editado no mesmo volume que traz a peça *As Troianas*, de Eurípedes

Censura: liberada para maiores a partir de 14 anos

Censor: Delamare de Abreu

Data da censura: 25/08/1967

11. DDP0215 - O CASAMENTO DO PINDOBA

Autor: João Pinho

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, 1937 - Edição: Original, Vieira Pontes e Cia. 16p -

Série: Coleção Bibliotheca Dramática popular n. 137

Censura: cortes das folhas 2, 3, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13 e 14

Censores: Luiz Viegas, José Américo César Cabral

Datas de censura: 00/12/1942; 25/02/1943; 14/05/1954; 06/08/1954; 23/02/1956; 06/10/1959

12. DDP0216 - A MORTE CIVIL

Autor: Paulo Giacometti

Tradução: Eduardo Victorino

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, 1904 - Edição: Nova Edição, Vieira Pontes e Cia., 47p - Série: Coleção Bibliotheca Dramática Popular n.92

Censura: cortes das folhas 7, 8, 17 e 18

Censores: Ariovaldo Teles Menezes e Luiz Viegas

Datas de censura: 12/11/1932; 24/06/1942; 09/10/1942; 25/02/1943; 01/03/1943; 09/06/1944; 21/12/1944; 04/12/1945; 18/08/1948

13. DDP0204 – NÃO ME CONTES ESSE PEDAÇO

Variação título: A melhor das três

Autor: Miguel Santos

Publicação: Rio de Janeiro, Papelaria e Tipografia Coelho, 1937 - Edição: 2.ed. 72p. impresso

Censura: cortes das folhas 2, 10, 12, 13, 17, 21, 23, 24 e 25; impróprio para menores de 18 anos

Censores: Jason Barbosa de Moura, Antônio Pedroso Carvalho, Cassiano Ricardo Filho, Liz Monteiro.

Datas de censura: 04/02/1943; 15/03/1943; 25/06/1943; 14/02/1944; 25/07/1944; 10/08/1944; 19/09/1944; 10/10/1944; 22/08/1945; 24/09/1945; 09/11/1945; 20/08/1946; 26/09/1946; 10/01/1949

14. DDP0284 - A HERANCA DUM MARINHEIRO

Variação título: Herança do naufrago ou A herança d'um marinheiro

Autor: Carcomo Lobo

Publicação: São Paulo, C Teixeira e Cia - Edição: 4. 40p - Série: Coleção Biblioteca Dramática Popular n. 56

Censura: livre pra maiores de 18 anos

Censor: Jason Barbosa de Moura

Datas de censura: 05/05/1943; 17/09/1943; 15/10/1943

15. DDP0229 - COMPRA-SE UM MARIDO

Autor: José Wanderley

Publicação: São Paulo, Ed. da SBAT, 1935 - 58p

Censura: cortes nas folhas 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 12, 14, 15, 16,17, 18, 20, 21, 26, 27, 29, 35, 50, 51 e 52

Censores: Antônio Pedroso de Carvalho, Oswaldo Piedade Trindade, Luiz Viegas, José Salles, Mário Francisco Russomano

Datas de censura: 00/11/1933; 00/11/1941; 21/08/1942; 02/03/1943; 27/03/1944; 17/07/1944; 27/10/1944; 25/06/1945; 10/09/1945; 02/10/1945; 00/12/1945; 10/04/1946; 04/02/1947; 09/04/1947; 16/06/1947; 09/01/1951; 15/01/1951; 15/03/1951; 21/08/1951;

18/10/1951; 31/10/1951; 12/11/1952; 19/09/1958; 27/10/1958; 24/04/1959; 21/02/1962; 20/03/1962; 03/09/1964.

16. DDP0238 - DEUS LHE PAGUE

Autor: Joracy Camargo

Publicação: Rio de Janeiro, Livraria Ed. Zelio Valverde, 1945 - Edição: 8.ed. 152p

Nota: O certificado de censura, emitido em 10 de março de 1943, possui várias indicações de cortes para a peça, porém o censor Antônio Pedroso de Carvalho restabeleceu diversas falas em 7 de novembro de 1945.

Censores: Antônio Pedroso de Carvalho, José Américo César Cabral e José Salles

Datas de censura: 10/03/1943; 07/11/1945; 21/07/1948; 12/08/1948; 06/09/1948; 04/01/1949; 11/02/1949; 04/05/1949; 10/03/1950; 20/10/1950; 13/04/1951; 15/04/1951; 26/06/1951; 13/10/1951; 07/02/1952 03/06/1952; 01/08/1957; 28/01/1959; 29/01/1959; 18/03/1959; 28/03/1961; 27/11/1962; 08/07/1966

17. DDP0239 - COITADO DO XAVIER

Autor: Baptista Júnior

Publicação: Rio de Janeiro, SBAT, 1939. 56p. - Série: Teatro Brasileiro n. 39 - impresso

Censura: cortes das folhas: 3, 13, 14, 15, 17, 19, 22, 26, 28, 32, 34, 40

Censores: Jason Barbosa de Moura, Luiz Viegas e Dalva Janeiro

Datas de censura: 18/06/1942; 11/03/1943; 13/09/1943;28/09/1959

18. DDP0233 - CASAR SEM SABER COM QUEM

Autor: Pedro Maria da Silva Costa

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira - Vieira Pontes e Cia. 3.ed. 12p. impresso - Série: Bibliotheca Dramática Popular

Censura: respeitados os cortes das folhas 3, 6 e 8

Censores: Antônio Pedroso de Carvalho e Johnny Alves de Brito

Datas de censura: 05/03/1943; 30/09/1949

19. DDP0281 - MULATO

Autor: Samuel Carneiro Rodrigues Campelo

Publicação: Rio de Janeiro, SBAT, 1985 53p. impresso - Série: Coleção Teatro Brasileiro n. 30

Censura: liberada para maiores de 18 anos, respeitado os cortes das folhas: 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 27, 29, 30, 48, 49, 50, 51

Censor: Antônio Pedroso de Carvalho

Datas de censura: 03/05/1943; 11/11/1946; 26/12/1949; 04/09/1951

20. DDP0304 – A TOCADORA DE HARPA

Autor: Theobaldo Ciconi

Tradução de Joaquim Augusto

Publicação: São Paulo, C Teixeira. 53p. impresso. Série: Coleção Bibliotheca Dramática Popular n.140

Censura: cortes das folhas 7, 10, 21, 22 e 35

Censor: Antônio Pedroso de Carvalho

Data da censura: 28/05/1943

21. DDP0314 - PERTINHO DO CÉU

Autores: José Wanderley e Mário Lago

Publicação: Rio de Janeiro, Papelaria e Tipografia Coelho, 1942. 71p - Série: Coleção Teatro Nacional n. 1

Censura: Peça liberada, respeitados os cortes da folha 64

Censores: Jason Barbosa de Moura, Antônio Pedroso de Carvalho, Geraldino Russomano, Raul Fernandes Cruz

Datas de censura: 07/06/1943; 25/06/1943; 24/03/1944; 18/08/1944; 19/09/1944; 12/10/1944

22. DDP0266 - O AMIGO TERREMOTO

Variação título: Eu vou pra China

Autores: Renato Alvim e Nelson de Abreu

Publicação: Rio de Janeiro, SBAT, 1931. 24p

Censura: cortes: 1, 1-A, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 17, 19, 20 e 21

Censores: Astrogildo Cintra e Antônio Pedroso de Carvalho

Datas da censura: 08/04/1943; 08/08/1944

23. DDP0327- A FELICIDADE CHEGOU

Autor: Felipe Messina

Publicação: Rio de Janeiro, Papelaria e Tipografia Coelho. 1.ed. 81p

Censura: cortes das folhas 24, 32, 34, 35, 36, 45, 46, 53, 70, 71, 72 e 74

Censor: Jason Barbosa de Moura

Data da censura: 30/06/1943

24. DDP0332 - QUE SOGRA!

Variação título: Sogra nem pintada!

Autor: Pontes, José Vieira

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, 1938. 2.ed. 39p - Série: Coleção Biblioteca Dramática Popular n. 162

Censura: cortes no sub-título e nas folhas: 12 e 13 do primeiro ato, 15, 17, 18, 19 e 25 do segundo ato e 39 do terceiro ato

Censores: Oswaldo Piedade Trindade, Luiz Viegas

Datas de censura: 28/05/1942; 28/05/1943;15/07/1943

25. DDP0337 - O ÁS DO VOLANTE

Varição título: Corrida fora da pista

Autor: Gastão Tojeiro

Publicação: Rio de Janeiro, Papelaria e Tipografia Coelho, 1941. 51p - Série: Série Teatro Rápido n.9

Censura: Censurada

Censor: Jason Barbosa de Moura

Datas de censura:1943, 1944

26. DDP0294 - O INIMIGO ÍNTIMO

Autor: Pacheco Filho

Publicação: Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, 1940. 59p - Série: Teatro Brasileiro n. 43

Censura: cortes nas páginas: 16, 18, 19, 34, 46, 47, 49, 56, 57 e 59. Peça considerada imprópria para menores de 18 anos.

Censor: Luiz Viegas

Datas de censura: 13/05/1943; 28/07/1948; 11/11/1959

27. DDP0301 - FLORES DE SOMBRA

Autor: Cláudio de Souza

Publicação: Litho - Tipographia Fluminense. 4. Ed. 156p

Censura: cortes das folhas: 54, 57, 58, 59, 60, 73, 74, 76, 82, 83, 84, 98, 99 e 150

Censor: Antônio Pedroso de Carvalho

Data de censura: 28/05/1943; 20/09/1945; 28/11/1947

28. DDP0350 - A DAMA DAS CAMÉLIAS

Autor: Alexandre Dumas

Tradução livre: E. Nascimento Correia

Publicação: Livraria Popular de Francisco Franco. 2.ed. 60p - Série: Bibliotheca Dramática Popular

Censura: cortes na folha 2

Censor: Rosa Vicente

Data de censura: 31/08/1943

29. DDP0355 - O TESTA DE FERRO

Autor: R. Magalhães Junior

Publicação: Rio de Janeiro, SBAT, 1939. 1.ed. 52p ?

Série: Teatro Brasileiro n.40

Censura: cortes nas páginas 14, 15, 18, 21, 25, 31, 42, 43, 46 e 48

Censor: Joaquim Büller Souto - diretor

Datas de censura: 06/09/1943;10/03/1953

30. DDP0362 - LADRÃO DA CASA

Autor: Velloso da Costa

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, 1935. 4.ed. 16p - Série: Coleção Biblioteca Dramática Popular

Censura: cortes nas folhas: 4, 5, 9, 13 e 14

Censores: Jason Barbosa de Moura e Liz Landulpho Monteiro

Datas de censura: 20/09/1943; 11/12/1948

31. DDP0387 - DEUS E A NATUREZA

Autor: Arthur Rocha

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, 1930 - 4.ed, Vieira Pontes e Cia. 44p - Série: Coleção Bibliotheca Dramática Popular n.75

Censura: cortes nas fls 4, 13, 14,16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 36, 41, 42, 43, 44. Imprópria para menores de 14 anos

Censor: Jason Barbosa Moura, Luiz Almeida Campos

Datas de censura: 12/12/1931; 27/10/1943; 01/10/1943; 29/11/1948; 04/12/1948; 11/03/1949; 11/07/1950; 03/07/1951; 19/04/1951; 22/06/1954; 01/07/1955; 23/12/1955; 18/11/1959; 11/06/1959

32. DDP0392 – SIMPLÍCIO PACATO

Autor: Paulo de Magalhães

Publicação: Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, 1939. 58p. - Série: N. 38 - impresso

Censura: cortes nas folhas 28, 29, 41, 53 e 54

Censor: Antonio Pedroso de Carvalho

Datas de censura: 06/11/1943; 04/01/1949

33. DDP0455 - O FILHO PRODIGO

Autor: José da Camara Manoel

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira Vieira Pontes e Editores, 1931. 3 ed. 46p. - Série: Bibliotheca Dramática Popular n.98

Censura: cortes nas folhas: 5, 16, e 29

Censores: J. Xavier Freitas, Luiz Viegas, Liz Landulpho Monteiro

Datas de censura: 14/08/1935; 29/03/1944; 26/12/1944; 01/10/1946; 26/08/1949; 09/06/1953

34. DDP0407 - COMI O MEU AMIGO

Variação título: Devorei o meu amigo

Autor: F. Martins

Publicação: Livraria Teixeira, São Paulo, 1939. 4ª Ed. 8p. impresso - Série: Biblioteca Dramática Popular n.100

Censura: cortes das folhas 3 e 10

Censor: Jason Barbosa de Moura

Data da censura: 03/12/1943

35. DDP0615 – MARIO E MARIA: commedia in tre atti

Autor: Sabatino Lopez

Publicação: Milano, Fratelli Treves Editori, 1928. 181p. impresso

Idioma: Não há traduções ou versões

Censura: censurada. Em algumas páginas, correções a lápis; lápis de cor azul e vermelho; palavras como “amante” ou “avuto” foram substituídas

36. DDP3104 - PECADO DOS PAIS

Variação título: Marcha nupcial ou o pecado dos paes

Autor: Ferreira Neto

Publicação: A Tribuna. 46p

Censura: censurada - cortes nas folhas: 17 e 18

Censor: Benedito Geraldo da Rocha Corrêa

Data de censura: 10/04/1951

37. DDP3004 - O FELISBERTO DO CAFÉ

Variação título: A conferência do garçon

Autor: Gastão Tojeiro

Publicação: Papelaria e Tipografia Coelho. 49p - Série: Série Teatro Rápido n.3
Censura: cortes das folhas 8 e 12. Censurada para menores de 18 e 14 anos.
Censores: Aldrovando Conde Scrosoppi, José Salles, João Ernesto Coelho Neto
Datas de censura: 03/08/1950; 27/08/1959; 16/11/1959; 17/01/1966

38. DDP3073 - CULPA E PERDÃO: drama original em 2 atos

Autor: Pedro Carlos D'Alcantara Chaves

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, 1942. Edição: N. 175. 32p - 7p. cópias carbono -

Série: Bibliotheca Dramática Popular n. 175

Censura: imprópria para menores de 14 anos. Cortes de folhas 6 e 7.

Censor: Álvaro Adamo

Data de censura: 11/01/1951

39. DDP4359 – ANGELUS

Autor: Bibi Ferreira

Publicação: Rio de Janeiro, Alma Gráfica, 1945. 28p - Série: Dom Casmurro-teatro, junho n.11

Censura: Imprópria para menores até 14 anos

Censor: Raul Fernandes Cruz

Data de censura: 23/11/1956

40. DDP1002 - SONHOS DE LOUCA

Autor: Joaquim Manoel Valladão

Publicação: São Paulo, Livraria C Teixeira, 1922. 2.ed. 48p

Censura: cortes de folhas

Censor: J. Xavier de Freitas, Luiz Viegas

Datas de censura: 00/08/1933; 00/12/1933; 21/12/1944

41. DDP4997 - A BEATA MARIA DO EGITO: drama de 3 atos e 4 quadros

Autor: Rachel de Queiroz

Publicação: Rio de Janeiro, José Olympio. 1a. ed. 95p

Censura: proibido para menores de 18 anos

Censor: José Américo César, José Salles

Data de censura: 08/05/1961

42. DDP0641 - UM CAPRICHOS DE SUA MAJESTADE DIVINA: comédia melodramática em dois atos

Autor: Bel Benedicto Peranovich

Publicação: Typografia Condor. 44p - Série: Bibliotheca Dramática Popular – impresso

Censura: cortes das folhas 6, 7, 8, 10, 16, 18, 20, 21, 28, 30 e 37

Censor: Oswaldo Mariano

Data de censura: 24/07/1944

43. DDP1018 - O FILHO DO MONTANHEZ

Varição título: A louca dos Pyreneus

Autor: Antônio J. de Souza Rego

Publicação: São Paulo, Editora C Teixeira e Cia. Edição: 129. 48p - Série: Bibliotheca Dramática Popular

Censura: cortes das folhas 4, 9 e 26

Censores: Geraldino Russomano, Álvaro Adamo

Data de censura: 31/08/1944; 27/01/1945; 13/03/1945; 25/06/1945; 30/07/1945; 23/08/1946; 18/09/1948; 08/08/1949; 26/05/1954

44. DDP4560 – BONAVENTURA

Varição título: Boa Ventura

Autor: Charlotte Hastings

Publicação: Londres, Samuel French Ltd, 1950. 82p. Série: French's Acting Edition número 677

Idioma: A peça está no idioma inglês, mas acompanha um resumo em português

Censura: impróprio para menores até 18 anos

Tradutor: Guilherme de Almeida

Censor: Dalva Janeiro

Data da censura: 31/03/1958

45. DDP0654 - CENAS DA MISÉRIA: Drama popular em três atos

Varição título: Cena da miséria

Autor: Henrique Macedo Junior

Publicação: Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco - 3. ed. 31p - Série: Bibliotheca Dramática Popular – impresso

Censura: proibido para menores até 18 anos

Censores: Jatyr Gonçalves, Luiz Viegas, José Américo César Cabral

Datas de censura: 12/08/1931; 21/11/1944; 10/12/1944; 03/06/1946; 28/12/1948; 06/07/1951

46. DDP0831 - O EXPEDICIONARIO: Drama em três atos

Autor: Porphirio A. Santos

Publicação: São Paulo, Livraria de C. Teixeira. 43p - Série: Biblioteca Dramática Popular n.18

Censura: Impróprio para menores até 14 anos

Censores: Antônio Romão de Souza Campos e Lis Monteiro

Datas de censura: 21/05/193205/11/1948

47. DDP0844 - BOA MAMÃE: comédia em três atos

Autor: Heitor Modesto

Publicação: Rio de Janeiro, Papelaria e Typographia Coelho, 1934. 54p. - Série: Teatro Brasileiro n. 22

Censura: Respeitados os cortes das fls 6 e 46

Censor: Jason Barbosa de Moura

Data de censura: 09/08/1944

48. DDP0911 - PIPERLIN, CORRETOR DE CASAMENTOS

Autor: Eduardo Garrido

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, 1938. 59p - Série: Coleção Bibliotheca Dramática Popular n.160

Censura: cortes das folhas: 11,15,17, 22, 23, 29, 31, 38, 39 e 54

Censor: Oswaldo Mariano

Data da censura: 17/08/1944

49. DDP0915 - O ADVOGADO DA HONRA

Autor: Salazar Guerreiro

Publicação: São Paulo, C. Teixeira e Cia. 4.ed. 33p - Série: Coleção Bibliotheca Dramática Popular n. 25 – impresso

Censura: cortes das folhas: 17 e 25

Censores: Antônio Romão de Souza, João Paulo Medeiros e Astrogildo Cintra

Datas de censura: 15/04/1933; 22/08/1944

50. DDP0974 - AMOR LOUCO

Autor: Antonio Augusto da Silva

Publicação: São Paulo, C. Teixeira e Cia, 1922. São Paulo, Vieira Pontes e Cia, 1934

Edição: 3, de 1922. 24p - Série: Coleção Biblioteca Dramática Popular n. 29

Censura: cortes das folhas: 2, 3, 7, 8, 9, 10, 14 e 15

Censor: Ariovaldo Teles Menezes, Jatyr Gonçalves, José Stornini

Datas de censura: 12/12/1932; 02/02/1945; 25/11/1946

51. DDP1121 - LA PICCOLA CIOCCOLATAIA

Autor: Paul Gavault

Tradução de Giuseppe Adami

Publicação: Milano, Libreria Paolo Cesati, 1923. Edição: 3. ed, 1923. 94p

Idioma: Não há resumo em português

Censura: Há cortes

Censor: E. Di Cavalcante

Data de censura: 19/12/1931

52. DDP1582 - GENIO GALE

Autor: Manoel de Souza Dias

Publicação: São Paulo, Livraria de C Teixeira. 2 ed. 43p - Série: Biblioteca Dramática Popular

Censura: cortes das folhas 3, de 13 até 15, 18, 20, 22, 28 e 41

Censor: Geraldo Russomano

Data de censura: 21/11/1945; 03/11/1955

53. DDP1755 - A MULHER DO PADEIRO

Autores: Renato Alvim e Nelson de Abreu

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira. 85p. impresso

Censura: corte folha 41

Censor: Luiz Viegas

Datas de censura: 14/02/1946; 21/01/1947; 07/05/1947

54. DDP1845 - LE SEXE FAIBLE

Varição título: O sexo fraco

Autor: Edouard Bourdet

Publicação: Paris, Bravo Publiera, 1932. 16 ed, Jacques Thery, Fondateur. 90p

Idioma: O processo não apresenta peça traduzida para o português

Censura: Imprópria para menores de 18 anos

Censor: José Stornini

Data de censura: 13/07/1935

55. DDP1938 - EL PROCESO FERRER

Variação título: O processo Ferrer

Autor: Eduardo Borrás

Publicação: Barcelona, Casa Editorial Maucci, 1931. 120p.

Idioma: Não consta no processo o resumo ou a tradução da peça

Censura: vetada, peça revolucionária

Censores: Ulysses Terral, Antônio Pedroso de Carvalho

Data de censura: 21/03/1936

56. DDP1306 - ALUGA-SE ESTA CASA: Comédia em um ato

Autor: Miguel Santos

Publicação: Rio de Janeiro, Talmagrafica. 38p - Série: Coleção Teatro Breve, número 8

Censura: cortes na folha 22

Censor: Astrogildo Cintra e José Américo César Cabral

Data de censura: 15/02/1945; 05/06/1948

57. DDP1309 - APUROS DE UM CORONEL

Variação título: Atrás de um gato

Autor: Teixeira Pinto

Publicação: Rio de Janeiro, Talmagrafica, S.D. 32p - Série: Coleção Teatro Breve n. 10 - impresso

Censura: cortes folhas 5, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 32, 33 e 34

Censores: Oswaldo Mariano, Benedito Geraldo da Rocha Corrêa

Datas de censura: 19/02/1945; 05/04/1948; 05/08/1953; 12/09/1953

58. DDP2308 – O HOMEM QUE NASCEU DUAS VEZES

Variação título: O homem que nasceu duas vezes

Autor: Oduvaldo Vianna

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, 1940. Edição: Vieira Pontes e Companhia, 100p. - impresso

Censura: vetada

Data de censura: 25/07/1946

59. DDP2246 - OS DOMINÓS

Autor: Arlindo Roberto Alves

Publicação: São Paulo, Livraria C. Teixeira, 1921. 40p. - Série: Coleção Biblioteca Dramática Popular n.115

Censura: cortes nas folhas 3, 6, 32, 33 e 37

Censor: Antônio Pedroso de Carvalho

Datas de censura: 14/04/1941; 28/04/1944

60. DDP2659 - A LADRA

Autor: Silvino Lopes

Publicação: Recife, Casa Mozart, 1935. 138p - Série: Teatro de Silvino Lopes - cópia carbono

Censura: imprópria para menores até 18 anos e observados os cortes nas folhas 19, 20, 21, 121, 123, 125, 131 e 135

Censores: José Stornini, Álvaro Adamo

Datas de censura: 30/08/1948; 23/06/1949; 29/09/1949; 11/11/1949; 17/04/1950; 26/07/1950; 25/03/1952; 22/06/1954; 24/09/1958

61. DDP3168 - O ÚLTIMO GUILHERME: Comédia em três atos

Autor: Luiz Iglesias

Publicação: Rio de Janeiro, Talmagrafica, 1938 130p

Censura: Imprópria para menores até 18 anos

Censor: Aldrovando Conde Scrosoppi

Data de censura: 22/08/1951

62. DDP3171 – SINHÁ – Comédia em um ato

Autor: J. Sant'Anna

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, 16p. - Série: Biblioteca Dramática Popular

Censura: corte da folha 8

Censores: Liz Landulpho Monteiro, Benedito Geraldo da Rocha Corrêa

Datas de censura: 24/08/1951; 09/04/1958

63. DDP3179 - LA AMOUR VIENT EN JOUANT

Autor: Jean Bernard-Luc

Publicação: Paris, Les editions Nagel, 1947.196p

Idioma: O processo não apresenta em português resumo ou sinopse da peça

Censura: Imprópria para menores até 18 anos

Censor: Aldrovando Condé Scrosoppi

Data de censura: 29/08/1951

64. DDP1372 – SAI DA PORTA, DEOLINDA

Varição título: Um sobrinho igual ao tio

Autor: Gastão Tojeiro

Publicação: Rio de Janeiro, Tipografia e Papelaria Coelho, 1943, 89p - Série: Teatro rápido

Censura: cortes de folhas 4, 11, 13, 19, 21, 26, 53, 54, 72, 74, 75, 80 e 88

Censor: Viegas

Data de censura: 03/04/1945

65. DDP2475 - LADRA: alta comédia em três atos

Autor: Silvino Lopes

Publicação: Recife, Casa Mozart. São Paulo, Livraria Teixeira Vieira Pontes. 138p - datilografada

Censura: Proibida

Censores: Antônio Pedroso de Carvalho, Márcio de Assis Brasil

Datas de censura: 17/03/1942; 24/07/1947

66. DDP2877 - A CRUZ DO JURAMENTO

Varição título: Luiz

Autor: Ernesto Cybrão

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira. 42p - Série: Biblioteca Dramática Popular

Censura: corte folha 26

Censor: Márcio de Assis Brasil

Data de censura: 28/09/1949

67. DDP2484 - UM JULGAMENTO NO SAMOUCO: disparate em um ato

Autor: Sabino Corrêa Júnior

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira. Lisboa, Livraria Popular de Francisco. 4ed. 15p. -

Série: Biblioteca Dramática Popular n.130

Censura: corte folha 8

Censor: Cassiano Ricardo Filho

Data de censura: 12/05/1947

68. DDP2470 – A HONRA ULTRAJADA

Autor: J. Vieira Pontes

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira Vieira Pontes e Companhia, 1935. 26p

Série: Biblioteca Dramática Popular n.154

Censura: Imprópria para menores até 18 anos

Censor: Cassiano Ricardo Filho

Data de censura: 25/04/1947

69. DDP3777 - UN CASO CLINICO

Variação título: Um caso clínico

Autor: Dino Buzzati-Traverso

Publicação: Itália, Arnoldo Mondadori, 1953. 1ª ed. 183p - Série: La medusa degli italiani

Idioma: Não consta tradução ou resumo em português

Censura: Representação exclusiva pelo Piccolo Teatro di Milano

Censor: Márcio de Assis Brasil

Data de censura: 07/07/1954

70. DDP3877 – CIDADÃO ZERO

Autor: Gastão Pereira da Silva

Publicação: Dom Casmurro, 1945. Ed. Brício de Abreu. 8p - Série: Teatro n.13

Censura: com cortes para maiores de 18 anos

Censor: Benedito Geraldo da Rocha

Data de censura: 10/12/1954

71. DDP4298 – O NOVO OTHELO

Autor: Joaquim Manoel de Macedo

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, 1959. 11p. cópias carbono, 18p - Série: Coleção Teatro Popular n.1

Censura: corte da folha 1. Proibida para menores de 14 anos

Censores: José Salles, João Ernesto Coelho Neto

Datas de censura: 22/08/1956; 03/05/1957; 01/11/1966; 14/12/1966

72. DDP4323 - OTELO: O MOURO DE VENEZA

Variação título: The tragedy of Othello, the moor of Venice ou Otelo

Autor: William Shakespeare

Publicação: Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1956. 2ed., 205p - Série: Coleção Obras Imortais

Censura: impróprio para menores até 14 anos

Censor: Geraldino Russomano

Data de censura: 11/10/1956

73. DDP3951 – JOÃO, O CORTA-MAR

Variação título: A Virgem Senhora dos Navegantes

Autor: Antônio Cândido de Oliveira

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira Vieira Pontes e Cia, 1943. 28p - Série: Biblioteca Dramática Popular n. 49

Censura: Proibida

Censores: Álvaro Adamo, Márcio de Assis Brasil, José Américo César Cabral

Datas de censura: 16/03/1955; 09/11/1959

74. DDP3956 – DEU FREUD CONTRA

Autor: Silveira Sampaio

Publicação: Rio de Janeiro, Editora Talmagráfica, 195. 53p - Série: Coleção Teatro Nacional número 26

Censura: Imprópria para menores até 18 anos

Censor: José Américo César Cabral

Data de censura: 05/04/1955

75. DDP4514 - QUE TRAPALHADA!

Autor: Aristides Abranches

Publicação: São Paulo, Vieira Pontes e Cia, 1957. 76p - Série: Biblioteca Dramática Popular

Censura: imprópria para menores de 14 anos

Censores: Benedito Geraldo da Rocha, Álvaro Adamo

Data de censura: 19/10/1957; 31/10/1958

76. DDP4584 – A FALECIDA

Autor: Nelson Rodrigues

Publicação: São Paulo, Revista dos Tribunais. 120p

Censura: imprópria para menores até 18 anos

Censores: José Américo César, Nestório Lips

Datas de censura: 10/06/1958; 19/09/1960; 06/12/1965; 21/10/1966

77. DDP1424 – GASPAR, O SERRALHEIRO

Autor: Baptista Machado

Publicação: São Paulo, Livraria Teixeira, 1937. 8ed, por Vieira Pontes e Cia. 40p - Série: Biblioteca Dramática Popular, 94

Censura: Proibida

Censor: Antônio Romão de Souza Campos

Data de censura: 02/07/1941

78. DDP4706 – MISS JULIE

Autor: Johan August Strindberg

Tradução: Elizabeth Sprigge, Knut Barnstrom, Mário Silva

Publicação: New York, Doubleday and Company 304p - Série: Doubleday Anchor Book, A 54

Censura: imprópria para menores até 18 anos com representação exclusiva pelo Teatro Brasileiro de Comédia

Censores: José Américo César Cabral, Nestório Lips, José Salles

Datas de censura: 04/04/1959;19/08/1961

79. DDP4722 – PEDRO MICO: ZUMBI DO CATACUMBA

Autor: Antônio Callado

Publicação: Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Teatro Ministério de Educação e Cultura. 209p - Série: Dramas e Comédias - Rio de Janeiro

Censura: imprópria para menores até 18 anos. Cortes nas folhas 20, 41, 45 e 48

Censor: Benedito Geral da Rocha Correa

Data de censura : 19/05/1959

80. DDP4791 - O GRANDE DEMAGOGO

Autor: Mário Ottoboni

Publicação: São José dos Campos, Gráfica Joséense. 48p

Censura: Proibido

Censor: Benedito Geraldo da Rocha Corrêa

Data de censura: 24/11/1959

81. DDP3415 – UM DIA A CASA CAI

Autor: Cleiber Andrade

Publicação: Rio de Janeiro, Livraria Teixeira, 1949. 100p

Censura: cortes na folha 18

Censor: Nestório Lips

Data de censura: 23/10/1952

82. DDP3566 - SÔNIA

Variação título: O homem que Voltou do Passado

Autor: Carlos Alberto Minuto

Publicação: Rio de Janeiro, Talmagrafica, distribuidores-editores de Literatura Teatral, 50p. -

Série: Teatro Brasileiro; Coleção de autores riograndinos

Censura: imprópria para menores até 14; corte folha n. 28

Censor: Álvaro Adamo

Data de censura: 01/09/1953

83. DDP5733 - ROLETA PAULISTA: DRAMA EM DOIS ATOS

Autor: Pedro Bloch

Publicação: Rio de Janeiro, 39p. impresso - Série: Coletânea Teatral

Censura: Proibido para menores de 18 anos

Censor: José Geraldo Góes

Data de censura: 10/09/1965

84. DDP5767 - LIBERDADE, LIBERDADE

Autores: Millôr Fernandes e Flávio Rangel

Publicação: Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965 - Exemplar n. 7900, 156p

Censura: Proibido para menores de 16 anos; cortes nas folhas 25, 13, 17, 24, 32, 38, 41, 42, 43, 52, 90, 91, 99, 108, 115, 154 e 155

Censor: Carlos Caldas Graieb

Data de censura: 05/11/1965

85. DDP3732 – MORRE UM GATO NA CHINA

Autor: Pedro Bloch

Publicação: Rio de Janeiro, Editora Talmagráfica, 1952.Hottum e Cia. 64p - Série: Coleção Teatro Nacional n. 24

Censura: Imprópria para menores de 14 anos. Corte folha 53

Censores: Nestório Lips, José Américo Cabral César

Datas de censura: 20/04/1954; 17/07/1954; 17/11/1954; 22/05/1956; 03/07/1956; 29/01/1958; 30/05/1958; 17/09/1959; 29/05/1962; 00/03/1964

86. DDP5788 – O EXCLUSO

Autor: Ari Chen

Publicação: Rio de Janeiro, Editora Letras e Artes. 102p

Censura: proibido para menores de 18 anos

Censor: Carlos Caldas Graieb

Data de censura: 20/01/1966

87. DDP5857 – JÚLIO CÉSAR

Autor: Willian Shakespeare

Tradução: Carlos Lacerda

Publicação: Rio de Janeiro - São Paulo, Distribuidora Record. 150p.

Censura: proibido para menores de 16 anos

Censor: Mário Francisco Russomano

Data de censura: 06/06/1966

88. DDP5893 - PARTAGE DE MIDI

Varição título: No meio do caminho da vida

Autor: Paul Claudel

Publicação: Paris-Coulommiers, Editions Gallimard, 1949. 183p - Série: Le Livre de Poche

Idioma: A peça foi representada em francês, mas foi enviado para a censura um resumo em português

Censura: imprópria para menores de 14 anos, conforme o resumo

Censor: José Américo César Cabral

Data de censura: 18/08/1966

89. DDP3647 - GRANFINOS EM APUROS

Autor: Heloísa Helena Magalhães

Publicação: Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, 1944, n. 55, 70p -

Série: Teatro Brasileiro

Censura: corte na folha 59

Censor: Nestório Lips

Data de censura: 05/12/1953

90. DDP5678 – OPINIÃO

Varição título: Show Opinião

Autores: Armando Costa, Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes e Augusto Boal

Publicação : Rio de Janeiro, Edições do Val, 1965. 89p

Censura: Censurada

Censor: Carlos Caldas Graieb

Data de censura: 1965

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)